

Ministério da Saúde
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA:
a percepção de representantes de grupos religiosos,
participantes de redes sociais na região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro.

por

Heloisa Cardoso Wanick Loureiro de Sousa

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de mestre em Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Navarro Stotz

Rio de Janeiro, agosto de 2003

*Aos meus queridos filhos,
Tommy, Yuri e Júlia, que além de demonstrarem
extrema paciência durante meus altos e baixos,
aceitaram minha ausência e incentivaram a superação
de cada fase que antecedeu este final; compreenderam
a necessidade deste trabalho e, portanto, do sacrifício
a que foram submetidos e, assim, jamais me dirigiram
qualquer palavra de cobrança pelas necessidades não
atendidas. Para vocês, minhas pérolas, eu dedico este
trabalho com todo o meu amor e o mais sincero
agradecimento.*

*A Sylvio Wanick Ribeiro, que durante toda minha vida
foi o meu maior exemplo de integridade e caráter, por
ter superado sua timidez e seu jeito 'meio seco' e ter
conseguido demonstrar alegria e orgulho quando
ingressei neste mestrado, fato que me trouxe muita
emoção e motivação. Para você, pai, minha admiração
e o mais sincero agradecimento.*

*A Paulo Acrisio, que desde o começo desta caminhada,
esteve presente a cada palavra, a cada passo, com
incentivo, amor e a mais pura e desprendida
generosidade, todo o meu amor.*

*Às pessoas de bem da região da Leopoldina, mesmo
que modesto, este trabalho é para vocês.*

Agradecimentos

A Gil Sevalho, que me levou ao mestrado da Ensp, ajudou a realizar este sonho e a iniciar uma caminhada que está longe do fim, um grande abraço. Serei eternamente grata, muito obrigada.

À Rede de Solidariedade da Leopoldina e aos demais lutadores pelas causas dos moradores da Leopoldina, por mostrarem que a caminhada não é em vão, minha admiração.

Ao professor Eduardo Stotz, pelos ensinamentos acadêmicos, por ter me mostrado que “cada um tem o seu tempo” e por ter sido mais que um orientador, um amigo paciente, muito obrigada.

A Regina Marteleto, tê-la conhecido foi mais que um presente precioso, foi essencial. Para você, a minha mais sincera admiração. Obrigada.

A Kathie Njaine e Suely Deslandes pelos curtos e grandes momentos de Ouro Preto e pelas pontuais sugestões e observações, sem as quais seria muito difícil prosseguir, muito obrigada.

À professora Silvana Pedroso e ao professor Márcio Galvão, pelos tempos da Universidade Federal de Ouro Preto, que, muito antes de imaginarem esta dissertação, apostaram e vislumbram o início desta caminhada. Muito obrigada.

Aos professores Elizabeth Moreira dos Santos, Paulo Sabroza e Victor Vincent Valla, da Escola Nacional de Saúde Pública / Fiocruz, entre muitas outras oportunidades, pelas aulas brilhantes ministradas de forma tão simples. Agradeço a vocês, também, ter “conhecido” Milton Santos. A vocês, devo o meu futuro profissional, com certeza. Espero conseguir retribuir, nem que seja um pouco, obrigada.

Ao Departamento de Endemias, Ao Elos e ao Cepel, pelo apoio sempre disponível e, em especial à Carlinha, pelo apoio carinhoso e paciente que se fez constante e imprescindível.

Aos colegas da turma de mestrado, que mesmo sem saberem, não me deixaram desanimar.

A Maria José Cyhlar Monteiro e Luiz Eduardo Fonseca que, mesmo distantes, apoiaram todos os momentos que antecederam a esta dissertação e que desta fizeram parte. Obrigada.

A Jacqueline Pontes e Daniel Cunha, que aceitaram minha escolha e, portanto, esta opção.

À Tia Consuelo, pelo apoio e o incentivo aos estudos.

À Universidade de Uberaba e, principalmente ao Magnífico Reitor Marcelo Palmério e ao professor Ricardo Coelho, pela liberação das minhas atividades profissionais com retorno garantido, condição essencialmente necessária para eu tentar prosseguir “tranqüila”, obrigada.

E, por fim, mas não por último, a Paulo Acrisio, que além de companheiro, foi tudo... Em meu nome e dos meus filhos, gostaria de agradecer a suas filhas, Beatriz e Clarisse, por terem aceitado a dedicação e apoio do pai, uma pessoa que abriu mão de suprir suas necessidades e de suas filhas, em todos os sentidos, para oferecer a mim e aos meus filhos, muito além do necessário para passarmos por essa fase sem maiores dificuldades. Sem você(s) seria impossível chegar aqui, meu terno e eterno agradecimento, obrigada.

RESUMO

TÍTULO

SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA: a percepção de representantes de grupos religiosos, participantes de redes sociais na região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro

RESUMO

Esta dissertação busca compreender a dinâmica de redes sociais diante das dificuldades de subsistência alimentar em situação de pobreza. Discute o tema a partir da percepção de representantes de grupos religiosos, participantes de uma rede social organizada da cidade do Rio de Janeiro. Indica o caminho das redes sociais como uma via potencial de contribuição para a construção de práticas em Saúde Pública e formulação de políticas públicas integradas com realidades locais. Chama-se atenção para os novos movimentos sociais como redefinição do espaço de cidadania e de fortalecimento da solidariedade; aponta-se, neste processo, o impulso ao apoio social e à formação de redes sociais que emergem com a reelaboração da prática religiosa diante do quadro de extrema pobreza de uma parcela significativa da população. O material empírico deste trabalho foi tratado pelo emprego da técnica Análise de “Conteúdo Categorical Temática”. Os resultados indicam perspectivas diferentes em relação às ações desenvolvidas pelos grupos, conforme sua inserção religiosa e natureza das mesmas – de ações de caráter paternalista e assistencialista e, portanto, provocadoras de dependência, e, em contrapartida, de ações de promoção social que trazem a perspectiva da autonomia e da cidadania. Verifica-se que, ao buscarem soluções para os problemas da população pobre, os grupos esbarram em entraves que extrapolam suas possibilidades de enfrentamento, uma vez que a causa desses problemas é percebida pelos entrevistados como consequência, entre outras, da desigualdade social que acompanha o país há décadas. De forma unânime, emerge a visão sobre a configuração de redes sociais como espaço de fortalecimento e legitimação frente ao poder público, em relação à luta pela melhoria das condições de vida.

Palavras-chave: alimentação e pobreza; redes sociais; instituições religiosas; nutrição e saúde; pesquisa qualitativa / análise categorial temática.

ABSTRACT

TITLE

FOOD SUBSISTENCE AND POVERTY: Insights of Members of Religious Groups Participating in Leopoldina's (Rio de Janeiro City) Social Networks

ABSTRACT

This dissertation tries to understand the dynamics of social networks in face of the difficulties of food subsistence in a situation of poverty. The issue is discussed from the point of view of members of religious groups that participate of a social network organized in Rio de Janeiro city. It shows that social networks are a potential way to foster public health work and to develop public policies integrated with the community. It points to the new social movements as a means to redefine citizenship and to build strong solidarity links; it stresses, in the process, the drive of social support and the building of social networks that emerge from the re-elaboration of the religious practice in face of the extreme poverty of a significant share of the population. The empirical material for this dissertation was treated by means of content analysis thematic modality. The results show different perspectives for the actions developed by the groups in accordance with their religious insertion and their nature – from paternalistic and “assistentialist” approaches, that promote dependency, to social advancement initiatives that foster empowerment and citizenship. The study found that in the search of solutions for the problems of the poor, the groups faced obstacles they couldn't confront. The respondents viewed the cause of these problems as a consequence, among other things, of social inequalities that exist for many decades. Unanimously, the respondents think that social networks are a space where it's possible to strengthen and legitimate the struggle for better living conditions.

Key words: food and poverty; social networks; religious groups; nutrition and health; qualitative analysis/content analysis thematic modality.

SUMÁRIO

1 - Introdução	01
2 - Marco Teórico-Conceitual	07
2.1 – Situação de Pobreza e Saúde	07
2.1.1 – A Pobreza nas Grandes Cidades Brasileiras: breve contextualização histórica e espacial	07
2.1.2 – Pobreza enquanto Insuficiência de Renda e como Privação de Bem-Estar	24
2.1.3 – Desigualdade Social, Exclusão Social e Condições de Vida	27
2.2 – Pobreza, Direitos Humanos, Alimentação e Nutrição nos Grandes Centros Urbanos Brasileiros	31
2.2.1 – Pobreza, Alimentação e Nutrição	31
2.2.2 – Alimentação: um direito humano universal	35
2.2.3 – Políticas Públicas de Subsistência Alimentar no Brasil: perspectivas atuais	37
2.3 – Redes Sociais Urbanas e as Dificuldades de Sobrevivência em Situação de Pobreza	42
2.3.1 – Redes Sociais: considerações teóricas	42
2.3.2 – Redes de Movimentos Sociais: elementos constituidores da cidadania	48
2.4 – Grupos Religiosos e Trabalho Social no Meio Pobre Urbano: alienação ou movimento de apoio social?	52
2.4.1 – Religiosidade Popular e Apoio Social	54
2.4.2 – Alienação e Prática Religiosa	55
2.4.3 – Religiosidade Popular: uma alternativa na busca pela Saúde Pública?	57
3 - Material e Métodos	59
4 - Resultados	72
4.1 – O Universo de Inserção da Pesquisa	72
4.1.1 – A Rede de Solidariedade da Leopoldina: o campo de estudo	75
4.1.2 – Apresentação dos Entrevistados da Pesquisa	76
4.2 – Os Eixos de Investigação: um ponto de partida para apreender o sentido embutido nos depoimentos	77

5 - Discussão	110
5.1 – Considerações sobre o Método	110
5.2 – Considerações sobre os Resultados Apresentados	112
6 - Considerações Finais	117
7 - Referências Bibliográficas	119
8 - Anexos	128

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O Brasil, país marcado por enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, insere-se mundialmente em uma economia globalizada. A complexidade de sua situação social, política e econômica é refletida no panorama de saúde da população. Nela pode-se observar, ao mesmo tempo, problemas típicos de países desenvolvidos, e outros de países em desenvolvimento, tais como doenças crônico-degenerativas e infecto-parasitárias, respectivamente.

“A saúde, vista como um estado dinâmico socialmente produzido, deve ser compreendida como resultado de um conjunto de fatores e situações biológicas, sociais, econômicas e culturais, cuja interação define a cada momento e em cada lugar o padrão de saúde, inclusive o quadro de transição / polarização epidemiológica contemporâneo” (Carvalho, 1998: 33).

Iniciei este trabalho com o olhar voltado para a pobreza, na sua dimensão particular de insuficiência de renda, o que me fez refletir sobre algumas questões relacionadas à saúde de populações assim caracterizadas:

- 1) a renda dos brasileiros considerados pobres é insuficiente para suprir suas necessidades essenciais;
- 2) reconhecendo-se a alimentação como uma necessidade essencial e um dos pilares de sustentação da saúde, tanto em nível individual quanto familiar, pergunto:
 - qual seria o valor atribuído pelas populações pobres urbanas à alimentação, considerando-a parte do conjunto das necessidades essenciais;
- 3) sendo a renda insuficiente, inclusive para fazer frente às despesas com a alimentação, apesar das estatísticas mais recentes contabilizarem 53 milhões de brasileiros pobres, conforme descrito por Barros et al. (2000), ainda assim, não parece haver uma grande preocupação com as formas agudas de deficiência alimentar na área urbana. Diante disso, emergiu o pressuposto de que a população possua práticas de sobrevivência na superação da pobreza, incluindo-se aí a elaboração de táticas que objetivam a obtenção de uma alimentação mínima, questionável do ponto de vista nutritivo, mas que permitem algum grau de auto-sustentação. Supus, ainda, que existisse uma multiplicidade de formas de

enfrentamento do problema, uma vez que se observam graus diversificados de pobreza, num mesmo contexto sócio-espacial específico.

Recrudescem no Brasil antigos problemas de saúde, porém com novas especificidades, como é o caso da Leptospirose, Leishmaniose, Doença de Chagas (no nordeste brasileiro), Dengue, Difteria, Malária (na zona urbana da Amazônia), entre outros; e um mais recente, a AIDS, (antes até do advento de uma terapia curativa). Na possibilidade de ser realidade, a endemização urbana da fome crônica, oculta, moderada, “invisível”, configura-se também objeto de preocupação para a saúde pública.

Longe de ser realidade nova, a situação de fome vivida pelos mais diversos povos de países em desenvolvimento é ameaça constante, mesmo que portadora de novas características. Assiste-se, nos grandes centros urbanos desses países, à emergência de uma fome urbana, silenciosa, ainda considerada subjetiva, caracterizada não tanto pela insuficiência de calorias no padrão alimentar, mas pela baixa qualidade deste em termos nutricionais. Uma fome que não expõe a população pobre aos extremos da desnutrição. Ao contrário, mantêm-na em um limiar suficiente para uma sobrevivência que garanta sua força produtiva.

Práticas de superação de pobreza são construídas cultural e socialmente, a partir do que se entende por necessidades essenciais. A alimentação é, sem dúvida, uma necessidade essencial, uma vez que, na ausência desta, pressupõe-se a falta ou a insuficiência de sustentabilidade da manutenção do corpo humano.

Nesse sentido, o conhecimento do processo de tais construções possibilita a compreensão sobre os condicionantes sociais, políticos e culturais das práticas de vida desses grupos populacionais. Acredita-se que esses sejam fatores primordiais para subsidiar a instrumentalização e as ações de saúde pública, como, por exemplo, o planejamento de programas de combate à fome, suplementação ou complementação alimentar. Supõe-se que, parte da solução desses problemas cotidianos, perpassa pela dinâmica de redes sociais.

A descrição ao longo desta introdução chama à atenção a necessidade de se compreender a lógica que permeia a dinâmica das redes sociais entre as populações pobres, uma vez que, a partir dessas, emerge um caráter potencial de gerar soluções para o enfrentamento de problemas de saúde e do desenvolvimento de práticas de promoção e proteção de saúde.

Acredita-se que esse seja um caminho frutífero no conhecimento sobre a potencialidade de diferentes táticas adotadas por determinada comunidade na superação das

dificuldades vividas na pobreza e, nesse sentido, no subsídio de formas de promoção de construção de uma prática dos Serviços de Saúde Pública mais integrada com realidades locais, na busca de maior eficiência.

Este trabalho procurou conhecer a dinâmica organizacional de redes sociais frente às dificuldades de sobrevivência na pobreza, especificamente, frente às necessidades de subsistência alimentar, segundo representantes de grupos sociais atuantes na região da Leopoldina vinculados à “Rede de Solidariedade da Leopoldina”, na finalidade de apontar potencialidades de contextos espaciais urbanos específicos.

Do ponto de vista de ordem prática, em virtude do tema, o trabalho inseriu-se na linha de pesquisa “Situação de pobreza e saúde”, do Departamento de Endemias Samuel Pessoa - Escola Nacional de Saúde Pública, então, sob a responsabilidade do professor Dr. Eduardo Navarro Stotz. Este programa, na sua linha de investigação, prevê a contribuição para a formulação de políticas de promoção da saúde que considerem a experiência e o saber das populações em busca de solução para seus problemas. Nesse sentido, coincidem os objetivos da área de concentração do mestrado, ao qual a autora está vinculada, e os deste projeto.

Por fim, tomando-se a questão da nutrição como um dos alvos de importância para a saúde pública e na perspectiva que a compreensão do contexto local pode apontar para o global, considera-se que os resultados desta investigação, além de estarem de acordo com o compromisso institucional da ENSP e, particularmente, do Departamento de Endemias Samuel Pessoa, possam contribuir para a formulação de políticas públicas na área da saúde.

OBJETIVOS

Este trabalho objetivou, de uma forma geral, compreender a percepção e a organização de grupos e entidades sociais de redes sociais face ao cenário de dificuldade de subsistência alimentar da população em situação de pobreza. Tomou-se como campo de estudo a “Rede de Solidariedade da Leopoldina”, uma rede social organizada da região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro.

Seus **objetivos específicos** foram:

- 1) identificar características de estruturação de movimentos sociais urbanos da Leopoldina/RJ, segundo representantes de movimentos sociais vinculados à “Rede de Solidariedade da Leopoldina”.
- 2) descrever as circunstâncias nas quais há movimentação de grupos e entidades sociais de redes sociais da Leopoldina/RJ, em torno da questão da necessidade de assistência para subsistência alimentar.
- 3) compreender a dinâmica de execução das ações para encaminhamento de soluções mediadas pelos grupos e entidades sociais de redes sociais da Leopoldina/RJ, na busca de recursos para assistência em subsistência alimentar.

A dissertação foi organizada em seis capítulos, incluindo esta introdução, os demais capítulos e duas últimas seções complementares, a lista de referências bibliográficas e os anexos, cuja discriminação consta no seu início. O capítulo 2 traz o marco teórico referencial para discussão deste trabalho o qual, devido à necessidade de abordar uma multiplicidade de categorias, foi subdividido em cinco seções. Na primeira seção, “Situação de Pobreza e Saúde”, foram levantados e priorizados os antecedentes históricos que, acredita-se, contextualizam as condições de vida e saúde dos brasileiros considerados pobres, ou seja, um breve, e com certeza, limitado, levantamento histórico do processo social e econômico do Brasil, a partir da década de 70. Como quadro referencial teórico, para este e os demais capítulos da dissertação, utilizou-se artigos e textos que trouxessem a abordagem sobre pobreza na sua dimensão, particular, de insuficiência de renda. Uma vez que não é objeto desta dissertação analisar os indicadores econômicos disponíveis, na necessidade de referenciar tais produções, tomou-se o cuidado, apenas, para que estas abordassem a pobreza, principalmente, enquanto insuficiência de renda, independente de qual(is) linha(s) de pobreza tivesse(m) sido adotada(s) pelo(s)

autor(es). Na segunda seção do capítulo 2, “Pobreza, Direitos Humanos, Alimentação e Nutrição nos Grandes Centros Urbanos Brasileiros”, buscou-se, sob o olhar que enxerga a fome, a insegurança alimentar e suas decorrências dentro de um processo de “exclusão social”, conceituar o que é alimentação e nutrição adequada, em um quadro de referência de direitos humanos; descrever uma pequena síntese da trajetória brasileira diante do tema e demonstrar sua importância no processo de construção e fortalecimento da cidadania e, por fim, abordar brevemente a discussão atual diante da questão, de forma neutra, visto que o governo brasileiro, hoje, no poder, conchama a sociedade para o que elegeu como carro chefe de sua gestão: o combate à fome. Na seção 3 do capítulo 2, “Redes Sociais Urbanas e as Dificuldades de Sobrevivência em Situação de Pobreza”, procurou-se recuperar as considerações teóricas sobre os novos movimentos sociais como significado de redefinição do espaço de cidadania, de mobilização popular e de fortalecimento da solidariedade e, nesse sentido, do impulso ao apoio social e à formação de redes sociais. Por fim, na última seção do capítulo 2, buscou-se descrever algumas considerações teóricas, acerca da natureza de inserção dos grupos religiosos no meio pobre urbano e sobre a reelaboração da prática religiosa na contemporaneidade. No capítulo 3, é apresentado o campo de estudo, uma breve contextualização do universo da pesquisa e a descrição do método adotado para desenvolvimento da investigação empírica. O capítulo 4 traz os resultados provenientes das análises das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. No capítulo seguinte é apresentada a discussão dos resultados, buscando confrontá-los com o marco teórico aqui desenvolvido e algumas considerações sobre o método. O último capítulo fecha a discussão apresentada no capítulo 5, resumindo as conclusões mais importantes do trabalho e apresenta as considerações finais desta dissertação.

De forma não intencional, os sujeitos participantes da pesquisa eram vinculados a dois grupos religiosos diferentes, dois entrevistados eram representantes de grupos católicos e outros dois de grupos protestantes. Apesar de, inicialmente, não configurar objeto desta pesquisa, este fato revelou naturezas diferentes em relação às ações desenvolvidas pelos grupos, conforme a inserção religiosa – de ações de caráter fortemente paternalista e assistencialista e, portanto, provocadoras de dependência, a ações dirigidas à promoção social e, nesse sentido, trazendo a perspectiva da autonomia e (re)construção da cidadania dos indivíduos envolvidos. O capítulo 4 traz as evidências empíricas desses resultados, discutindo-os e o capítulo 5 algumas considerações sobre o material e método aplicado e mais alguma discussão sobre tais os resultados. Assim como descrito na literatura, ambos percebem a dificuldade de subsistência alimentar como um problema de grande complexidade, cujas

causas são retratadas na histórica desigualdade social que acompanha o país há décadas. A análise das entrevistas demonstra que, embora por caminhos diferentes, ao buscarem soluções para os problemas cotidianos da população pobre, para onde voltam seus trabalhos sociais, os grupos esbarram com entraves que extrapolam suas possibilidades de enfrentamento. É unânime a visão que os grupos possuem sobre a configuração de redes sociais como um espaço de fortalecimento e legitimação frente ao poder público, em relação à luta pela melhoria das condições de vida da população pobre.

CAPÍTULO II

MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 SITUAÇÃO DE POBREZA E SAÚDE

Para este trabalho, independente de qual é o número absoluto de pessoas pobres no Brasil – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em torno de 54 milhões – o importante é situar o contexto social em que vivem os pobres das grandes cidades brasileiras e sobre os quais aqui se faz referência. O trabalho inclui, ainda que de forma generalizada, as implicações desse contexto sobre as condições de vida e saúde desses grupos populacionais.

Nesse sentido, é preciso considerar a importância das características sócio-econômicas do ambiente sócio-espacial aqui tratado, segundo contextualização local e seu processo histórico. Isto significa partir da perspectiva de um olhar histórico, como as Ciências Sociais sempre utilizaram, mas também geográfico, onde o espaço social de produção é incluído como local de interpretação do processo de saúde-doença.

Como descrito na introdução deste trabalho e justificado adiante, por não configurar objeto principal desta dissertação, a abordagem sobre pobreza foi limitada à sua dimensão de insuficiência de renda. Pelos mesmos motivos, apesar da relevância em discutir “renda”, enquanto consequência de várias e diferenciadas políticas econômicas, neste trabalho, tal discussão foi desconsiderada.

2.1.1 A Pobreza nas Grandes Cidades Brasileiras: breve contextualização histórica e espacial

Da década de 60 a meados dos anos 80 acentuou-se no país, de forma crescente, o processo de urbanização, com um aumento acelerado da população nos pólos regionais de desenvolvimento industrial. Viveu-se o capitalismo monopolista de Estado com a aplicação de tecnologias e formas de organização de trabalho próprias da monopolização. Esse peculiar processo de industrialização tem importantes repercussões no desenvolvimento político e social da sociedade brasileira. A priori, destaca-se que, durante o período, o Brasil passou a ser uma sociedade definitiva e irreversivelmente urbana, com

elevação do percentual de domicílios localizados nas cidades de 60%, em 1970, para quase 70%, em 1980 (FIBGE, 1981).

Os primeiros anos da década de 70 foram caracterizados por aquilo que se convencionou chamar de “milagre econômico”: inflação baixa e altos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O intenso processo de acumulação de capital fez-se notar por um PIB em torno de 8,5% ao ano, particularmente no período de 1969-73, e pela expansão do setor secundário de produção, o qual passa a gerar no fim da década de 70, 37% da renda do país, contra 25% no início dos anos 60; no mesmo período, a força de trabalho ocupada na indústria aumenta 3,5% (Kowarick, 1985).

Entretanto, todo esse “desenvolvimento” tem um reflexo que os dados acima e outros indicadores de desempenho econômico não traduzem. Do estudo de Pastore et al. (1983), sobre a situação social das famílias pobres brasileiras durante o período de 1970 a 1980, destacam-se algumas conclusões que ilustram o raciocínio. Ressalta-se, por exemplo, o crescimento econômico dos anos 60 às custas da pobreza e da desigualdade social e que se fizeram refletir em 1970, ano em que cerca de 44% das famílias viviam – ou sobreviviam – com a ínfima importância de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo per capita. Um retrato, portanto, da situação de extrema pobreza da época.

Os mesmos autores analisam a situação de emprego e remuneração da força de trabalho em relação à década. Utilizam a perspectiva da família como importante unidade econômica. Concluem que, embora tenha ocorrido uma significativa queda na porcentagem de famílias em extrema pobreza – de 44% em 1970 para 18% em 1980 - o aumento das disparidades entre os diversos estratos sociais econômicos traduz o resultado do modelo de desenvolvimento adotado. De fato, a evolução no nível de renda per capita ocorre em todos os estratos econômicos familiares, porém, no balanço geral, mais rapidamente para os ricos que para os pobres.

Em análise com a utilização de indicadores econômicos diversos, Singer (1986) detalha os significados das alternâncias das disparidades econômicas entre a renda de pobres e ricos, para o período de 1960 a 1980. Segundo o autor, os dados do Censo Demográfico de 1960 já revelavam a enorme distância que separava pobres e ricos. Através dos mesmos pôde-se constatar que, naquela altura, “a renda média dos 10% mais ricos era ‘quase dez vezes’ maior que a dos 60% mais pobres”, sendo 39,6% da renda total apropriada pelos 10% mais ricos e 24,9% dividida entre os pobres.

Já as análises do mesmo autor para as décadas de 1960 a 1970 e de 1970 a 1980 demonstram uma ampliação da desigualdade entre ricos e pobres ainda maior, apesar, de

fato, da renda média de toda a população brasileira ter crescido em termos reais, principalmente no primeiro período e no que diz respeito ao espaço urbano – sobretudo devido à política de arrocho salarial e desvalorização do salário mínimo, cujo efeito concentrador de renda se fez a partir do mercado de trabalho urbano – e, mesmo, de demonstrada alguma tendência à desconcentração na repartição da renda da população economicamente ativa entre 1972 e 1976 (Singer, 1986).

Para as análises referentes ao período de 1970 a 1976 – o período do “milagre econômico” – Singer (1986) dispõe de dados sobre a repartição da renda da população economicamente ativa (excluídos os ativos sem renda) e sobre a repartição da renda das famílias e destaca, entre outros fatos, o ano de 1972 como aquele no qual o país alcançou seu maior patamar de desigualdade na repartição de renda:

“Os primeiros [dois anos] indicam que a renda continuou a se concentrar pelo menos até 1972”. (...). “Nesse período de apenas dois anos, a renda real da população cresceu 48,8%, ou seja, cerca de 50% mais que nos dez anos anteriores, o que mostra a imensa expansão econômica havida no auge do “milagre econômico”. Mas a renda real dos 60% mais pobres cresceu somente 19,2%, ao passo que a dos 10% mais ricos cresceu 67,9%. Dentro desse grupo, a renda se concentrou ainda mais, pois a dos 5% mais ricos cresceu 73,4% e a do 1% mais rico, 93,3%. Em 1972, a renda média desse 1% mais rico era 68,2% maior que a dos 60% mais pobres. Esse parece ter sido o grau máximo de desigualdade de renda no Brasil (...).

Entre 1972 e 1976, a renda real da população cresceu 27,6%, taxa ainda elevada, embora menor que a do biênio anterior. (...). Enquanto até 1972 são os grupos de renda mais alta que usufruem [do] maior aumento de sua renda real, de 1972 a 1976 se dá o contrário; é a [renda] do grupo dos 60% mais pobres que cresce mais, e as taxas de incremento vão declinando à medida que se passa aos grupos de renda mais elevada” (Singer, 1986:70-71).

No que diz respeito ao período de 1970 a 1980, apesar de os dados disponíveis retratarem um declínio da desigualdade na repartição de renda nesse intervalo, os ganhos salariais reais ainda se mostraram insuficientes na possibilidade da população pobre alcançar uma sobrevivência em condições dignas de vida, tanto no nível individual quanto familiar, mesmo que as estatísticas oficiais indicassem um crescimento de 89,9% da renda real média da População Economicamente Ativa (PEA) entre 1970 e 1976. É o que

demonstra, por fim, a análise de Singer (1986) a qual, a exemplo de outros autores, confirma a hipótese do crescimento econômico às custas dos 60% da população brasileira mais pobre e de transformações sociais importantes, tais como sobrecarga da jornada de trabalho dos indivíduos e rearranjos na estrutura familiar, com o objetivo de prover a renda familiar necessária para assegurar um padrão de vida satisfatório.

“Na realidade, a desigualdade na repartição, em 1976, ainda era bem maior que em 1970: a parcela da renda do total dos 60% mais pobres, entre 1970 e 1976, caiu de 20,9% para 18,6%, a dos 30% médios de 32,4% para 31,0%, ao passo que a dos 10% mais ricos subiu de 46,7% para 50,4%. Como se vê, a redução da desigualdade havida entre 1972 e 1976 não chegou a compensar o aumento da mesma ocorrido nos dois anos anteriores (...).

Para o período 1970-76, dispõe-se também de dados que permitem analisar a evolução da repartição da renda familiar. Sob esse aspecto, a repartição apresenta também desigualdade crescente. Entre 1970 e 1976, a parcela dos 60% de famílias mais pobres na renda total caiu de 19,3% para 18,1% e a dos 30% médios, de 34,9% para 33,6%, subindo a (dos) 10% de famílias mais ricas de 32,2% para 35,1%” (Singer, 1986:74).

Para Singer (1986), o “milagre econômico” praticamente dobrou o poder aquisitivo médio e melhorou o padrão de vida das unidades familiares, mas de tal forma que a repartição desse benefício atingiu mais intensamente as famílias de alta renda que as de renda média, e mais estas que as de renda baixa, configurando um padrão flagrantemente injusto. O “milagre” beneficiou, então, famílias de alta classe média, que passaram a cultivar hábitos que antes eram privilégio de uma minoria de milionários. Ao tornar as famílias mais ricas riquíssimas, realçou o contraste com a pobreza de grande parte da população, levando à impressão de que a miséria absoluta aumentou durante a época do “milagre”, impressão esta desmentida pelos dados.

De fato, entre 1970 e 1976, a renda real dos 60% de famílias mais pobres aumentou e, provavelmente, deu margem ao crescimento de seu consumo. No entanto, o patamar inicial dessa renda era tão baixo que, mesmo uma expansão de 89,2%, não foi suficiente para assegurar o que Singer (1986) chamou de um padrão de vida “normal” – incluindo-se aí o consumo de bens duráveis de alto custo, como fogão a gás, geladeira e televisor. Este autor ressalta, ainda, um acréscimo substancial em gastos com moradia e condução para aquelas famílias que se mudaram para as áreas metropolitanas.

É, também, sob a perspectiva da migração de grandes contingentes populacionais para as áreas metropolitanas que Wood e Carvalho (1994) visualizam o quadro de pobreza e péssimas condições de habitação e alimentação que se instala nas cidades, durante o período de 1960 a 1980. Isso, segundo os autores, pela incapacidade da economia urbana em absorver, com empregos produtivos e bem-remunerados, o crescente número de migrantes que procuram por trabalho.

No quadriênio seguinte ao “milagre”, ou seja, de 1976 a 1980, prossegue a tendência à redução da desigualdade na repartição de renda, tanto quando analisado em termos da população economicamente ativa (PEA), quanto quando em relação à evolução da renda familiar. Contudo, segundo indicações de Singer (1986), a forte aceleração do aumento do custo de vida no período não se mostrou capaz de compensar a positividade da desconcentração de renda.

Numa perspectiva temporal mais abrangente – um período de vinte anos –, mas extremamente expressiva, Zaluar (1985) evidencia a perda do poder aquisitivo salarial, quando cita o artigo publicado na *Folha de São Paulo* (25.9.83), no qual, segundo os cálculos de funcionários do IBGE, o salário mínimo na ocasião seria, então, o correspondente a 40% do valor quando da sua criação e cerca de 35% do máximo poder aquisitivo que já teve, durante o período de Vargas no poder.

Singer (1986:79) prossegue e, a partir da análise dos dados sobre a variação de custo de vida no período de 1976 a 1980, compilada a seguir, conclui que “*a queda da renda real faz crer que os reajustamentos dos salários não acompanharam as elevações cada vez maiores do custo de vida*”:

“A variação do custo de vida em São Paulo, por exemplo, passou de 35,5% em 1976 a 50,2% em 1979 e a 78,0% em 1980. No Rio de Janeiro, essa variação foi de 41,9%, 52,7% e 82,8%, respectivamente. E, em Belo Horizonte, de 60,8%, 64,1% e 104,7%, respectivamente. (...).

Convém notar ainda que, de acordo com o índice de custo de vida médio das seis metrópoles, aqui adotado¹, também o salário mínimo sofreu, entre 1975 e 1980, uma redução real de 14,3% e de 16,0% entre 1976 e 1980. Usando como deflator o IGP-DI, o salário mínimo perde, entre 1976 e 1980, 11,4% do seu poder de compra. Isso reforça a

¹ Calculado a partir da comparação dos censos econômicos de 1975 e 1980. O autor chama atenção à possibilidade de se encontrar variações nesses dados, conforme as fontes utilizadas, uma vez que, para o período, a metodologia utilizada pelos órgãos competentes, FGV e IBGE, são incompatíveis (Singer, 1986:78).

hipótese de que os reajustamentos salariais praticados entre 1976 e 1980 devem ter ficado bem abaixo do aumento do custo de vida.

Na realidade, os índices do custo de vida nas várias capitais diferem consideravelmente entre si. Entre 1975 e 1980, o custo de vida teria subido 604% em São Paulo, 680% no Rio, 687% em Porto Alegre, 810% em Brasília, 942% em Recife e 1.129% em Belo Horizonte” (Singer, 1986:79-80).

Portanto, o que se nota é que nos últimos anos da década de 70 “*teria havido uma redução das desigualdades, mas num contexto de empobrecimento geral*”. De forma relevante, o período é caracterizado, do ponto de vista do consumo e do nível de vida, por uma queda real em todos os grupos de renda, mesmo que mais acentuada nos 10% das famílias ricas (Singer, 1986). É nesse quadro social e econômico – e ainda com um percentual de 18% de famílias em condições de extrema pobreza (Pastore et al., 1983) –, que se inauguram os anos 80, marcados pela crise econômica logo no seu início.

Para Jaguaribe et al. (1989:53), o ingresso na crise dos anos 80 marcou o fim de uma ilusão: “*a de que o crescimento econômico por si só seria capaz de erradicar a pobreza e os altos níveis de injustiça social que tem historicamente caracterizado os países da América Latina*”. O fim de um ciclo de crescimento econômico acelerado, segundo os autores, ora considerado como “*o grande democratizador das oportunidades*”, deixou como herança o endividamento externo e uma legião de pobres marcada pela desigualdade social. Os autores, baseando-se em dados da Organização Internacional do Trabalho (PREALC, 1986) e outros estudos da época em relação à situação da população latino-americana, apontam que mais de 40% desta população não possuíam renda suficiente para sequer cobrir suas necessidades mínimas de alimentação. Qualificam o estilo do desenvolvimento adotado como excludente e concentrador:

“Excludente, por deixar à margem dos benefícios diretos do desenvolvimento largas parcelas da população, quando muito aproveitando-se dos sobejos do núcleo modernizante e permanecendo em situação de pobreza ou mesmo da mais estrita miséria. Concentrador, por apenas alguns aproveitarem, justamente aqueles que conseguiam se integrar ao setor moderno da economia” (Jaguaribe et al., 1989:54).

Os anos 80 ficaram conhecidos como a “*década perdida*”. No Brasil, mesmo em situação privilegiada a dos demais países da América Latina, à redemocratização do

regime correspondeu uma escalada inflacionária inédita (culminando com uma inflação de 80% ao mês, em fevereiro de 1990, último mês do governo Sarney), conseqüência da crise desse desenvolvimento excludente e concentrador.

Os primeiros anos da década de 80 sinalizam a depressão econômica que estaria por incidir sobre a pobreza urbana, causada, em parte, pela recessão da economia internacional. Segundo Pferffermann (1985) Apud Wood & Carvalho (1994:13), “os dados relativos à primeira metade da década, embora imprecisos, evidenciam queda da renda real, aumento do desemprego, expansão das ocupações informais pior remuneradas e queda da taxa de absorção de mão-de-obra no setor formal”.

O início da década de 80 é, assim, marcado pelo impulso na transformação do mercado de trabalho. “*No cenário de estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e num contexto hiperinflacionário, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho inaugurada ainda nos anos 30*” (Pochman, 1999:71).

O mercado de trabalho formal que, apesar do excepcional crescimento econômico do país, manteve, ao longo da década de 70, uma ocupação de mão de obra em torno de 74%, a partir de 1981, demonstra uma queda progressiva na parcela de contribuição de absorção da população economicamente ativa. Em contrapartida, o mercado de trabalho informal sofre significativa incidência. Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), levada a cabo pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), relativos ao intervalo de 1976 a 1983, utilizados por Jaguaribe et al. (1989), permitem visualizar a tendência descrita: o segmento informal de trabalho em 1976, responsável pela absorção de 20,3 % da PEA passa, em 1983, a responder por 24,2 %. Na tendência oposta, a participação relativa do emprego no segmento formal de trabalho em 1976, de 77,2 % decresce para 68,7 %.

No entanto, de acordo com Jaguaribe et al. (1986:197), é necessário compreender que “*a informalidade não se caracteriza somente pela existência de relações de emprego desamparadas pela legislação trabalhista, mas também pela elevada ocorrência de níveis baixos de remuneração*”. É interessante notar que esse cenário de subemprego indica que, na verdade, o maior problema está no nível de remuneração desses trabalhadores e não, necessariamente, no fato de estarem ou não incorporados ao mercado de trabalho formal. De forma indireta, a situação indica o fosso que se configura entre os trabalhadores do segmento formal e informal do Brasil o que, somado ao desamparo público e às

dificuldades de acesso aos bens e serviços, retrata a grave condição social desses trabalhadores e suas famílias.

Em relação às possíveis causas pela manutenção, em 1980, de 18% das famílias brasileiras em condição de extrema pobreza, com base nos Censos de 1970 e 1980, a análise de Pastore et al. (1983) identifica, os seguintes fatores: o número alto de famílias pobres de grandes dimensões (mais de 7 membros); o crescimento significativo de famílias pobres que contavam apenas com membros do sexo feminino como disponíveis para o trabalho (de 13%, em 1970, para 20%, em 1980) e de famílias chefiadas por mulheres (de 12% para 16% no mesmo período) – na época, com grandes dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e, normalmente, por salários de baixo rendimento – a grande proporção de famílias recém-formadas entre as famílias pobres – a impossibilidade do deslocamento de membros para o trabalho – e, por fim, a baixa qualidade do trabalho ofertado pelas famílias em situação de pobreza.

O estudo de Pastore et al. (1983) revela dados bastante significativos para ilustrar a pobreza que, para eles, alcançava 18% da população urbana da época. Ressalte-se, entretanto, que os autores utilizaram critérios que, na verdade, expressavam extrema pobreza, e que, mesmo parcela da população classificada como trabalhadora, foi considerada miserável (3,2 milhões de indivíduos):

“Os dados de 1980 mostraram que cerca de 27% das famílias pobres experimentavam – em graus diversos – o problema do desemprego. Eram cerca de 1,2 milhão de famílias: 850 mil delas estavam em situação de extrema gravidade quanto ao emprego pois, nelas, *todos os membros disponíveis* que pretendiam e poderiam trabalhar não trabalhavam (...).

Então, dos 4,4 milhões de famílias pobres: (a) **cerca de 3,2 milhões não mostraram qualquer indício de desemprego – quer total, quer parcial** (grifo meu); (b) 850 mil tiveram de encontrar estratégias de sobrevivência para enfrentar o desemprego total; e (c) 350 mil famílias experimentaram o desemprego parcial (...)” (Pastore et al., 1983:59).

Digno de nota, de acordo com a análise dos autores supracitados, é o fato de que a urbanização e a conseqüente alteração da distribuição setorial da PEA provocou mudanças nas características da família, bem como no seu nível de emprego e rendimentos. A diminuição de tamanho da família; o crescimento da participação da mulher na força de

trabalho; a queda no subemprego² e o aumento da sobrecarga familiar³, devido à intensificação do trabalho de seus membros, inclusive de jovens e crianças, foram apontadas como as principais transformações responsáveis pelas repercussões citadas.

No que diz respeito à tendência crescente ao compartilhamento entre os diversos membros da família pela responsabilidade em reunir o montante da renda necessária para o sustento familiar, essa prossegue na década seguinte (e nas demais), assim como indicam vários autores.

Alba Zaluar (1982), em sua prestigiada pesquisa sobre pobreza, a partir de um trabalho empírico realizado no início da década de 80, no conjunto habitacional “Cidade de Deus”, cidade do Rio de Janeiro, identifica a socialização do esforço de geração de renda familiar, entre os vários membros da família, como uma importante alternativa doméstica na tentativa de superação de pobreza.

A autora confronta seu material de campo, em relação às percepções populares sobre o papel do pai de família, com dados do ENDEF de 1974 e com relatórios finais de outro trabalho de pesquisa da qual foi integrante (Guimarães, 1979). Confirma seus dados empíricos e, entre seus comentários, destaca a sobrecarga de horas de trabalho dos chefes de família que, independente da idade dos filhos, superava 50 horas semanais em 1974; a participação de menores de 14 anos na contribuição da geração de renda familiar, apesar de as estatísticas oficiais não acusarem tal fato e a *“alternância entre as cônjuges e os filhos na responsabilidade de contribuir para a renda familiar”*, com padrões notadamente diferentes, caso as famílias possuíssem filhos menores ou maiores de quatorze anos.

Entre os inúmeros arranjos internos à unidade doméstica, na tentativa de afastar a miséria da pobreza, Zaluar (1982) chama atenção, ainda, à expansão do papel feminino, em relação à diminuição da importância da figura masculina, indicador característico, mas não exclusivo às famílias pobres, da configuração crescente da chamada família matrifocal entre as famílias brasileiras. Fato este que, da mesma forma, se destaca na contextualização social e econômica das décadas seguintes, descritas, brevemente, a seguir.

² Segundo os autores, são aqueles membros de uma família disponíveis para o trabalho, porém que não o fazem ou que dedicam à tarefa menos tempo que o normal (Pastore et al., 1983:104 – apêndice 1).

³ Segundo os autores, há dois tipos de sobrecarga: I) a utilização de não-disponíveis, e II) a extensão da jornada de trabalho dos disponíveis acima dos níveis considerados normais (40 a 48 horas por semana, de acordo com o Censo de 1980 para trabalhadores urbanos) (Pastore et al., 1983:105 – apêndice 1).

As perdas salariais verificadas no período dos anos 60 a 80 – principalmente nestes – foram observadas ao mesmo tempo em que houve ampliação do nível terciário de trabalho (e, diga-se de passagem amplamente discutido na literatura, adequado à expansão do capitalismo, entre outras, pelas vantagens de mobilidade financeira que oferecem dado a alta rotatividade a que ficam sujeitos tais trabalhadores). Por outro lado, como ressaltado por alguns autores, ocorreu o início de uma transformação no valor atribuído ao trabalho pelos membros de famílias pobres do espaço urbano e, com efeito, pelos jovens de então.

Zaluar (1982) e Valladares (1991) discutem a transformação nas concepções das categorias “trabalho”, “trabalhador” e “pobreza”, oriunda da pobreza maciça que incide sobre os trabalhadores. As autoras identificam a partir da visão, principalmente, dos jovens, uma associação negativa entre o mercado formal de trabalho e o resultado deste, ou seja, a renda para garantir o sustento. Com a nova visão do mundo de trabalho, nasce o “bandido” dos anos 80, aquele que já foi trabalhador, mas que passa a recusar o trabalho por considerar que o mesmo não remunera (o trabalho não compensa), assim como por considerar o trabalhador um “otário”, que labora cada vez mais para ganhar cada vez menos (Zaluar, 1985, comentada por Valladares, 1991).

Zaluar (1982), qualifica como “catastrófico” o efeito das quedas salariais dos anos 60 e 80, por atingirem o que considera a única fonte de satisfação moral e material que têm os trabalhadores pobres, o *status* do trabalhador como “ganha-pão” do grupo doméstico. É a partir de tal perspectiva que a autora conclui:

“Não é à toa que, entre os jovens, alguns passem a ver escravos nos homens mais velhos, entregues ao enorme esforço de trabalho, sem prazer e sem folga, que manter o padrão de vida mínimo agora exige. Com modelos ambíguos ou negativos – escravos, otários -, produtos da observação do comportamento efetivo dos seus pais e não um ideal a atingir, esses jovens correm o perigo de perder completamente o sentido do trabalho” (Zaluar, 1985:121).

Se até a década de 70, o mercado de trabalho apresenta fortes sinais de estruturação, em torno do emprego assalariado (registro formal em segmentos organizados e diminuição das ocupações não organizadas), os anos 80 sinalizam, contudo, uma ruptura nessa tendência, tornando-se cada vez menos estruturado. Há desaceleração na queda do número das ocupações no setor primário da economia, inchamento no setor terciário, ao mesmo

tempo em que o desemprego se torna maior e mais precárias são as ocupações geradas. (Pochman, 1999:71).

Como será descrito, paulatinamente, a seguir, o ingresso na década de 90 marca a consolidação desse quadro: o mercado de trabalho sofre redução da parcela de trabalhadores assalariados com registro e aparecem, com maior destaque, as ocupações não organizadas.

“(...) de cada cem empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro.

.....
Além da redução na participação relativa de empregos assalariados com registro no total dos assalariados, ocorreu o aumento da participação das ocupações nos segmentos não-organizados da economia urbana. Entre 1980 e 1991, de cada dez ocupações geradas, quatro foram de responsabilidade do segmento não-organizado e cinco do segmento organizado” (Pochman, 1999:73-74).

Durante a década de 80, na tentativa de estabilização da economia, o governo colocou em prática três planos econômicos, os então Plano Cruzado, Bresser e Verão. O Plano Cruzado, lançado no início de 1986 pelo então presidente José Sarney, começou com o congelamento de preços e salários. Obteve, de saída, grande apoio popular. Logrou, durante alguns meses, conter a inflação, mas teve que enfrentar o desabastecimento e o ágio sobre os preços oficiais das tabelas publicadas. Houve séria retração nos investimentos e, como caracterizado na sucinta descrição anterior para a década, com repercussões negativas sobre a geração de emprego e renda e, obviamente, sobre os níveis de pobreza e de desigualdade.

Em síntese, após a prosperidade dos anos 70, viveu-se, já no início dos anos 80, as conseqüências da crise econômica temida. Temor, este, transformado em realidade, indicado pelo aumento da pobreza durante a década de 80, pelos altos índices de inflação, alcançando 2.938 % para o ano de 1990 (IDB, 1991 e 1996 apud Ferreira & Litchfield, 2000) e pelo convívio com a desigualdade no padrão de distribuição de renda (Ferreira & Litchfield, 2000).

De fato, de acordo com a análise de Rocha (1990) e comparando-se os dados em relação à proporção de pobres e os indicadores da evolução econômica dos anos 80 utilizados pela autora, é expressivo o agravamento da pobreza até 1983, quando a crise atinge o seu auge. Tomando-se como exemplo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a proporção de pobres eleva-se de 27,2%, em 1981, para 34,7,8%, em 1983, quando, no mesmo período, a taxa de inflação anual sobe de 109% para 154,53%. Já para os anos seguintes, até 1986, observa-se redução progressiva na proporção de pobres, reflexo dos efeitos de recuperação impulsionada, segundo a autora, principalmente pela política de exportações colocada em prática.

O fim dos anos 80 marca para o Brasil, assim como para grande parte dos países da América Latina, a transitoriedade de sua economia com a adoção de programas de liberalização comercial; a passagem do estatuto de economia fechada ao de economia aberta:

“Somente ao final dos anos 80, com substancial mudança nas condições internacionais – a partir de então mais satisfatórias ao reingresso voluntário de recursos externos às economias periféricas emergentes –, foram implementados novos programas de ajustes macroeconômicos, caracterizados por: abertura comercial, estabilização monetária ancorada no dólar, privatizações de empresas estatais e redução do Estado, desregulamentação do mercado de trabalho, entre outros. Estava aberta, no início dos anos 90, uma outra alternativa para as economias latino-americanas de sentido completamente inverso ao que havia sido percorrido durante os anos 80” (Pochman, 1999:55).

No Brasil, a nova fase é impulsionada pela curta gestão do presidente Fernando Collor de Melo, entre 1990 e 1992. Eleito pelas promessas de zelo aos mais pobres (descamisados), de combate à corrupção e modernização do Brasil, o então presidente, respondeu ao mercado internacional, no entanto, com o que chamava de “modernização”: a defesa do livre mercado, a abertura para as importações, o fim dos subsídios, o enxugamento da máquina estatal e as privatizações. Estavam abertas, enfim, as portas para o neoliberalismo e para o desmonte do Estado Nacional.

Porém, para o seu ideário modernizante e neoliberal funcionar, era preciso conter, a qualquer custo, a inflação desenfreada deixada, como herança, pelo seu antecessor. Violentamente, quase sucessivamente, foram lançados o Plano Collor I e II, cujo conjunto de medidas – a mudança da moeda, com o retorno ao Cruzeiro, o congelamento dos

preços, a livre negociação de salários, o confisco de recursos monetários de pessoas físicas e jurídicas depositados em contas bancárias – resultou, na prática, em profunda recessão, multiplicação das demissões, arrocho de salários, aumento generalizado dos impostos, desabastecimento interno, abertura ao mercado internacional e às privatizações de empresas nacionais.

Dessa forma, na década de 90, o Brasil dá início ao ingresso na ideologia dominante que se propõe como “moderna”, a “globalização”. A indústria brasileira e grandes empresas como os bancos investiram, então, na informatização e na automação, equipando-se para a participação na corrida do mercado internacional.

Em primeiro de julho de 1994 entrava em vigor no país o Plano Real. Durante três meses, antes da implantação da nova moeda, houve uma fase preparatória de transição, quando foi adotada a Unidade Real de Valor, uma adaptação progressiva que obteve sucesso, preparando a sociedade e os agentes econômicos para a nova unidade monetária. Enfim, a inflação foi debelada e a corrida financeira, contida. Eram tempos em que o “frango a 1 Real”, simbolizava o acesso dos mais pobres à alimentação. Ao longo prazo, porém, o modelo econômico, que se pretendia distribuidor de renda, não resiste a uma análise mais profunda. Conseguiu-se estancar a espiral inflacionária, desbancando uma cultura entranhada na população durante décadas, o “modelo econômico” permaneceu orientado para o capital especulativo, em detrimento do capital produtivo. Os recursos obtidos com as privatizações de empresas estatais (note-se que algumas das compradoras estrangeiras foram financiadas pelo próprio BNDES) foram empregados no pagamento de juros da dívida. Esta, cresceu a níveis estratosféricos, levando o país a uma situação de dependência do capital especulativo e elevação das taxas de juros. O crescimento do PIB na década de 90 girou em torno de 2% ao ano, insuficientes para absorver a população economicamente ativa. Esse conjunto de fatores gerou queda do nível de emprego, queda dos salários, com reflexos sobre o consumo e sobre o mundo do trabalho.

A mudança na dinâmica econômica do país, com a integração da economia no mercado globalizado, transforma, conseqüentemente, as características da pobreza dos anos 90. A rápida abertura das fronteiras traz, para os países em desenvolvimento, estigmas duma sociedade moderna e, ao mesmo tempo, mantém os de uma sociedade subdesenvolvida.

“O novo regime de acumulação dominante nos anos noventa está vinculado ao crescimento e à baixa da inflação. Mas, (num) lado, é extremamente frágil e não pode

levar a uma baixa durável da pobreza. Não só o aumento da pobreza vem, hoje, da insuficiência de empregos criados, mas a própria durabilidade do crescimento é problemática. A pobreza pelo emprego e a pobreza pela recessão são os dois espectros que dominam nos anos noventa. Por outro lado, as principais características do regime de acumulação são profundamente marcadas pelas novas regras do jogo liberais dominantes. Por isso, a natureza dos empregos criados leva a formas de pobreza modernas, análogas às que se desenvolveram na maior parte dos países industrializados” (Salama, 2000:206-207).

Ao longo de todas essas décadas (70, 80 e 90), houve progressiva concentração de renda, inclusive após a vigência do Real. Benjamin et al. (1998) ao compararem os dados dos censos de 1960, 1970, 1980 e 1991, constatam que os níveis de concentração de renda e riqueza no país são crescentes em todas as três décadas que intermedeiam esses censos:

“(…) a renda dos 10% mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres em 1960; essa relação passa para 40 vezes em 1970, 47 vezes em 1980 e atinge 78 vezes no censo de 1991” (Benjamin et al, 1998:91).

Em relação à possibilidade do Plano Real ter provocado a inversão nessa tendência concentradora, os autores negam essa expectativa e comentam:

“É óbvio que, quando se sai de uma inflação de 50% ao mês para 1% ou 2%, ocorre um efeito positivo sobre a renda, especialmente a dos pobres. Esse efeito se projeta pelos meses subsequentes, mas só ocorre uma vez. É uma decorrência quase acidental do Plano, e não algo que lhe seja orgânico. *A dinâmica do modelo implantado é fortemente concentradora*” (Benjamin et al, 1998:92).

De forma semelhante, Barros et al. (2000) concluem,

“(…) no que se refere ao Plano Real, não dispomos de evidência alguma que tenha produzido qualquer impacto significativo sobre a redução no grau de desigualdade, apesar de a pobreza ter sofrido uma redução importante (...). De fato, o grau de desigualdade nos anos posteriores ao Plano Real é estável e similar ao valor observado em 1993, mas sempre superior ao valor de 1992. Em virtude desse crescimento no grau de desigualdade

entre os anos de 1992 e 1993 e da manutenção desse novo patamar, constatamos que o grau de desigualdade em 1999 é dos mais elevados nas últimas décadas, sendo apenas inferior aos valores observados no final dos anos 70 (1997/78) e 80 (1988/90)” (Barros et al, 2000:38).

Em resumo,

“(…) a desigualdade aumentou de modo não-ambíguo durante os anos 80, fazendo com que o bem-estar (em termos de rendas absolutas e relativas) entre os 40% mais pobres da população caísse, apesar do crescimento na média de renda (...) da população total. (...) Durante os anos 90 a desigualdade declinou ligeiramente, com o crescimento e a redistribuição beneficiando 70% da população. Entretanto, apesar do crescimento nas rendas em todos os níveis entre 1981 e 1995, a desigualdade foi sem ambigüidade maior em 1995 do que em 1981”(Ferreira & Litchfield, 2000:64).

Contudo, segundo Barros et al. (2000:38),

“A análise atenta do período 1977/99 revela, de forma contundente, que muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos”.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo país ao longo desses anos contribuiu para o fluxo migratório da população rural em direção à periferia das grandes cidades. A relação população urbana/população rural passou de 30/70% em 1960 para 82/18% em 2000. Essa rapidez da urbanização é uma das características mais marcantes do processo de modernização da sociedade brasileira durante a segunda metade do século XX.

Contudo, segundo, Vainer & Smolka (1991:20),

“Tal constatação não poderia ser tomada como um reconhecimento do sucesso dos projetos de modernização/urbanização, nem como uma confirmação de que os novos modos de incorporação do Brasil ao mercado internacional cumpriram sua promessa de integrar socialmente, à imagem dos países capitalistas centrais, as enormes massas miseráveis da população. O ingresso decisivo do Brasil na modernidade não apenas não

reduziu as notáveis disparidades regionais e sociais, tradicionalmente tomadas como indicadores de desenvolvimento, como, ironicamente, tornou-as mais agudas e dramáticas (concentração de renda, miséria absoluta, desnutrição, menores abandonados, favelas e invasões, doenças infecto-contagiosas...)”.

Atualmente, nos encontramos em plena era do capitalismo técnico-científico-informacional, na qual a economia responde aos interesses de um mercado global que impõe a liberalização completa dos capitais. Poucos o dominam, muitos estão sujeitos às suas regras, seus valores e, obviamente, às suas conseqüências.

Uma das mais expressivas repercussões dos efeitos dessa lógica econômica (o fenômeno da globalização) é, sem dúvida, como descrito anteriormente, uma transformação no modelo de produção através da qual multidões de países em desenvolvimento passam a não possuir vínculos trabalhistas formais ou, o extremo, tornam-se mãos de obra obsoleta. Segundo Forrester (2001), sob a bandeira da competitividade, da concorrência e da própria manutenção do mercado de trabalho, mesmo que para dissimular a corrida ao lucro desenfreado, justifica-se a flexibilidade no mercado de trabalho e, no lugar de uma fonte normal e fecunda de empregos, dado seu crescimento, o que se mostra é a supressão dos mesmos, à medida que a globalização prospera, e uma exploração cínica de tal desaparecimento:

“Demitir, desregular, reestruturar, transferir, fundir, privatizar, especular: quantas medidas são claramente nefastas para o emprego, mas afirmadas como favoráveis, já que servem ao lucro, à rentabilidade, logo, ao crescimento, quer dizer, segundo o dogma clássico, às próprias condições de retorno do emprego! Já conhecemos essa história.

Não é o desaparecimento do emprego que é o mais funesto, mas a exploração cínica de tal desaparecimento. Tal exploração começa contestando-o, afirmando que o desemprego atual seria excepcional, temporário, insólito, o que permitiria a preservação do mito do emprego, cuja dissolução seria apenas um eclipse. É uma estratégia feita para prometer seu retorno iminente, atenuando a exclusão dos que dele são desprovidos, encorajar o sentimento de vergonha que acompanha essa exclusão (mas que, felizmente, vai diminuir), fortalecer a influência sobre aqueles arriscados a entrar nesta situação, entregues à mercê dos detentores dos restos do emprego” (Forrester, 2001:46-47).

Na ordem de uma economia global, configuram-se, nas grandes cidades capitalistas, dois circuitos sociais: o circuito principal de alta tecnologia e o circuito inferior de produção – lugares mundializados complexos, de extrema desigualdade social, onde o local e o global estão presentes, e entre os quais praticamente dois únicos pontos de interseção os ligam: a produtividade e o consumo.

Segundo Santos (1998:14),

“vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio de produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx. A base de todas essas produções, também ela, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial”.

O que se observa, segundo Alves (1999) é que, sob a mundialização do capital, desenvolveu-se um novo patamar histórico, uma ‘cisão’ do mercado de trabalho, sob a posição plena do imperativo da flexibilidade”. Adequada e necessária à nova ordem do mundo produtivo, a precariedade do trabalho assalariado dá lugar à nova exclusão social, da qual a subproletarização tardia e o desemprego estrutural configuram-se em suas maiores características. No primeiro caso, têm-se os trabalhadores assalariados que ocupam um centro produtivo, são essenciais para continuidade da lógica capitalista, possuem maior segurança no emprego, mas devem ser flexíveis e possuir a possibilidade de mobilidade. No segundo caso, têm-se o “receptáculo da subproletarização tardia” - trabalhadores de alta rotatividade, “avulsos”, mesmo para funções de alto nível, com salários e contratos sociais de trabalho precários, subcontratados ou temporários, facilmente disponíveis no mercado de trabalho e que possuem poucas oportunidades de carreira.

Atualmente, portanto, o cenário é o de um “*mundo organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global*” (Santos, 1998:49), uma segregação espacial numa estrutura social cada vez mais desigual, onde convivem grupos de indivíduos do setor formal e do crescente setor informal de trabalho, numa inter-relação de submissão ao capital, caracterizando-se, este último, por um mercado de auto-emprego de baixas rendas, de unidades produtivas não institucionalizadas, subempregos, empregos em atividades não-

produtivas, serviços informais e microunidades econômicas familiares de atividades desprezadas pelo capitalismo moderno.

Por fim, é nesse cenário, sobretudo, urbano e, agora, decididamente, guiado pela lógica econômica globalizada, e de carência material, construído ao longo desses anos pelo modelo de crescimento econômico excludente e concentrador, que se desenha a figura do pobre, um ser anônimo, inseguro, um “nômade ocupacional” e, principalmente, de um indivíduo destituído de suas prerrogativas de cidadania (Telles, 1994):

“Sem as garantias que os constituem como trabalhador, fora ou no limiar da trama representativa que constrói identidades reconhecíveis, ficam, a rigor, sem lugar na sociedade: não se constituem plenamente como trabalhadores, não são cidadãos e não se singularizam como sujeitos de direitos” (Telles, 1994:103).

2.1.2 Pobreza enquanto Insuficiência de Renda e como Privação de Bem-Estar

Assumindo-se que pobreza é uma síndrome multidimensional de carências diversas, chega-se, todavia, à dificuldade de uma definição instrumentalizante, para fins operacionais.

Para Demo (1996), o cerne da pobreza não está apenas nas restrições quantitativas, sobretudo no tocante à renda. Ao criticar o *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil-1966*, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esse autor caracteriza pobreza muito mais como conjunto de incapacidades qualitativas. Reconhece vantagens sobre os critérios mais antigos de desenvolvimento, mas coloca em xeque o Relatório brasileiro, primeiramente, por iniciar a citação dos indicadores pela longevidade. Essa não é a única crítica relevante.

“É impróprio colocar longevidade como primeiro indicador, porque reflete menos a noção de oportunidade e de competência humana do que a qualidade educacional, como é muito impróprio usar o termo “adquirir” conhecimento, porquanto conhecimento não se adquire, mas se reconstrói. Poderia tornar-se bizantina essa discussão, se a briga fosse apenas por termos. No entanto, lateja nessa terminologia um posicionamento contraditório com respeito à proposta da própria ONU, em particular da tradução cepalina, pois educação e conhecimento formam o “eixo” da transformação produtiva com equidade” (Demo, 1996:72).

Admite méritos, no mesmo Relatório, entretanto, quando este reconhece a relação de pobreza com o mercado de trabalho:

“Se a pobreza é definida como insuficiência de renda, uma família é pobre quando sua renda per capita for tão pequena que não seja suficiente para adquirir os bens e serviços necessários para a sobrevivência adequada de seus membros” (Demo, 1996:87 Apud PNUD, 1996:25).

O enfoque tradicional inaugurado por Rountree no início do século XX e retomado por Townsend na década de 60, prevê a utilização enquanto referencial de um valor associado à renda necessária para custear o consumo mínimo. Assim, para diferenciar pobres e não pobres, surge a chamada “linha de pobreza” (Rocha, 1990:67).

É consenso que renda não pode ser entendida como determinante único da pobreza. A aferição mais correta implicaria levar em conta indicadores sociais representativos para definir quem é pobre. Medi-la (a pobreza) em termos de qualidade de vida e não simplesmente via insumos – ou instrumentos como a renda – privilegia a complementaridade na implementação de políticas de combate à pobreza (Rocha, 1990).

Se, para Sônia Rocha, o uso da abordagem da renda ou de indicadores sociais têm implicações diferentes, na delimitação da população-alvo e no estabelecimento de instrumentos e dimensionamento dos custos do combate à pobreza, por outro lado

“(…) não é preciso haver dicotomia nas duas abordagens. Na verdade, o uso da variável renda tem vantagens no sentido de permitir uma delimitação básica da população-alvo para fins de política social, isto é, a parcela da população para a qual a ocorrência das carências em relação aos diferentes aspectos da qualidade de vida tem impacto crítico dado ser associada à insuficiência de renda. Assim, por exemplo, embora carência nutricional ocorra em famílias de alta renda, ela decorre de hábitos alimentares inadequados e de outros fatores culturais, não implicando a mesma forma de combate e, seguramente, nem a mesma prioridade que a desnutrição associada à insuficiência de renda” (Rocha, 1990:68).

No Brasil, com maior frequência, utiliza-se o confronto entre renda e linha de pobreza para estabelecer a proporção de pobres na população geral. Esta varia tanto regionalmente quanto em função dos ciclos econômicos. Mesmo num ano favorável, como em 1986, as proporções permanecem elevadas. O bom desempenho econômico parece ser o fator mais

eficaz de combate à pobreza quando na ótica da insuficiência de renda. Essa relação é tanto mais imediata quanto mais desenvolvida é a região (Rocha, 1990).

Mesmo com a deterioração do salário médio, por exemplo, no período de 83-85, a retomada da economia (via crescimento das exportações) permitiu uma redução do número de pobres nas regiões metropolitanas (de 14,5 milhões em 1983 para 13,5 milhões, em 1985). O processo de redução da pobreza se mantém em 1986, com o *boom* do Plano Cruzado, até a recrudescência da inflação. Entre 85 e 86, o processo de expansão do emprego e os ganhos salariais tiveram efeito considerável na renda das classes mais pobres. Numericamente, o número destes caiu para 9,6 milhões, uma redução de aproximadamente 30%. Tal redução, nesse mesmo período, ocorreu em concomitância com um processo de redistribuição de renda (Rocha, 1990).

Carvalho e Laniado (s/data:19) sustentam que a pobreza não se reporta somente às esferas do econômico, tais como níveis de renda e consumo. Ela expressa, “*antes, uma exclusão, que se manifesta no cotidiano e em diversos planos de existência dos sujeitos sociais, repercutindo sobre as experiências, representações e comportamentos*”.

Mesmo levando-se em conta a relatividade do conceito pobreza, essa relatividade não deve elidir que

“a fronteira mais importante e mais significativa da pobreza é a linha que indica o mínimo necessário à satisfação das necessidades fisiológicas, ou seja, à sobrevivência” (Geremek, 1999:220).

A linha de pobreza, aqui, aparece diretamente ligada à satisfação das necessidades fisiológicas.

De qualquer modo, ainda que se saiba que a redução do conceito possa implicar a exclusão de sintomas inerentes, incontestáveis, mas dificilmente mensuráveis (a carência protéica, por exemplo, é mensurável; a fome, embora vivenciada por milhões, é uma sensação subjetiva), neste trabalho, considera-se pobreza enquanto insuficiência de renda. Geremek (1999), a propósito, enfatiza que

“A pobreza enquanto fenômeno social revela-se em primeiro lugar como desigualdade econômica caracterizada pelo baixo rendimento, e portanto pelo baixo nível de vida” (Geremek, 1999:220).

Ao mesmo tempo em que afirmam

“(...) a pobreza responde a dois determinantes imediatos: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes” (Barros et al., 2000:25).

Barros et al. (2000) assumem como válido o critério exclusivo da insuficiência de renda.

Em resumo, ao estabelecer pressupostos conceituais, Rocha & Ellwanger (1993) consideram que

“Embora a pobreza seja uma síndrome multidimensional associada a carências, diversas, o procedimento mais comum é defini-la como insuficiência de renda, devido às facilidades empíricas que isto apresenta. O pressuposto conceitual é que, dado um determinado nível de renda, diferentes indivíduos atingiriam o mesmo nível de utilidade. Assim, ao estabelecer um padrão de bem-estar mínimo desejado, os indivíduos cuja renda é insuficiente para atingi-lo são considerados como pobres” (Rocha & Ellwanger, 1993:229).

2.1.3 Desigualdade Social, Exclusão Social e Condições de Vida

*“Podem me prender, podem me bater
que eu não mudo de opinião:
daqui do morro eu não saio, não.
Se não tem água, eu furo um poço;
se não tem carne, eu compro um osso
e ponho na sopa”.*

(Zé Ketí, samba Opinião, 1964)

O filme “Orfeu Negro”, na década de 50, fez sucesso transportando o drama das páginas do clássico da literatura para um morro em Copacabana. Ainda que se tratasse de uma canção de protesto contra o regime militar inaugurado no primeiro semestre de 1964, confrontada com o panorama atual, a letra do samba do compositor carioca ilustra uma visão romântica, quase ingênua da vida das populações marginalizadas na megalópole. A migração progressiva do campo para as cidades teve como consequência a ocupação irregular de áreas urbanas. As pessoas mudavam-se, abandonavam suas raízes em busca de trabalho e,

evidentemente, necessitavam de moradia. Natural que esta, o quanto mais próxima fosse do local de onde tiravam seu sustento, melhor. As encostas dos morros do Rio de Janeiro foram progressivamente tomadas, dando lugar às favelas. O contraste resultante com a bela orla marítima, onde se erguem os prédios de classe média da Zona Sul, não revelava o drama da sobrevivência dos desempregados e subempregados. Tanto na capital carioca como nas outras cidades de grande e médio porte as construções de baixa qualidade em terrenos não regularizados se espalharam. Assim, tocados pela necessidade, os pobres foram se localizando nas periferias, nos morros e nos mangues, seguindo a dinâmica da urbanização e do mercado de trabalho, principalmente no eixo Rio-São Paulo. Esses migrantes sequer imaginavam, porém, as conseqüências perversas do sistema econômico no qual depositavam suas esperanças por dias melhores.

No Rio de Janeiro, *“as favelas surgem ocupando terrenos ‘de ninguém’, da Prefeitura ou da União e, muitas vezes, em terrenos alagados”* (IBGE, 1975). Pouco a pouco, os barracos e casebres vão sofrendo subdivisões e abrigando não apenas uma família, mas várias famílias cujos espaços “próprios” eram normalmente delimitados por tábuas de caixotes, latas ou qualquer outro artifício. Com vida inteiramente à parte do resto da cidade, esses espaços já condenavam à exclusão a população pobre que ali se abrigava.

Acompanhando o processo de metropolização, inicialmente marcado por concentrar uma legião de migrantes nas áreas mais centrais das cidades, assistiu-se, entre as décadas de 70 e 80, um movimento populacional dos moradores das favelas e de novos migrantes em direção às periferias, conhecido como “periferização”:

“(…) o crescimento rápido e desordenado das franjas metropolitanas a partir de processos de parcelamento do solo levados a cabo por pequenos e médios agentes imobiliários que se especializaram em ‘driblar’ a legislação urbanística, criando loteamentos irregulares, muitas vezes clandestinos. Periferização refere-se também ao processo de segregação espacial da classe trabalhadora, empurrada cada vez mais para longe de área central da cidade, confinada em espaços marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo” (Valladares, 1991:102-103). “O fenômeno é resultado de uma combinação de fatores: o empobrecimento crescente dos estratos baixos e da classe trabalhadora em geral; a expulsão das áreas centrais através de programas de remoção e renovação urbana; expulsão indireta viabilizada por alterações na legislação urbana, nos impostos e nas leis que regem o mercado do aluguel; a crescente especulação imobiliária” (Santos, 1980 Apud Valladares, 1991:103).

Ao desmantelamento do Estado, que se segue com a crise na qual atravessa o país a partir do final da década de 70, constata-se a absoluta incapacidade do poder público em manter suas funções mais elementares. Exemplo disto é a falência da segunda maior cidade do Brasil – O Rio de Janeiro – em 1998. E, mesmo correndo o risco de parecer simplista a associação entre o processo de urbanização acelerado e a degradação das condições de vida, é certo que novas demandas, quantitativas e qualitativas, emergem durante o processo e que, ao menos no caso brasileiro, não foram atendidas.

“(…) Ao longo dos anos 80, não apenas assistiu-se ao estancamento quase total da expansão, até então acelerada, dos investimentos em equipamentos e serviços públicos urbanos, como à progressiva degradação daqueles já implantados. Não apenas os problemas sociais localizados nas áreas desde sempre desprovidas se agravam, como degeneram precocemente os guetos de modernidade que deveriam prenunciar e simbolizar o futuro de toda a cidade” (Vainer & Smolka, 1991: 21-22).

Tomando o lugar da esperança nas “terras prometidas” das favelas, o processo de segregação dos pobres nas periferias metropolitanas, com exceção de São Paulo, se acentua nos anos 90 e, segundo Rocha e Tolosa (1993), parece associado ao que chamam “ciclo de vida das metrópoles”, desempenhando este papel fundamental na determinação das condições de vida dessa população, agora, caracteristicamente dependente de renda monetária.

Sujeitos a baixos salários e às transformações adversas do mercado de trabalho que lhes é reservado, os pobres possuem condições de vida e saúde diferenciadas na medida em que tenham ou não acesso à infra-estrutura de serviços públicos (saneamento básico, abastecimento de água, acesso à escola e a serviços de saúde, transporte, etc). Assim, é evidente o padrão desigual que se verifica entre núcleo e periferia e mesmo na própria periferia ou nos espaços identificados como favelas, entre pobres e não pobres, de acordo com o estágio de desenvolvimento da cidade e, portanto, com o “ciclo de vida” da metrópole. Padrões notadamente opostos são descritos por Rocha e Tolosa (1993) em relação às características da pobreza para as periferias de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em estudo recente sobre a desigualdade entre os pobres, a partir das favelas do município do Rio de Janeiro, Preteceille & Valladares (2000) chamam atenção para a diversidade existente nesses espaços (localização, condições jurídicas e estruturais das

construções, nível de equipamentos e serviços etc.) e, nesse sentido, para a necessidade de rever a representação tradicional e a imagem consagrada da favela como *locus* da pobreza.

Os autores supracitados analisam, a partir de dados censitários do IBGE, a condição dos espaços caracterizados como favelas, segundo nível de equipamento urbano dos domicílios. Segundo os mesmos, ao contrário da maioria das pesquisas, em considerar a favela carioca como um espaço típico de concentração de pobreza, o estudo realizado destaca a necessidade de tratar a favela como um espaço “plural”; o percentual de 30% dos setores censitários com perfil característico de “urbanização regular”, conforme a qualidade dos equipamentos urbanos, sobretudo no que diz respeito ao saneamento e a coleta de lixo e aos tipos predominantes de propriedade (legalização construção e, ou do terreno) e a diversidade do perfil socioeconômico, de acordo com a renda e a educação. Por fim, demonstram a cautela que se deve ter diante da associação entre favela e exclusão social.

No entanto, independente das diferenças estruturais existentes nos espaços urbanos, é certa a herança perversa do processo de metropolização do Terceiro Mundo, contemporâneo do processo de globalização da economia e da sociedade: países devedores e sujeitos às regras do oligopólio mundial, o desemprego estrutural, dado as possibilidades nulas ou reduzidas desse trabalhador retornar ao mercado de trabalho; a desigualdade e a exclusão social (Santos, 1990; Limoeiro-Cardoso, 2000, Ianni, 2001).

Por fim, para situar o marco teórico utilizado para reflexão sobre a idéia de exclusão a que se refere este trabalho - aqui, mais apropriadamente referido como “desfiliação”, tal como sugerido por Castel (1995) Apud Magalhães (2001) - faz-se necessário deixar claro que a noção de exclusão adotada não diz respeito à concepção dualista de inserção social a qual o termo pode se compreendido e, sim, à instabilidade e fragilidade social em que transitam, principalmente, os indivíduos mais desfavorecidos do mundo contemporâneo guiado pelo processo da globalização do capitalismo.

Dessa forma, ainda apropriando-se das reflexões de Magalhães (2001), apesar dos problemas advindos desse processo, por essência excludente, é necessário explorar também suas potencialidades e, nesse sentido, é preciso considerar a possibilidade de um novo impulso às redes de sociabilidade, bem como atentar para a existência de uma dialética de exclusão e inclusão:

“Toda organização social, qualquer que seja o seu nível – da família à empresa ou à nação – implica, por definição, a inclusão de uns e a exclusão de outros. O que importa

estudar não é tanto a exclusão em si, mas as suas formas específicas, derivadas de processos de exclusão e inclusão” (Schnapper, 1996:23 Apud Magalhães, 2001:576).

2.2 POBREZA, DIREITOS HUMANOS, ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NOS GRANDES CENTROS URBANOS BRASILEIROS

Um dos fenômenos mais chocantes é, sem dúvida, como Josué de Castro e seus seguidores já ressaltavam, a persistência da fome em meio à abundância e, nos dias de hoje, como afirma Sen (2000), a presença da fome na ausência de qualquer crise significativa na produção mundial de alimentos.

Em que pese a sua banalização, como apontada por Sen, a fome releva o problema da pobreza:

“A fome endêmica em massa é um flagelo que perdura em muitas partes do mundo – debilitando centenas de milhões de pessoas e matando uma proporção considerável delas com regularidade estatística. O que faz dessa fome disseminada uma tragédia ainda maior é o modo como acabamos por aceitá-la e tolerá-la como parte integrante do mundo moderno, como se ela fosse um fato essencialmente inevitável” (Sen, 2000:236).

No Brasil, parafraseando Ziegler (2002) no prefácio do recente livro organizado por Flávio Valente, “*a magnitude da fome é ultrajante*”. Longe de ser questão de fatalidade, a fome é um produto da ação humana, um reflexo histórico de uma conduta mundial desumana, de desenvolvimento desigual, uma “questão ética”, como Dom Mauro Morelli a classifica.

2.2.1 Pobreza, Alimentação e Nutrição

A persistência do tema “fome” na atualidade leva à imposição de se compreender a produção e permanência da pobreza e da exclusão social e suas conseqüências na alimentação e na saúde das populações.

No seu limite, pobreza significa fome, e não apenas em suas manifestações mais agudas, mas também fome oculta, crônica, moderada, “invisível”. Fome que, conforme Castro (1982), é a marca de uma morte lenta, conseqüência indireta de uma alimentação cotidiana presente mas insuficiente em qualidade e/ou quantidade.

“A deficiência crônica de energia é muito provavelmente o problema nutricional mais freqüente em todo o mundo. Estimativas indiretas recentes das Nações Unidas, baseadas na disponibilidade nacional de alimentos informada pelos diversos países do globo, dão conta de que mais de 500 milhões de pessoas se apresentam cronicamente desnutridas” (FAO/WHO, 1992 Apud Monteiro; Souza, Mondini, 1995:115).

Em diversos continentes, o perfil de saúde, nutrição e alimentação tem demonstrado que fatores políticos, sociais e econômicos concorrem para determinar, ao mesmo tempo, a fome de cerca de 800 milhões de pessoas e a alta mortalidade e morbidade por doenças crônico-degenerativas, associadas a um consumo opulento e inadequado de alimentos (Silva, 1998). Todas as mais importantes doenças relacionadas com a nutrição estão espalhadas, na maioria dos países, em todas as classes sociais o que, nos últimos tempos, trouxe a adoção da expressão “carga dupla de doenças” para caracterizar o que os países pobres estão experimentando (Eide, 2002).

Têm-se, dessa forma, um quadro mundial, onde

“As doenças típicas, encontradas nas sociedades em desenvolvimento – acima de tudo as doenças infecciosas que, em combinação com a subnutrição provocam a alta mortalidade, especialmente entre as crianças – continuam a cobrar o seu tributo e a exaurir o orçamento dos pobres, enquanto as novas doenças vêm aumentar o custo em termos de incapacidade antecipada e perda do ganha-pão” (Eide, 2000:215-216).

Evidentemente, o perfil de consumo alimentar acompanha o modelo de desenvolvimento econômico-social. Nesse contexto, a urbanização e a inserção da mulher no mercado de trabalho surgem como principais fenômenos desencadeantes das modificações do consumo quantitativo e qualitativo da sociedade (Silva, 1998b), entre as quais a adoção de dietas mais ricas em calorias, porém inadequadas em micronutrientes, especificamente em ferro e cálcio.

No Brasil, tal tendência se torna mais característica nos grandes centros urbanos, à medida que o modelo econômico-social descrito evolui para um modelo econômico globalizado. É o que demonstram os resultados do Estudo Multicêntrico de Consumo Alimentar e Estado Nutricional, realizado entre 1997 e 1998, em sete cidades brasileiras,

através de um convênio entre sete universidades públicas brasileiras e o extinto INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição).

No país, configuram-se, portanto, duas classificações nutricionais extremas: a desnutrição e a obesidade. Tal fenômeno tem sido verificado como de ocorrência típica de sociedades em desenvolvimento, as quais sofrem mudanças demográficas, sócio-econômicas e epidemiológicas acentuadas, entre elas, complexas mudanças nas práticas de alimentação.

Diante desse aspecto, Monteiro et al. (1995) destacam que se impõe à agenda de Saúde Pública do país a prevenção e o controle das doenças crônico-degenerativas, reservando lugar de destaque às ações de educação em alimentação e nutrição que alcancem de modo eficaz todos os estratos econômicos da população.

Nesse caso,

“haveria que se considerar a substituição de ações pouco seletivas e, portanto, pouco eficazes, que têm caracterizado a maior parte das iniciativas brasileiras de combate à desnutrição, por programas que definam criteriosamente sua população-alvo e que sobre ela concentrem ações de eficácia comprovada” (Monteiro et al. 1995:254).

Importante, ainda, é reconhecer a dependência entre saúde e perfil nutricional na infância e as repercussões do comprometimento deste no desenvolvimento potencial do futuro jovem e adulto.

Monteiro (1997) ressalta que, ao mesmo tempo em que más condições de saúde inevitavelmente comprometem a nutrição infantil, más condições de nutrição podem ser devastadoras para a criança, impedindo a plena realização de seu potencial de crescimento e desenvolvimento, minando sua capacidade de resistência às doenças e diminuindo suas chances de sobrevivência e, portanto, desfavorecendo previamente a vida adulta.

“O estado nutricional infantil depende basicamente do consumo alimentar e do estado de saúde da criança. Tais fatores, por sua vez, dependem da disponibilidade de alimentos no domicílio, da salubridade do ambiente e da adequação dos cuidados dispensados a criança. Alimentos, ambiente e cuidados à criança são essencialmente condicionados pelo nível da renda familiar, embora tal condicionamento possa ser modulado, entre outros fatores, pela oferta de serviços públicos de saúde, saneamento e educação e pela presença de programas governamentais “compensatórios”, em particular programas de subsídios ou de doação de alimentos” (Monteiro et al., 1995a:104).

Assim, como o estado nutricional e de saúde da criança apresenta-se, também, correlacionado ao atendimento das necessidades básicas, como a alimentação e condições de moradia e estes são intimamente relacionados ao nível de renda de suas famílias, é preocupante a vulnerabilidade a que está relegada a saúde das crianças deste país, considerando-se dados recentes do IBGE, citados pelo Relatório “Situação da Infância Brasileira 2001”, preparado pelo UNICEF. Segundo o documento, “30,5% das famílias brasileiras com crianças entre 0 e 6 anos de idade vivem com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Na região Nordeste, 53,6% das famílias com filhos menores de seis anos têm renda de até meio salário mínimo. Esse índice é de 34,8% na região Norte, 18,3% no Sudeste, 21,8% no Sul e 25,2% no Centro-Oeste” (UNICEF, 2001:27).

A repercussão nessa dessa situação fica evidente ao longo da vida. No que diz respeito, por exemplo, à região sudeste do Brasil, onde se localiza o campo de investigação deste projeto, esta contabiliza cerca de 6 milhões de pessoas, na faixa de 18 anos ou mais, em baixo peso, segundo análise de números absolutos. A região encontra-se, portanto, numa das mais graves situações do país (Coitinho et al., 1991).

Ao considerar esta região como forte receptora das influências do modelo capitalista globalizado, torna-se fonte de preocupação o padrão de escolha alimentar de populações urbanas segundo a lógica do consumo e, portanto, da lógica técnico-informacional a que a indústria está vinculada.

Nesse sentido, cresce uma tendência de consumo alimentar que privilegia, ao mesmo tempo, alimentos veiculados pela mídia, e assim, de consumo comum a toda população, e que também sustentem o corpo para o trabalho constante. Acredita-se que isso explique, em parte, um padrão de consumo alimentar onde a base da alimentação garanta um percentual calórico e protéico alto, em detrimento da adequação de micronutrientes – uma dieta desequilibrada nutricionalmente mas que permite, pelo menos ao adulto, a força física para o trabalho.

Em decorrência, pode-se supor a emergência de dois problemas de saúde: um, advindo do próprio tipo de alimentação, o que já pode ser verificado pelo crescente percentual de obesos nos grandes centros urbanos e o aumento da incidência de doenças crônico-degenerativas. Segundo, ainda pouco estudado, relaciona-se ao desgaste físico e emocional acarretado por essa nova lógica econômica e, portanto, de trabalho, com a ruptura do ritmo biológico ou social.

2.2.2 Alimentação: um direito humano universal

Tratar a questão da alimentação como um direito humano nos impõe a uma reflexão sobre segurança alimentar, nos remete às palavras de Josué de Castro e de Herbert de Souza (conhecido como Betinho) e ao passado de ambos na luta incansável contra a fome. O inadmissível é que ainda se façam atuais as palavras desses homens que já entre nós não estão e não podem mostrar sua indignação pelo que aí está: a triste realidade das pessoas que morrem devido à fome ou de doenças decorrentes desta, em meio a tanta abundância e a mais absoluta riqueza.

“Em um mundo que está cada dia mais rico e que bate recordes de produção de alimentos a cada ano, é inaceitável que a fome e a desnutrição crônica ainda flagelem as vidas de mais de 800 milhões de pessoas. Cerca de 36 milhões de pessoas morrem, direta ou indiretamente, em decorrência da fome a cada ano. A cada 7 segundos, uma criança com menos de 10 anos morre de doença relacionada à desnutrição. No entanto, o mesmo relatório da FAO que nos informa sobre a dimensão do problema também nos indica que o mundo já produz comida o suficiente para alimentar 12 bilhões de seres humanos.⁴ Como a população global hoje é de 6,2 bilhões, há mais do que a quantidade suficiente de alimentos produzidos no mundo. No Brasil, a produção também é suficiente para alimentar a população atual” (Ziegler, 2002:13).

O direito à alimentação é reconhecido no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (“*toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação*”), no artigo 11.1 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (“*direito de todos de usufruir de um padrão de vida adequado para si mesmo e sua família, incluindo moradia, vestuário e alimentação adequados, e à melhoria contínua das condições de vida*”) e no artigo 27 da Convenção dos Direitos da Criança de 1989.

Segundo Valente (2002), as leis internacionais estabelecem o direito à alimentação como um direito básico. Reafirmado em pronunciamentos da comunidade internacional nos últimos cinquenta anos, este direito é um resultado da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1996 (Valente, 2002).

Segundo o mesmo autor, embora o direito à alimentação já esteja firmemente estabelecido, ele precisa ser mais elaborado para facilitar sua implementação. Entre os diversos instrumentos internacionais de proteção e promoção do Direito Humano à Alimentação, Valente (2002) considera que:

“O avanço mais relevante em relação ao direito à alimentação veio com a Cúpula Mundial de Alimentação, que teve lugar em Roma, em 1996, a convite da Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO). Levando em consideração que a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar e o Plano de Ação da Cúpula Mundial foram adotados pela Cúpula, ou seja, pelos líderes mundiais, os compromissos podem ser considerados como tendo significado predominante em termos legais, políticos e morais, na comunidade mundial” (Valente, 2002:217-218).

Após 1996, foram tomadas diversas providências para implementação efetiva do direito à alimentação. O passo mais significativo, neste sentido, veio com O Comentário Geral nº 12 do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU, em 12 de maio de 1999. A este cabe a responsabilidade pelo monitoramento da implementação do direito à alimentação adequado pelos Estados signatários do tratado. Segundo Eide (2002), primeiro relator especial da ONU sobre o direito humano à alimentação, este comentário figurará, em tempos vindouros, como o documento oficial de maior autoridade com referência ao direito à alimentação. De forma geral, o conteúdo do Comentário destaca a importância da dignidade, princípio fundamental dos direitos humanos; a adequação e sustentabilidade (física e econômica) da disponibilidade e acesso à alimentação, como essenciais para cumprimento do direito à alimentação e aos outros direitos humanos.

Nesse sentido, é preciso considerar que

“Segurança Alimentar é definida, correntemente, como o acesso de todos ao alimento necessário para uma vida sadia e ativa (FAO, 1998:32 Apud Eide, 2002:228). Alcançar a segurança alimentar significa que alimentos estão disponíveis em quantidade suficiente, que os estoques são relativamente estáveis e que aqueles com necessidade de alimentos podem obtê-los. A Segurança Alimentar significaria, portanto, habilitação⁵ efetiva para a alimentação

⁴ Para leitura, o autor indica o “Food and Agriculture Organization of the United Nations”, *The State of Food Insecurity in the World 2001*. Rome, FAO, 2001.

⁵ Segundo o autor, originalmente o termo é *entitlement*, com o sentido de titularidade, ou direito social.

adequada ou recursos para obtê-la e que existe, em princípio, alimento suficiente” (Eide, 2002:228).

Portanto, a avaliação em relação à segurança alimentar deve considerar aspectos como disponibilidade de alimentos (diga-se de passagem, problema inexistente no Brasil), possibilidade de acesso da população aos mesmos, possibilidade financeira de consumo, etc. Entre estes, para um país como o Brasil e, principalmente, em relação às regiões sul e sudeste do país, a situação econômica da população configura-se como aquele fator que mais limita o alcance da segurança alimentar. Baixos salários, informalidade e insegurança em relação ao trabalho contribuem, então, para que não seja possível afirmar que, apesar da quantidade enorme de alimentos produzidos, ou seja, disponíveis, o povo brasileiro encontra-se em situação de segurança alimentar e, nesse sentido, que tenha o seu direito à saúde e à vida garantidos.

2.2.3 Políticas Públicas de Subsistência Alimentar no Brasil: perspectivas atuais

De acordo com Eide (2002), ao longo de sua recente história democrática, o Brasil tem despendido esforços para a integração social e a correção da desigualdade, que deram lugar ao desenvolvimento de estratégias para a eliminação da fome e para a promoção do direito humano à alimentação. Este, e outros autores, destacam o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar no ano de 1993, substituído, em 1995, (segundo Dom Mauro Morelli, equivocadamente) pela Comunidade Solidária, uma entidade de ligação entre o Estado e a sociedade civil.

Apesar dos esforços, ainda é chocante o fato de que no Brasil, um dos maiores exportadores de alimentos e a décima maior economia,

“No entanto, milhões de brasileiros ainda sofrem de fome e desnutrição. De acordo com o governo, 22 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de indigência, sem comida suficiente para comer a cada dia.⁶ O Partido dos Trabalhadores (PT) avalia que existem 44 milhões de famintos no país, enquanto Dom Mauro Morelli, que dedicou sua vida ao trabalho

⁶ IPEA, SEDH, MRE. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil: Documento elaborado para a visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre Direito a Alimentação*. Documento elaborado pelo IPEA, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Ministério de Relações Exteriores, 2002. Este número mede a magnitude da pobreza, não constituindo medida direta da fome.

com os mais pobres no Brasil, estima que existem 55 milhões de pessoas que passam fome no país⁷” (Ziegler, 2002:12).

No contexto em que foi redigido esse trabalho, travava-se uma discussão sobre o Projeto Fome Zero, iniciativa da administração Lula que alcançou grande visibilidade já nos primeiros dias do governo eleito em outubro de 2002. Suscitou polêmica na imprensa a quantificação do número de pobres, que oscilariam entre 26 e 43 milhões, de acordo com diferentes critérios utilizados pelas instituições responsáveis pelos levantamentos. Para efeito de mapeamento do programa, em princípio, o cadastro único dos pobres contabilizado no governo Fernando Henrique Cardoso foi rejeitado pelo governo Lula. Em maio de 2003, encontravam-se ainda em discussão a necessidade e a ocasião de realizar um novo levantamento.

No período pós-revolução de 1964, as políticas compensatórias foram objeto de diversas propostas e conheceram muitas discussões. Eduardo Suplicy, Senador por São Paulo, propôs o Programa de Renda Mínima, como forma de complementar a renda familiar das famílias que não alcancem o necessário para sua subsistência. Sua proposta inicial, era que toda a pessoa de 25 anos ou mais que não possuísse renda de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) passaria a ter um imposto de renda negativo, equivalente a 30% da diferença entre R\$ 270,00 e a sua renda, podendo o Executivo elevar a alíquota de 30 para 50%. A proposta inicial era que a implantação do programa começasse pelos mais velhos e mais pobres.⁸

Numa lógica semelhante lançou-se o Programa Bolsa Escola, de autoria disputada por correntes políticas diferentes. Colocado em prática no Distrito Federal pelo governador Cristovam Buarque, segundo fontes ligadas ao PSDB, teria sido primeiro implantado em Campinas, interior de São Paulo, pelo ex-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. De qualquer modo, tratava-se de uma iniciativa que buscava condicionar o recebimento de um benefício em dinheiro à frequência das crianças matriculadas em escolas públicas. O Bolsa Escola Federal, do governo Fernando Henrique Cardoso, foi operacionalizado a partir de um cadastro realizado em convênio com as prefeituras, iniciado em maio de 2000. Seriam contempladas crianças de famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo, até um máximo de três crianças por família. O benefício era retirado em espécie, através de cartão magnético, nas agências e postos da Caixa Econômica Federal. O valor era de 15,00 reais mensais por criança, na faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade. O programa, no início de

⁷ Projeto Fome Zero, Instituto Cidadania, Fundação Djalma Guimarães. *Uma proposta de política de combate a fome no Brasil*, 2001.

⁸ Conferência Internacional sobre renda mínima – 11/08/1998.

2002, segundo material de divulgação do Ministério da Educação, chegou a atingir os 5561 municípios brasileiros. Além do cadastro familiar, outra crítica que foi feita ao Bolsa Escola Federal (vários Estados e alguns municípios chegaram a implantar iniciativas semelhantes) dizia respeito a dificuldades de transporte das beneficiárias até o local de recebimento do benefício. Em que pese a alardeada capilaridade da estrutura da Caixa Econômica, o fato é que mães moradoras da zona rural de alguns municípios, ao deslocar-se para receber a Bolsa Escola, gastavam muitas vezes mais de um terço do que recebiam por cada dependente (R\$ 15,00) com as passagens de ônibus.

No entanto, esse não foi o único programa de política compensatória implantado pelo Estado. O Vale-Gás e a Bolsa Alimentação, utilizando-se muitas vezes do mesmo cadastro e do mesmo cartão do Bolsa Escola Federal, procuraram compensar as dificuldades dos pobres brasileiros na subsistência do cotidiano. O desemprego e o achatamento salarial tornaram muito mais difícil para milhões de famílias brasileiras contemplar suas necessidades, entre elas uma que pode ser considerado um dos direitos humanos: o direito à alimentação.

O Programa Fome Zero reconheceu a necessidade específica de quantificar e identificar os portadores de um sintoma subjetivo. Outros programas de política governamental compensatória não assumiram abertamente o termo “fome”, ainda que seus recursos pudessem ser empregados – no caso da Bolsa Escola, por exemplo - na compra de alimentos para a família, como efetivamente ocorreu com muitas contempladas. Não por acaso os cartões magnéticos foram impressos com os nomes das mães. Se grande número de lares já estão sob a responsabilidade de mulheres, procuraram os gestores do Bolsa Escola prevenir a possibilidade de uso indevido dos recursos. A mesma preocupação – a possibilidade de desvio do dinheiro para outras finalidades - foi manifestada pelo Ministro da Segurança Alimentar José Grazziano, ao lançar a idéia inicial, ainda no esboço do Fome Zero, de distribuir cupons de alimentação e exigir nota fiscal dos beneficiários, comprovando a exclusividade do dispêndio com alimentos dos recursos recebidos.

Mais antiga que esses programas de política compensatória é a distribuição de cestas básicas, em áreas de calamidade pública ou de crônica carência, como nas regiões de seca. Todavia, as ações de cunho julgado predominantemente assistencialista têm sido, progressivamente, substituídas por aquelas que exijam alguma contrapartida. Pelo menos no que se refere à veiculação publicitária, as ações beneficentes nos moldes das empreendidas pela antiga Legião Brasileira de Assistência – que remete à era Vargas - cedem lugar àquelas que preferem falar em “participação”, “solidariedade”, “parceria”. Exemplo disso, o programa posto em prática pelo governo do Estado do Rio de Janeiro (gestão Anthony Garotinho), foi

denominado “Compartilhar/Cesta do Cidadão”. Na prática, popularizou-se como o “Cheque-Cidadão”, que realizava a distribuição de um bônus mensal impresso, no valor de R\$100,00 (cem reais), para que as famílias carentes trocassem por alimentos e produtos de higiene e limpeza, em estabelecimentos conveniados. O cadastro dos beneficiários do “Compartilhar – Cesta do Cidadão” foi objeto de discussões. Alegou-se que as igrejas evangélicas concentravam excessivamente essa atribuição.

A Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo VII, Art. 227, inclui a alimentação como um dos deveres da família, da sociedade e do Estado, para com a criança e o adolescente. Também esse é o escopo do Art. 79, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pela Lei Complementar no. 111, de 6 de julho de 2001, que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Regulamentados ou não em nível legal, o combate à pobreza e erradicação da fome fazem parte das políticas públicas dos países do Terceiro Mundo, no qual está inserido o Brasil. A Consolidação das Leis do Trabalho, cuja redação se pretende revisar no bojo das reformas constitucionais previstas pelo Governo Lula, data de 1946, e incluiu, no seu texto original, o termo “cesta básica”, enquanto definição das necessidades básicas mensais de uma família de cinco pessoas, envolvendo alimentação, vestuário, transportes e outras demandas. A norma legal tratou, então, de correlacionar salário mínimo e cesta básica, na intenção de resguardar os direitos do trabalhador. Há, porém, consideráveis discrepâncias entre o quantificado como pertinente às “necessidades básicas”. Tomando-se como padrão os valores pautados pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais e Econômicos), a cesta básica para uma família seria equivalente a R\$ 1.350,00, em janeiro de 2003. A Bolsa-Alimentação, prevista pelo Governo Federal, em valores do mesmo período, seria de R\$ 50,00, para pessoas com renda familiar inferior a meio salário mínimo (até maio de 2003, o salário mínimo vigente era de R\$ 200,00).

Note-se, ainda, que o desemprego, marcadamente em regiões metropolitanas como a “Grande São Paulo”, tem girado em torno de 18% da população economicamente ativa. Esse e outros fatores resultam num enorme distanciamento entre a intenção legal e a prática cotidiana. As políticas públicas compensatórias e de inclusão social correm em paralelo às demandas, tendo sido, até agora, insuficientes para combater o problema da carência, seja de renda, seja de alimento. No Brasil, a cada ano, cerca de 57 mil crianças morrem em decorrência da insuficiência alimentar (dados de 1999). Segundo o Instituto da Cidadania, 44 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda familiar de

menos de um dólar por dia. Desses, 26 % habitariam a periferia das regiões metropolitanas do Sudeste.

O “combate à fome”, assim denominado, foi recentemente inserido como política pública no Brasil. O governo federal, empossado em janeiro de 2003, criou o “Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar” para tratar desse assunto. Ao evitar o uso explícito da palavra “fome”, as autoridades parecem ter preferido evitar uma polêmica. O número de famintos do Brasil foi objeto de discussão na mídia, durante a campanha eleitoral à Presidência da República no segundo semestre de 2002. Quantificar a insuficiência protéica, dar números à ingestão diária de calorias é algo que, ainda que com muitas dificuldades, pode ser mensurado. A fome, conquanto represente o lado mais dramático da exteriorização da pobreza, tem uma carga de subjetividade em sua própria definição.

Como se organizam as iniciativas não-governamentais contra a insuficiência alimentar e a miséria? Se fôssemos considerar apenas a renda familiar (função do desemprego, do subemprego e da informalidade), o número de pessoas mal alimentadas e passando fome teria uma correlação direta e mais aproximada com as estatísticas. Todavia, é consenso que a sociedade vem encontrando alternativas paralelas ao poder público. Redes sociais vêm-se formando, algumas interagindo de forma sinérgica, outras, disputando espaços de influência e poder.

A partir do final da década de 80 e do início da década de 90, grupos sociais, políticos e religiosos – de interesses nem sempre conflitantes - procuraram marcar presença na periferia das metrópoles, buscando atingir com suas mensagens específicas uma clientela aparentemente fragilizada, tornada suscetível pela vivência cotidiana do binômio pobreza-fome.

2.3 REDES SOCIAIS URBANAS E AS DIFICULDADES DE SOBREVIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Assim como Tavares (1990), acredita-se que:

“a história não morreu, e o presente é visto como história aberta, que retoma continuamente o passado doloroso, mas permite construir novos caminhos. Quando estes parecem bloqueados pelo fragor da crise, pela falta de uma vontade política coletiva ou pela inviabilidade dos velhos pactos de compromisso entre as elites, sabemos que, assim mesmo, organizações humanas de todo o tipo, desconectadas, tangidas pela necessidade ou pela esperança, estão nesse exato momento construindo veredas, não apenas nos Grandes Sertões, mas no asfalto das megalópoles, em busca da cidade futura, da cidadania desejada” (Tavares, 1990:9 Apud Piquet, 1991:42).

2.3.1 Redes Sociais: considerações teóricas

Neste subitem procurar-se-á discutir a importância da análise sócio-cultural como procedimento metodológico no estudo das redes de apoio social. Visa também trazer algumas considerações teóricas que possam contribuir no debate sobre a relação entre projetos e propostas locais para o enfrentamento de problemáticas de saúde, inseridos no contexto das sociedades complexas. Nesse sentido, buscar-se-á aproximar das perspectivas metodológicas inerentes à antropologia, tomando-se como importante a análise dos aspectos sócio-culturais na compreensão da dinâmica das redes de apoio social.

“A análise do contexto cultural é decisiva para entender tanto o apoio social quanto as redes de apoio. Influencia a percepção sobre os integrantes do apoio, quem o fornece, para quem, e sob quais circunstâncias. Além disso, as redes são composições de relações sociais, características nas quais são moldadas/formuladas, em parte, por crenças culturais, valores e normas. Como resultado, a análise cultural deve ser parte dos procedimentos que devemos empregar para compreender tanto a estrutura como o funcionamento de redes de apoio” (Jacobson, 1987).

Atualmente, a idéia de rede tem sido bastante utilizada por especialistas das mais diversas áreas: Ecologia, Saúde, Comunicação, Religião, Antropologia, Administração, Geografia, entre outras. Em consequência, seu emprego tem sido destinado tanto às investigações de natureza quantitativa bem como qualitativa, ou ambas.

Cientistas sociais, profissionais e pesquisadores interessados pela área da saúde parecem buscar na idéia de rede um caminho para incorporação de outros olhares à lógica dos serviços de saúde. Talvez os exemplos mais evidentes estejam nas redes de apoio social formadas nos universos da saúde mental e diante do envelhecer – e, principalmente, naqueles que pretendem investigações sobre a determinação de valores culturais e sociais diante dos problemas de saúde. (Krause et al., 1999; Liem & Liem, 1978; Robles et al., 2000; Troncoso et al., 1995).

Oliveira (1999) lembra que a noção de redes / redes sociais nasce na Antropologia social e sua primeira aproximação remonta a Claude Lévi-Strauss, em sua análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco (década de 40).

Segundo Souza (1999), data da década de 50, o surgimento do conceito de redes sociais o qual, de acordo com sua revisão bibliográfica, teve sua crescente popularidade a partir de dupla origem: primeiro, uma insatisfação com a análise de cunho estrutural-funcionalista guiando a busca por novos modos de interpretação social. Em segundo lugar, aparece o campo das matemáticas não quantitativas, como a ‘*Graphy Theory*’ – útil na descrição das ligações entre membros de um sistema social.

De acordo com Mayer (1987), Radcliffe-Brown (1952) empregou o termo “rede” caracterizando a estrutura social como a “rede de relações sociais efetivamente existentes” e afirmou também que essa estrutura deveria constituir o objeto de investigação antropológica. O mesmo autor cita que foi Barnes, adiante, quem empregou maior precisão à definição de rede e sugere que é ele quem dá importância à rede na medida em que ela é uma base para os conjuntos que tanto lhe interessavam como campo social, e não um instrumento para descrevê-los.

Para Barnes (1987), o interesse pelo conceito de rede social surge na década de 50, como um instrumento analítico útil para o estudo em políticas locais e conclui, a partir de sua experiência e de observação de trabalhos dos colegas, que “*a rede social pode ser útil no exame de vários tipos de situações sociais*”.

A partir da década de 60, pode-se perceber um emprego do uso de redes próximo de uma definição mais analítica e já não tanto uma noção metafórica como as anteriores.

Mitchell (1969) Apud Souza (1999), responsável pela sistematização dos procedimentos para o registro e análise de redes sociais, as define como:

“um conjunto específico de ligações entre um conjunto definido de pessoas com a propriedade adicional de que as características dessas ligações como um todo podem ser usadas para interpretar os comportamentos sociais dessas pessoas envolvidas” (Mitchell, 1969 Apud Souza, 1999).

Seria possível citar, aqui, inúmeras definições de redes. Isso seria exaustivo e não levaria a qualquer conclusão definitiva, talvez porque o caráter de rede já traga embutido não só a natureza dinâmica que a constitui, mas o próprio dinamismo de seu emprego e, por conseguinte, de sua definição.

Entre as diversas significações que a noção de rede (*network*) vem adquirindo, servem aos objetivos desta dissertação as seguintes: um sistema de elos interdependentes; uma cadeia inter-relacionada ou um sistema de coisas não materiais; uma estrutura dinâmica, podendo ser estável; um sistema que inclui forças de globalização e localização; virtuais, mas também reais; técnicas, mas também sociais; que possibilite um movimento dialético entre oposições, confrontos e alianças.

Enfim, a noção de rede será tratada na discussão não com a adoção de uma definição em especial, mas com a idéia de um sistema de interação que pode ser social, cultural, espacial, informal e, ou, institucionalizado e temporal. Nesse sentido, acredita-se que o entendimento sobre a noção de redes sociais pode ser positivo na formulação de propostas que tenham, pretendam ou necessitem apreender contextos sócio-culturais.

A Configuração de Redes em Sociedades Complexas

A perspectiva de compreender a configuração de redes sociais em sociedades complexas, a partir da inclusão de um olhar antropológico, parece interessante, mas traz problemas de ordem metodológica. É certo que já circulam algumas discussões nesse sentido. Porém, há, ainda, muito a debater.

Primeiro, é preciso ter em mente a heterogeneidade cultural e social do ponto de vista, por exemplo, de costumes e trabalho numa sociedade complexa. Por outro lado, é necessário lembrar que é próprio da tradição antropológica tratar com grupos mais ou menos homogêneos ou, pelo menos, de baixa complexidade, como as sociedades indígenas.

Esse é um desafio: a construção de um método que traga o olhar antropológico, com sua perspectiva sócio-cultural, mas que seja capaz de apreender o entrecruzamento de diferentes laços sociais e a coexistência de uma pluralidade de valores e normas, freqüentemente em conflito, característico de uma sociedade complexa.

Afinal, o que se entende por sociedade complexa? Qual será a idéia a ser utilizada nestas breves considerações? Será de Velho (1999) a principal referência adotada:

“A noção de uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riqueza delineiam ‘categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica’, sejam classes sociais, estratos ou castas. Por outro lado, a noção de complexidade traz também a idéia de heterogeneidade cultural que deve ser entendida como coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc. Obviamente existe uma relação entre estas duas dimensões – a divisão social do trabalho e a heterogeneidade cultural” (Velho, 1999).

É necessário, ainda, deixar claro que esta dissertação trata, em sua discussão, sobre as complexas sociedades industriais modernas, pois segundo Hobsbawn (1975) Apud Velho (1999) existem pelo menos dois tipos a serem distinguidos: as tradicionais e as industriais modernas. Herança da Revolução Industrial, sua principal característica é a grande metrópole contemporânea, abrangendo um maior número de indivíduos, devido ao desenvolvimento das forças produtivas, o ‘*locus*’, por excelência, das realizações e traços mais característicos desse novo tipo de sociedade” (Velho, 1999).

Vivemos, pela primeira vez na história, um modo de produção capitalista que dá forma às relações sociais em todo o planeta. Um capitalismo global que está estruturado, em grande medida, em uma rede de fluxos financeiros, levando-se em consideração a idéia geral de rede como *um conjunto de nós interconectados* que, enquanto estruturas abertas, são capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que sejam compartilhados os mesmos códigos de comunicação (Castells, 1999).

Retornando ao conceito de redes e tomando, ainda, a idéia de Castells (1999) como referência, pode-se pensar que as redes se constituem em:

“instrumentos apropriados para a economia capitalista, baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e

reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo” (Castells, 1999).

Portanto, entender tal dinâmica não apenas se torna um desafio, mas uma prioridade e é, nesse sentido, que se busca, para este trabalho, uma base teórica que permita discutir, posteriormente, processos metodológicos que possam abranger a apreensão do atual cenário social, ao mesmo tempo global e local, e o imbricar de aspectos sócio-culturais resultantes em uma sociedade de indivíduos interdependentes.

Redes Sociais e Aspectos Sócio-Culturais

Os aspectos sócio-culturais são mediadores / facilitadores do desenvolvimento e da manutenção das redes (Jacobson, 1987). Eu diria que eles são os mediadores/facilitadores da formação, manutenção e transformação das redes sociais, uma vez que se pode perceber a presença de um fluxo constante de relações em processo de interdependência.

Por sua vez, os aspectos sócio-culturais são dependentes do tempo e do espaço – é uma construção social histórica, o que faz com que a rede seja um processo calcado pela história dos indivíduos.

Então, ao tentar entender a dinâmica de uma rede, o olhar precisa ser dirigido, assim como pensa Norbert Elias, baseando-se na existência de relações e funções, partindo-se do princípio que o “indivíduo é parte de um todo maior” (Elias, 1994).

Norbert Elias (1994) acredita que, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades, é preciso haver a formação de longas cadeias de atos - “*um arcabouço de funções interdependentes*”. Assim, cada pessoa está presa por viver em permanente dependência funcional de outras e as redes acabam por ser dependentes de sua própria estrutura; ou seja de seus elos sócio-culturais de sustentação.

Para Geertz (1973), o objetivo analítico de estudar o contexto cultural consiste em identificar as “*estruturas de significação e construção de informação estabelecidas socialmente*”, isto é, “*o contexto nos quais os eventos e as ações são decifradas, em termos dos quais as pessoas agem, percebem e interpretam seus comportamentos e dos outros*”.

Nesse sentido, os elos sócio-culturais impulsionam o processo de relações de indivíduos e, ao mesmo tempo, são eles que permitem seu movimento: “*elas se fazem e se*

desfazem, se constroem, se destroem e se reconstroem” (Waizbort, 1999 Apud Oliveira, 1999), tornando-se ferramentas úteis para a compreensão do comportamento humano.

Segundo Barnes (1987), *independente de qualquer coisa, a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde.*

Resta-nos, então, aprender a utilizar a rede como ferramenta metodológica na compreensão da estrutura e funcionamento das redes sociais.

O Método de Redes para a Saúde Pública

Parte-se do pressuposto que a construção de redes sociais em sociedades complexas viabiliza a circulação de apoio social, mediada por uma identidade cultural.

No entanto, é preciso estar atento ao fato de que as relações que constituem as redes não devem ser vistas apenas como relações de apoio positivo. Vários pesquisadores demonstram que elas podem ser, também, fonte de estresse. (Jacobson, 1987) Daí a importância de distinguir entre seus aspectos “interacionais” e “estruturais”, segundo Mitchell (1969) Apud Jacobson (1987).

É necessário, ainda, perceber que uma análise que tenha como objetivo correlacionar as características da rede com os tipos de apoio que ela forneça, pode desviar a atenção do entendimento das formas através das quais as relações são concebidas e dos processos pelos quais elas e as redes se formam e se transformam (Jacobson, 1987).

Por isso, a importância em deixar clara a diferença entre apoio (*social support*) e rede social, mesmo que este último tenha diversas definições devido a sua vasta aplicabilidade. Castro et al. (1997) chamam atenção sobre a ambigüidade do conceito de apoio social. Segundo os autores, é comum encontrar termos como “relações sociais”, “vínculos sociais”, “redes sociais” e outros sendo utilizados indistintamente, contudo, sem se referir necessariamente ao mesmo sentido. A fim de não deixar dúvidas, apoio social é tido como:

“Qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, ou seja, que gera efeitos positivos tanto para o recipiente, como também para quem oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas” (Minkler, 1985 Apud Valla, 1999).

Por sua vez, as redes sociais como espaços de organização social e mobilização de ações individuais ou coletivas, constituem-se locais onde há valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas – mesmo não excluindo a existência de relações de poder (Marteleto, 2001). Nesse sentido, traz uma perspectiva rica para a articulação entre políticas públicas e sociedade, enfim, para uma intervenção mais positiva na Saúde Pública, seja do ponto de vista de maior interação com populações locais, via valorização do conhecimento popular no enfrentamento dos problemas de saúde, seja através de melhor aproveitamento de recursos, através de intervenções mais eficientes.

2.3.2 Redes de Movimentos Sociais: elementos constituidores da cidadania

Esta sucinta descrição não pretende resgatar historicamente os movimentos sociais ou em relação a esses elaborar qualquer julgamento mais aprofundado. Contudo, não se pode negar a importância de seu papel enquanto elementos constituidores da cidadania política dos brasileiros e impulsionadores de mudanças sociais. Seria exaustivo procurar levantar e descrever cronologicamente a ocorrência de tais movimentos dada a existência de boa e concisa bibliografia sobre o assunto, mas é importante, no mínimo, exemplificar a ocorrência de ações dessa natureza no que diz respeito às lutas pela sobrevivência e pelo “direito à alimentação”.

“A rigor, as populações de baixa renda, há muito, têm sido obrigadas a resolver *privadamente* necessidades supostamente de responsabilidade pública. Enquanto as camadas superiores de renda têm sido contempladas por políticas de crédito habitacional subsidiado, os pobres têm sido constringidos à autoprodução – processo de indiscutível natureza privada. Da mesma forma, mutirões organizados para a instalação de equipamentos de saneamento básico, arruamento, etc., representam formas privadas de urbanização em uso nas áreas periféricas, enquanto nos bairros mais nobres esses investimentos são financiados através de impostos marcadamente regressivos.(...)” Vainer & Somlka, 1991:26).

Nesse contexto de empobrecimento das camadas populares e de interesse para este trabalho, é necessário destacar, de acordo com diversos autores⁹, a esperança que se depositava nos moradores das periferias, das favelas e outros submundos, como novos atores no processo de libertação e transformação social. Nesse sentido e com a intenção de apenas

⁹ Gohn, 1982; Kowarick, 1988; Scherer-Warren, 1993, etc.

pontuar o assunto, lembra-se o apoio, quase sempre constante, de religiosos e agentes pastorais e a ocorrência do Movimento das Favelas, em 1979, em São Paulo e Belo Horizonte, apesar da movimentação organizada de moradores de favelas, já registrada desde a década de 60, particularmente no Rio de Janeiro. “Inicialmente, reivindicou-se água, logo a seguir luz e melhorias generalizadas, depois projetos de reurbanização e, finalmente, a posse de terra” (Gohn, 2001:121).

“Em apoio ao movimento dos favelados, encontramos inúmeros religiosos e agentes pastorais, responsáveis pela criação de uma Pastoral das Favelas e pela organização de inúmeros congressos, tanto locais, como estaduais e nacionais. A conjuntura política do país levou a alterações no tratamento dispensado pelo Estado aos favelados – considerados marginais. De políticas de combate às favelas com desocupações policiais violentas, passou-se a dialogar e a negociar com as lideranças dos favelados. Inúmeros projetos de reurbanização de favelas foram elaborados e implementados, assim como se criaram novas leis e regulamentações, originando tarifas diferenciadas e até a Lei de Direito Real de Uso” (Gohn, 2001:122).

Ao longo da História do Brasil, diferentes ações foram empreendidas por classes e categorias sociais diversas, na luta pela conquista de seus direitos ou bens e equipamentos considerados como necessários, ou ainda ações contra injustiças sociais, discriminações ou atentados contra a dignidade humana. Normalmente, registradas como marginais, “como disfunções à ordem social vigente”, o fato é que “várias transformaram-se em movimentos, lutas prolongadas, ou até guerras. Outras se institucionalizaram e foram incorporadas ou absorvidas pela sociedade civil e política brasileira” (Gonh, 2001:7). Este é o caso de algumas ações levadas a cabo pela sociedade civil em relação a problemas relacionados à fome e à alimentação.

A partir da década de 80, intensifica-se a movimentação social pelos problemas sociais e políticos. Inaugurada com a luta pelas Diretas Já, em 1984 – em todo o país, milhares de pessoas presentes em manifestações diversas na luta pelo restabelecimento do regime democrático – e diversos outros movimentos políticos e sociais – Movimento de Invasões de Terras na Fazenda Itupu, São Paulo; Criação da Confederação Geral de Trabalhadores, CGT; Movimento de Desempregados em São Paulo; saques em Supermercados e Lojas no Rio e em São Paulo; Criação da Central Única dos Trabalhadores, CUT; Movimento dos Assentamentos Rurais, etc.) – finda, porém, com a descrença e

desmobilização das massas, em grande parte e indiretamente, devido ao acirramento da crise econômica, com as políticas neoliberais de privatizações. Em síntese, os resultados são, assim como descrito anteriormente nesta dissertação, alto índice de desemprego e falta de “verba” para atender às demandas sociais (Gohn, 2001). Apesar do quadro desanimador reinante no fim dos anos 80, o período é extremamente rico do ponto de vista político e cultural.

Os anos 90 reinauguram a arena das lutas sociais. Surgem movimentos sociais centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana, trazendo uma essência moral nas reações manifestadas. Registra-se no período o movimento pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e, na ocasião, o Movimento dos Caras-Pintadas; greves no Setor Público da Saúde e Educação; o Movimento pela Ética na Política; Fórum das ONGs Brasileiras (ECO-92); o movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, o Movimento dos Aposentados; o Movimento Viva Rio e “campanhas” diversas. Ressalta-se, também, o crescimento dos Organismos Não Governamentais (ONGs) e políticas de parcerias com ênfase na complementaridade das políticas sociais.

No processo de luta contra a fome, destaca-se, a partir da década de 80, a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (I CNAN), em 1986; a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), em 1993; a Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida – tendo como slogan, no final de 1993 e de 1994, o até hoje conhecido “Natal Sem Fome”; a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994; a forte participação da sociedade civil brasileira no processo de preparação da Cúpula Mundial da Alimentação e o interesse e a participação crescente de ONGs, grupos sociais e religiosos diversos.

Como um dos movimentos de maior expressão de leitura crítica das necessidades sociais dos brasileiros e de alcance na movimentação da solidariedade humana na sociedade brasileira, comenta-se, a seguir, algumas considerações sobre a Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida.¹⁰

Qualificado por Valente (2002) como um dos maiores parceiros do Consea, o movimento Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida provou, segundo Cohn (2001), “ser um movimento moderno, trabalhando por meio de políticas de parcerias, articulando a comunidade organizada da sociedade civil aos centros de decisão política e às fontes de recursos, objetivando resolver problemas emergenciais; obteve sucesso, ao contrário do que prognosticaram muitos de seus críticos no início, quando afirmavam ser esse tipo de ação um retrocesso à fase caritativa e assistencialista” (Gohn, 2001:149).

Impulsionado pelas campanhas clássicas de distribuição de cestas básicas, A Ação da Cidadania, ou a “Campanha contra a Fome” ou “do Betinho”, como é conhecida, alcançou, em apenas dois anos, a mobilização de 3.000 comitês organizados através de parcerias diversas e formas modernas de gestão dos recursos arrecadados a partir das campanhas praticadas (criando-se um fundo Inter-religioso contra a Fome e pela Vida) e despertou a solidariedade, a criatividade das pessoas, comunidades e entidades organizadas, para a geração de novas formas de rendas e de solução para problemas sociais (Gohn, 2001).

Num movimento de contraposição aos valores fundamentais do capitalismo, às decisões tomadas autoritariamente pelo Estado ou ditadas pelos interesses das classes dominantes, diversos autores compartilham a idéia de que surgem, a partir da década de 70, novas formas de organização, denominadas, por muitos, de novos movimentos sociais:

“Os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como produtores da História, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos” (Rezende, 1985:38 Apud Scherer-Warren,1993:51).

De acordo com Scherer-Warren (1993), esses trazem a perspectiva da ideologia do antiautoritarismo e da descentralização do poder, da criação de um novo sujeito social e de transformações qualitativas – baseadas, por exemplo, na crença do coletivismo e da organização social – a partir de ações concretas da sociedade civil que, independente de seu alcance, apontam um processo de criação de um novo modelo cultural, e redefinem o espaço da cidadania.

Segundo Durhan (1984) e Scherer-Warren (1993), o que é relevante nesse novo sujeito social é o fato de que ele além de reivindicar o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, defende o direito de participar de decisões que afetam o destino de seus membros e o respeito por suas formas culturais, colocando as necessidades e carências como direitos:

¹⁰ Em relação às demais citações em relação às ações contra a problemática da fome e da alimentação, consultar o capítulo 2 do livro “Direito Humano à alimentação”, organizado por Valente (2002).

“A transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania. (...) parece que estamos vivendo um processo de construção coletiva de uma nova cidadania, definida por um conjunto de direitos, tomados como auto-evidentes, que é pressuposto da atuação política e fundamento de avaliação da legitimidade do poder” (Durhan, 1984:29).

No processo de organização de novos movimentos sociais, sempre estiveram presentes na história da sociedade contemporânea e, principalmente, na história da América Latina, grupos e entidades religiosas diversas, carregando a bandeira de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre esses, destaca-se a Igreja Católica com os princípios da Teologia da Libertação (libertação integral, ou cristã) – como libertação das diversas formas de opressão e uma doutrina orientada socialmente – e com os conhecidos Movimentos de Educação de Base e Comunidades Eclesiais de Base.

2.4 GRUPOS RELIGIOSOS NO MEIO POBRE URBANO: alienação ou movimento social de apoio social?

Quando as pessoas procuram a religião?

- *Na dor ou no amor*
(Máxima do Kardecismo)

No atual cenário de segregação espacial, de uma estrutura social cada vez mais desigual, onde a lógica de sobrevivência está vinculada a uma complexidade de fatores, são vistos volumosos segmentos de “pobres urbanos” sujeitos aos limites da exclusão e, conseqüentemente, sujeitos a formas de viver extremamente penosas.

A imposição aos seres humanos de formas de viver baseadas no modelo econômico vigente, perverso e extremamente competitivo, desencadeia processos de intenso desgaste físico e emocional desde o nascimento até a morte, o que explica, em parte, o alto percentual de doenças crônicas, mas também de doenças de difícil diagnóstico na perspectiva do olhar típico da biomedicina, como as perturbações emocionais de mal-estar difuso.

Paralelamente, nota-se uma prática de atenção à saúde ou de compreensão do processo saúde-doença orientada, principalmente, a partir do eixo da patogênese. Nesse sentido, pode-se supor - e é o que mais se pratica – um cuidado e atenção de enfoque medicalizante ou, no máximo, sobre os determinantes imediatos e os riscos, onde os agravos são desconsiderados.

Da mesma forma, o modelo de atenção à saúde praticado pelos países da América Latina espelham uma visão fragmentada da biomedicina. Um bom exemplo está na preferência pela divulgação de relatórios que apresentem como cobertura da resolubilidade dos Sistemas de Saúde frente aos problemas de saúde pública, relações numéricas de cobertura, procedimento e atendimento.

Uma vez que os agravos à saúde não são tratados pelos Sistemas de Saúde, é de se pensar que haja construções sociais de formas diversas de enfrentamento de problemas de saúde, na tentativa, por exemplo, de superação de condições precárias de vida, como a insegurança e a instabilidade de empregos, a precariedade ou mesmo insuficiência dos serviços de saúde e sistemas previdenciários e, portanto, da condição de marginalização e exclusão social que o modelo globalizado impõe aos pobres, particularmente aos pobres urbanos.

Obviamente, mudanças estruturais acompanham a geração de novos modelos culturais, incluindo os de campo religioso, transformando a mentalidade dos diversos grupos sociais e culminando na instituição de novas práticas sociais (Parker, 1996).

Na abordagem sociológica sobre a prática religiosa, acreditava-se que o desenvolvimento de uma sociedade ocidental moderna, urbana e industrial seria acompanhado inevitavelmente de um processo de secularização – o paradigma da secularização -, segundo o qual previa-se “*uma contração da esfera religiosa e uma retirada gradual da religião do espaço público*” (Machado, 1996).

Numa perspectiva oposta à secularização, assistimos na América Latina um movimento crescente de procura pelas igrejas, principalmente as evangélicas e as pentecostais, e a configuração de movimentos sociais nas camadas populares através da prática religiosa, desmentindo, assim, a exclusividade de tal tendência.

Alguns pesquisadores vêm dedicando-se ao estudo sobre o entendimento dessa reelaboração e agudização da religiosidade popular, no contexto das sociedades capitalistas periféricas, a partir do próprio cenário do capitalismo global, ora ressaltando o caráter de transformação nos movimentos sociais e destacando o aspecto da solidariedade como uma fonte legítima de cidadania, ora como uma forma de alienação estabelecida pelas classes populares dessas sociedades.

Aqui, parte-se do pressuposto de que, seja qual for a explicação elaborada por tais estudiosos, a revitalização da religiosidade popular é carregada de grande positividade como um movimento social de enfrentamento às adversidades da vida, configurando-se como uma das formas de apoio social.

Dessa forma, o geógrafo Milton Santos, compartilhando a mesma idéia com Martins (1989) Apud Valla (2000), acreditava que os pobres apontam o caminho de saída da crise – de uma crise de compreensão que, na verdade, seria nossa – através de uma produção sistemática de conhecimento sobre a realidade em que vivem.

A reelaboração da prática religiosa, assim, talvez seja emersa da própria imposição e vivência em um capitalismo global. Segundo Valla (2000), por exemplo, *“a crise do Estado provedor, provocada pelo processo de globalização, afeta de maneira dramática a relação das classes populares com os serviços de saúde no Brasil. O surgimento de um mundo neoliberal, concentrador de renda e excludente necessariamente aponta para a construção de um outro mundo, em que a sobrevivência estará intimamente relacionada com a solidariedade”* e, nessa perspectiva, para movimentos sociais mediados pela religiosidade popular.

Neste tópico, o objetivo é buscar uma primeira aproximação às discussões teóricas que trazem a religião e a incorporação da prática desta ao cotidiano da vida das camadas populares como uma forma de caráter positivo de sobrevivência dentro do contexto de um capitalismo globalizado. Inicialmente, serão destacados marcos conceituais em relação à religiosidade, como uma das formas de apoio social disseminadas na atualidade. Em seguida, é apresentada uma breve revisão que baliza o ponto de vista de que há diferença entre alienação e religião, procedimento que se torna necessário, uma vez que há uma certa banalização da religião, como se esta fosse embutida de um estado ou movimento no sentido da alienação como fuga, através do deixar-se manipular. Na seqüência, pretende-se demonstrar a relevância do tema ‘religiosidade popular’ diante das práticas de investigação e intervenção no âmbito da Saúde Pública.

2.4.1 Religiosidade Popular e Apoio Social

A religiosidade popular, tal como se apresenta nos grandes centros urbanos da América Latina, é, sem dúvida, uma das formas de apoio social construída no trânsito das classes populares por caminhos coletivos, criadas a partir de suas condições de vida e insatisfações com a provisão de serviços públicos pelo Estado, por exemplo, com os serviços de saúde.

Na busca pela “sobre-vida”, o apoio social, tal como exposto acima, via religiosidade popular, possibilitaria fazer frente à incerteza nessa vida, fortalecendo e revitalizando o indivíduo na busca de soluções concretas para seus problemas imediatos e, também, a viabilização da procura por uma explicação, um sentido, algo que faça a vida mais coerente,

mais significativa e com um maior grau de autonomia sobre a mesma (Valla, 1999; Valla, 2000).

Nesse sentido, a expressão da religiosidade popular é um fenômeno histórico construído a partir de um determinado contexto cultural. Segundo Parker (1995: 272),

“os significados e funções do religioso são relativos às épocas e às situações específicas dos agentes sociais que produzem e reproduzem esse conjunto de sentidos codificados. (...). Através de um processo de produção de sentido, condicionado e condicionante, as diversas frações e classes subalternas expressam em algumas de suas multiformes manifestações religiosas um protesto simbólico”.

A fim de não suscitar dúvidas, a definição de religiões populares é adotada neste trabalho como

“(...) manifestações coletivas que exprimem a seu modo, em forma particular e espontânea, as necessidades, as angústias, as esperanças e os anseios que não encontram resposta adequada na religião oficial ou nas expressões religiosas das elites e das classes dominantes” ou até nos partidos políticos progressistas (Parker, 1995:55-6; Valla: 48).

Portanto, é na forma de apoio social que se manifesta um dos sentidos mais positivos da religiosidade para as classes populares. O encontro coletivo proporcionado pela religiosidade (capacidade de ligações) e a ligação desta com o desconhecido articula a reinclusão social pelo simbólico e permite a emergência da solidariedade e do compartilhar e, provavelmente, de um viver com maior dignidade.

2.4.2 Alienação e Prática Religiosa

Em primeiro lugar, é importante ressaltar algumas considerações sobre o emprego usual do termo alienação - como se o significado de religião trouxesse embutido tal sentido – ou sentido semelhante, e deixar claro a vertente pela qual é visto o tema “prática religiosa no contexto econômico atual da América Latina” nesta dissertação.

No que se relaciona à alienação, a ‘falta de sentido da realidade’ é, segundo Fromm (1956), uma das características mais fortes da personalidade alienada. Nesse sentido, o homem da sociedade contemporânea, generalizando, parece exibir uma falta extrema de

realismo com relação a tudo o que realmente importa – isso inclui todas as classes sociais – para o sentido da vida e da morte, para a felicidade e o sofrimento, para o sentimento e o pensamento sério:

“(…) falar de nosso realismo é quase uma tergiversação paranóide. Que realistas são esses que estão brincando com armas que podem levar à destruição de toda a civilização moderna, se não mesmo da própria Terra!” (Fromm, 1956:170).

Por que, então, destacar o envolvimento na esfera religiosa, mais precisamente, aqueles ligados à esfera da religiosidade popular, principalmente em relação às igrejas pentecostais ou evangélicas, como um “estado” de caráter alienante?

Ora, levando-se em consideração que o conceito de alienação tem suas primeiras formulações a partir da segunda metade do século XX, pode-se entender alienação também como um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) (Bottomore, 1988).

Contudo, no lugar de tentar compilar as diversas discussões sobre o significado de ‘alienação do homem’, toma-se como referência, principalmente, as idéias de Marx a respeito da alienação religiosa. Marx ressaltava que esta é apenas uma entre as várias formas de alienação humana e acreditava que

“(…) o homem não só aliena parte de si mesmo na forma de Deus, como também aliena outros produtos de sua atividade espiritual na forma de filosofia, senso comum, arte, moral; aliena os produtos de sua atividade econômica na forma da mercadoria, do dinheiro, do capital; e aliena produtos de sua atividade social na forma do Estado, do direito, das instituições sociais. (...) Mas o homem não só aliena de si mesmo seus próprios produtos, como também se aliena a si próprio da atividade mesma pela qual esses produtos são criados, da natureza na qual vive e dos outros homens.” (Bottomore, 1988).

Independente das controvérsias em relação ao conceito e, mesmo à sua aplicação, se se aplica aos indivíduos ou à sociedade como um todo, Fromm (1955) Apud Bottomore (1988) “argumentou que uma sociedade também pode estar enferma ou alienada, de modo que o homem não adaptado à sociedade existente não está necessariamente ‘alienado’”.

Por outro lado, a partir de alguns críticos do conceito de alienação de Marx, é preciso observar, conforme Bottomore (1988) que, “em lugar de sustentar uma interpretação estática

ou não-histórica do homem, a idéia de alienação de si traz um clamor pela renovação constante e pelo desenvolvimento do homem”.

Assim, religião e alienação não devem ser entendidas num mesmo sentido. A religião, na perspectiva de um local privilegiado, “estratégico”, permite uma forma de movimento social onde se “vira as costas para o mundo” e se constrói uma lógica na qual o apoio social passa a ser uma fonte legítima de cidadania. Um movimento, portanto, surgido a partir de um contexto histórico e social determinado.

Nesse sentido, merece atenção o fato de que a religião possa ser uma forma de escape da relação entre consumo como o fim em si mesmo na busca pela felicidade, imposta pela lógica cultural econômica do bárbaro capitalismo mundial atual, um contra-movimento à alienação posta pela lógica econômica mundializada, principalmente porque parece nascer não de uma imposição, mas, sim, de uma busca espontânea pelo resgate de uma identidade cultural entre pares, assemelhando-se a um movimento de contracultura.

Dessa forma, a direção crescente à prática religiosa, ao contrário de possuir exclusivamente a conotação negativa de manipulação, confundida amplamente como alienação, no sentido pejorativo dado pelo senso comum, merece maior atenção como uma prática em direção à oposição às adversidades da vida, uma forma de socialização e encaminhamento de soluções dos problemas cotidianos via solidariedade, compartilhada pelas propostas de apoio social, por exemplo.

2.4.3 Religiosidade Popular: uma alternativa na busca pela Saúde Pública?

Uma questão comum e anterior para alguns países da América Latina, independente da conjuntura econômica e política atual, é, segundo Valla (1999), a crise na área da saúde:

“Trata-se do compromisso formal assumido por governos a fim de garantir uma assistência médica universal e gratuita às suas populações” (Valla, 1999:9).

No cenário de busca da população pela satisfação de suas necessidades sociais, com destaque em relação aos cuidados com a saúde, não há como ignorar a existência de percursos por caminhos duplos, principalmente, pelas pessoas das classes populares necessitadas dos serviços públicos de saúde hoje disponíveis. Luz (1996) Apud Valla (2000) chama a atenção para a insatisfação de parcelas de todas as camadas sociais do Brasil, por exemplo, com os serviços de saúde, justificando, assim, a procura por soluções alternativas.

Neste contexto, nota-se um processo, mesmo que indireto, de contestação da ciência pela religião. Os contratos firmados entre a população insatisfeita e “seres” sobrenaturais podem ser um bom exemplo. Não só para o alcance da cura, na presença da doença, mas também na ausência desta, e na possibilidade constante dela se tornar presente, itinerários terapêuticos diversos e contratos religiosos visando proteção tornam-se opções concretas.

De acordo com Valla (2000), uma das grandes surpresas reservadas à humanidade durante o século XX foi o ressurgimento da religião no mundo inteiro e

“coincidência ou não, manifesta-se também na segunda metade do século um desencantamento com o que se conhece como medicina moderna ou ‘high tech’. E, neste sentido, começa a voltar à cena uma complementariedade que existiu em grande parte da humanidade, que é a da religião com a saúde” (Valla, 2000:50).

Por outro lado, na experiência da doença e cura, os itinerários terapêuticos e de proteção (entende-se prevenção) oferecidos por uma prática a partir de um nível espiritual, uma vez que incorporam o indivíduo como um todo, permitem a união do que o pensamento cartesiano separou: o corpo e a mente. Nesse sentido, *“a religião popular afirma o transcendente, no contexto de uma cultura dominante muito imbuída de um cientificismo cartesiano-positivista, que tende a negar a dimensão simbólica e, portanto, classista ao mistério fora da realidade sócio-cultural do homem contemporâneo”* (Parker, 1996:169-170).

Finalmente, quando os Serviços de Saúde Pública têm como finalidade o alcance de um sistema equitativo e eficaz, com contemplação das reais necessidades da população, a linha de orientação mestre deve ser buscada no cerne dessa mesma população, conferindo-lhe a legitimidade do conhecimento que lhe é própria, levando-se em conta a compreensão que possuem sobre seus problemas cotidianos e a forma como os resolvem.

CAPÍTULO III

MATERIAL E MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi conduzida como um estudo exploratório - na pretensão de ser um estudo de caso - e do tipo qualitativo. Tomou-se como campo de estudo a “Rede de Solidariedade da Leopoldina”, uma rede social organizada da região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro. Procurou-se compreender a organização dos grupos e entidades envolvidos na referida rede, face à questão da dificuldade de subsistência alimentar em situação de pobreza. Focalizou-se a experiência de representantes desses grupos, tendo como pano de fundo o trabalho social desenvolvido pelos mesmos frente às dificuldades de sobrevivência em situação de pobreza, nos pontos em que atuavam na região da Leopoldina.

Na perspectiva das ciências sociais poderia ser caracterizado como um estudo de caso. De um lado, procura compreender a dinâmica de um grupo, uma instituição ou um conjunto de interações sociais e, de outro, busca o desenvolvimento de considerações teóricas mais amplas acerca das estruturas sociais (Becker, 1994). Contudo, em virtude das limitações inerentes a uma pesquisa de mestrado – tempo hábil, recursos financeiros, inexperiência do pesquisador em relação ao objeto, ao campo teórico correspondente a este, ao método de pesquisa e o fato deste ser este o único indivíduo disponível a desenvolver o trabalho de campo – houve necessidade de delimitar o tempo e o espaço para execução do trabalho empírico o que, como será discutido no capítulo V, contribuiu para caracterizar a natureza exploratória da pesquisa desenvolvida e delimitar a abrangência do estudo ao universo de apenas alguns grupos da referida rede social.

É um estudo exploratório, principalmente, visto que o tema ‘redes sociais em saúde’ tem sido ainda pouco estudado.

A natureza do objeto investigado justificou a adoção do método qualitativo de pesquisa. Um objeto que envolve o universo dos valores, motivos e atitudes dos atores que se articulam e se mobilizam frente à necessidade de superação dos problemas cotidianos relativos à sobrevivência no universo da pobreza. Um objeto, portanto, que requer a ultrapassagem do plano objetivo de investigação, na busca de uma compreensão mais abrangente da realidade estudada (Minayo, 1996).

A construção do desenho metodológico deu-se no ir e vir do desenvolvimento, amadurecimento e elaboração do projeto de pesquisa que antecedeu a investigação realizada, e durante a própria execução do trabalho de campo, como será discutido no capítulo V.

Inerentes à pesquisa social são o processo de construção e investigação do objeto e o confronto com a realidade. Frequentemente, elucidam a escolha do método e das técnicas mais adequadas para tratar as informações obtidas durante o desenvolvimento da pesquisa. No mesmo íterim, estão sujeitos a redelineamentos tanto os pressupostos iniciais quanto o próprio objeto de pesquisa (Bardin, 2000:115; Minayo, 1996: 209). E, de forma previsível, assim ocorreu.

O projeto deste trabalho foi aprovado em 12 de julho de 2002 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, sob o parecer nº 41/02. Foram cumpridos os princípios éticos e a legislação de referência.

Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: ser membro e participante da “Rede de Solidariedade da Leopoldina” , como representante de um grupo ou entidade social local, há pelo menos um ano; ter presente, na entidade ou grupo social ao qual representa, instrumentos de mobilização frente à questão da dificuldade de subsistência alimentar, sejam eles formais ou não; e, finalmente, consentir livremente em participar do estudo.

O número de participantes foi limitado pelos critérios de inclusão e pelo próprio recorte empírico, ou seja, pelo tempo definido no cronograma de execução do projeto, pelo espaço eleito como ponto focal do estudo, a “Rede de Solidariedade da Leopoldina” e pela permanência do tema *renda mínima* como pauta de interesse do grupo vinculado à Rede, por ser este extremamente relacionado ao tema ‘dificuldades de sobrevivência em situação de pobreza’.

Assim, foram definidos quatro sujeitos de pesquisa, dois homens e duas mulheres, todos participantes da referida rede, desde a sua organização inicial. Houve a preocupação de escolher pessoas que pudessem refletir a possível diversidade das diferentes comunidades da região da Leopoldina. Nesse sentido, os quatro informantes participantes representavam entidades ou grupos sociais, cujos focos de trabalho voltavam-se para quatro pontos diversos da referida região.

De forma não intencional, ocorreu a escolha de quatro entrevistadores vinculados a instituições religiosas, dois deles envolvidos com o trabalho social da Igreja Católica e os outros dois com o trabalho social da Igreja Protestante.

O número de sujeitos mostrou-se suficiente no alcance do propósito de aprofundamento e compreensão do fenômeno estudado, almejado para este estudo, dada a natureza exploratória pretendida. Nesse sentido, a preocupação que permeou a escolha dos informantes baseou-se na qualidade das opiniões e reflexões com que os mesmos poderiam contribuir na abordagem do tema proposto e na sua capacidade de objetivação do objeto empiricamente, assim como contemplado por Minayo (1996), acerca da fase de exploração de campo na pesquisa qualitativa:

“Numa busca qualitativa, preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação.

Seu critério portanto não é numérico. Podemos considerar que uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões. (...).

.....
A questão da validade dessa amostragem está na sua capacidade de ‘objetivar o objeto’ empiricamente, em todas as suas múltiplas dimensões” (Minayo, 1996: 102-3).

Nesta dissertação, bem como em qualquer trabalho que tenha neste a sua origem, os nomes dos participantes e dos grupos ou entidades sociais a que estão vinculados, bem como seus locais de trabalho, foram substituídos para assegurar o seu anonimato.

Instrumentos de Pesquisa

A escolha e construção do instrumental metodológico desta pesquisa basearam-se na participação da autora, na função de relatora, nas reuniões mensais da “Rede de Solidariedade da Leopoldina” no período de junho a dezembro de 2001, e em algumas idas exploratórias ao “campo”, no caráter de sondagem e na intenção de uma aproximação mais real ao universo no qual se pretendia estudar, conforme indicado por diversos autores (Minayo, 1996; Quivy, 1998; Sá, 1998).

Optou-se pelo emprego de entrevistas abertas semi-estruturadas, como a principal fonte de investigação. Compreendem-se estas como aquelas em que o entrevistado tem a possibilidade de falar livremente sobre o tema proposto, sem respostas ou condições pré-fixadas rigidamente pelo pesquisador, guiado, contudo, por um roteiro de perguntas fechadas

(ou estruturadas) e abertas. Nesse caso, deixa-se o entrevistado falar com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier, esforçando-se simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos quando o informante deles se afastar (Honnigmann, 1954 *apud* Minayo, 1996; Quivy, 1998).

Dessa forma, anteriormente à ida definitiva ao campo, foi elaborado e exaustivamente revisado um roteiro de entrevistas com perguntas-guias (anexo 1), com previsão para duração aproximada de 80 minutos. Foram contemplados cinco blocos de perguntas com o objetivo de captar o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, em torno do objeto de investigação deste trabalho.

Trabalho de Campo

O trabalho de campo ocorreu entre os dias 16 e 27 de julho de 2002 e foi realizado pela própria autora. As datas e os locais para realização das entrevistas ficaram a critério de escolha dos próprios entrevistados, assim que aceitaram participar da pesquisa. Com exceção de uma entrevista, as demais foram aplicadas nos próprios locais de trabalho dos entrevistados.

Os objetivos da investigação e a forma como se pretendia alcançá-los foram explicados para os, então, convidados a serem entrevistados em dois momentos: um, sucintamente, por ocasião do convite e, outro, no momento em que antecedeu, de fato, o início da entrevista. Nesta altura, solicitou-se que o entrevistado lesse o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (anexo 2) e, caso estivesse de acordo, o assinasse em duas vias, ficando uma em poder do entrevistado e outra em poder da pesquisadora.

Todas as entrevistas foram gravadas em fitas magnéticas com o consentimento dos participantes da pesquisa. Subtraindo-se as eventuais interrupções, tiveram, em média, a duração de setenta minutos.

Após a realização de todas as entrevistas, foram enviadas cartas de agradecimento aos entrevistados, através das quais foi reforçado o compromisso firmado no documento “Termo de Compromisso”, no qual a pesquisadora se comprometia estar à disposição para eventuais dúvidas.

Tratamento do Material

Entrevistas

O material proveniente das entrevistas foi submetido ao tratamento da técnica “Análise de Conteúdo”, modalidade “Análise Categórica Temática”, guiada por uma construção metodológica adaptada, a partir das reflexões teóricas acerca da mesma por Bardin (2000) e Minayo (1996). Os depoimentos gravados e transcritos foram organizados e analisados através da adaptação das três figuras metodológicas, propostas por Bardin (2000), Minayo (1996) e Simoni e alii. (1997), resultando essas em: unidade de contexto (a expressão-chave, palavra-chave ou frase), núcleo de sentido (a unidade de registro ou idéia central destacada da unidade de contexto) e síntese da análise categórica (o tratamento do material, privilegiando os significados presentes nos discursos).

Na construção e escolha de tal método, consideraram-se dois fatores imbricados: o cronograma da pesquisa e a experiência do pesquisador. À limitação do tempo para realização desta pesquisa, haja vista o desenvolvimento da mesma ocorrer durante um curso de mestrado, somou-se o fato de que esta forma de análise consistiria, para a pesquisadora, no seu primeiro exercício no campo das Ciências Sociais.

Os motivos supracitados, somados ao fato de que, durante a organização dos depoimentos, foi observada a necessidade em preservar a origem das falas de acordo com a inserção religiosa do entrevistado, apesar de serem todos membros da Rede de Solidariedade da Leopoldina, justificou e estimulou a apresentação final do material através da Síntese de Análise Categórica, variante da análise de conteúdo tradicional (Minayo:1996), no lugar da possível utilização da montagem de um Discurso do Sujeito Coletivo, tal como proposta metodológica de Simoni e alii. (1997) e Lefèvre e alii (2000) e inicialmente vislumbrada para este estudo.

Como descrito anteriormente, dois entrevistados possuíam vínculos com a Igreja Católica e outros dois com a Igreja Protestante. Como será discutido no capítulo V, tal fato mostrou-se significativo e interveniente no que diz respeito à representação que esses sujeitos possuem em relação ao objeto deste trabalho. Motivo, este, que também fez desconsiderar a possibilidade de analisar todas as entrevistas como se a Rede produzisse um único discurso. Considerou-se, assim, o número reduzido de entrevistas uma impossibilidade em apresentar as análises através do discurso do sujeito coletivo para cada grupo religioso, uma vez que este consiste na reunião,

“(...) num só discurso-síntese, de vários discursos individuais emitidos como resposta a uma mesma questão de pesquisa, por sujeitos social e institucionalmente equivalentes ou que fazem parte de uma mesma cultura organizacional e de um grupo social homogêneo na medida em que os indivíduos que fazem parte deste grupo ocupam a mesma ou posições vizinhas num dado campo social” (Simioni et al, 1996).

Contudo, a melhor opção metodológica para análise deveria privilegiar a possibilidade desta ou daquela técnica em permitir a ultrapassagem do conteúdo manifesto das falas dos sujeitos da pesquisa, no intuito de alcançar uma compreensão mais abrangente acerca do objeto desta pesquisa. Das diversas técnicas para tratamento de material de investigações de natureza qualitativa, a “Análise de Conteúdo Categorical Temática” mostrou-se a mais adequada.

Segundo Bardin (2000):

“No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou ‘análise temática’, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples” (Bardin, 2000: 153).

Como bem sintetiza Minayo (1996):

“Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem uma comunicação cuja ‘presença’ ou ‘frequência’ signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado. (...) qualitativamente a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso.” (Minayo, 1996: 209).

Definida e adaptada a técnica, a trajetória da análise das entrevistas seguiu as seguintes etapas: a) “Pré-Análise”; b) “Exploração do Material” e c) “Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação” (adaptado da proposta de Bardin, 2000: 95 e Minayo: 209-11).

“Pré-Análise”

Esta primeira etapa correspondeu:

- 1) à transcrição literal das entrevistas gravadas - todas foram digitadas e revisadas (anexo 3);
- 2) à “leitura flutuante” dos textos gerados a partir das entrevistas - uma leitura exaustiva e repetida, procurando-se alcançar a compreensão geral dos depoimentos, deixando-se emergir novas idéias e confrontando-as em relação aos pressupostos e objetivos iniciais da pesquisa;
- 3) à preparação do material – às entrevistas digitadas, executaram-se recortes transversais de “unidades de registro e contexto” pertinentes ao tema e aos objetivos da investigação. De acordo com Bardin (2000), a “unidade de registro” é:

“a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização (...)”(Bardin, 2000:104).

Da mesma autora é a idéia de “unidade de contexto” utilizada:

“a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema.”(Bardin, 2000:107).

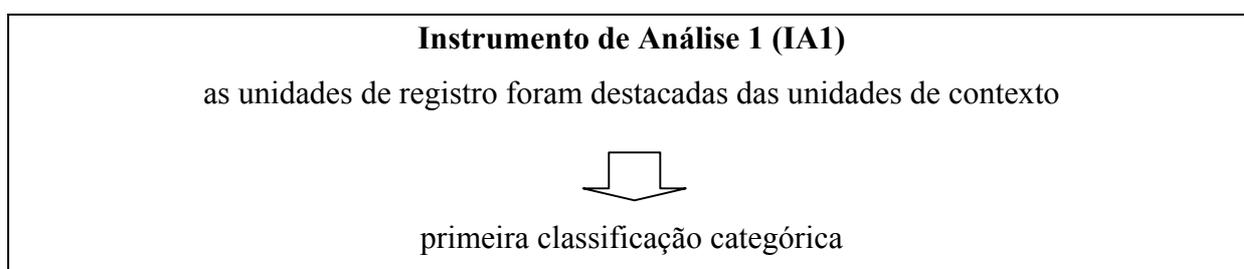
Utilizando-se o recurso “recortar e colar” do processador de texto “*Word*” da ‘*Microsoft*’, as “unidades de contexto” referentes às falas de cada um dos sujeitos da pesquisa foram, então, transportadas do material resultante da transcrição das entrevistas para um instrumento individual de análise, “IA1” (anexo 4), segundo cada entrevistado e estruturado a partir dos cinco blocos de perguntas do roteiro de entrevista.

Algumas adaptações foram aplicadas a partir do roteiro de entrevistas, a fim de permitir a construção de um instrumento que possibilitasse uma análise organizada e adequada aos objetivos da pesquisa.

Dentre essas, a inclusão de um sexto bloco – “os movimentos sociais” – destacando-se o tema, originalmente agregado ao bloco cinco. Ainda, um sétimo bloco foi criado no intuito de permitir a inclusão de temas emersos durante a análise, cujas categorias não estivessem

sido contempladas previamente no roteiro de entrevista e que se mostraram importantes nessa primeira etapa.

Em seguida, foram destacadas “unidades de registro” das “unidades de contexto”, procurando-se alcançar uma primeira classificação categórica em torno de idéias centrais que parecessem mais relevantes. De forma esquemática, esta etapa da Pré-Análise correspondeu:



A aplicação do procedimento supracitado ao material organizado no primeiro instrumento permitiu a construção de um quadro-guia de categorias (anexo 5). Este foi permanentemente revisado e confrontado com os instrumentos de análise durante a fase de pré-análise das demais entrevistas. Nenhuma alteração relevante ocorreu durante tal processo. Mesmo assim, as pequenas revisões foram consideradas.

O trecho apresentado a seguir, referente ao depoimento de um dos participantes da pesquisa, foi destacado do instrumento citado, na intenção de ilustrar os passos seguidos durante o tratamento do material proveniente da transcrição das entrevistas e, assim, contribuir para compreensão do processo metodológico adotado¹¹.

IA1 - ANÁLISE DA ENTREVISTA COM SILVIA

<p>– Olha, <u>a própria fome, ela é uma rede.</u> Entende? Ela é uma rede, por que? Por que a pessoa...<u>ela passa fome, geralmente, quando ela não tem emprego.</u> Então, o emprego está diretamente ligado a fome. E, <u>se ela não tem emprego, ela não tem perspectiva e isso afeta tudo na vida da pessoa:</u> afeta relacionamento marido-mulher, relacionamento pai-filho, relacionamento mãe-filho, afeta a escola,</p>	<p style="text-align: center;">Avaliação frente à questão da subsistência alimentar em situação de pobreza: um problema social e econômico que desencadeia uma série de conseqüências de ordem estrutural</p>
--	---

¹¹ Na coluna da esquerda são apresentadas as unidades de registro e contexto, extraídas da transcrição da entrevista. Para facilitar a inclusão desta citação no corpo deste capítulo, optou-se por sublinhar e destacar em negrito as unidades de registro selecionadas no lugar do destaque em verde utilizado no instrumento original e conforme legenda descrita no modelo de instrumento anexado. Na coluna da direita descrevem-se as primeiras categorias temáticas identificadas. Igualmente, por razões práticas, as cores utilizadas no instrumento original como recurso de legenda foram, aqui, substituídas pela cor preta.

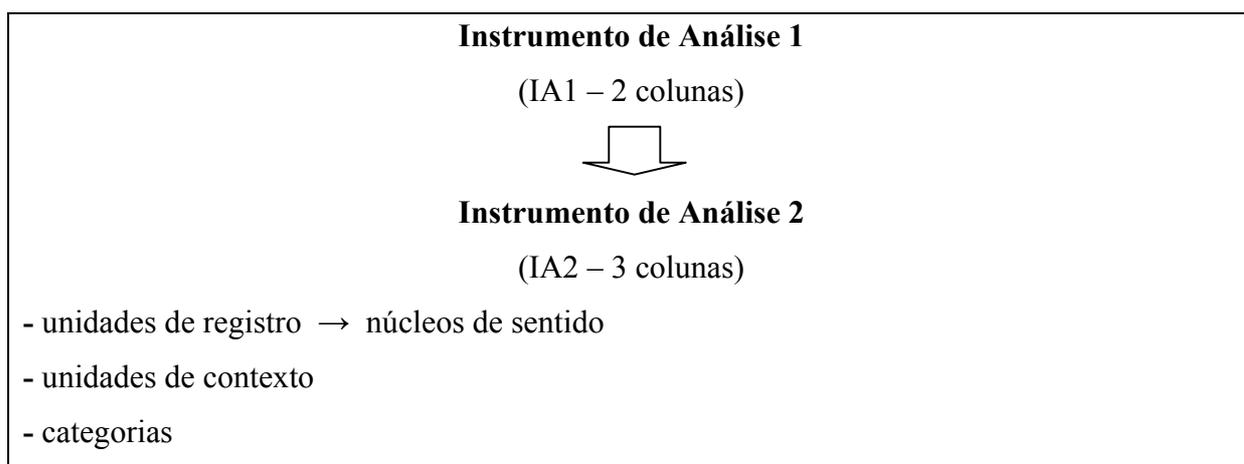
<p>afeta a criança estar ou não na escola. <u>Então, a questão da necessidade de comida, ela afeta muitas coisas.</u> (...) se a gente for ver, no fundo, todos esses anos que eu moro na favela... <u>essa questão de faltar dinheiro dentro de casa para alimentar as crianças que gera violência. Gera violência interna, gera a questão do relacionamento</u> – a criança não desenvolve bem na escola porque recebe agressividade dos pais -, os pais estão agressivos exatamente porque não têm como atender a necessidade da criança, vai e encontra mil portas fechadas, tanto [pro]como prá pedir, também. Por isso que quando me pedem comida, eu tiro mesmo do meu armário, mas eu dou, entende? Porque eles estão precisando da comida. (...) <u>se eu vejo real necessidade, eu tiro mesmo do meu armário, e dou. Por que? Porque fome é um negócio que você tem que matar é agora. Aí, só que com isso, você não pode parar.</u></p>	<p>e afetiva; um problema que requer ao mesmo tempo soluções imediatas e de longo prazo.</p> <p>Fome</p> <p>Rede – acontecimentos em cadeia – interligados</p> <p>Pobreza</p> <p>Insuficiência de renda</p> <p>Insuficiência alimentar</p> <p>Solidariedade</p> <p>Necessidade imediata – urgente</p>
---	---

A partir do instrumento de análise “IA1”, estruturou-se o instrumento “IA2 – AFA”, Instrumento de Análise 2 - Análise Final A (anexo 6). Para este, foi transportado todo o material tratado nos instrumentos individuais de análise (IA1), referente aos diversos sujeitos participantes da pesquisa. Para tal, utilizou-se novamente o recurso “recortar e colar” do processador de texto “*Word*” da ‘*Microsoft*’. Nesta altura, as “unidades de contexto” extraídas das falas dos entrevistados já traziam suas “unidades de registro” destacadas e uma primeira categorização. Neste instrumento as “unidades de registro” ganharam nova denominação. Foram chamadas a partir daí de “núcleos de sentidos”, aqueles que procuram apresentar as idéias centrais percebidas pelo pesquisador em torno do tema, no caso, em torno dos temas referentes aos blocos de investigação propostos.

Como visualizado acima, o instrumento de apresentação final da síntese da análise categórica – “IA2” - obedeceu à estrutura geral do instrumento “IA1”, porém, neste segundo, houve acréscimo de uma terceira coluna na finalidade de transportar para esta os “núcleos de sentido” extraídos das “unidades de contexto” e, nesta, destacá-los. Assim, foi possível

apresentá-los de forma destacada e isolada, preservando-se ao seu lado a íntegra dos trechos da entrevista – expressões-chave dos entrevistados - de onde foram extraídos. Pretendeu-se, com isso, facilitar as posteriores consultas e revisões, bem como a estruturação para apresentação do resultado da análise final. Ainda, tal procedimento torna possível verificar se realmente as categorias temáticas descritas se relacionam com as representações do entrevistado sobre determinado tema.

O quadro a seguir ilustra a evolução da análise alcançada até aqui.

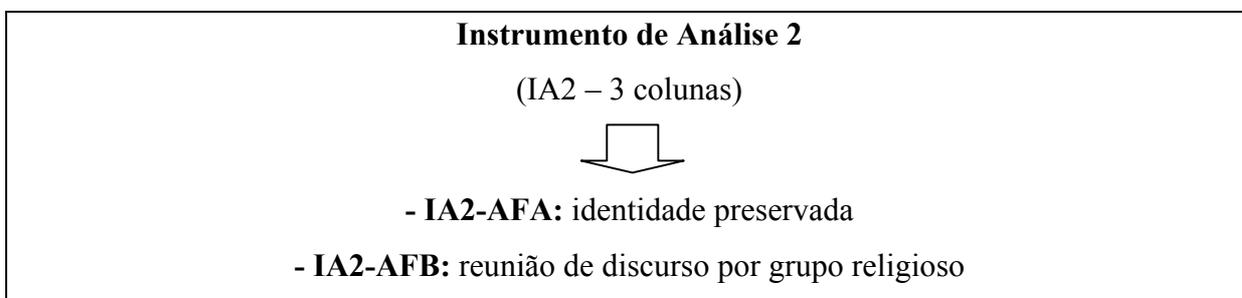


Por último, em relação ao “IA2-AFA”, no lugar da subdivisão por blocos, escolhida para organização do “IA1”, optou-se por organizar tal instrumento na forma em que se pretendia apresentar os resultados da análise, ou seja, pelos eixos de investigação, a saber: 1) Grupos religiosos da região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro e seus objetos de trabalho no contexto da pobreza; 2) Os grupos religiosos frente à questão da insuficiência alimentar em situação de pobreza; 3) A atuação dos grupos religiosos frente aos problemas relacionados à sobrevivência em situação de pobreza; 4) Os grupos religiosos na Rede de Solidariedade da Leopoldina e 5) A pobreza no Brasil: suas causas, conseqüências e possíveis soluções (eixo emerso no discurso dos entrevistados).

Produziu-se, assim, um instrumento final da síntese da análise categórica, segundo as categorias identificadas durante o processo. Para este, preservou-se os códigos de identificação utilizados para caracterizar os entrevistados. A organização das entrevistas tratadas no instrumento “IA2-AFA” possibilitou observar as singularidades, convergências, ambigüidades e relações entre os discursos produzidos pelos quatro entrevistados no que diz respeito a cada eixo de investigação. Tal estruturação mostrou-se de grande utilidade para a fase de tratamento aprofundado do material e, conseqüentemente, para elaboração da reflexão acerca deste estudo.

Por último, um segundo instrumento final, o IA2-AFB, Instrumento de Análise 2 - Análise Final B (anexo 7), foi estruturado a fim de reunir uma síntese da análise categórica por grupo religioso. Dessa forma, todo o procedimento descrito anteriormente foi repetido. No entanto, a organização dos trechos das entrevistas correspondentes aos eixos de investigação supracitados ocorreu segundo campo religioso dos entrevistados e, conseqüentemente, foi eliminada a identificação por entrevistado. O procedimento desta análise permitiu reunir o discurso comum dos sujeitos participantes da pesquisa de acordo com sua inserção religiosa e em relação à experiência, enquanto grupo religioso, no desenvolvimento de trabalho social frente às dificuldades de sobrevivência da população considerada pobre.

Em síntese, os dois instrumentos, estruturados para organizar a análise final, são apresentados da seguinte forma:



A título de demonstração, o trecho apresentado na página seguinte¹² foi extraído do documento de análise “IA2-AFB”. É possível tomá-lo como exemplo para a estrutura aplicada ao “IA2-AFA”. Lembra-se, apenas, que no modelo “AFA” fora preservado os códigos de caracterização dos entrevistados, contudo sem incluir a subdivisão por inserção religiosa dos entrevistados.

¹² Em relação ao documento original, devem-se considerar as seguintes adaptações: a legenda colorida foi substituída, aqui, por legenda de cor preta. No corpo do texto onde havia grifo azul, para caracterizar a intervenção do pesquisador; utilizou-se, aqui, o sublinhado. As categorias identificadas a partir do instrumento IA1, originalmente em cor marrom, ganharam em seu lugar, também, o sublinhado.

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 2 - OS GRUPOS RELIGIOSOS FRENTE À QUESTÃO DA INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA

EVANGÉLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS
<i>(...) nós atendemos àquela palavra que o apóstolo Paulo nos diz: ajudai, mas primeiramente os da fé. (...) pode até chegar de pé no chão, (...) nós procuramos estruturar aquela pessoa, para que aquelas pessoas se organize e tenha uma vida lícita (...)</i>	<i>(...) nós atendemos àquela palavra que o apóstolo Paulo nos diz: ajudai, mas primeiramente os da fé. (...) primeiramente, todos os membros quando chegam se convertem ao Evangélico, quem vem de fora – pode até chegar de pé no chão, (...) nós procuramos estruturar aquela pessoa, para que aquelas pessoas se organize e tenha uma vida lícita, organizada, que tenha casa onde morar e tenha o necessário para uma pessoa viver licitamente. (...)</i>	<u>Avaliação sobre o “papel da entidade”:</u> <u>apoio social material e afetivo, apoio assistencial com prioridade para os membros da igreja.</u> <u>Liderança religiosa – “profeta”</u> <u>Apoio social</u> <u>Paternalismo/</u> <u>Assistencialismo</u> <u>Evangelificação</u>

CATÓLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS
<i>(...) Você tem que ir, criar o quê que eu posso fazer: onde essa pessoa pode trabalhar (...) Porque, essa questão nutricional é básica. (...)</i> <i>é um direito humano. (...) a gente podia ficar falando aqui de... saúde, educação, trabalho, geração de renda, agora, se não temos é... uma dieta alimentar digna, a gente não tem como conseguir educação de qualidade, conseguir é... batalhar por emprego, enfim, isso tudo vai girar em torno da alimentação – é condição básica da existência do ser humano, é necessidade... básica (...)</i>	<i>(...) Você tem que ir, criar o quê que eu posso fazer: onde essa pessoa pode trabalhar, o quê que eu vou...Aí, eu toco a ligar prás agências de emprego, eu toco a ligar prá pessoas que eu conheço, eu faço essa ligação de..., por que? Porque, essa questão nutricional é básica. (...)</i> <u>A alimentação prá você é um direito humano? Ele: _ Sim. (...) a gente podia ficar falando aqui de... saúde, educação, trabalho, geração de renda, agora, se não temos é... uma dieta alimentar digna, a gente não tem como conseguir educação de qualidade, conseguir é... batalhar por emprego, enfim, isso tudo vai girar em torno da alimentação – é condição básica da existência do ser humano, sem alimentação o ser humano não consegue... não consegue realizar suas atividades, é necessidade... básica, fisiológica, então, a gente entende por essa ótica.</u>	<u>Alto grau de prioridade em relação ao problema da subsistência alimentar.</u> <u>“papel” Institucional: encaminhar soluções a partir da causa básica, ou seja, do problema social e econômico que antecede a questão da carência alimentar.</u> <u>Promoção social</u> <u>Necessidade básica</u> <u>A questão da alimentação é vista como um direito humano, uma necessidade básica – visto que é esta que permite o desenvolvimento do ser humano em todos os sentidos.</u> <u>Alimentação – um direito humano; uma necessidade básica, fisiológica, fundamental.</u>

“Exploração do Material”

A exploração do material consistiu em uma revisão aprofundada do instrumento de análise final, “IA2”, a partir das categorias anteriormente estabelecidas e a que deram origem ao quadro-guia de categorias.

O trabalho de revisão da codificação visou reformulações na classificação e agregação dos dados e, conseqüentemente, o refino das categorias inicialmente elaboradas.

Nesta etapa, alcançou-se uma maior compreensão acerca da representação dos sujeitos em relação ao objeto desta pesquisa. Como bem prevê Bardin (2000), foi esta a etapa que correspondeu a uma transformação dos dados brutos do material das entrevistas e que permitiu o alcance de uma maior compreensão acerca da representação dos sujeitos, em relação ao objeto desta pesquisa.

A exploração do material organizado durante a fase de pré-análise resultou nas Sínteses da Análise Categórica, segundo os eixos de investigação estabelecidos. Estas, são apresentadas, paulatinamente, no capítulo IV (Resultados), discutindo-se os trechos que pareceram mais importantes para a compreensão do objeto, como descrito a seguir.

“Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação”

A trajetória da análise das entrevistas findou com a discussão dos resultados a partir de temáticas e dos eixos estruturantes das falas. Foram privilegiados os significados dos temas presentes nos discursos.

Enfim, nesta fase da análise houve o confronto, de fato, entre o objeto empírico, o corpo teórico do trabalho e, como não poderia deixar de ser, o olhar e a experiência do pesquisador.

Contudo, buscou-se durante o percurso, sobretudo, não perder de vista a tentativa de compreender a luta dos sujeitos dessa pesquisa em torno da superação das dificuldades cotidianas vividas e sentidas em situação de pobreza.

Os resultados desta fase da análise são apresentados no capítulo IV e, principalmente, no capítulo V (Discussão).

CAPÍTULO IV

RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados decorrentes das análises das entrevistas realizadas no campo empírico de investigação do objeto desta dissertação. A fim de circunscrever a apresentação e discussão inicial dos resultados e, no capítulo seguinte, a discussão sobre os mesmos, a partir do confronto com o corpo teórico deste trabalho, optou-se por subdividi-lo por temas. Dessa forma, espera-se tornar mais simples o entendimento dos diversos aspectos abordados.

Assim, a seção 4.1 apresenta o universo no qual a pesquisa está inserida – uma breve caracterização da região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro – a delimitação do campo de estudo – a *Rede de Solidariedade da Leopoldina* – e a caracterização dos sujeitos da pesquisa e seus objetos de trabalho em tal contexto. A seção 4.2 dedica-se à apresentação dos resultados advindos da análise das entrevistas – os depoimentos dos entrevistados segundo cinco eixos temáticos de investigação – procurando-se destacar 1) as singularidades; 2) as convergências, diversidades, ambigüidades e alusões e 3) a relação entre os entrevistados identificada a partir da análise dos discursos e em relação aos temas inerentes à cada eixo de investigação.

4.1 O UNIVERSO DE INSERÇÃO DA PESQUISA

Para compreender a dinâmica de atuação dos grupos e entidades focalizados por esta pesquisa diante às dificuldades de subsistência alimentar, é importante ter, no mínimo, uma visão geral do cenário para onde tais grupos voltam seus esforços, no caso, a Região da Leopoldina, espaço urbano que, de acordo com dados de Cunha e Valla (1999), abarca mais de 600.000 habitantes e o maior número de favelas da cidade do Rio de Janeiro.

A região da Leopoldina é composta por um conjunto de 28 bairros e 90 favelas entrecortadas pela ferrovia da Leopoldina, Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela. Possui importante concentração de indústrias e comércio e tráfego intenso de veículos, que concorrem para os piores índices de poluição atmosférica da região (Araújo, 1998: 13). De acordo com a divisão administrativa para o Município do Rio de Janeiro, está localizada na Área Programática 3.1 (AP 3.1), uma das cinco subdivisões administrativas do município.

Conforme Souza et al. (1997), em relação às demais regiões administrativas do município, a AP 3.1 caracteriza-se por reunir uma população com baixa escolaridade, baixa renda e elevada proporção de população favelada (cerca de 247.500) – 31,1% em relação ao total das regiões administrativas (dados do IPLAN-RIO¹³ citados pelos autores) e uma das maiores porcentagens de mortalidade por causas externas entre adolescentes.

Segundo dados de 1995, provenientes de pesquisas do CEPEL¹⁴ (Centro de Estudos da Leopoldina), 25 a 30% das famílias residentes na Leopoldina encontravam-se, na ocasião, abaixo da linha de pobreza. Acredita-se que este percentual não tenha diminuído.

Esse espaço urbano está longe de poder ser visto como de contexto homogêneo. Estão inseridos aí bairros que ainda hoje são caracterizados pela sua semelhança às pequenas cidades do interior do país no que diz respeito à arquitetura urbana, a dinâmica social de seus moradores e a permanência de referências históricas e culturais, como as tradicionais festas religiosas. Entre estes está a Penha, até há pouco tempo, conhecida como um bairro essencialmente residencial, “a Ipanema da zona norte” da cidade do Rio de Janeiro. Também, nesse espaço, estão as regiões mais violentas da cidade como, por exemplo, o bairro popular Vila do João. Seus habitantes guardam diferentes marcas de pobreza: convivem aí trabalhadores pobres, comerciantes, biscateiros, bandidos, traficantes, migrantes recém chegados – ainda desempregados – crianças, idosos aposentados, indigentes, religiosos, enfim, um cenário marcado pela multiplicidade social de seus moradores.

Dado o exagero que seria procurar descrever as características de toda a região, visto os objetivos deste trabalho, procurou-se retratar parte desse contexto caracterizando-se brevemente os dois bairros citados, a Penha e a Vila do João, ambos pertencentes a AP 3.1 e locais de trabalho dos grupos focalizados por esta pesquisa.

De acordo com Stotz (1993), a Penha é um bairro com características de zona urbana mista, residencial e industrial. Na área tipicamente urbana, residia na Penha, em 1980, uma população de 73.200 habitantes. Nas favelas, habitavam 39.409 pessoas. Aproximadamente quinze anos depois, em 1995, o número de moradores do bairro chegava a 311.135 habitantes, considerada, então, a área mais populosa da região administrativa onde se localiza (ARAÚJO, 1998) e chegava a 29 o número de favelas no local (dados do IPLAN-RIO para 1992 e 1993 citados por ARAÚJO, 1998). Pouco a pouco o solo deste bairro foi ocupado por indústrias, grandes galpões comerciais e prédios. Essa transformação foi, em grande parte, responsável pela crescente poluição local. As semelhanças com as cidades do interior vão desaparecendo.

¹³ Instituto de Planejamento Municipal

¹⁴ Organização não-governamental situada na zona norte do município do Rio de Janeiro, fundada em 1998.

Em seu lugar ficam a degradação ambiental, o calor intenso, a concentração populacional e a piora nas condições de vida (Stotz, 1993).

A Vila do João localiza-se no Complexo da Maré, uma das cinco Regiões Administrativas da chamada região da Leopoldina, conforme divisão municipal da cidade do Rio de Janeiro. Fundada em 1981, a partir do aterro de um mangue conhecido como Ilha dos Macacos, teve seus primeiros moradores oriundos, principalmente, de palafitas da região.

Hoje, caracterizado como bairro popular, conta com uma população estimada de 37.500 habitantes, de acordo com dados da Associação de Moradores local. Segundo resultados parciais do Censo Maré¹⁵ 2000, cuja cobertura fora de aproximadamente 90% da área, soma 3.284 domicílios, representando 8,6% do total de domicílios da região. A média de habitante por domicílio é de 3,6, mantendo-se idêntica a cobertura.

A maioria da população da Vila do João concentra-se na faixa etária de 18 a 55 anos, perfazendo um percentual de 62%. Crianças de 0 a 6 e de 7 a 14 anos caracterizam, respectivamente, 16% e 14% da população local. Nos 8% restantes encontram-se os adultos com mais de 55 anos.

Considerando-se o total parcial de 7.386 moradores locais com mais de 14 anos, tem-se um percentual de 8,8% em condição de analfabetismo. Das crianças de 7 a 14 anos, 9,4% encontram-se fora da escola e 2,7% trabalhando.

Em relação às outras comunidades da Maré, a Vila do João está entre as mais violentas, de acordo com a tabela de violências gerada pelo censo, apresentando estatísticas parciais de 82 casos de lesão por bala; situando-se nos primeiros lugares nos casos de lesão por faca/pau (64 casos), em roubo ou furto (182) e em homicídios, com um total de casos de 45. Posiciona-se, ainda, em segundo lugar, em número de estupros (17).

É bom, por fim, destacar a ausência total de equipamentos de consumo coletivo no Complexo da Maré, como museus, bibliotecas, agências de correios, escolas e sociedades musicais, clubes, teatros ou salas de espetáculos, entre outros. Constata-se que o lazer está longe de ser caracterizado como uma necessidade essencial na perspectiva urbanística e, em decorrência de tal lacuna, talvez seja possível inferir como consequência indireta o envolvimento da população no tráfico de drogas e na violência.

Nesse espaço metropolitano, caracterizado por contextos diversificados de pobreza, parte da solução dos problemas cotidianos perpassa pela dinâmica de redes sociais, um desses exemplos é a configuração da Rede de Solidariedade da Leopoldina.

¹⁵ Prefeitura do Rio; BNDES e Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré

4.1.1 A Rede de Solidariedade da Leopoldina: o campo de estudo

A “Rede de Solidariedade da Leopoldina” é composta por grupos sociais e religiosos e instituições diversas cujos trabalhos se voltam para a comunidade local. Constituída em oficina realizada no ano de 1999, as entidades que compõem a Rede vinham se reunindo mensalmente, até a organização e realização do Seminário ‘*Qual é a renda necessária para uma família viver com dignidade na cidade do Rio de Janeiro?*’, em julho de 2002.

Reuniões periódicas dos representantes de entidades e grupos sociais da região constituíam-se em um espaço de discussão sobre os problemas de sobrevivência das diversas comunidades locais na finalidade de levantarem possíveis encaminhamentos de soluções para os mesmos. A Rede contava com o apoio do *Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina* (CEPEL) e do *Núcleo de Estudos Locais em Saúde* (ELOS), este vinculado ao Departamento de Endemias Samuel Pessoa, ENSP, FIOCRUZ.

Organizados, esses grupos procuravam, juntos, desenvolver, reflexões e estabelecer parcerias na esperança de darem conta das dificuldades que afetam cotidianamente as pessoas da população na região. Nos depoimentos dos quatro entrevistados, a troca de experiências entre os membros participantes configura como uma das maiores contribuições da Rede e, também, como uma grande fonte de motivação para dar continuidade ao trabalho diário, mesmo quando as dificuldades parecem vencer as possibilidades que possuem para enfrentá-las. Apesar de algumas particularidades de opinião dos membros em relação à rede, percebe-se, pelos relatos, a unanimidade de tal expectativa:

“— *Essa Rede foi criada por nós mesmos. Sei que a proposta foi do professor* ¹⁶.

.....
— *Então, um vai transmitindo para o outro*” (Alberto).

(...) “... *a gente tamo nesse grupo, nessa Rede, querendo parcerias, querendo aprender mais com outras pessoas, É a gente viver junto, porque todos grupo que tá na Rede passa por essa pobreza, (...) É mais por isso, pra viver mais e... ser solidário um com o outro*” (Tereza)

¹⁶ No intuito de evitar identificação, o nome do professor foi omitido.

“A gente conversa, discute os problemas, vê a possibilidade, o quê que as pessoas estão fazendo, que... os problemas que cada comunidade está enfrentando, como cada gente está enfrentando, tá dando solução para aquilo. Aí um dá idéia pro outro, um ajuda o outro, então vai fazendo ligação. Um vai puxando pelo outro, a troca... e você vai se fortificando muito, crescendo”(Silvia).

“_ (...) Então, quando você tem uma oportunidade de ver a cara de todo mundo por mais tempo e ver o que ele faz, isso já é um grande feito que esses encontros têm, um grande feito, mesmo. E, um outro feito, né, é a questão de ser um espaço privilegiado, não que seja o único, mas é um espaço privilegiado de formação comunitária e de troca de experiências. Troca de experiências, então... (...) prá mim... é... então, o ponto chave” (Jorge).

4.1.2 Apresentação dos Entrevistados da Pesquisa

Apresentam-se, a seguir, os quatro membros da “Rede de Solidariedade da Leopoldina”, entrevistados no decorrer desta pesquisa, e uma breve descrição dos seus principais objetos de trabalho: uma mulher e um homem vinculados a Instituições Protestantes; os outros dois a Instituições Católicas. Os nomes dessas pessoas foram substituídos por códigos a fim de evitar qualquer identificação.

Alberto é Pastor de Igreja Protestante e participante da Rede de Solidariedade da Leopoldina desde as primeiras reuniões. Vindo do norte do Brasil, chegou ao Rio de Janeiro em 1962. Na ocasião, se estabeleceu como operário de uma grande fábrica. Reside num mesmo bairro na região da Leopoldina desde aquela época, local este onde, hoje, está estabelecida a Igreja pela qual é pastor.

Tereza, moradora da Leopoldina, atua em serviços comunitários na região desde 1984, inicialmente como voluntária no trabalho com tuberculosos, moradores da região; em seguida, como agente de saúde do governo. Além de ser membro de uma Igreja Protestante estabelecida na mesma região – daqui em diante referida como “Igreja Evangélica”- compõe um grupo de serviço comunitário na Leopoldina. Participa da Rede de Solidariedade da Leopoldina desde sua origem.

Silvia, é Irmã de Caridade de uma Congregação Católica de trabalho missionário e membro de uma Paróquia Católica, ambas com sedes em um mesmo bairro na região da Leopoldina há vinte anos. Há nove anos reside no mesmo local em que as Instituições estão estabelecidas. Há vinte e dois anos está vinculada à Congregação, e como representante desta

trabalhou em diversos locais do Brasil. Desenvolve o que denomina de “*trabalho de inserção*”, “*morando no meio dos pobres e vivendo a serviço deles*”.

Jorge, é coordenador estadual de um conjunto de grupos de trabalho pastoral ligado à Diocese Católica do Estado do Rio de Janeiro. Até recentemente, foi membro de um “grupo de base” vinculado a uma Paróquia Católica da região da Leopoldina. Através dessa participação deu-se sua formação religiosa e de trabalho comunitário. Hoje, ainda mantém vínculos estreitos de trabalho com os grupos de trabalho pastoral ligados à referida Paróquia e, durante a maior parte da entrevista, é ao trabalho desenvolvido por esses grupos que faz referência. É participante da Rede de Solidariedade da Leopoldina desde a sua origem.

4.2 Os Eixos de Investigação: um ponto de partida para apreender o sentido embutido nos depoimentos

Nesta seção serão apresentados os resultados das análises das entrevistas e uma discussão inicial sobre as mesmas, segundo os eixos temáticos de investigação, conforme descritos no capítulo III desta dissertação.

É bom ressaltar que todo o conteúdo aqui descrito expressa a ótica dos representantes a partir, obviamente, da capacidade de absorção do olhar do pesquisador e, nesse sentido, sob a influência social e histórica que construíram a percepção deste sobre o contexto em que esta pesquisa se realizou.

Por fim, no intuito de contextualizar os significados percebidos a partir dos resultados dos depoimentos, foram utilizados, aqui, aqueles núcleos de sentido extraídos durante o processo de análise das entrevistas e que pareceram melhor expressar a percepção dos entrevistados. Na necessidade de verificação da veracidade das falas, é possível consultar nos anexos a transcrição literal das entrevistas. Nesta, foram apenas substituídos os nomes (próprios, locais de trabalho, etc.) que pudessem levar à identificação do entrevistado.

Grupos Religiosos e seus Objetos de Trabalho no Contexto de Pobreza da Leopoldina

Alberto, pastor de uma Igreja Protestante e líder religioso na comunidade onde está estabelecido, foi o primeiro entrevistado da pesquisa. Residente na região da Leopoldina e na mesma comunidade há vinte anos, desde que chegou ao Rio de Janeiro, mantém grande proximidade com os problemas locais. Durante o processo de fundação da Instituição no local, paralelo ao intenso trabalho de evangelização, dedicou atenção especial ao

encaminhamento de soluções para os problemas relacionados à urbanização da comunidade, como mediador para a tomada de providências em relação às necessidades locais, por exemplo, para construção de redes de abastecimento de água; melhoria das condições de transporte; construção de escola e creche.

Como representante da Igreja, tem como prioritários dois objetos de trabalho, os quais, pela sua fala, apareceram sempre relacionados: a evangelização e a melhoria das condições de vida da população local, esta, sobretudo, se relacionada àquelas pessoas que sejam candidatas potenciais em participar da comunidade religiosa liderada por ele. Tal conduta, somada à valorização que deposita na figura de um líder, explica, de certa forma, a verticalidade embutida no planejamento e desenvolvimento das principais ações sociais executadas localmente.

(...) “fizemos uma Assembléia Geral e foi tirado uma Comissão pra evangelizar esse lado de cá. E, logo conseguimos uma Congregação e, depois, em 73, organizamos em Igreja e começamos a lutar pela comunidade, pra urbanizar a comunidade, pra colocar escola pra alfabetizar pessoas que não sabiam ler nem escrever. Construimos creche, em 85, colocamos duas grandes redes de água através do governo estadual. Era um problema de água muito grande. A Igreja se envolveu também naquela... cada família um lote, entre o governo federal e o governo do Estado, conseguiu também a titulação dos terrenos para cada morador. E, o nosso trabalho, sempre envolvido com o povo, mas nós é que fazia frente pra fazer os pedidos...” (Alberto).

(...) “somos uma igreja, podemos dizer, uma igreja vista com olhos bons e, também, numa forma respeitável. (...) eles vêm porque sabem que aquilo que nós falamos é a verdade. (...)Então, quando nós falamos ao povo: _ Vai acontecer isso, precisa o povo se mobilizar pra isso... o povo... (...) eles comparecem” (Alberto).

Alfabetização de adultos; apoio escolar e alimentar para crianças; apoio social material para membros da Igreja que se encontrarem, porventura, em emergência financeira e capacitação profissional estão entre as atuais ações regulares da Instituição. A natureza dessas ações indica uma característica paternalista, vinculada à atuação da Igreja no local.

Em contrapartida, de acordo com seu depoimento, a comunidade responde de forma positiva e apresenta constante expectativa de encontrar soluções imediatas para seus problemas cotidianos através da Igreja, sejam eles de ordem afetiva ou racional.

Durante o restante desta seção, quando for necessário referir-se à Igreja a qual o Pastor representa, citar-se-á apenas “Igreja Protestante”.

Tereza foi a segunda pessoa entrevistada durante a pesquisa. Atua no trabalho social desenvolvido pela “Igreja Evangélica” e, como um dos cinco membros de um grupo social da região, presta serviços comunitários, para a população local, na linha de “saúde alternativa”. Além de trabalhar diretamente nas ações desenvolvidas para a comunidade onde reside, tem a função de tesoureira do grupo de serviços comunitários - daqui em diante, denominado “Grupo dos Cinco”.

O trabalho desse grupo, conforme o local de residência de cada membro participante, é direcionado para quatro comunidades locais, sendo cada um atuante e responsável nas respectivas áreas de moradia, todas na região da Leopoldina. Este fato dá idéia de uma constante proximidade física dos membros do grupo com a realidade da comunidade para a qual suas ações são desenvolvidas. A fala da entrevistada indica, inicialmente, um impulso de forte cunho solidário em relação às ações praticadas.

Entre as principais atividades do “Grupo dos Cinco” constam as visitas domiciliares com orientação e intervenções preventivas para saúde e apoio social do tipo afetivo e prático (aconselhamento); administração e manutenção de hortas comunitárias, distribuição de plantas medicinais e orientação quanto ao uso destas como medicamento.

Voluntária para a execução dos trabalhos desenvolvidos pela “Igreja Evangélica”, Tereza colabora nas atividades organizadas pela Instituição para a população miserável, como por exemplo, distribuição de comida e cobertores durante a madrugada. Além das atividades religiosas, a Igreja a qual está vinculada parece ter o seu trabalho restrito a ações de cunho essencialmente “assistencialista”.

A entrevistada deixa transparecer um alto grau de proximidade com a população local, mas, ainda assim, seria precoce inferir sobre qualquer expectativa da população em relação aos grupos os quais representa.

Silvia, a terceira entrevistada da pesquisa, conforme anteriormente referido, é Irmã de Caridade e coordenadora da casa de Congregação Católica. Além de coordenadora deste grupo, é formadora de novos membros para a Instituição, preparando-os, ao mesmo tempo, para a vida religiosa e para as missões sociais da Instituição. É interessante destacar que a casa de referência da Congregação na região é o local de residência do grupo, o que sugere um elevado grau de proximidade com a realidade dos moradores locais.

Por ocasião do estabelecimento da Congregação na região – na época um conjunto habitacional recém inaugurado – a principal função destinada ao grupo, pela comunidade

religiosa, fora a evangelização dos futuros moradores, uma população pobre, com pouca ou nenhuma oportunidade social.

Silvia atribui o trabalho missionário dos membros do grupo a uma disposição vocacional religiosa e é, nesse sentido, que percebe como um dos principais objetivos da Instituição o de serem “portadores da esperança”, no sentido de impulsionar a vida humana para uma existência com qualidade. Na perseguição desse, optaram pelo que denominaram “inserção”, uma linha de ação que agrega o trabalho evangélico ao de promoção social.

“D. Eugênio, em 82, pediu para assumirem a Paróquia aqui. (...). Então, a gente veio prá cá, começou a fazer visitas e tudo e em 93 instituímos casa aqui e o objetivo era esse: evangelizar, formar grupo, formar Igreja, os grupos de catequese, preparação para os Sacramentos, ciclos bíblicos – o objetivo inicial, mas também a minha Congregação tinha toda uma... uma linha, um filão, assim, que pode dizer que é a questão do desejo da inserção no meio pobre, o desejo de estar cada vez mais morando e vivendo a serviço das pessoas mais pobres, e exatamente as que passam fome, as que não tem condições de vida, que tem poucas condições de trabalho, de oportunidades. Então, foi que nós optamos por, nessa época, o que a gente chamou de inserção – morar no meio do povo pobre e, aqui, fazer o nosso trabalho, educacional, de saúde, de geração de renda... que vai um pouco por aí a nossa linha de ação. (...) Porque quando a gente tá dentro, a gente vai vendo a realidade e vai ampliando (...)” (Silvia).

Hoje, o “trabalho de inserção” encontra-se bem desenvolvido e tem como foco principal a população pobre e miserável do local onde o grupo reside, tenha ela uma prática religiosa ou não. Este fato possibilita, quase naturalmente, um conhecimento atualizado do diagnóstico social local. O planejamento de atuação do grupo é feito a partir dessa vivência e da apreensão das reais necessidades da população local.

Através do depoimento da entrevistada, distinguem-se claramente duas linhas paralelas de atuação: uma, onde o Estado está ausente – nesse caso, são desenvolvidas ações que tenham objetivos finais bastante direcionados na tentativa de cobrir as necessidades imediatas e mais urgentes da população local – outra, de perspectiva mais longínqua, cujos objetivos envolvem transformação e, ou, formação social. Acreditam no trabalho permeado por valores religiosos como impulsionador à solidariedade e ao apoio social.

“O povo da rua, vem aqui prá gente tentar ajudar a arrumar emprego, porque não tem isso, não tem aquilo, tá faltando... não tem lugar prá morar. Batem muito pedindo comida, muito. Aí, muitas vezes a gente ganha alimento. Então, quando a gente tem, a gente dá, mas a gente vai atrás, visita, vê qual a real necessidade, as razões, prá ter essa possibilidade de promoção social, o objetivo é mais é esse. Então, as pessoas procuram muito, procura prá chorar, prá reclamar do marido, procura... eu faço grupos, de ciclo bíblico, de curso de liderança, curso de higienização, curso de alimentação alternativa.... isso a gente promove, prá fazer grupos” (Silvia).

(...) “a gente fala de tudo. preservação, de cuidado com as doenças sexualmente transmissíveis, da importância do corpo, a defesa da mulher, uma série de coisas que a gente vai promovendo, segundo o que a gente vê de necessidade” (Silvia).

(...) “a gente tá investindo a longo prazo prá tirar essas crianças da rua” (Silvia).

“A gente forma o povo prá agir politicamente em defesa da vida com os outros (...).Esse é o nosso objetivo. A solidariedade tem que ser deles também. Deles com eles mesmos” (Silvia).

(...) “eu me identifico é exatamente nesse papel, de ser sinal de esperança. E o sinal de esperança é esse elo, de ligação, que vai, vem, que incentiva, que dê perspectiva pra um grupo, pro outro, pro outro, pro outro... Esse é meu papel” (Silvia).

Nesse sentido, por um lado, entre os objetos de trabalho prioritários, estão as ações de cunho assistencialista, como apoio alimentar com distribuição de cestas básicas de alimentos; refeições para crianças participantes de projeto de apoio escolar ; atividades de bazar; prática solidária com apoio social afetivo; orientação e encaminhamento de pessoas e, ou, famílias com problemas sociais e, ou, de saúde; encaminhamento para emprego; alfabetização de adultos, reforço escolar, cursos diversos de orientação para o dia-a-dia, entre outras. Por outro lado, estão, também, as ações de promoção social de uma forma geral, como educação política; encaminhamento e acompanhamento de jovens para capacitação profissional; educação religiosa para formação de uma prática de vida solidária; desenvolvimento de formas alternativas de geração de renda, entre outras.

Ainda que pouco substanciada, foi possível destacar da análise das entrevistas em relação ao primeiro bloco de investigação, a grande expectativa da população local no que concerne à disponibilidade de apoio social afetivo e racional por parte do grupo ao qual Silvia representa – grupo este que, daqui em diante, será referido como “Grupo da Missão”.

Jorge, o quarto entrevistado da pesquisa, tem a procedência de seu trabalho no que denominou “novo ciclo” do grupo de jovens da Paróquia Católica da região da Leopoldina no Rio de Janeiro. Até 1997, tal grupo – denominado daqui em diante “Grupo da Pastoral”- passou por períodos em que, alternadamente, recebia e não recebia apoio por parte da direção da referida Instituição, conseqüência, inclusive da posição ocupada pela ala conservadora de seus superiores hierárquicos mais diretos, a Diocese do Rio de Janeiro.

O novo ciclo marca a inclusão do objeto de trabalho “formação política” na pauta de objetos de trabalho do grupo. O principal interesse passa a ser a formação dos participantes, a partir de sua inserção religiosa e política, em conjunto.

(...) *“a gente, ao mesmo tempo, que trabalha a questão religiosa, também trabalha a questão da construção do sujeito, essa construção do sujeito social, não só sujeito religioso”* (Jorge).

“_ 96, 97... nós queríamos era retomar um projeto de evangelização [...] que inserisse, também, as questões sociais (...). Então, a nossa preocupação da remontagem era essa: era de voltar à tona com a discussão social, de fazer isso de novo comum [nas pessoas]” (Jorge).

Atualmente, o grupo planeja suas ações em torno da discussão sobre as políticas públicas: educação e geração de empregos. Nesse sentido, a partir das questões de reflexão do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), organiza seu trabalho na perspectiva de que pessoas formadas com base religiosa e uma vida de prática cidadã têm, a longo prazo, a possibilidade de contribuir com a promoção social da comunidade.

Dessa maneira, o grupo persegue seu principal objetivo organizando e envolvendo-se em mobilizações populares sobre a conjuntura do cenário social, político e econômico local, nacional ou global; apoiando outros grupos que tenham como foco os problemas da comunidade local; promovendo espaços de discussão e envolvimento sobre as políticas públicas e a atuação governamental; coordenando e atuando em projetos de educação

(alfabetização de adultos – em colaboração com outros grupos – e pré-vestibular) e trabalhando na evangelização e formação religiosa de pessoas da comunidade local.

Por outro lado, na tentativa de remediar necessidades imediatas da população local, o “Grupo da Pastoral” não deixa de incluir em sua agenda, tanto quanto possível, o planejamento e, ou, execução de ações cujos efeitos sejam sentidos a curto ou curtíssimo prazo. Estão entre estas a distribuição periódica de cestas básicas de alimentos para a população necessitada e distribuição de “café com pão” para a população de rua, ações assistencialistas direcionadas.

(...) “a gente focou mais na questão da educação, uma coisa que vem logo à tona é a questão da educação, o Projeto de Alfabetização de Adultos foi à frente, né, não foi um projeto tocado por nós, mas membros da Pastoral colaboram; um desses grupos de base montou um pré-vestibular comunitário, (...) então, o nosso trabalho, hoje, consiste disso e logicamente de tá alertando a comunidade sobre a atuação governamental na questão da educação e em outras questões sociais e de fazer com que a comunidade, comece a ficar realmente indignada com o tratamento dado por nossos dirigentes, Então, a gente, também, foca muito isso – a questão da denúncia, de tá alertando o pessoal, não só fazendo um trabalho assistencial mas, também, mostrando olha a gente tá fazendo isso, mas a gente tá fazendo isso porque isso, na verdade, é função do governo que não tá fazendo isso, porque tá desviando dinheiro pra aquilo...” (Jorge).

(...) “você tem também, o tradicional trabalho assistencial, né, distribuição de cesta básica e um dos nossos grupos, saem fazendo o trabalho de distribuição de café com pão” (Jorge).

Os depoimentos dos entrevistados Alberto e Tereza em relação a este primeiro eixo de investigação, contribuíram para uma aproximação ao conhecimento sobre os objetos de trabalho priorizados pelas Instituições Protestantes nas comunidades em situação de pobreza.

A evangelização é a linha mestra de condução do trabalho praticado por esses grupos religiosos. Paralelamente, destaca-se do trabalho dos grupos, em menor ou maior grau, a prioridade dada aos problemas emergenciais das comunidades locais. Dessa forma, observa-se o desenvolvimento de uma linha de ação, através da qual busca-se encaminhar soluções imediatas para os problemas de sobrevivência que se apresentarem como mais urgentes.

Para tal, nota-se a preferência pelo desenvolvimento e execução de ações assistencialistas, com incentivo às práticas solidárias. Entre essas, as principais ações sociais, executadas localmente, são: alfabetização de adultos; apoio escolar e alimentar para crianças; apoio social material para membros das Igrejas que se encontrarem, porventura, em emergência financeira; distribuição de plantas medicinais; capacitação profissional de pessoas da comunidade local; apoio social do tipo afetivo e prático (aconselhamento) e distribuição de comida e cobertores durante a madrugada.

“Nós temos 100 crianças aqui, se alimentam semanal aqui. Mas quando passa sábado e domingo não tem trabalho de escola aqui. Segunda-feira, elas chegam muito mais primeiro que os professores, por causa do café, da alimentação, essas coisa” (Alberto).

“Quem não tem dinheiro prá pagar o médico fica tão saturado de ficar na fila, de madrugada, prá poder obter o número que ele nem vai, porque quando chega lá, passa o remédio, ele não tem o dinheiro prá comprar... aí corre... uns vão atrás do remedinho, da horta” (Tereza).

Da mesma maneira, através dos resultados deste eixo de investigação, as falas dos representantes dos dois grupos religiosos vinculados a Instituições Católicas, possibilitaram uma primeira aproximação aos seus objetos de trabalho frente à população pobre do local onde estão estabelecidas as referidas Instituições.

Silvia e Jorge atuam de forma semelhante. Para os grupos aos quais os entrevistados representam, a principal proposta de atuação é o investimento na promoção social dessa população, o que inclui, segundo os entrevistados, a perspectiva da educação e geração de renda e a fomentação de um espaço para prática política.

Contudo, isso não significa que os grupos tenham seu objeto de trabalho limitado à promoção social - o que se dá a longo prazo - visto que necessidades imediatas não supridas são uma constante no contexto da população pobre e impossibilitam, de acordo com Silvia e Jorge, a perspectiva de qualquer tipo de trabalho. Portanto, na medida do possível - e dependendo do grau de autonomia e da disponibilidade de recursos de cada grupo - procuram desenvolver, também, ações direcionadas ao encaminhamento de soluções para os problemas cotidianos dessa população.

Dessa forma, as iniciativas descritas a seguir estão entre as ações regulares dos “Grupos Católicos” – assim denominados quando, daqui em diante, houver necessidade de se referir, em conjunto, aos grupos os quais Silvia e Jorge representam:

Por um lado, ações de cunho assistencialista, como apoio alimentar com distribuição de cestas básicas para famílias carentes, de refeições para crianças participantes dos projetos dos grupos e “café com pão” para a população de rua; atividades de bazar; prática solidária com apoio social afetivo; orientação e encaminhamento de pessoas e, ou, famílias com problemas sociais e, ou, de saúde; encaminhamento para emprego; reforço escolar; cursos diversos de orientação para o dia-a-dia, entre outras.

Por outro lado, estão as ações de promoção social de uma forma geral, como educação política; promoção de espaços de discussão sobre as políticas públicas e a atuação governamental; coordenação e atuação em projetos de educação (alfabetização de adultos e pré-vestibular); encaminhamento e acompanhamento de jovens para capacitação profissional; educação religiosa para formação de uma prática de vida solidária; desenvolvimento de formas alternativas de geração de renda, organização e envolvimento em mobilizações populares sobre a conjuntura do cenário social, político e econômico locais, nacionais ou globais entre outras.

Por fim, parece importante ressaltar que, respeitando a realidade local, os grupos católicos planejam seus trabalhos, a partir das questões de reflexão de pauta do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, talvez por isso, nota-se uma convergência em relação ao sentido do trabalho realizado por ambos.

Os Grupos Religiosos frente à Questão da Insuficiência Alimentar em Situação de Pobreza

O resultado das análises dos depoimentos para este eixo de investigação demonstra unanimidade quanto à percepção dos entrevistados sobre a alimentação como uma necessidade básica, essencial, que se não atendida, repercute negativamente na vida humana e limita a perspectiva futura. Violência doméstica; desespero levando a atitudes extremas; distúrbios de aprendizagem; morte prematura; restrição no acesso à vida social, entre outros, estão entre as várias manifestações sociais apontadas pelos mesmos como consequência da ameaça ou presença de insuficiência alimentar na vida da população pobre.

(...) “*quem tem fome, mata!*” (Alberto).

“Então... alimentação é uma coisa fatal” (Alberto).

“_ Se a pessoa não se alimentar, vai viver? os presidente, os governo, as pessoas que governam, devia ver! Tanto a prioridade da saúde, porque sem comida como é que a pessoa vai ter saúde? Se a pessoa não se alimenta, ele vive, mas vive fraco e, e... morre mais depressa. (...)Tem família que almoça e não janta, porque não tem com o quê. Por que? Porque o dinheiro que eles dão, o salário, não dá prá viver, comer” (Tereza).

(...) “Eles não entendem como direito, não! Eles sabem que se não der comida pros filhos, vão morrer de fome” (Silvia).

(...) é um direito humano¹⁷ “(...) a gente podia ficar falando aqui de... saúde, educação, trabalho, geração de renda, agora, se não temos é... uma dieta alimentar digna, a gente não tem como conseguir educação de qualidade, conseguir é... batalhar por emprego, enfim, isso tudo vai girar em torno da alimentação – é condição básica da existência do ser humano, é necessidade... básica” (Jorge).

Todos, também, estão de acordo que a insuficiência alimentar é um problema real no cotidiano de vida da população pobre, respeitando os contextos diversos nos quais se apresenta. No entanto, difere a forma como cada grupo religioso o avalia e situa sua prioridade no bojo de seu trabalho social.

O grupo das “Igrejas Protestantes”, de forma generalizada, localiza a origem do problema nas esferas social, econômica e política nacional, cujo modo de apresentação está retratado no contexto de desigualdade social em que a sociedade está inserida.

Dessa forma, seus representantes classificam, a partir do poder de compra de uma alimentação mínima, diversos níveis de pobreza, desde os que têm condições de alimentar minimamente a si ou à sua família, àqueles cuja renda permite apenas uma única refeição diária ou os miseráveis, excluídos de qualquer oportunidade social, para os quais resta viver de doações ou restos alimentares.

Alberto percebe o modo de apresentação do problema como dependente do nível de pobreza do ser humano que, por sua vez, estaria diretamente relacionado com as oportunidades de inserção social no mercado de trabalho e, também, com a presença, ou

¹⁷ intervenção do pesquisador durante a entrevista.

ausência, da crença na vida e prática religiosa. Classifica, assim, a partir do poder de compra de uma “alimentação saudável”, três níveis de pobreza: o trabalhador assalariado com renda insuficiente para sua subsistência alimentar individual ou familiar; o trabalhador informal sem renda fixa – o “biscateiro”; o trabalhador sazonal; o autônomo, por exemplo. -, aquele que vive com constantes alternâncias do orçamento familiar, portanto, sob constante insegurança alimentar e, por último, o miserável, aquele que sofre privações materiais de todo tipo porque, em geral, é descrente da vida religiosa. Para este, resta-lhe apenas mendigar ou se aproveitar de restos alimentares (feiras, mercados atacadistas, etc.).

“ _ Olha, tem muita gente que não tem padrão de vida que tenha condições de ter uma alimentação saudável como trabalhador. Mas, como o Rio de Janeiro ainda é uma cidade que tem muitos meios, então, muitas pessoas na feira, coisas que dá pra aproveitar muito bem, as pessoas juntam, limpam – as pessoas que não têm a mínima condição, condição de vida, que moram em barraquinho de papelão. Na alimentação eles ainda tem essa parte pra aproveitar. Existe também o Ceasa, que é grande a quantidade de pessoas pobres aqui que saem e vão pra lá pra trazerem alguma coisa – batata, verdura, etc. Eu diria que o que mais pode sofrer aqui é a criança, porque a criança não pode comer qualquer coisa. Mas os adultos mesmo, ainda não chegou ao ponto de pessoas adultas passar sem comer. Agora... é claro que ele não come como a pessoa que teve seu salário (...)” (Alberto).

(...) “Onde você vê a maior miséria é nesse povo que não tem solução porque não tem Cristo, a maior pobreza é essa” (Alberto).

Essa visão sobre a pobreza e o problema da insuficiência alimentar guia o planejamento e desenvolvimento das ações sociais da Instituição a qual Alberto representa. Em primeiro lugar, o trabalho é dirigido aos membros da comunidade religiosa local e às crianças; àquelas pessoas que se mostrarem dispostas a se converter ao “Evangelho” e, por último, aos “de fora”. Portanto, o trabalho de Evangelização é inerente a qualquer conduta social levada adiante pela Instituição.

(...) “nós atendemos àquela palavra que o apóstolo Paulo nos diz: ajudai, mas primeiramente os da fé. (...) pode até chegar de pé no chão, (...) nós procuramos estruturar aquela pessoa, para que aquelas pessoas se organize e tenha uma vida lícita” (...) (Alberto).

a Igreja, então, tem uma ação direta, de ajuda “só para os membros, somente ao membro da Igreja. Quando tem mais, aí dá para os de fora”. (Alberto).

É assim que as atividades sociais desenvolvidas pela Instituição representada por Alberto, na tentativa de atingir o problema da insuficiência alimentar, encontram-se atreladas ao exercício de liderança religiosa na comunidade. Distribuição de alimentação diária para crianças do projeto de reforço escolar mantido pela “Igreja Protestante” e apoio material para os membros em situação de emergência financeira estão entre as práticas regulares - ações essencialmente assistencialistas e paternalistas.

Diante do problema da insuficiência alimentar no meio pobre, os grupos se mostram, por motivos diferentes, limitados a lidar com a questão. Portanto, o trabalho das “Igrejas Protestantes” restringe-se à prática assistencialista, por um lado e paternalista, por outro, uma vez que é dada prioridade aos membros das Igrejas nas execuções de suas ações.

Da mesma forma, observa-se que o trabalho de Tereza através da “Igreja Evangélica”, restringe-se à distribuição de cestas básicas de alimentos, segundo esta entrevistada, a única iniciativa da Instituição no enfrentamento do problema da insuficiência alimentar em situação de pobreza. Portanto, parece ser prioridade da Igreja a execução de ações de cunho assistencialista.

Apesar de considerar a questão da presença da insuficiência alimentar como precursora de graves implicações na vida humana, Tereza reconhece as limitações financeiras e estruturais do “Grupo dos Cinco” para lidar com o problema. Daí decorre a baixa prioridade dada ao assunto. Na prática, o grupo apóia ações assistencialistas de outros grupos, principalmente aquelas organizadas por Instituições religiosas – distribuição de cestas básicas de alimentos, por exemplo. Contudo, há expectativa no desenvolvimento de um projeto de hortas comunitárias o que, segundo a entrevistada, possibilitaria dispor à população local a oferta dos produtos plantados, verduras e legumes, por exemplo.

“(...) todos nós trabalha com alimentação. Eu trabalho pra Igreja e eles trabalham com a Igreja do Bom Jesus com alimento, distribuição de bolsa também. (...)”

Nós tamos num projeto dessas horta, mas até a gente plantar prá ... poder alimentar as pessoas com verduras, essas coisas, isso ainda é projeto, por enquanto não tem nenhuma alimentação, assim, que a gente possa oferecer (...)” (Tereza).

Distribuição de alimentação diária para crianças participantes de projeto de reforço escolar de uma das Instituições; apoio material para os membros em situação de emergência financeira e distribuição de cestas básicas de alimentos estão entre as práticas sistemáticas dos grupos das “Igrejas Protestantes” para lidar com a questão.

Para os representantes dos “Grupos Católicos”, a questão da insuficiência alimentar em situação de pobreza é um problema de ordem social e econômica que emerge de uma conjuntura complexa, cuja causa está, de modo resumido, relacionada à desigualdade social como reflexo da desigualdade na distribuição de rendas.

Os grupos classificam o problema como de alta prioridade a ser enfrentado, porém, por razões particulares a cada um, o trabalho é desenvolvido de forma diversa. De qualquer forma, consideram que a promoção social – aí pensam a educação e a oportunidade de inserção social e política, principalmente – é o caminho de saída capaz de provocar a ruptura no círculo da pobreza. Por isso, ambos investem na promoção social.

No entanto, como o problema é da ordem das necessidades básicas, essenciais, os grupos praticam, tanto quanto possível, ações cujos resultados sejam sentidos a curto prazo, já que as conseqüências de uma alimentação insuficiente não têm ocasião certa para aparecer. Nesse sentido e na tentativa de remediar necessidades imediatas da população local, de forma direta ou indireta, os mesmos adotam, também, a linha de atuação assistencialista.

Para Silvia, representante do “Grupo da Missão”, a questão da insuficiência alimentar em situação de pobreza é um problema de ordem social e econômica que emerge de uma conjuntura complexa, cuja causa está, de modo resumido, relacionada à desigualdade social como reflexo da desigualdade na distribuição de rendas. Raciocina de forma metafórica para explicar seu ponto de vista e pensa o problema como “uma rede”, através da qual diversas situações sociais negativas aparecem interligadas: dificuldades de acesso a bens sociais, como a educação; desemprego; má distribuição de rendas; violência, etc.. Nesta perspectiva e a partir de um olhar bíblico, a solução, segundo o grupo, encontrar-se-ia na “partilha”, no rompimento do ciclo estruturado pela economia de acumulação.

“ _ Olha, a própria fome, ela é uma rede. Ela é uma rede porque a pessoa ... ela passa fome, geralmente, quando ela não tem emprego. Então, o emprego está diretamente ligado a fome. E, se ela não tem emprego, ela não tem perspectiva e isso afeta tudo na vida da pessoa. (...) Então, a questão da necessidade de comida, ela afeta muitas coisas. ... essa questão de faltar dinheiro dentro de casa para alimentar as crianças que gera violência. Gera violência interna, gera a questão do relacionamento. (...) Por isso que quando me pedem comida, eu

tiro mesmo do meu armário, mas eu dou (...) Porque fome é um negócio que você tem que matar é agora. Aí, só que com isso, você não pode parar” (Silvia).

(...) Por exemplo, essa questão da fome. Jesus partilhou, ensinou a partilhar, o milagre do pão e dos peixes. Então, nós precisamos aprender a partilhar. Não reter pra gente, mas partilhar. E não vai faltar, porque o Brasil, o país mais injusto na distribuição de rendas do mundo. O quê que estava nos faltando? É pão, é comida? Não! É partilha. O Maná no deserto, que foi acumulado, embolorava. Então, nossa! Nossa vida tá embolorando exatamente por isso. Porque nós estamos retendo o pão e não estamos partilhando com o irmão” (Silvia).

O “Grupo da Missão” dá à questão alta prioridade. Desse modo, o trabalho é planejado a partir de duas linhas de ação que, tanto quanto possível, são estruturadas de forma a se complementarem.

Por um lado, a Instituição pratica ações cujos resultados tenham efeito em curto prazo. De uma forma geral, quando a situação requer solução imediata. Estão incluídas aí as práticas assistencialistas (distribuição de alimentos ou alimentação); a colaboração em programas de renda mínima do governo – o programa “Compartilhar/Cesta do Cidadão” – com o cadastramento de famílias necessitadas, distribuição de cupons para compra de produtos alimentares com acompanhamento dos “beneficiados” e organização de atividades de orientação em higiene, preparo, conservação e desperdício de alimentos.

Por outro lado, o grupo adota uma segunda linha de atuação e procura criar meios que, a médio e longo prazos, possibilitem o escape do movimento cíclico da pobreza e da convivência com a ameaça da insuficiência alimentar. Assim, investem no trabalho de promoção social – educação, alfabetização, capacitação profissional, encaminhamento para emprego, etc. - como o caminho de saída desse ciclo complexo.

(...) depois, eu falo assim: “consegui uma bolsa lá, mas aí... você veja alguém que possa ir lá buscar (...)”. Aí, aí eu venho em casa, já organizo e dou. Às vezes eu pego do próprio grupo lá do ABC¹⁸ pra poder atender a necessidade urgente. Mas aí... com aquela conversa, com a visita local que eu faço, eu vou descobrindo todas as possibilidades. (...) encaminho pra tudo, eu invento. Aí, a família não vai ficar só naquela sacola de compra que eu levo, que eu mando vir buscar.

¹⁸ O nome do projeto foi substituído a fim evitar a identificação.

Para o “Grupo da Pastoral”, embora seja consenso que o problema da insuficiência alimentar em situação de pobreza é de alta relevância, Jorge assinala que o trabalho do grupo é restrito a apoiar outros grupos que tenham o tema como foco principal e a pôr em prática ações assistencialistas, como distribuição de “café com pão” ao morador de rua. No entanto, há expectativa do grupo em ultrapassar o trabalho assistencial e, nesse sentido, a seguir o caminho da promoção social como linha de atuação.

“ _ A questão da alimentação, ela, durante algum tempo, na Paróquia, ela foi trabalhada com a metodologia da Pastoral da Criança, a questão da multimistura ... só que isso parou, parou. (...) o Grupo de Base X, ele chegou no final e preferiu também fazer um trabalho de assistência ao povo de rua (...) é um grupo que continua ainda na questão assistencial do café com pão, mas pensa em avançar: de estar presente nesse morador de rua, de tá fazendo um trabalho de acompanhamento social e, também, de encaminhamento pra entidades sociais - enfim, tentar reverter um pouco esse quadro da população abandonada. (...) então, a questão da alimentação, ela, ainda, é pensada dessa forma. (...) ainda no nível assistencial, querendo dar o passo prá uma intervenção mais sistemática mas, ainda, não foi possível” (Jorge).

(...) “a gente aproveita muito o que outros grupos estão fazendo, estão manifestando e, aí, quando entra também a questão da alimentação, a gente, assim como outros temas, nós também embarcamos,... apoiamos. a gente vai apoiando todas aquelas pessoas, todas aquelas entidades que tão trabalhando, que têm o foco principal nesse tema. A gente, né, reconhece que não consegue dar conta... (...) o apoio - é basicamente a questão da divulgação do trabalho desse pessoal (...)” (Jorge).

A Atuação dos Grupos Religiosos frente aos Problemas relacionados à Sobrevivência em Situação de Pobreza

Enfrentar o problema da insuficiência alimentar em situação de pobreza exige naturalmente, lidar com os diversos fatores e situações inerentes à sobrevivência em tal contexto. Este eixo de investigação objetivou compreender a atuação dos grupos religiosos ao se depararem com a multiplicidade dos problemas cotidianos vividos pela população pobre.

Em comum, os grupos das “Igrejas Protestantes” têm poder restrito para tratar problemas sociais de grande complexidade, como a questão da insuficiência alimentar em situação de pobreza e outros. Um dos obstáculos é de ordem material, contudo parece não ser este o único empecilho para uma atuação que procure tratar o conjunto dos problemas relacionados à sobrevivência em situação de pobreza. A violência, por exemplo, também é citada como fator limitante.

“Houve um problema aí... entre policiais e essa vida de bandido e... denunciaram a Igreja, denunciaram a Igreja. (...) O que interessa é vocês saberem que isso aqui é um órgão que trabalha pra libertar e pra tirar esse povo do crime. Então, é, assim, que nós temos, às vezes, alguma dificuldade, isso agora (...)” (Alberto).

Para os grupos das “Igrejas Protestantes”, novamente, a prática religiosa aparece de forma reforçada como uma motivação positiva no enfrentamento dos problemas cotidianos vividos em situação de pobreza, tanto para aqueles que os vivenciam como para aqueles que trabalham em prol da população pobre, além de ser vista como um impulso ao apoio social e à solidariedade.

(...) “se você for verificar as Igrejas, o povo que freqüenta, eles vive bem, sempre têm prá dar. Se você vai dentro do meio evangélico, a mesma coisa” (Alberto).

(...) “A solução é o Evangelho. Essa é uma facilidade, porque no momento em que você se filia a uma Igreja, (...) aquela Igreja vai tratar de você. (...) Isso tudo faz com que diminua o sofrimento das pessoas humanas” (...) (Alberto).

(...) “Então, eu agradeço a Deus porque Ele me dá saúde, porque eu vou em prol do outro, vou ajudar o outro, e Ele me dá muita prosperidade” (...) (Tereza).

No ponto de vista de Alberto é fundamental que haja um líder à frente da comunidade pobre, preferencialmente, um líder religioso, uma pessoa de referência que oriente a luta cotidiana da população para superação dos problemas relativos à pobreza. Na sua opinião, um líder deve comportar-se de modo evangélico, como um apóstolo, ser símbolo de coragem e porta-voz da verdade e dos anseios de seus seguidores, a população pobre, representando-a.

Nesse sentido, segundo ele, esses devem ser os parâmetros para o caminho da mobilização popular. É desta forma que a Igreja busca exercer seu papel na comunidade local.

(...) “todo canto tem que ter uns líder. (...) mobiliza o povo, que bate na porta da prefeitura, vai para a porta do governo estadual, onde for necessário” (Alberto).

“_ O povo fica sem, fica sem nada, o povo fica sem nada, fica sofrendo. Onde acabou, acabou. Eu passei lá, lá em Acari, ... o povo lá é mil e quinhentas pessoas, em crianças e adultos, estão morando dentro da lama junto com os animais. Tá lá pra quem quiser ver, eu fui lá e vi. Me cabe falar porque eu tenho ajudado a eleger esse povo e tenho que falar contra eles quando eles estão errados, porque foi assim que houve com os profetas. Os profetas não pode se juntar ao governo e ficar dando apoio às coisas erradas (...). Então, a gente tem que falar e, então, a gente orienta o povo e o povo faz e tem outras vezes também... pelo menos o cheque-cidadão se deu bem: fizeram aquela manifestação de quase três mil pessoas na frente do Palácio e ela vai continuar dando o cheque-cidadão. (...)

Manifestação do povo, tem que ser o povo na rua. Faz-se o melhor meio prá não acontecer isso, mas se não tem meio, tem que enfrentar. A luta que vem, vem do princípio, homens que tinham coragem e chamava o povo, saía pra luta” (Alberto).

Na prática, a liderança da “Igreja Protestante” tem projetado na pessoa do Pastor a figura do apóstolo, tal como exposto anteriormente. É ele quem procura orientar a população na sua luta diária pela sobrevivência; apresentar-se como mediador no encaminhamento de soluções para os problemas da comunidade, perante autoridades governamentais e, sobretudo, exercer a função de autoridade religiosa na comunidade local e, assim, continuar o trabalho de evangelização.

A fim de não suscitar dúvidas, o exercício de autoridade recém comentado diz respeito às decisões relativas à disponibilidade de inclusão da população local em projetos, ações e apoio por parte da referida Instituição. A fala do entrevistado deixa transparecer um caráter paternalista no critério de inclusão adotado pela Igreja quando, no desenvolvimento de suas ações, o limite de pessoas a serem assistidas for necessário.

“_ A Igreja orienta o povo. Se por um acaso o cheque-cidadão é de um membro da Igreja, ele vai procurar enquanto resolve aquilo, solucionar aquele valor pra o membro daquela Igreja, pra o membro daquela Igreja” (Alberto).

A partir dessa lógica de atuação, Alberto atribui à religiosidade o impulso para manifestação de solidariedade entre as pessoas; a presença de um espaço de apoio social e, em parte, a possibilidade de integrar redes sociais. Essas seriam as facilidades encontradas pela Instituição ao encaminhar e desenvolver suas ações sociais.

A “Igreja Protestante” recorre a parcerias diversas a fim de levar adiante sua atuação social na comunidade. O entrevistado destaca as parcerias estabelecidas com o governo; redes sociais; instituições privadas e outras instituições religiosas, segundo Alberto, nem sempre facilitadas.

(...) *“nós temos é o Programa Curumi, do Estado e agora ninguém sabe se vai acabar”* (...) (Alberto).

(...) *“uma empresária tá com vontade de fornecer material pra fazer o crescimento, de mais duas salas. Pra ter um projeto que vem trazer 60 pessoas pra aprender profissões por intermédio da Igreja e dessa empresária. (...) essa empresária vai custear toda essa construção”* (Alberto).

(...) *“nós sempre estamos no governo solicitando melhoria”* (...) (Alberto).

O conjunto das entrevistas e respectivas análises permitem perceber que os “Grupos Católicos” e o “Grupo dos Protestantes”, têm em comum a fundamentação religiosa que traz a perspectiva de que o enfrentamento da pobreza, e dos problemas inerentes a esta, deve partir do pensar o ser humano em sua totalidade e, nesse sentido, está incluso, pensar o homem com acesso à educação e ao trabalho que possibilite o sustento e a sua dignidade. Segundo Silvia, representante do “Grupo da Missão”, nenhum trabalho social ou religioso é possível se não se dirige o olhar nessa direção.

“(...) a dificuldade é a grande falta de empregos. Falta de emprego, mas também falta vaga nas escolas, porque senão não dá pra falar nem de relacionamento, nem de evangelização, nada!” (Silvia).

“— tem que ser assim, porque é uma iniciativa que não é pra eu fazer, entendeu? Mas como não tem que tá fazendo, entendeu? Por que? Qual é a minha fundamentação, pra eu,

uma religiosa, uma consagrada a Deus, tá fazendo um tipo de coisa desse? É bíblica, é a defesa de vida. Jesus disse, João 10:10:- “— Eu vim pra que todos tenham vida e vida em abundância”. Então, eu tô embasada em cima da minha teologia, em cima da minha opção de vida, entendeu? (...) é uma política bíblica, é uma política de vida, de solidariedade, de dignidade, de justiça, de fraternidade, de AMOR evangélico pra todos, entende? Essa é a nossa postura. O importante é que ela tenha vida, tenha dignidade, que ela seja respeitada como pessoa humana, entendeu? Que ela seja respeitada, seus direitos – constitucional ou não... (...) Pra mim, é um princípio evangélico, entendeu?” (Silvia).

Para tanto, esses grupos planejam seus trabalhos, de forma que seus resultados provoquem mudanças permanentes e nesse sentido, tanto quanto possível, adotam a linha da promoção social. O trabalho de apoio e incentivo à educação; educação política; encaminhamentos para emprego e para alternativas de geração de renda estão entre as iniciativas de promoção social postas em prática pelos “Grupos Católicos”.

Em virtude de considerar que a pobreza, dependendo do grau, destitui, o indivíduo da iniciativa e da possibilidade de lutar e almejar por um futuro digno, Silvia avalia sua tarefa como a de “carregar a bandeira em favor da população pobre e necessitada” e, assim, como Jorge, pensa que o incentivo à participação política da população pobre é condição necessária e positiva na luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida.

O apoio às iniciativas de mobilização popular nas reações da comunidade frente à ameaça de perda de direitos adquiridos; o apoio escolar; o apoio nas reivindicações por melhores condições de vida, entre outras, estão entre as práticas dos “Grupos Católicos” voltadas para situações onde há deficiência ou ausência do Estado e que exigem urgência no encaminhamento de soluções.

(...) “o índice de repetência nas escolas, ou de criança que já tão em 5ª série e não sabe escrever nem o próprio nome é TÃO ALTO que a gente criou o projeto. E, esse projeto, funciona como um reforço escolar gratuito. Então, esse projeto já é uma iniciativa nossa pra... pra tentar resolver essa questão. Que questão? Da repetência, porque eles precisam... pra incentivar a educação(...). Nós estamos querendo conquistar um espaço maior, pra gente atender, ao menos, umas duzentas criança – tá lotado!” (Silvia).

“O posto tinha fechado, porque os bandidos tomavam banho na caixa d’água. LUTAMOS até conseguir reabrir o posto. Agora, pelo menos, já tem Programa de Saúde Comunitária, que a prefeitura tá fazendo (...)” (Silvia).

“Não dá pra dizer que a comunidade é totalmente passiva, né, quando há algum perigo, a comunidade se manifesta. (...) eu me lembro quando a CEDAE tava com problema de abastecimento nas comunidades da Penha, então houve todo um movimento, me lembro bem dessa questão, questão da água.

(...) a gente não tava à frente da coisa, nós colaborávamos à medida que éramos solicitados” (Jorge).

Silvia chama à atenção, ainda, sobre a imprescindibilidade de acompanhar sistematicamente o desenvolvimento e os resultados das ações colocadas em prática, assim como de buscar insistentemente que o Estado assuma suas responsabilidades sociais e políticas perante a população, o que se torna de certa forma facilitado devido à legitimidade de Instituições como a que pertence perante o poder público.

“Quando essas crianças vão atingindo quatorze anos, a gente já passa pra Pastoral do Menor, porque, de 14 a 18 anos, arrumam um emprego. Tudo isso na tentativa de sair do tráfico. Nós temos mais de 30 crianças já empregados. E, é um trabalho que não é só empregar. Você tem que visitar, acompanhar... ir na família porque, às vezes, tá dando trabalho na Empresa e, aí, envolve muitas questões” (Silvia).

“_ a facilidade vem, muitas vezes, meio indireta (...) Por exemplo, ou através do poder que a Mitra tem nesses órgãos. Então, por exemplo, ... a gente tá tentando conseguir um terreno do governo pra a gente poder conseguir construir um espaço pro Projeto prá ampliá-lo – o Projeto da Educação. Há uma colega que trabalha lá na prefeitura. Então, com essa colega, nós estamos agora, nós vamos nos reunir – (...) pra gente fazer um projeto pra Prefeitura assumir a alimentação do Projeto X¹⁹. ... a partir da alimentação, a gente já vai procurar uma maneira de conseguir um espaço, pra isso. Então, é, é dessa maneira que a gente tenta obrigar, entre aspas, o governo a assumir o que é dele, entendeu? Vai começar pela alimentação. Depois a gente vê o resto. Com o futuro. (...) e aos pouquinhos, a gente vai conseguindo. Como a gente conseguiu abrir o Posto de Saúde – que não fomos nós, foi uma

¹⁹ O nome original foi substituído a fim de evitar identificação.

luta da comunidade. Então, elas conseguiram reabrir o Posto de Saúde, com muita luta (...) ... é assim. (...) O governo tem que assumir a Educação... o dia aí que saiu a diretora e tava um rolo danado, aluno sem... nós fomos no Ministério (...) Fomos junto com a população, com as mães, reunimos todo mundo e fomos lá. Então, nesse sentido, a gente faz obrigando o governo a assumir o que é dele. (...)” (Silvia).

Ainda, os discursos dos representantes dos “Grupos Católicos” deixam emergir a esperança que depositam na manifestação de solidariedade entre a população local; na “soma de forças” através da integração em redes sociais locais e na legitimidade perante o Estado em relação às instituições com as quais estabelecem parcerias. Percebem estes fatores como um conjunto de facilidades no desenvolvimento e encaminhamento de soluções para os problemas relacionados à sobrevivência em pobreza.

(...) “A gente tem ajuda pra aquilo, do pessoal da Petrobrás – dos funcionários, que fazem uma vaquinha e compram carne todo mês. A gente tem doações de alimentos, de mercados, os alunos de dois colégios; vem alimentação da nossa Instituição, (...) a gente tem pessoas que, voluntariamente, doam uma quantia, adotando uma criança, Então... é um projeto formado de voluntários” (...) (Silvia).

“nesse sentido de abrir novas frentes, novas...”²⁰

“novas coisas, A gente tá fazendo um programa de geração de renda. E a gente tem o apoio da Caritas Diocesana para isso. Tem que ser sempre com rede, sozinho você não faz nada. A gente tá formando esse grupo de cooperativa. Nós procuramos, também, aqui no Fundão, o Gonçalo, que é da Incubadora de Cooperativas – ele ficou de nos ajudar a formar a Cooperativa - o que é Cooperativa; como é que funciona...” (Silvia)

“(...) o povo tá aí, é um povo bom, é um povo brasileiro. (...). É um povo real, é um povo sincero, é amigo, eles vivem como uma família. Os vizinhos são como uma família, cuidam de nós como uma família, uns dos outros. É um povo bom! esse negócio de delinquência... aqui dentro não tem. é importante que você perceba que a maioria desse povo... merece que você se invista por eles, entende? Que você faça uma pesquisa POR ELES! (...) O importante é que a gente possa ajudar esse povo que TEM condição de ser. Povo Brasileiro!” (Silvia).

²⁰ Sublinhado: fala do pesquisador durante a entrevista

“(...) *basicamente os recursos vêm de duas fontes: da própria paróquia e dos próprios membros, vaquinha... vaquinha, rifa, vaquinha, rifa, doação, livro de ouro (...)*” (Jorge).

“(...) *o programa café com pão conta mais com recursos próprios, mas a paróquia tem... os programas de assistência da paróquia, alguns deles, como por exemplo, a creche, há o convênio com a Prefeitura de fornecimento de alimentação, de apoio alimentar*” (Jorge).

Segundo Silvia, ao lado dessas brechas por onde o trabalho parece tornar-se facilitado, existem, contudo, obstáculos que dificultam a atuação da Instituição, complexos problemas sociais que, de forma geral, extrapolam sua área de alcance. A entrevistada destaca, entre outros, a problemática do desemprego; o acesso restrito à educação; a violência; a fragilidade da estrutura familiar das famílias de comunidades pobres e de seus integrantes e a baixa auto-estima individual de quem vive em situação de extrema pobreza como os problemas ou o conjunto de problemas que, ao mesmo tempo, não podem ser desprezados, mas têm sua solução fora da alçada de atuação do grupo. De qualquer forma, o grupo tenta lidar com essas situações.

“(...) *é um trabalho difícil porque você não conta com toda boa vontade do próprio povo. Isso não existe. Muitas vezes você tá ali, empurrando a pessoa, e a pessoa tá mais é querendo ficar quieta, no canto dela (...) você falou: — a fome chapa. (...)*²¹ *é, não consegue. Não, porque se a pessoa ficar chapada lá, parada, ela não tem nem iniciativa. E, isso é claro*” (Silvia).

“*Nós já tivemos muitos meninos que SAÍRAM da Pastoral do Menor, entraram no tráfico e foram assassinados. Quer dizer... a gente tem dificuldades, nem sempre eles aceitam, nem sempre é o melhor – eles procuram o que é mais fácil, o que vislumbra status, poder – ter uma arma na mão é poder e nem sempre eles têm essa mentalidade de poder sair disso. Às vezes não têm uma estrutura familiar sólida, MUITAS meninas, às vezes, tá grávida, às vezes aparece com AIDS. Então, nós temos muita dificuldade, muita (...)*” (Silvia).

²¹ sublinhado: intervenção do pesquisador durante a entrevista.

Ao esbarrar em tais dificuldades, Silvia ressalta que é preciso, acima de tudo, buscar a renovação da crença dos membros da Instituição quanto à utilidade de seu trabalho a favor dos pobres e necessitados. Segundo ela, essa é a grande, se não a maior, dificuldade.

“Então, você, no início, você tem que dar muito empurrão, até a pessoa experimentar vitória. Mas, no início, quem tem que acreditar é você sozinha. E isso é a maior dificuldade, o teu ideal, tua vontade, seja política, seja evangélica, seja vocacional, seja missionária, tem que ser TÃO grande, pra você e pra ele, entendeu? (...) é por isso, que não se pode pensar um trabalho pro povo a nível globalizado, assim um nível maior, ou a longo prazo, sem pensar o indivíduo, a pessoa, esse tu a tu, essa preparação personalizada, (...) Se você não faz isso – e isso é política – você também não chega a nada. (...) E isso exige prá você, é de você que exige a questão” (Silvia).

Para desenvolver o trabalho da forma como descrito, a entrevistada salienta, ainda, que é necessário que o “Grupo da Missão”, além de manter integração nas redes sociais locais, estabeleça diversos tipos de parceria: a Instituição e Instituições privadas; e Instituições governamentais/públicas; com movimentos sociais locais e, enfim, com todo tipo de movimento social de “defesa pela vida humana”. Para Silvia, preservada a autonomia, esse é um trabalho no qual a “soma de forças” deve ser considerada condição intrínseca ao alcance de resultados mais positivos.

“(...) a gente dedica a vida inteira numa vivência radical do Evangelho. (...) E, isso, faz com que a gente se integre em todos os movimentos de lutas de defesa da vida. Então, nós temos, como parceria, com todos esses movimentos, grupos, entidades que... a gente vai, entra, o nosso objetivo é somar forças, defendendo a vida, sempre” (Silvia).

“(...) a gente arruma emprego para os menores nas entidades públicas, (...) isso é com convênio com a Pastoral do Menor da Arquidiocese, é sempre via aliança, organização, com outros grupos. Então, por exemplo, alfabetização de adultos tá ligado ao MOVA, que é o Movimento de Alfabetização de Adulto do Governo do Estado e, também, a PUC, tem toda uma ampliação assim (...)” (Silvia).

“(...) eu não me alieio com partido nenhum, entendeu? (...) aquele partido que tem uma ideologia mais social, um pouco mais a nível do povo, eu tô... tô junto e soma força com

esse partido, porque eu acho que tem somar, mas não como membro, como militância, mas porque eu tenho que votar, eu esclareço as pessoas... (...)” (Silvia).

Na avaliação de Jorge, em relação à atuação do “Grupo da Pastoral”, este tem objetivos bastante específicos e direcionados à comunidade: apoio educacional complementar e formação social e política. Contudo, conforme descrito nos resultados dos eixos anteriores, o entrevistado acredita que o papel do grupo frente aos diversos problemas relacionados à sobrevivência em situação de pobreza é, atualmente, o de incentivar e apoiar as iniciativas de outros grupos que tenham, assim como eles, o foco na comunidade local. Assim, destaca a presença de mobilização popular frente às dificuldades de sobrevivência da comunidade e a atuação indireta do grupo, como forma de incentivo e apoio, por exemplo, nas manifestações populares em suas reivindicações para soluções de problemas cotidianos.

“ (...) o povo tá aí, tá aí, só não dão muito espaço, só não divulgam muito, mas ele tá aí” (Jorge).

“ (...) eu me lembro quando a CEDAE tava com problema de abastecimento nas comunidades da Penha, então houve todo um movimento, me lembro bem dessa questão, questão da água.

(...) a gente não tava à frente da coisa, nós colaborávamos à medida que éramos solicitados.

.....

(...) essa é a nossa colaboração, não é bem linha de frente, a gente fica um pouco mais de retaguarda, até porque, se pudesse a gente abraçaria o mundo, mas a gente só tem dois braços, então, a gente só pode abraçar o que é possível. E, nas outras, a gente oferece a nossa presença como apoio, como colaboração” (Jorge).

Segundo a fala deste entrevistado, parece prevalecerem as dificuldades em lugar das facilidades em relação às possibilidades de expansão dos objetivos de trabalho do grupo ao qual faz referência. Jorge cita entre os principais obstáculos o preconceito da ala conservadora da Igreja no que concerne às idéias políticas do grupo, assim como o conflito ideológico entre os líderes do grupo e alguns líderes da Instituição e a falta de autonomia do grupo, além da violência na comunidade.

“(...) uma grande crítica que muitas comunidades fazem [ao Grupo da Pastoral] é que [o Grupo da Pastoral] é pouca espiritualista, pelo fato de se preocupar com questões sociais. Então, de vez em quando, quando não sempre, nós somos acusados de sermos petistas, até agentes esquerdistas infiltrados no seio da Igreja Católica...” (Jorge).

“A intenção deles era de montar um centro de assistência social, coisa que não foi à frente devido ao Pároco, o antigo Pároco. (...) então, alguns saíram, outras pessoas entraram nesse grupo” (Jorge).

“(...) a questão da violência, ela breca bastante a ida [das pessoas] para as favelas, a ida [das pessoas] prá lá é muito complicada ... às vezes não por ameaça de... ali do tráfico local, mas pelo medo que já ficou nas pessoas, e é uma coisa que você não consegue tirar (...)” (Jorge).

“(...) todo trâmite legal quem pode fazer é a paróquia, nós ..., não tem registro, não tem CGC, nada, quem tem isso é a paróquia, inscrição estadual ... então, tudo aquilo que a gente possa fazer é ... captando recursos junto a governos, junto à ONG's, tem que ser via paróquia” (Jorge).

Uma vez que o “Grupo da Pastoral” está diretamente vinculado a Igreja Católica local, o estabelecimento de parcerias com outros grupos deve se dar através da referida Instituição, o que, somado às razões expostas anteriormente, dificulta a adoção de tal procedimento e parece justificar, em parte, a restrição do trabalho desenvolvido.

Os Grupos Religiosos na Rede de Solidariedade da Leopoldina

O objetivo deste eixo de investigação é contribuir no conhecimento sobre a dinâmica de atuação de grupos religiosos da região da Leopoldina frente aos problemas relacionados à situação de pobreza da comunidade local, a partir de uma aproximação à compreensão quanto à participação desses grupos na “Rede de Solidariedade da Leopoldina”.

Todos os entrevistados desta pesquisa, membros da “Rede de solidariedade da Leopoldina”, apresentam, em comum, a expectativa da troca de experiências entre seus participantes, bem como reconhecem na Rede uma fonte motivadora para continuidade do desenvolvimento do trabalho social e enfrentamento das dificuldades inerentes a este.

Particularmente, as grandes expectativas dos representantes das “Igrejas Evangélicas” em relação à reunião dos grupos locais são: os grupos participantes conquistarem legitimidade frente ao poder público e aos órgãos competentes; a perspectiva de proporcionarem um espaço de atuação política para a população pobre; estabelecerem parcerias e trocarem experiências com outros grupos atuantes na região da Leopoldina.

Citam como importantes contribuições da Rede, a orientação que recebem para o desenvolvimento do trabalho de seus grupos (apoio social técnico) e a troca de experiência com outros grupos sociais e religiosos locais.

“ — É muito bom porque descobre e, por meio do conhecimento e da autoridade que o Cepel tem, consegue-se alguma coisa nos municípios, no Estado” (Alberto).

“(...) É, prá instruir a comunidade como fazer os pedidos de reivindicação ao Estado, município, etc... E, quando a pessoa também é humilde e faz aquilo que quem sabe manda, aí acontece. Então, por isso, que tem muita importância. É a grande contribuição. (...) esse Seminário que vai ter (...) vai se tirar muito proveito prá mostrar ao governo - o que o governo sabe (...) eles faz que não vê, fecha os olhos. E essas reuniões faz com que aquele documento escrito, eles não têm condições de fechar os olhos. Pode não tomar posição nenhuma, mas não vai dizer que não chegou ao conhecimento dele a lamentação do povo, o grito do povo, entendeu?” (Alberto).

“(...) às vezes nós não temos uma redação técnica prá satisfazer a Prefeitura. Nós fazemos o pedido, levamos ao Cepel, passa por pessoas técnicas e dali nos entrega. Então, é uma cooperação muito grande. Nós mandamos carta para o exterior, não temos pessoa que conheça inglês. Então, o professor vai e faz aquilo ali tudo, prepara aquilo ali e nós mandamos ...” (Alberto).

“(...) Na própria Rede, com as conversas dele, ajuda a gente, porque a gente vai procurar, conforme ele [o Pastor] explica ali na Rede, na conversa dele, a gente somos ajudado com aquelas conversa, procurando... experiência de trabalho que deu certo e que serve prá gente. É nisso que tem ajuda, é sobre a conversa, ele conversando, ele explicando como é que aconteceu, a gente vai ... somos ajudado com isso (...)” (Tereza).

Tereza, ressalta, ainda, que em relação à expectativa do “Grupo dos Cinco” em tê-la como participante da “Rede de Solidariedade da Leopoldina” - o estabelecimento de parcerias e troca de experiências com outros grupos - é prontamente satisfeita, uma vez que, através da mesma e da influência de um dos membros, tiveram a oportunidade de receber assessoria técnica e apoio material externo.

“(...) tem o pessoal daqui do Cepel, que faz parte da Rede, e eles são assessores que assessoram esses grupo que tá junto com a Rede (...). Nós tivemos uma ajudinha de fora que ajudou muito,(...) foi 5 grupos que foi ajudado por uma verba que eles arrumaram (...). Na última parcela, nós compramos material pra fazer a cozinha, uma cozinha digna pra trabalhar (...)” (Tereza).

Por último, INFO. K, salienta o fato da Rede prestigiar o desenvolvimento do trabalho da instituição que representa e de proporcionar um espaço social onde a adoção de uma linguagem comum é valorizada .

“— Nós pegamos um documento que – quase do início do Cepel – (...) fazia convite para as comunidades carentes comparecer para se reunir para tratar de assuntos a respeito da Leopoldina. (...) E, lá, conhecemos o professor²². E, gostamos muito da forma humilde e sábia que ele apresentava. Um interesse, também, muito grande de poder conhecer a situação do menos favorecido. E, sempre suas discussões era de uma forma de ouvir, depois orientar, depois orientar, era um orientação numa linguagem nossa, que nós tínhamos condição de entender, entender e transmitir para os outros” (Alberto).

De forma semelhante, os representantes dos “Grupos Católicos” esperam que a “Rede de Solidariedade da Leopoldina” possa representar, de forma fortalecida, os anseios da população pobre em relação aos seus problemas e suas necessidades, frente ao poder público e às autoridades competentes; possibilite a troca de experiências com outros grupos locais e o conhecimento das iniciativas que acontecem em outros pontos da região da Leopoldina.

Os entrevistados, representantes destes grupos, destacam como as principais contribuições da referida Rede, assim como os primeiros, a troca de experiências com outros grupos locais; o fortalecimento social e político do grupo; a possibilidade de conhecer iniciativas que acontecem em outros pontos da região da Leopoldina; a criação e manutenção

²² O nome do professor foi omitido a fim de evitar identificação.

de um espaço de discussão sobre os problemas locais; a contribuição indireta que levam para a comunidade: idéias e sugestões para encaminhamento de soluções para os problemas cotidianos.

Na mesma perspectiva de Alberto, a expectativa mais imediata de Silvia em relação a sua participação na “Rede de Solidariedade da Leopoldina” é representar, de forma fortalecida, os anseios da população pobre em relação aos seus problemas e necessidades frente ao poder público e às autoridades competentes.

Silvia comenta, ainda, sobre a consequência positiva de sua participação na Rede devido à contribuição indireta que leva para a comunidade: idéias e sugestões para encaminhamento de soluções para os problemas cotidianos.

“(...) quem vai participar da Rede são, geralmente, lideranças das próprias comunidades, elas estão à frente das situações diversificadas, mas concretas, com pessoas mil, diferentes. Aí, quando ela chega lá, ela expõe o quê que tá fazendo nessa, naquela, naquela... atividade. (...) te dá uma idéia aqui e você traz para o grupo e o grupo caminha, entendeu? Isso é que a Rede prá mim” (...) (Silvia).

Silvia acredita, ainda, que a Rede, assim como os grandes movimentos sociais, é o caminho possível de legitimação da voz popular, da resistência contra a opressão e de transformação da história social.

“É..., tomar atitudes mais cabíveis, atitudes mais objetiváveis (...) Coisas reais, concretas ... concretas e de promoção da pessoa humana (...). E sozinha não dá pra fazer isso, eu tenho que fazer elos, ligação, uma rede, uma rede mesmo de pessoas que façam com que... essa e mais muitas pessoas, a gente tenha uma força suficiente pra mudar isso, pra mudar essa história. Então, é isso que me fez acreditar nessa Rede” (Silvia).

“— Fórum Social ... né, Internacional, no Rio Grande do Sul ... eu acho ótimo. Eu acho que é por aí o caminho, é por aí o caminho, o caminho da resistência, contra a globalização, contra a marginalização das pessoas, tudo mais. Eu acredito nisso. A gente tem que ter uma força e tem que ter uma força mesmo pra fazer frente, pra obrigar o governo a trabalhar pra nós, eles têm que trabalhar, entendeu?” (Silvia).

Para um momento mais distante, Silvia vislumbra a Rede de Solidariedade da Leopoldina como expressão dos grupos sociais organizados das favelas da cidade do Rio de Janeiro e acredita que esse é um caminho de resistência contra a opressão e de esperança numa nova História:

“(...) eu sonho que a Rede Solidariedade pudesse ser, assim ... pudesse produzir um documento pequeno, uma página só, e clara, bem clara que pudesse tá intercambiando com outros grupos pra que a gente pudesse ter maior comunicação. E sonho, também, que a Rede Solidariedade pudesse ter como que uma palavra de ordem, como grupo, assim, uma palavra de ordem que seja peso na frente de entidades públicas, entendeu? ... pra falar em nome da comunidade. Que seja uma força nova a favor dos pobres e que tenha peso, mas que tenha uma luta, um povo que luta, entende? Que seja uma representação dessa luta que ninguém conhece, que tá nas favelas, sabe, que tá, assim, como você tá vendo... a nossa luta aqui?” (Silvia).

A Rede de Solidariedade reúne essas forças, entendeu? E, um dia, a gente poder falar como forças, forças ocultas, submersas na realidade da pobreza, que ninguém vê, que não sai no jornal, que não tem nada, mas que tem uma força porque a gente se uniu (...) Vai ter que ter o grupo que não é do crime organizado, também, nas favelas (Silvia).

A percepção de Jorge sobre a Rede é semelhante à dos demais entrevistados. O representante do “Grupo da Pastoral” espera que a reunião em “Rede”, na finalidade de promover a integração entre os diversos movimentos locais e criar um espaço de discussão sobre os problemas da população, possa tornar a atuação desses grupos reconhecida socialmente.

Para o seu grupo, em particular, o entrevistado espera que a participação na Rede possibilite a divulgação do trabalho da [pastoral]; a manutenção de um espaço privilegiado de formação comunitária; a troca de experiências e, em consequência, a integração entre grupos locais e o fortalecimento desses para ação.

“(...) eu tenho bem presente que a ... Rede, ela tem esse objetivo de integrar. Pra mim, o grande objetivo é esse: é de integrar grupos e movimentos atuantes na área, um ver a cara do outro, saber que o outro existe, saber no que o outro está atuando, ... nós vamos somar forças. (...) a grande contribuição da Rede, a razão de ser da Rede, acredito que seja essa.

(...) tá congregando todo mundo pra tá discutindo de uma forma mais sistematizada temas que são... que são preocupações, né, temas que estão aí em voga nas discussões desses grupos (...) Então, acaba sendo um espaço de formação super interessante” (Jorge).

“ (...) a reunião também da Rede aqui é um laboratório de sacações, (...) atinge a pessoa que não participa da discussão. (...) Ela ajuda a ter essas sacações de coisas que a gente pode tá fazendo e realizando lá no nosso meio. (...) é nessa troca de experiências e nos debates. Às vezes vem uma sugestão (...) Então... as reuniões ajudam nisso: nessas sacações que a gente tem pro nosso trabalho (Jorge).

Por fim, Jorge avalia o espaço da Rede, assim como o dos movimentos sociais de grande monta, como uma fonte poderosa para “reanimar as esperanças” e continuar a luta.

“(...) a pressão da opinião pública nisso é fundamental, né. A partir do momento em que você consegue juntar 50-60 mil pessoas, né, isso não passa despercebido pela opinião pública. (...)” (Jorge).

“(...) você acaba vendo que não tá sozinho, você encontra um monte de gente que tá por esse mundão todo, fazendo um monte de coisa, um monte de coisa boa, você, também, acaba se motivando. (...) revitalizar, pra continuar, pra continuar a luta. Então, é um elixir super poderoso, de reanimar, reanimar as esperanças, né, acender aquela brasa que parecia estar adormecida” (Jorge).

A Pobreza no Brasil: suas causas, conseqüências e possíveis soluções

Este eixo de investigação foi criado na intenção de incluir categorias temáticas não abarcadas diretamente nos objetivos deste trabalho mas que, pelo depoimento dos entrevistados, emergiram como relevantes ao objeto da pesquisa. Como poderia ser suposto, a categoria *pobreza* permeou todas as análises das entrevistas.

Para os representantes dos grupos das “Igrejas Evangélicas”, os problemas relacionados à pobreza têm, de forma resumida, a desigualdade social como sua causa central; um problema, portanto, de ordem social e econômica, estrutural. Chamam à atenção a grande falta de perspectiva de inserção social da população pobre. Destacam a discriminação social

em relação à população pobre, moradora de favela e a atual crise de desemprego como forças impulsionadoras da violência crescente.

“A desigualdade social é o problema. É muita desigualdade” (Alberto).

“(...) ninguém vê o sofrimento dos outros, é difícil, muito difícil. Agora, se aparecesse quem lutasse, lutasse, se juntasse um grupo todo... agora, depois que mataram esse Tim, os presidentes de Associação tão muito unido, porque eles tão condenando a Penha. (...) os presidentes, se revoltaram e fizeram um Seminário e nesse Seminário o pau comeu. (...) da violência, eles tem que... porque eles tão achando que as pessoas estão sendo discriminado quando fala que mora na Penha, o quê que tem uma coisa com outra? Tem, o zelo, mas, também, em todo canto tem. Agora, eles tão fazendo reunião, os presidentes, porque isso não pode ficar assim, desmoralizar um bairro... então, uma coisa que tem prestígio, porque nós somos... não mora não é bandido, não, gente. E no morro não só mora bandido. Então, prá acabar com essa violência, eles tem que abrir frente de trabalho pro povo trabalhar, porque a maior parte das crianças, quando eles se criam, já vai atrás desse negócio que dá dinheiro, (...) aviãozinho” (Tereza).

Tereza pensa que o sofrimento das pessoas humanas é inerente à vida na Terra e, assim como Alberto, vê a prática religiosa como fonte de fortalecimento pessoal para enfrentar a situação.

“quando a gente se apega, lê a Bíblia, e começa a se alimentar com a palavra, a gente tem mais força prá resistir às outras coisas que vem” (Tereza).

“(...) sobre a situação física da gente, o sofrimento, todo sofrimento da gente, Jesus já levou quando Ele teve aqui, mas é que a gente continua sofrendo porque no mundo a gente passa por aflição (...)” (Tereza).

Na opinião de Alberto, o caminho de saída é uma via de pista dupla: por um lado, a prática religiosa e, por outro, a educação.

“(...) a solução prá todo esse povo é... ser cristão, ou ser protestante verdadeiro ou ser católico verdadeiro” (Alberto).

“(...) o Brasil de tanta riqueza é pobre porque ele é pobre até espiritualmente. (...) se você está amparada numa Igreja, você vai ter refúgio. (...) mas se a pessoa não pertence a nada, não sabe de nada, vive aí ... sofre até morrer mesmo” (Alberto).

“(...) conforme o contato que as pessoas vão ter, eles vão tendo conhecimento, eles vão abrindo o conhecimento (...) eu vou perceber que essa educação que eu receber de você, sem você me ensinar, mas pela prática de tua vida vai me levar a alguma coisa, vai me desenvolver, eu abro um campo de conhecimento e daqui a pouco tempo eu estou, quem sabe, até envolvido e preparado para entrar dentro daquela classe” (Alberto).

Os Grupos das “Igrejas Católicas”, representado aqui apenas por um entrevistado, avaliam a pobreza como consequência do descaso e da falta de interesse das autoridades competentes perante o país e a população pobre. Segundo esse representante, está aí a origem da causa da péssima situação de trabalho em que o Brasil se encontra.

“A situação de trabalho do país é impossível! (...) É uma situação assim: o nosso país está jogado às traças e baratas. Só não vê quem não quer, né! ? Ou quem não tá no meio pobre desse jeito prá olhar a partir dos pobres, sabe?” (Silvia).

A pessoa entrevistada ressalta, ainda, de forma semelhante a Tereza, que a situação de vida da população moradora de favelas é agravada pela falsa impressão que se generalizou sobre as favelas como *locus* da violência e da delinqüência. De acordo com seu ponto de vista, tal fato explicaria, em parte, a manutenção do ciclo da pobreza nesses locais.

Silvia é da opinião que o grande problema é o descaso e a falta de interesse das autoridades competentes perante o país e a população pobre. Segundo ela, está aí a origem da causa da péssima situação de trabalho em que o Brasil se encontra.

“(...) quando estão, assim, na favela, a depressão é muito grande (...) foi feito agora uma pesquisa, o CIESME fez uma pesquisa recente que 2% dos moradores da favela... é... são delinqüentes, os outros 98, não. E isso é um dado importante pra mim. (...) Porque confirma minha convicção. (...) 98%, das pessoas que estão aqui, não merecem essa violência. Não querem, não vivem essa violência, não fazem essa violência, não procuram essa violência. Vivem no meio dela, é escravizado por ela, porque é amedrontado, porque é

diminuído, porque é violentado (...) É um direito básico da pessoa humana, como alimentar, é um direito ter paz! E, mais de 90% dessas pessoas aqui, buscam isso e promovem isso, não tão querendo fazer guerra com ninguém e são violentados por essa situação, entendeu?” (Silvia).

Dessa forma, é baseando-se na convicção de que a maioria da população favelada não deseja e não promove a violência - pelo contrário, encontra-se submetida a esta – que Silvia segue a luta em prol dessa população no seu direito básico de viver em paz.

CAPÍTULO V DISCUSSÃO

5.1 - Considerações sobre o Método

A trajetória de planejamento seguida para a construção deste estudo resultou na escolha da Rede de Solidariedade como campo de exploração empírica do objeto proposto. Como exposto no capítulo 3, a opção por tal recorte deu-se em virtude da minha participação, na função de relatora, nas reuniões mensais da “Rede de Solidariedade da Leopoldina” e em algumas idas exploratórias ao “campo” (locais de moradia e trabalho de alguns membros da Rede), na intenção de uma aproximação mais real do universo no qual se pretendia estudar, e no caráter de ponderar se se fazia factível o desenvolvimento de uma pesquisa sobre fome e pobreza em área de favela no Rio de Janeiro. O tema assim descrito era, de fato, abrangente, mas se desenhava como temática geral de meu interesse e como objeto de trabalho constante da Nutrição e da Saúde Pública, então minhas formações, respectivamente básica e pretendida.

A participação nas reuniões do grupo facilitou enormemente a relação com os membros participantes da pesquisa e, indiretamente, o delineamento do estudo. Configurou-se, aí, a oportunidade de uma primeira aproximação do universo das favelas da região, uma vez que, ao participar das reuniões, eu estaria, mesmo que de forma indireta, conhecendo as características dos principais problemas locais.

É interessante destacar a importância de manter a flexibilidade na elaboração do desenho do estudo e do próprio objeto a ser pesquisado, principalmente por se tratar de uma pesquisa qualitativa. A ida exploratória ao campo permite refletir sobre as concepções teóricas inicialmente consultadas e estudadas além de uma prévia aproximação social do pesquisador com as especificidades e realidade do pretendido campo empírico. Em consequência, essa fase permite a “reformulação” do olhar do pesquisador diante do objeto de pesquisa o qual se pretende estudar e, neste caso, a escolha do método mais apropriado, bem como a revisão dos instrumentos inicialmente elaborados. Essa etapa, e a devida atenção que a esta deve ser dispensada, é enfatizada por diversos autores: Minayo (1996), Sá (1998), entre outros. Para Quivy (1998), por exemplo, a fase exploratória da investigação é, além de uma das mais importantes, também uma das mais agradáveis, pois permite a descoberta, as idéias e é onde surgem os contatos humanos mais ricos para o investigador.

A construção desta investigação é útil para ilustrar a riqueza e essencialidade da fase exploratória. A intenção, no projeto inicial, era seguir o caminho da(s) rede(s) social(is) da região da Leopoldina, a partir da Rede de Solidariedade, na busca de informantes-chaves que pudessem retratar a realidade local e indicar formas potenciais no enfrentamento dos problemas advindos da sobrevivência em situação de pobreza, em particular de dificuldades relacionadas à subsistência alimentar. No entanto, a ida exploratória ao campo demonstrou ser por demais ambiciosa a proposta, dado a diversos fatores, inclusive o tempo que se dispunha para a realização de uma pesquisa de mestrado. Acresça-se à limitação do tempo disponível, o fato de que, por ocasião da época planejada para realização do trabalho empírico, iniciaram-se “surto” de violência na região da Leopoldina, acima do esperado e do considerado “normal”, fato este que colaborou com a reformulação do método de pesquisa.

Assim, ao delimitar a investigação a partir da percepção dos membros da Rede da qual eu colaborava como relatora em suas reuniões mensais – daqueles que possuíam instrumentos de mobilização frente à questão da dificuldade de subsistência alimentar – foi eleito o conjunto de sujeitos a serem entrevistados, os quais, de forma não intencional, eram todos quatro representantes de grupos religiosos com inserção local. Daí a necessidade de aproximar-me do campo teórico relacionado à religiosidade e ao trabalho de religiosos em comunidades pobres. Dessa forma, a inclusão de algumas considerações acerca desse corpo teórico, nesta dissertação, deu-se durante a própria construção deste trabalho, e não previamente. Mais uma vez, penso serem tais acontecimentos inusitados, possibilidades ricas resultantes da aplicação do método qualitativo, tanto para o crescimento do pesquisador enquanto tal, como para as descobertas em relação ao objeto de estudo.

É necessário ressaltar que, apesar do número reduzido de entrevistas, foi possível, a partir destas, cumprir a proposta de investigação, visto que este trabalho se dá no âmbito de um curso de mestrado e não há, nesse sentido, a pretensão da realização de um trabalho carregado de originalidade. Contudo, foi durante a fase de tratamento do material, proveniente das entrevistas, que houve a possibilidade de ultrapassar as concepções acerca do trabalho desses sujeitos no meio pobre, conforme procurarei descrever a seguir.

Da mesma forma, foi o tratamento do material, na fase de leitura e organização do mesmo, que despertou a atenção para a necessidade em preservar a origem das falas, de acordo com a inserção religiosa do entrevistado, impossibilitando, assim, trabalhar as falas dos mesmos como um só discurso, através da possível montagem de um Discurso do Sujeito Coletivo, tal como proposta de Lefrève (2000) e Simioni et al. (1996), pretendido inicialmente.

Por fim, gostaria de chamar atenção para a limitação de um aprofundamento maior em relação aos significados atribuídos pelos sujeitos, em relação ao objeto, tanto devido ao número reduzido de entrevistas, dada a necessidade que se observou em preservar a origem de cada fala, quanto devido a minha capacidade de absorção em relação ao objeto, uma vez que este se constitui no meu primeiro trabalho de pesquisa na área.

5.2 – Considerações sobre os Resultados Apresentados

Tratar sobre o tema da dificuldade de subsistência alimentar em situação de pobreza ou, como atualmente tem se colocado, sobre o tema da insegurança alimentar, obviamente nos remete à histórica construção da desigualdade social e econômica, posta pelo modelo econômico capitalista dominante e, é claro, às imposições de formas de viver colocadas por esse regime, em essência, excludente e ditador, de acordo, por exemplo, com as palavras de Viviane Forrester. Ao longo do corpo teórico desta dissertação e no capítulo dos resultados, já me detive por demais no assunto, mesmo que apenas do ponto de vista da renda e das conseqüências do modelo econômico vigente, a globalização. Dessa forma, limitarei meus comentários a, apenas, alguns parágrafos.

Hoje, vivemos numa situação não apenas da precariedade dos empregos oferecidos e dos salários resultantes desses, mas de grande falta de oferta de empregos. Além da exposição de um grande número de indivíduos e seus dependentes a uma constante vulnerabilidade social e de saúde, esse perverso sistema econômico e social situa essas pessoas no limite de suas possibilidades sociais, emocionais e, até, físicas.

Assim como indicou Zaluar (1982), a transformação do valor atribuído ao trabalho – de trabalhadores a otários – principalmente a partir da década de 80, e para os jovens de então, trouxe um caráter negativo ao trabalho formal, uma vez que o resultado deste, a remuneração, perdeu o significado de garantia de sustento. De lá para cá, a precariedade do mundo do trabalho acentuou-se ainda mais. A maior evidência disso é a atual “problemática” do desemprego estrutural. No entanto, a busca pelo emprego seguro nunca deixou de ser almejada. Pelo contrário, de acordo com Forrester (2001), esta aumenta à medida que diminui as possibilidades de sua oferta e, como será discutido a seguir, parece implicar transformações importantes nos valores atribuídos aos direitos humanos. Pode-se lembrar, como exemplo, as longas filas de pessoas nas disputas por uma ou poucas vagas de qualquer emprego mal remunerado, mas “seguro”, oferecido, quase sempre, por instituições públicas. Ou, o extremo,

as migrações constantes – agora internacionais – para se tentar a “sorte” em locais desconhecidos e distantes do país de origem.

“Se por um lado, a obsessão do emprego aumenta à medida que o próprio desaparece, se seu culto é cada vez mais idólatra (...) por outro lado, os ‘desempregados’ são abandonados aos milhões, à sua própria sorte. A luta contra o desemprego os deixa de lado, com suas magras alocações tão contestadas, e tendo como único horizonte o ‘fim dos direitos’: expressão de uma desumanidade alucinante” (Forrester: 2001:47-48).

Se o trabalho como direito e como parte do direito mais amplo de acesso a uma vida digna foi esquecido, tal como presente no artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, natural que, com essa perda, também, as pessoas estejam destituídas do direito a outras necessidades básicas, como a alimentação.

Retomando o discurso de Silvia, resalto sua percepção em relação à falta de sentido atribuída pelos pobres em relação à alimentação:

(...) “*Eles não entendem como direito, não! Eles sabem que se não der comida pros filhos, vão morrer de fome*” (Silvia).

Uma vez que não entendem a alimentação como direito humano, essas pessoas teriam, do ponto de vista “moral”, apenas duas saídas: uma, pedir ou esperar as doações; outra, trabalhar de forma a suprir a necessidade. Como a segunda não tem se apresentado como saída disponível, resta esperar a “caridade”.

As raízes dessa complexa situação estão na história e, em parte, explicam a quietude dos sofredores das carências diversas diante das necessidades não atendidas. Tomarei, aqui, as idéias de Forrester:

“O que o emprego significou em matéria de sobrevivência, ou como única via de acesso a uma vida decente, ou como condição *sine qua non* do direito ao respeito, não se desfaz, porém, com seu declínio. Tal significação ainda é a única referência. Mesmo com todas as outras relações de força, continuamos no mesmo ponto: aquele de uma versão obsoleta que permite garantir a passividade das massas” (Forrester, 2001: 77-78).

Há, ainda, um componente cultural, também imposto pelo então regime capitalista e acerbado com a globalização: o ideal de atender às necessidades socialmente construídas, embutidas de valores e modos de viver instituídos pela lógica do consumo e, nesse sentido, apesar de não se tratar assunto desta dissertação, plenamente legitimados. Isso contribui, em parte, para o “desvio” das parcas remunerações ou orçamentos domésticos para outras necessidades, que vistas aos olhos das elites dominantes, seriam inconcebíveis para pobres coitados que passam necessidades de primeira grandeza, como a alimentação. Subjetivo ou não, atender a tais carências pode significar a única forma de manter o vínculo com a sociedade e, portanto, com a cidadania.

Alimentando esse contexto está o Estado Assistencialista, aquele que, na prática, provendo, de forma seletiva, bens materiais para a satisfação de necessidades biológicas de indivíduos pobres, acaba por mantê-los em condição passiva. Dessa forma, selecionando os merecedores do amparo e condenando ao desamparo tantos outros, o Estado, intencionalmente, insere a marca de estigma na Assistência Social e, assim, é capaz de deter o controle de demandas por proteção social (Pereira, 1996). Por outro lado, esta aí uma forma de compensar as injustiças criadas pela sociedade, tratando a Assistência Social como um direito (Forrester, 2001).

Contudo, não é objetivo desta dissertação elaborar nenhuma crítica às formas de assistência social, apenas apontar que se tratada como direito e conforme seu conceito, pode ser concebida como um tipo particular de política pública que, associada às demais políticas sócio-econômicas, concretiza direitos e combate injustiças sociais praticadas contra setores pobres da população (Pereira, 1996). Inclusive, do ponto de vista conceitual, esta é uma forma amparada legalmente que traz em seu bojo a importância da responsabilidade do Estado na elaboração das políticas públicas; é:

“ (...) programa ou estratégia de ação, o que equivale à palavra inglesa *policy*. Neste sentido, ela diz respeito a um conjunto de mecanismos e procedimentos mediante os quais se elabora a agenda do que virá ser a pauta de prioridades políticas a ser posta em prática de forma planejada e escalonada no tempo” (Pereira, 1996:71).

Novamente, é a história que nos mostra a presença e o interesse de grupos religiosos diversos por aqueles que julgam os mais carentes e mais “oprimidos”. Independente da lógica interna de cada religião, cada Igreja, a movimentação de representantes religiosos em meio

aos pobres nos leva a refletir sobre a representatividade e a legitimação que esses grupos possuem perante as comunidades carentes.

De forma geral, assim como aqueles que seguiam, no passado, o trabalho pastoral, através da Teologia da Libertação, dirigido, principalmente às pessoas oprimidas da América Latina (os pobres, mulheres, crianças, jovens, os negros e os índios) (Scherer-Warreen, 1993), encontramos hoje religiosos de origem diversa, em trabalho semelhante, em meio aos pobres urbanos. Agem, marcadamente, naqueles locais ou espaços onde o Estado está ausente, assim como comentado no capítulo de apresentação dos resultados.

Na busca por compreender a percepção e a organização desses grupos, face ao cenário de dificuldade de subsistência alimentar da população em situação de pobreza, despertou-me dúvida sobre a legitimidade que possuem aos olhos dessa população.

A organização de alguns desses grupos parece assemelhar-se aos novos movimentos sociais – tal como descrito no item 2.3.2 – tanto mais, quanto maior seja a presença de ações que prezem pela construção de um novo sujeito social e pela libertação da pessoa humana, tendo esta o significado de:

“(…) que o ponto de partida é a libertação da pessoa humana, a descoberta de sua dignidade, a redefinição do seu status de cidadão, a libertação imediata de diversas formas de opressão (econômica, política, legal, racial, sexual, etc.)” (Scherer-Warren, 1993:39).

Parece, ainda, que quanto maior é a autonomia desses grupos no que concerne às ações sociais desenvolvidas e almejadas, também maior é a semelhança com os movimentos sociais, não como líderes dos movimentos sociais, mas como estimuladores de espaços políticos de cidadania.

No entanto, da mesma forma que o Estado controla, por meios indiretos, a ação e a reação do cidadão perante os fatos instituídos, os líderes religiosos, de forma mais ou menos intensa, também o fazem. Ao Estado, a resposta de reação é quase nula ou raramente aparece, porque o espaço é controlado e, daí, a sugestão da importância de líderes religiosos na mediação com o poder público - tantas vezes emersas da fala dos entrevistados.

Mas, aos líderes religiosos, a resposta aparece de forma imediata, quando os anseios e as necessidades da população não são atendidos, e passam a ser vistas como direito. Uma evidência inicial disto está presente no discurso dos entrevistados: a reação da população, face à não distribuição do cheque-cidadão; a reação do tráfico à Igreja local, entre outras.

Nesse sentido é que, parece, há impulso à formação das redes sociais, de movimentos, ações e reações quando esses mediadores, grupos religiosos, permitem o espaço da cidadania e quando há mudança no valor atribuído às necessidades, passando, estas passam a ser percebidas como um direito.

Por fim, uma vez que aparece a reação da população contra os grupos religiosos quando do não atendimento às suas demandas, fica a dúvida se a legitimidade desses grupos religiosos é de fato uma realidade ou apenas existe enquanto existe a possibilidade de amparo, seja ele qual for e enquanto o espaço de cidadania é, por estes, permitido, dado que durante o desenvolvimento desta investigação não se encontrou nenhuma forma de movimentação social da população local independente e autônoma em relação a esses grupos.

De qualquer forma, o trabalho indica a positividade da presença dos grupos religiosos no meio pobre, sobretudo quanto menor for o controle que exercem sobre a população, no sentido de impulsionar formas de solidariedade, movimentação social e formação de redes sociais.

Ressalto, aqui, que a discussão desenvolvida não expressa a Rede de Solidariedade, mas sim a minha percepção sobre o discurso dos grupos religiosos frente a esta investigação.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação e a pesquisa empírica que nesta se apoiou contribuíram para aproximar-me não só ao objeto de pesquisa formulado e ao campo teórico inerente a este mas, também, a outros objetos de interesse da Saúde Pública. Mais do que isso, contribuíram para minha formação acadêmica, instigando a continuidade da caminhada iniciada, motivando trabalhos futuros, intensificando a minha reflexão sobre o meu compromisso profissional, social e político no atuar em Saúde Pública, na docência e enquanto aspirante à pesquisadora, diante de tantos problemas que afligem a saúde da população deste país.

Particularmente, em relação à percepção dos entrevistados sobre o objeto desta investigação, cabe ainda destacar que, durante a investigação, teria sido interessante aprofundar sobre a influência da inserção social de cada sujeito desta pesquisa na construção de sua representação social, diante de tal objeto. A percepção que possuem sobre o objeto desta pesquisa, diferente em certos aspectos, tem por base, obviamente a diferença das trajetórias de vida desses sujeitos. Alberto e Tereza, mais velhos do que Silvia e Jorge, chegaram ao Rio de Janeiro como migrantes do norte e do nordeste. No início da vida adulta, contemporâneos da época de Vargas, distantes da terra natal, na busca por uma vida melhor da que levavam em seus locais de origem, foram tentando superar a pobreza com pouco ou nenhum estudo formal e com muita dificuldade financeira. Silvia e Jorge, mais jovens do que os dois primeiros, e com inserção social de classe média, tiveram a oportunidade de estudar e ingressar na vida adulta numa época pós-ditadura militar. Apesar da investigação não se deter em tais aspectos, é evidente a influência das trajetórias de vida dessas pessoas na percepção que possuem sobre o objeto e o universo desta pesquisa.

Ao término do trabalho, após várias releituras e tentativas de aprofundamento, reconheço as limitações de um número reduzido de entrevistas, sobretudo porque esta é, como mencionado anteriormente, a minha primeira pesquisa na área. O campo, assim investigado, permitiu apenas indicar caminhos futuros e aponta para reafirmação da necessidade de buscar soluções e caminhos de saída para a crise social – e de saúde - que aflige a população deste e de muitos outros países, a partir de onde esta mais se mostra refletida: a partir da população sofredora porque é, a partir da perspectiva dessa, e não de quem olha “de fora”, que soluções positivas e potenciais podem emergir.

No entanto, assim como percebido de forma unânime pelos entrevistados e por diversos autores, a crise social que aí está é complexa e tem sua origem, diferente do que hoje tem se difundido, em raízes históricas de desigualdade social e econômica, opressão e formação de valores. Dividir, agora, a “culpa” com os mais vitimados desse longo processo de exclusão social é buscar soluções paliativas para problemas sociais profundos, encobrendo a própria origem de suas causas. Entre outros, o problema de quem se alimenta mal, porque não tem como ou não sabe “aproveitar” os alimentos, não é de quem sofre, é nosso; o problema da falta ou da precariedade das condições de vida da maioria da população não é de quem sofre, é nosso.

Mas, a história não morreu e tampouco morreu a busca pelo viver bem. A prova disso parece estar no crescimento da busca pelas religiões, não como a saída divina para o céu e para a (boa) vida eterna, mas como um caminho para o alcance de formas de viver mais dignas e melhores. Nesse processo, é interessante perceber a organização das classes populares em torno das propostas sociais e políticas, incitadas por religiosos. A investigação que deu origem a esta dissertação aponta a solidariedade e configuração de redes sociais como espaço de legitimação e fortalecimento frente ao poder público e de formas diversas de reação diante daqueles que se opuserem às concepções que elaboram em relação à luta por uma vida melhor. Talvez, entre estas, esteja a “rede” do tráfico.

Esta investigação foi realizada com um grupo pequeno e restrito e, por isso, não trago a intenção de generalizar as considerações aqui discutidas. Entretanto, as evidências das configurações de redes sociais como espaço de fortalecimento e cidadania podem indicar o caminho da busca de soluções para os problemas ligados às condições de vida e saúde da população pobre e contribuir com a formulação de políticas públicas voltadas para a realidade local desde que, de fato, o planejamento e desenvolvimento destas dêem-se de forma horizontal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G., 1999. *Trabalho e Mundialização do capital – A nova deregulação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Editora Praxis.

ARAÚJO, J. W. (coord.), 1998. *Indicadores de saúde: Ilha do Governador e Leopoldina*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

BARDIN, L., 2000. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BARNES, J. A., 1987. Redes sociais e processo político. In: *Antropologia das sociedades contemporâneas* (B. Feldman-Bianco), pp. 159-194, São Paulo: Global.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R., 2000. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil* (R. Henriques, org.), pp. 21 – 47, Rio de Janeiro: IPEA.

BECKER, H. S., 1994. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.

BENJAMIN, C; ALBERTI, A. J.; SADER, E.; STÉDILE, J. P.; ALBINO, J.; CAMINI, C.; BASSEGIO, L.; GREENHALGH, L. E.; SAMPAIO, P. de A.; GONÇALVES, R.; ARAÚJO, T. B. de., 1998. *A opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BOTTOMORE, T. 1988. Alienação. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp.5-9.

CARDOSO-LIMOEIRO, M., 2000. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (P. Gentili, org.), pp. 96-127, Petrópolis / Buenos Aires: Vozes / CLASCO.

CARVALHO, A. I. de, 1998. Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis. In: *Promoção da saúde e a saúde pública: contribuição para o debate entre as Escolas de*

Saúde Pública da América Latina (P. M. Buss et cols.), pp. 31-45, Rio de Janeiro: Ensp/Fiocruz.

CARVALHO, I. M. M. de; LANIADO, R. N., (s/data). Pobreza urbana e ação social. *Cadernos do CEAS*, 141: 18 – 34.

CASTEL, R., 1995. *Les Métamorphoses de la Question Sociale – Une Chronique du Salarial*. Paris: Espirit.

CASTELLS, M., 1999. *A sociedade em rede (a era da informação: economia, sociedade e cultura)*, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.

CASTRO, J. de, 1982. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé.

CASTRO, R.; CAMPERO, L Y HERNÁNDEZ, B., 1997. La investigación sobre apoyo social en salud: situación actual y nuevos desafíos. *Revista de Saúde Pública*, 31(4): 425-435.

COITINHO, D. C.; LEÃO, M. M.; RECINE, E.; SCHIERI, R., 1991. *Condições Nutricionais da População Brasileira: adultos e idosos*. Brasília: Ministério da Saúde / INAN.

CUNHA, M. B. DA; VALLA, V.V., 1999. Conhecendo a Região da Leopoldina: algumas iniciativas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CEPEL.

DEMO, P., 1996. *Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade*. Campinas: (Coleção Educação Contemporânea).

DUHAM, E. R., 1984. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos* (CEBRAP), 10: 24-30.

EIDE, A., 2002. A realização dos direitos econômicos, sociais e culturais – o direito à alimentação adequada e a estar livre da fome. In: *Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas* (L. F. S. Valente, org.), pp. 207-260, São Paulo: Cortez.

ELIAS, N., 1994. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FERREIRA, F. H. G.; LITCHFIELD, J., 2000. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil – 1981/95. In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil* (R. Henriques, org.), pp. 49-80, Rio de Janeiro: IPEA.

FAO, 1998. *The right to food in theory and practice*. Roma: FAO.

FAO/WHO, 1992. *Nutrition: the Global Challenge*. Roma: FAO/WHO.

FELDMAN-BIANCO, B., 1984. Introdução. In: *Antropologia das sociedades contemporâneas* (B. Feldman-Bianco), pp. 7-38, São Paulo: Global.

FIBGE., 1981. *Tabulações avançadas do Censo Demográfico*, pp. 7.

FORRESTER, V., 2001. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: Editora UNESP.

FROMM, E., 1956. *Psicoanálisis de la sociedade contemporânea*. México: Fondo de Cultura Económica.

GEERTZ, C., 1973. Thick Description. Toward in Interpretative Theory of Culture. In: *The Interpretation of Cultures* (C. Geertz), pp. 3-30. New York: Basic Books.

GEREMEK, B., 1999. Pobreza. In: *Enciclopédia Einaudi*, 38 (Sociedade – Civilização) (R. Romano, dir.) pp. 213-244, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

GOHN, M. da G., 2001. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola.

GUIMARÃES, A. Z. et al., 1979. *Relatório Final do Grupo de Pesquisas Ciências Sociais em Nutrição*, vols. III e V, FINEP/INAN/IBGE.

HOBBSBAWN, E. J., 1975. *The age of revolution: 1789-1848*. Londres: Weidenfeld and Nicolson.

HONNINGMANN, J. J., 1954. *Culture and Personality*. New York: Harper.

IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE, 1975. *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica.

JACOBSON, D., 1987. The cultural context of social support and support networks. *Medical Anthropology Quarterly*, vol 1, n° 1, march.

JAGUARIBE, H.; SILVA, N. do V. e; ABREU, M. de P.; ÁVILA, F. B. de; FRITSCH, W., 1989. *Brasil: reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KRAUSE, N.; INGERSOLL-DAYTON, B.; LIANG, J.; SUGISAWA, H., 1999. Religion, Social Support, and Health among the Japanese Elderly. *American Sociological Association*, 40(4): 405-421.

KOWARICK, L., 1985. O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: *Cidade, povo e poder*. (J. A., Moisés et al.), Rio de Janeiro: Cedec-Paz e Terra.

LIEM, R.; LIEM, J., 1978. Social class and mental illness reconsidered: the role of economic stress and social support. *Journal of Health and Social Behaviour*, 19:139-156.

LUZ, M. T., 1996. *A arte de curar versus a ciência das doenças*. São Paulo: Dynamis.

MACHADO, C. D., 1996. *Revitalização religiosa: os desafios à secularização*. *Carismáticos e pentecostais*. Campinas: Autores Associados / ANPOCS.

MAIR, L., 1979. *Introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARTELETO, R. M., 2001. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n.1: 71-81.

MAYER, A. C., 1987. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: *Antropologia das sociedades contemporâneas* (B. Feldman-Bianco), pp. 127-158, São Paulo: Global.

MINAYO, M. C. S., 1996. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco.

MICHELL, J. C., 1969. The concept and use of social networks. In: *Social Networks in Urban Situation* (J. C. Mitchell, ed.), Manchester: Manchester University Press.

MINKLER, M., 1985. Building supportive ties and sense of community among the inner-city elderly: the Tenderloin Outreach Project. *Health Services*, 2:303-316.

MONTEIRO, C. A., 1997. O panorama da Nutrição infantil nos anos 90. *Cadernos de Políticas sociais: série documentos para discussão*, número 1.

MONTEIRO, C. A., BENICIO, M. H. D’A., IUNES, R. F.; GOUVEIA, N. da C. & CARDOSO, M. A. A, 1995a. Evolução da desnutrição infantil. In: *Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças* (C. A. Monteiro, org.), pp. 93-114, São Paulo: Hucitec-Nupens/USP.

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; SOUZA, A. L. M. & POPKIN, B. M., 1995. Da desnutrição para a obesidade: a transição nutricional no Brasil. In: *Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças* (C. A. Monteiro, org.), pp. 247-255, São Paulo: Hucitec-Nupens/USP.

MONTEIRO, C. A.; SOUZA, A.L.M.; MONDINI, L., 1995. Evolução da desnutrição entre adultos. In: *Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças* (C. A. Monteiro, org.), pp. 115-125, São Paulo: Hucitec-Nupens/USP.

OLIVEIRA, F. de., 1972. A economia brasileira: crítica à região dualista. *Estudos Cebrap* 2, out.: 3-82.

OLIVEIRA, S. A., 1999. *Redes: mapeando seus usos no campo das ciências sociais*. Mimeo.

PARKER, C., 1996. *Religião popular e modernização capitalista: outra lógica na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes.

PEREIRA, P. A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H.; PAGOTTO, C. S., 1983. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?)*. São Paulo: FIPE/Pioneira.

PIQUET, R., 1991. Descaminhos da Moderna Industrialização Brasileira. In: *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização* (R. Piquet; A.C. T. Ribeiro, orgs.), pp. 33-43, Rio de Janeiro: Jorge Zahar – Fundação Universitária José Bonifácio.

POCHMAN, M., 1999. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto.

PREALC, 1986. *Buscando la Equidad*. Santiago: OIT.

PRETECEILLE, E. & VALLADARES, L., 2000. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil* (R. Henriques, org.), pp. 459-485, Rio de Janeiro: IPEA.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V., 1998. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

RADCLIFFE-BROWN, A. R., 1952. *Structure & Function in Primitive Society*. Londres: Cohen & West.

ROBLES, L.; CURIEL, G. R.; GARCÍA, L. M. C.; COLES, L. C.; MEDRANO, M. S. G.; GONZÁLES, M. S., 2000. Redes de apoio social en ancianos enfermos de escasos recursos en Guadalajara, México. *Cadernos de Saúde Pública*, 16(2): 557-560.

ROCHA, S., 1990. Pobreza – Renda e Indicadores Sociais como Critérios Complementares. *Planejamento e Políticas Públicas*, 4:67 – 82.

ROCHA, S. & ELLWANGER, R., 1993. Linhas de Pobreza: Alternativas Metodológicas a partir de Estruturas de consumo Observadas. *Planejamento e Políticas Públicas*, 9: 227–244.

ROCHA, S. & TOLOSA, H. C., 1993. Núcleo-periferia metropolitana: diferenciais de renda e pobreza. In: *Fórum Nacional* (J. P. dos R. Velloso, org.), pp. 137-171, São Paulo: Ed. Nobel.

ROSANA, M., 2001. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(3):569-579.

SÁ, C. P. de, 1998. *Construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

SALAMA, P., 2000. Novas formas de pobreza da América Latina. In: *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial* (P. Gentili, org.), pp. 180-222, Petrópolis / Buenos Aires: Vozes / CLASCO.

SANTOS, M., 1990. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: *Reestruturação urbana: tendências e desafios* (L. Valladares & E. Preteceille (coords.)), pp. 183-191, São Paulo / Rio de Janeiro: Nobel / IUPERJ.

SANTOS, M., 1998. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.

SCHNAPPER, D., 1996. Intégration et exclusion dans les sociétés modernes. In: *L'Éclusion – L'État des Savoir* (S. Paugam, org.), pp. 23-31, Paris: La Decouverte.

SEN, A., 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHERER-WARREN, I, 1993. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola.

SILVA, C. A. M., 1998. *A desnutrição entre menores de 0-59 meses em Ouro Preto (MG), 1996: subsídios para política pública*. Dissertação de mestrado. Centro de Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, D. S. e, 1998b. Promoção de saúde em situações específicas. In: *Promoção da saúde e a saúde pública* (P. M. Buss et cols.), pp.82-88, Rio de Janeiro: Fiocruz.

SIMIONI, A. M. C.; LEFÈVRE, F. & PEREIRA, I. M. T. B., 1996. Metodologia Qualitativa nas pesquisas em Saúde Coletiva: considerações teóricas e instrumentais. *Série Monográfica*, nº 2. São Paulo: USP, faculdade de Saúde Pública, Departamento de prática de Saúde Pública, Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário.

SINGER, P. O que queremos saber. In: *Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar* (P. Singer), pp. 68-81. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

SOUZA, E. R. de; ASSIS, S. G. de; SILVA, C. M. F. P., 1997 da. Violência no município do Rio de Janeiro: áreas de risco e tendências da mortalidade entre adolescentes de 10 a 19 anos. *Revista Panam Salud Publica [Pan Am] Public Health*, 1(5).

SOUZA, I. M. A., 1999. Na Trama da Doença: uma discussão sobre redes sociais e doença mental. In: *Experiência de Doença e Narrativa* (M. C. Rabelo; P. C. Alves; I. M. A. Souza), pp. 89-124. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

STOTZ, E. N. Luta pela saúde ambiental: a AMAP contra Curtume Carioca S.A., uma experiência vitoriosa., 1993. In: *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática* (V. V. Valla; E. N. Stotz, orgs.), pp. 131-160, Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

TAVARES, M. da C., 1990. *Aquarela do Brasil: apresentação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, pp. 7-11.

TELLES, V., 1994. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. (H. T. S. Martins & J. R. Ramalho, orgs.), pp. 85-111, São Paulo: Hucitec – Cedi/Nets.

TRONCOSO, M.; ALVAREZ, C.; SEPÚLVEDA, R., 1995. Redes sociales, salud mental y esquizofrenia: una revisión del tema. *Revista de psiquiatria*, 12(3/4): 163-72.

WAIZBORT, L. Elias e Simmel., 1999. In: *Dossiê Norbert Elias* (L. Waizbort, org.), São Paulo: EDUSP.

WOOD, C. H. & CARVALHO, J. A. M. de, 1994. *A demografia da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.

UNICEF, 2001. *Situação da Infância Brasileira 2001*. Brasília: UNICEF – BRASIL.

VAINER, C. B. & SOMOLKA, M. O., 1991. Em tempos de Liberalismo: tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização* (R. Piquet; A.C. T. Ribeiro, orgs.), pp. 19-32, Rio de Janeiro: Jorge Zahar – Fundação Universitária José Bonifácio.

VALLA, V. V., 1999. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(supl. 2):7-14.

VALLA, V. V., 2000. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.4, n.7:37-56.

VALLADARES, L., 1991. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil* (R. R. Boschi, org.), pp. 81-112, Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Ed..

VELHO, G., 1999. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ZALUAR, A., 1982. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro: Brasiliense.

ZIEGLER, J., 2002. Prefácio. In: *Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas* (L. F. S. Valente, org.), pp. 11-13, São Paulo: Cortez.

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de Entrevistas	I
Anexo 2 – Consentimento Livre e Esclarecido	II
Anexo 3 – Entrevistas (transcrição literal, na íntegra)	III
Anexo 4 – Instrumento de Análise I – “IA1”	IV
Anexo 5 – Quadro Guia de Categorias	V
Anexo 6 – Instrumento de Análise 2 - Análise Final A – “IA2-AFA”	VI
Anexo 7 – Instrumento de Análise 2 - Análise Final B – “IA2-AFB”	VII

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO, REPRESENTANTE DA ENTIDADE OU GRUPO SOCIAL.

- 1) Nome: _____
- 2) Entidade (nome e endereço):

- 3) Local de residência:

BLOCO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE OU GRUPO SOCIAL

(a instituição, a organização, o movimento e como se dá a mediação)

- 1) Eu gostaria, inicialmente, que o Sr. (Sra.) falasse sobre a sua participação na entidade.
- 2) Como surgiu o grupo?
- 3) Havia, na ocasião, alguma questão em especial a ser discutida? Qual era essa questão? E hoje, qual é a questão?
- 4) Membros da comunidade procuram a entidade? O que esperam de vocês?
- 5) De que forma os integrantes do grupo dividem entre si as tarefas da entidade?

BLOCO 3 – A PARTICIPAÇÃO NA REDE DE SOLIDARIEDADE.

(a inserção na Rede, os objetivos, a troca da informação)

- 1) O Sr. (Sra.) poderia me contar um pouco sobre como o seu grupo começou a participar das reuniões da Rede de Solidariedade da Leopoldina?
- 2) O que o Sr.(Sra.) e o seu grupo buscam ao participar dessas reuniões?
- 3) Na sua opinião, quais seriam os objetivos da Rede como um todo?
- 4) Na sua opinião, quais as contribuições que a Rede proporciona para as comunidades? e para os próprios grupos que dela participam?
- 5) As discussões que acontecem nas reuniões da Rede chegam à comunidade? De que forma?

BLOCO 4 – A PERCEPÇÃO SOBRE A QUESTÃO DA SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA (quando o problema é tido como tal, a importância da mediação, a questão dos direitos humanos e os movimentos sociais)

- 1) Saco vazio não pára em pé, diz o ditado. Por isso, alimentar-se é uma necessidade fundamental. Como o grupo pensa essa questão quando se depara com famílias em situação de pobreza?
- 2) E as demais necessidades?
- 3) O Sr.(Sra.) acha que a alimentação é um direito humano? Por que?
- 4) De que modo avalia o papel de sua entidade ao enfrentar o problema da subsistência alimentar no nível local?
- 5) Para que eu possa entender melhor, poderia citar algum exemplo?

BLOCO 5 – A DINÂMICA PARA ENCAMINHAMENTO DE AÇÕES A PARTIR DA QUESTÃO DA NECESSIDADE DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR (o percurso de encaminhamento, exemplos onde houve sucesso e, ou, dificuldades, a Rede de Solidariedade diante da questão)

- 1) O Sr.(Sra.) pode me falar um pouco sobre algumas dificuldades e facilidades que vocês, enquanto grupo, vivenciaram no encaminhamento de soluções para o problema da falta de recursos para alimentação?
- 6) Quando sua entidade, por falta de recursos próprios ou de terceiros, se vê obrigada a interromper uma ação, o que a população beneficiada por esta ação faz?
- 7) E o que faz, nesse caso, a sua entidade?
- 8) Fale um pouco sobre as ações locais em parceria com outras entidades.
- 9) Para levar adiante suas ações, a sua entidade recorre a algum programa governamental? Conta com apoio de alguma instituição política? De que forma isso se dá?
- 10) A sua entidade sofre algum tipo de limitação? De que natureza?
- 11) Poderia citar um exemplo de uma ação social bem sucedida?
- 12) Na sua opinião, quais as contribuições que iniciativas como as da Rede de Solidariedade podem trazer para o conjunto dos movimentos populares?
(1 - no que concerne à construção de uma igualdade de valores entre os movimentos e 2 - frente ao poder público?)

ANEXO 2

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa SITUAÇÃO DE POBREZA E SAÚDE: as redes sociais em práticas de complementação alimentar numa área periférica da cidade do Rio de Janeiro. Você foi selecionado por ser integrante de uma rede de apoio social existente na comunidade em que reside e sua participação não é obrigatória. Sua forma de participação dar-se-á através de entrevistas com o pesquisador responsável. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a Fundação Oswaldo Cruz ou com qualquer programa social e/ou de distribuição de alimentos que seja beneficiário.

Os objetivos deste estudo são 1) conhecer as formas de complementação alimentar utilizadas pelos integrantes de redes sociais: como são construídas, sustentadas e interrompidas; 2) a partir do que o entrevistado participante entende por necessidade essencial de alimentação, analisar o(s) programa(s) oficiais e a(s) estratégia(s) de complementação alimentar utilizadas pelos integrantes das redes sociais locais.

Não existem riscos relacionados com sua participação, pois o pesquisador responsável assegura o sigilo tanto em relação à identidade do participante quanto em relação à toda informação e/ou opinião expressa durante os encontros com o mesmo. A confidencialidade das informações obtidas através dessa pesquisa e o sigilo sobre sua participação estão assegurados em qualquer ocasião ou forma de divulgação dos dados, empregando-se nomes fictícios quando necessário descrever falas e/ou opiniões das pessoas participantes ou descrever características do local onde a pesquisa se realiza. A pesquisa não inclui quaisquer formas de gravação de imagem (fotografias ou filmagem, por exemplo) de forma a impossibilitar sua identificação.

O benefício relacionado com a sua participação é auxiliar profissionais de saúde pública para a construção de um conhecimento que possibilite intervenções mais eficazes na área de nutrição e saúde junto às práticas dos serviços de Saúde Pública.

Você receberá uma cópia deste termo, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento, com o pesquisador responsável pela pesquisa, cujo nome, endereço e telefone estão descritos a seguir:

Heloisa Cardoso Wanick Loureiro de Sousa (pesquisadora responsável)

End.: R. Leopoldo Bulhões, 1480 – térreo – Departamento de Endemias Samuel Pessoa

telefones para contato: (21) 25982654 ou (21) 22607453

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Heloisa Cardoso Wanick Loureiro de Sousa

Sujeito da pesquisa

Nome e assinatura do pesquisador

ANEXO 3**ENTREVISTAS (TRANSCRIÇÃO LITERAL, NA ÍNTEGRA)**

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA

LEGENDA

Sublinhado: palavra ou nome substituído por código ou outro nome na intenção de evitar identificação do entrevistado.

Em Itálico: a fala do entrevistado

Em letra comum: minhas falas, intervenções ou observações.

__XXXX (?): palavra, frase, ou trecho não bem compreendido durante a transcrição.

Alberto; Tereza; Silvia e Jorge : os entrevistados (nomes fictícios).

TRANSCRIÇÃO DA FITA A DE Alberto

O nome do entrevistado: Alberto

A entidade a qual representa: Igreja Protestante

Pergunto se ele sempre morou no local. Ele responde: *Moro há 40 anos. Cheguei em 62, hoje é 2002, né. Minha casa é na rua xxxxxxxxx n. n.*

Digo que entrarei no 2º bloco de perguntas, onde o interesse é mais na caracterização da entidade, ou seja da igreja.

Pergunto sobre como se dá a participação na entidade, desde o início, sabendo, desde já, que é pastor.

Ele fala:

- Nós chegamos aqui, do Estado do Pará e compramos esta casa na rua zzzzzz – nesse tempo nada era urbanizado, só foi ser urbanizado em 65, já no final do governo de Carlos Lacerda. E, lá, nós compramos uma casa. E, como nós somos evangélicos desde a infância, protestantes – na Penha não tinha igreja Protestante, só tinha igreja Protestante em Ramos – nós passamos a nos reunir em outras igrejas, mas nunca era igual a igreja que nós freqüentávamos, a doutrina diferente, sistema de governo totalmente diferente. Prá nosso ver, prá nosso ver, não batia com as escrituras do Novo Testamento, a organização da igreja no Novo Testamento, baseado nas cartas de Paulo e, até mesmo, nos quatro evangélico. Então, não se via aquilo que houve na criação da Igreja primitiva. Então, com isso, nós passamos a freqüentar, de dois em dois domingos, a Igreja de Ramos – que era, que é Protestante. Até que apareceu dois pastores – um já está na glória de Deus -, xxxx e, outro, yyyyyy. E, então, conversando com eles... – Olha, vamos fazer o seguinte: vamos ver se a gente abre um trabalho lá na Penha, não é difícil a gente abrir – forma um grupo e fala ao Conselho. O Conselho dá toda a cobertura, a gente compra uma casa, derruba, a gente constrói. Pergunto a ele se, na ocasião ele já era religioso. Ele responde que não, que era presbítero. E, então, nós vamos construir uma igreja. E, assim mesmo foi projetado. Mais ou menos 1 mês ou 2 meses foi tirado uma Comissão, o Conselho de lá tirou uma Comissão e nessa Comissão veio homens e mulheres. E, foi assim que começou a história da primeira Igreja Protestante da Penha, situada na rua www. Entra alguém na sala e dá bom dia. E, então, começamos aquela trabalho lá. Quando estávamos com 5 anos de organização lá, o número de fiéis aumentou e fizemos uma Assembléia Geral e foi tirado uma Comissão, também, prá evangelizar esse lado de cá. E, foi quando nós fomos tirados nessa Comissão, porque morávamos aqui – tirados nessa comissão prá evangelizar o lado desse lado. E, logo conseguimos uma Congregação e, depois, construímos e quando foi já em 73, organizamos em Igreja e começamos a lutar pela comunidade, prá urbanizar a comunidade, prá colocar escola prá alfabetizar pessoas que não sabiam ler nem escrever. Pergunto se não tinha escola prá crianças. Ele responde: Tinha, mais muito reduzida. Continua: - E, então, começamos esse trabalho numa rua chamada rua rrrrrr, n. 10. Lá foi a primeira sede da gggg Igreja Protestante

da Penha. E, então, cresceu e trabalhamos muito, compramos isso aqui, derrubamos e construímos e continuamos o nosso trabalho aqui. Na comunidade, sempre tivemos participação direta na diretoria da Associação, menos agora. Intervenho perguntando qual Associação, se de bairro... Ele completa dizendo que na Associação de moradores. Lá, também, construímos creche, em 85 – a creche que tem lá fora na praça São ssss foi nós que construímos dentro do governo que nós estávamos como pessoas da diretoria. Nessa época, era ele o presidente (não sei quem, acho que alguém que estava na sala) e eu era um dos assessores e lá nós construímos a creche, colocamos duas grandes redes de água através do governo estadual. Intervenho pedindo confirmação de que esse era um problema da época. Ele continua, dizendo que sim, que esse era um problema de água muito grande. A Igreja se envolveu também naquela... ‘cada família um lote’, entre o governo federal e o governo do Estado, conseguiu também a titulação dos terrenos para cada morador, que ninguém tinha documento, e nós, hoje, temos, cada um tem seu documento. Pergunto se tinha loteamento e não tinha documento. Ele continua dizendo que sim: _ é, não tinha documento nem do Estado nem do município porque não tinha sido levantado cadastramento. E, então, com essa proposta do governo Figueiredo, que ele colocou ‘cada família um lote’, aí o Brizola aproveitou e fez no Estado e a primeira comunidade foi a nossa porque nós sempre estamos no governo solicitando melhoria, como foi o caso de urbanização total da Vila Proletária da Penha. Intervenho levantando a questão do esgotamento sanitário na ocasião. Ele continua dizendo que não tinha, que essa rua era uma imundice. E, o nosso trabalho, como Igreja, sempre envolvido com o povo, trabalhando, urbanizamos toda a comunidade através do município, mas nós é que fazia frente prá fazer os pedidos... Interrompo, questionando se a comunidade vinha a Igreja solicitar essa ajuda. Ele diz que sim: - vinha, a (aqui tem algo que não entendo durante a transcrição) Associação trabalhou prá melhorar a situação da comunidade. E, hoje, nós temos um comunidade totalmente urbanizada, com muita água – um abastecimento de água normal, como qualquer lugar aí fora. E... trabalhamos na área religiosa, temos um projeto, aqui de 100 pessoas, temos também aula prá adultos e continuamos nessa vida lutando sempre pela comunidade. Essa linha de ônibus quem colocou, foi nós que colocamos também. Pergunto se a pedido da comunidade. Ele responde que sim: _ a pedido da comunidade, e a Igreja faz o pedido e os órgãos governamentais atendem.

Pergunto sobre o que a comunidade espera da Igreja, não somente no que diz respeito à religião, mas no que diz respeito ao bem-estar individual e reformulo: A comunidade vem a vocês na busca de quê – hoje, por exemplo?

Alberto continua: _ Olha... nós temos tido muito a oportunidade de... somos uma igreja, podemos dizer, uma igreja vista com olhos bons e, também, numa forma respeitável. Nós somos uma igreja... Se por um acaso nós vamos fazer... dar uma notícia ao povo de um acontecimento e nós precisarmos de tantas pessoas, eles vêm porque sabem que aquilo que nós falamos é a verdade. Nós temos duas calçadas, como a travessa Aimoré, que nesse governo nós calçamos, que há quarenta anos era abandonada, era mosquito, era tudo... hoje, tá tudo asfaltado a pedido do trabalho da administração da Igreja. Então, quando nós falamos ao povo: _ Vai acontecer isso, precisa o povo se mobilizar prá isso... o povo... Pergunto, então, se ele vê essa mobilização. Ele afirma que eles comparecem: - Vejo, eles comparecem. Questiono, então, se ele afirma dizer que, de alguma forma, as tarefas são divididas entre a comunidade e os religiosos. Ele continua: _ É, porque a Associação... nós fazemos o seguinte: se nós temos uma coisa a fazer, a Associação é o órgão administrativo do local, vamos dizer, do bairro. Então, primeiramente, nós vamos a Associação, conversamos com a Associação. Se o presidente é uma pessoa bem intencionada, claro que ele vai combinar com aquilo que nós vamos propor que é prá melhoria da comunidade. Mas, se por um acaso o presidente não entender... e, aquilo que nós queremos fazer é prá benefício da

população – às vezes, pode até quebrar um pouco de interesse dele. Aí, então, nós vamos por meio do povo, avisamos o povo e colocamos sempre aquilo que nós temos em prática. Geralmente são coisas que fazem bem e não fazem mal. Peço a confirmação, se primeiro eles procuram trabalhar com a Associação... sim, com a Associação, respeitando a lei – estatuto é lei. Estatuto é criado pelo uma Assembléia Geral, é o povo reunido, é o Sistema Democrático. E, se somos presbiterianos, somos democráticos. O presbiterianismo é democracia. Existe uma democracia de escolha de pessoas, de presbíteros, de diáconos (?), de pastor. Então, se nós somos democráticos, nós temos que respeitar as instituições criadas. E, então, por isso, nós falamos que, primeiro, vamos à Associação.

Pergunto sobre a Rede de Solidariedade – falo que vejo a Rede como uma reunião de vários grupos que discutem seus problemas, dificuldades, problemas de administração... e pergunto como começou a participação do grupo na rede de Solidariedade e em busca de quê.

Alberto continua: *_ Nós pegamos um documento que – quase do início do Cepel – e, então, fazia convite para as comunidades carentes comparecer para se reunir para tratar de assuntos a respeito da Leopoldina. E, então, nós comparecemos em uma dessas reuniões. E, lá, conhecemos o prof. vvvvvv. E, gostamos muito da forma humilde e sábia que ele apresentava. Um interesse, também, muito grande de poder conhecer a situação do menos favorecido, do menos favorecido. E, sempre, suas discussões era de uma forma de ouvir, depois orientar, depois orientar. E essa orientação, que ele dava, era um orientação numa linguagem nossa, que nós tínhamos condição de entender, entender e transmitir para os outros. E, com isso, nós passamos a trabalhar com o prof. vvvvvv até agora que ele está doente, mas assim mesmo ainda nós tivemos semana passada em uma das reuniões.*

Intervenho, perguntando se foi assim que foi criada a Reunião da Rede.

Ele continua: *_ Essa Rede foi criada por nós mesmos. Sei que a proposta foi do prof. vvvvvv.*

Pergunto para Alberto o pastor o que ele acha que são os objetivos gerais da Rede como um todo.

Ele responde: *_ É muito bom por isso, porque descobre e, por meio, também, do conhecimento e da autoridade que o Cepel tem consegue-se alguma coisa nos municípios, no Estado.*

Pergunto se ele acha, então, que este seria um objetivo geral.

Ele continua: *_ É, prá instruir a comunidade como fazer os pedidos de reivindicação ao Estado, município, etc.. Eles passam para as pessoas como deve fazer. E, quando a pessoa também é humilde e faz aquilo que quem sabe manda, aí acontece. Então, por isso, que o Cepel tem muita importância. Aqui, no trabalho das comunidades da Leopoldina por conta disso, é o trabalho de instruir. É a grande contribuição. Por acaso... esse Seminário que vai Ter no dia 27 ali na Igreja Bom Jesus. Veio, prá nós, duzentos e poucos panfletos prá entregar. Ontem mesmo nós distribuimos. Então, dentro dessa discussão da manhã e da tarde vai se tirar muito proveito prá mostrar ao governo - o que o governo sabe, o governo sabe – mas, prá mostrar, de uma forma geral, que duzentos reais não dá prá uma família viver, mas que oitocentos ou mil e duzentos dá prá uma família de 4 pessoas viver dignamente. Porque o governo sabe disse, mas eles faz que não vê, fecha os olhos. E essas reuniões faz com que aquele documento escrito, eles não têm condições de fechar os olhos. Pode não tomar posição nenhuma, mas não vai dizer que não chegou ao conhecimento dele a lamentação do povo, o grito do povo, entendeu?*

Pergunto se essa seria uma forma de legitimar – a lamentação está aqui. Ele confirma e diz: *_ É a mesma coisa que o povo estar na rua – é a mesma coisa -, só que é uma manifestação interna.*

Digo que é isso que estou interessada em saber – sobre a importância dos movimentos locais, que parecem pequenos, mas têm uma forma interessante. E, continuo: _ Eu gostaria de saber um pouco como é que, o senhor falou, por exemplo, dos panfletos, esses prospectos e como aquela reunião, aquela discussão que acontece lá na Rede de Solidariedade, como é que ela chega, de fato, à comunidade, quais são os meios de comunicação que os Srs. usam?

Alberto: _ *Ela chega no meio das comunidades através do papel – que é os panfletos - e daqueles que assistem e vai transmitindo para os outros. Por exemplo, a Igreja – a Igreja se reúne, todos os membros, no domingo. Então, a pessoa que assiste aquilo, ele vai... faz aquele esclarecimento, dá conhecimento a todas as mães de família, pais de família, adolescentes e adultos. Então, aquele dali já transmite para as pessoas que, às vezes, não participa de Igreja, porque mesmo que a pessoa que participa de Igreja e outros que não participa, mas, geralmente são amigos, amigas, etc. Então, um vai transmitindo para o outro. Pergunto se essa é a via mais usada. Ele responde: _ É, usada no meio das comunidades é isso.*

Então, intervenho, exemplificando com a discussão atual da rede, a questão da renda mínima: _ Então, aquelas discussões que chegam – por exemplo, agora está se discutindo, já tem uns 6 meses também, está se discutindo sobre a questão da renda mínima, acabando já nesse seminário. Essa discussão sobre a renda mínima ela chegou dessa forma, então? Aqui na Igreja, por exemplo – tem as reuniões mensais – e o Sr. acha que há propagação dessa informação através das famílias, dos amigos...é assim que o Sr. acha que chega a informação de lá? A rádio os Srs. usam, também?

Alberto: _ *Chega, chega porque... Olha... nós vamos ter a discussão lá na Igreja Bom Jesus, aquilo ali tudo é documentado. As pessoas que vão, geralmente, vão escrever aquilo que os técnicos vão falar. E, quando aquilo ali terminar, vai sair a história do Seminário, a conclusão, qual foi a conclusão que chegaram em respeito do melhoramento da vida da população carente, qual o salário mínimo que a maioria daquele Seminário optou. E, então, isso vai chegar ao conhecimento e vai ser levado para as autoridades, as autoridades vai ver... os deputados, senadores, até chegar na vez do governo.*

Intervenho, novamente, esclarecendo que a minha pergunta foi mais em direção à comunidade. _ Como essa informação chega à comunidade?

Ele responde: _ *Chega... direto à comunidade.*

Eu: _ Agora, nós vamos falar um pouquinho, sobre a alimentação mesmo. Entrar mais na questão da alimentação. Tem aquele famoso ditado que fala que *saco vazio não para em pé*. Por isso, alimentar-se é uma necessidade fundamental, ninguém tem dúvida disso, porque a gente tem que se alimentar prá viver. Como o grupo pensa, quer dizer, como a sua Igreja pensa, ou as pessoas que trabalham em prol da comunidade, essa questão quando se depara com famílias em situação de pobreza – de uma forma geral.

Alberto: _ *Olha, tem muita gente que não tem padrão de vida que tenha condições de ter uma alimentação saudável como trabalhador. Estou falando dentro da área do trabalhador, como trabalhador não tem. Mas, como o Rio de Janeiro ainda é uma cidade que tem muitos meios - tem feira, tem essas coisas -, então, muitas pessoas na feira, coisas que dá prá aproveitar muito bem, eles deixam prá lá e isso as pessoas juntam, limpam – as pessoas que não têm a mínima condição, condição de vida, que moram em barraquinho de papelão. Na alimentação eles ainda tem essa parte prá aproveitar. Existe também o Ceasa, que é grande a quantidade de pessoas pobres aqui que saem e vão prá lá prá trazerem alguma coisa – batata, verdura, etc. Eu diria que o que mais pode sofrer aqui é a criança, porque a criança não pode comer qualquer coisa. Mas os adultos mesmo, ainda não chegou ao ponto de pessoas adultas passar*

sem comer. Agora... é claro que ele não come como a pessoa que teve seu salário – uma mistura, etc. e tal, mas ainda se alimenta com alguma coisa. Mas que uma maioria muito grande sofre em assuntos de alimentação, principalmente as crianças. As crianças... nós temos 100 crianças aqui, nós temos 100 crianças aqui. Essas crianças se alimentam semanal aqui. Mas quando passa sábado e domingo não tem trabalho de escola aqui. Quando chegam de manhã, segunda-feira, elas chegam muito mais primeiro que os professores, por causa do café, da alimentação, essas coisas. As crianças chegam totalmente desnutridas e com dois, três, quatro meses, as crianças estão totalmente, totalmente, diferentes, inclusive com suas notas nas escolas, etc. Então... alimentação é uma coisa fatal prá alimento da pessoa adulta e, principalmente, da criança.

Tomo a palavra: _ A alimentação, com certeza, é a vida, é uma necessidade essencial, é uma preocupação muito grande, mas tem outras necessidades também, tem outras necessidades até, eu acho, que esse mundo de consumo coloca prá gente – é um relógio, é um cabelo de uma forma, é uma calça..., e, às vezes as pessoas optam por coisas que na sua opinião, ou na minha, ou na dele, ou na de outro, não seriam a melhor opção. Como o Sr. vê essa questão das outras necessidades, como as pessoas em situação de pobreza – ou mesmo até, talvez, o que seriam as pessoas em situação de pobreza para o Sr.? Será que pobreza é só aquele que tá no barraco do papelão, ou não?

Alberto: _ *Olha, dentro desse caso, o Rio de Janeiro, eu volto a dizer que o Rio de Janeiro é uma cidade que existe uma sociedade que demonstra ser muito hospitaleiro com as pessoas que não tem. Então, essas pessoas que não tem, por acaso, roupa, sapato, agasalho...por intermédio das Igrejas, católicas, protestantes, centro-espíritas, eles conseguem muito e... os que tem muito vão distribuindo para os que tem pouco. E, esse povo, mesmo os que não comparecem em Igreja, mas eles são beneficiados porque... se nós temos aqui um monte de roupa, prá que nós queremos? Vamos dar prá todo mundo. E, o que acontece, é isso.*

Digo: _ Seria uma forma de solidariedade.

...Um pequeno intervalo para apresentação do filho, jjjjjj, administrador.
Desligo o gravador um pouco.

Continuando a gravação da entrevista

Pergunto: _ Como o Sr. avalia o papel da sua entidade, Igreja – (o telefone toca, pausa.)

Continuando: _ Como o Sr. avalia o papel da sua entidade ao enfrentar o problema da subsistência alimentar, dessa questão da renda não dá prá suprir as necessidades alimentares, a comida de fato – não dá prá colocar tudo dentro de casa. E, aí, como é que o Sr. avalia...

Ele responde: _ *Olha, é uma solução que a pessoa não tem, mas tem que se conformar com aquilo mesmo que tem, porque a única coisa que a pessoa pode fazer é sair pedindo, mas geralmente as pessoas não fazem isso.* (o telefone toca e interrompe-se novamente). *E, então, não tem solução, a pessoa vai fazendo... um meio daqui, corre prá aqui, um biscatezinho dali... às vezes....*

Interrompo, perguntando sobre a Igreja a qual pertence: _ Mas, e a Igreja, quer dizer, a sua entidade. No caso, poderia ser qualquer entidade, mas....

Ele responde: _ *Quando a pessoa pertence à igreja, geralmente,* (o telefone toca) *prá nós sermos sérios, na Igreja* (o telefone toca novamente). Interrompo a gravação para que o pastor possa atender ao chamado do telefone.

Retomo a pergunta: _ E, então, eu estou perguntando um pouco da sua avaliação, da avaliação do Sr. , como a sua entidade e o Sr. enfrenta esse problema diante da comunidade? O problema existe e o Sr. estava me falando que quando o membro é da Igreja....

Ele continua: _ *Como eu ia falando com você, sem vaidade nenhuma, nas Igrejas dos outros eu não sei, mas nas Igrejas Protestantes, de um modo geral, mesmo aqui no Rio de Janeiro, de um modo geral, no Rio de Janeiro, nós atendemos àquela palavra que o apóstolo Paulo nos diz: 'ajudai, mas primeiramente os da fé'. Então, nossas Igrejas, de um modo geral, como já lhe disse, nós preparamos, primeiramente, todos os membros quando chegam se convertem ao Evangélico, quem vem de fora – pode até chegar de pé no chão, porque mesmo que tivesse chegado rasgado, etc. e tal. – então, nós procuramos dentro dos estudos e dentro das reuniões, hora dominical no Domingo, ___ clube bíblico ?0___, reunião de liderança, nós procuramos estruturar aquela pessoa, para que aquelas pessoas se organize e tenha uma vida lícita, organizada, que tenha casa onde morar e tenha o necessário para uma pessoa viver licitamente. E... procuramos saber os nível das pessoas, segundo o nível de cada pessoa, aquelas pessoas que têm condições... Interrompo, questionando se o nível é financeiro, a partir da renda. Ele continua: _ nível em assuntos... (TROCA DO LADO DA FITA)*

Obs.: (verificar no caderno de campo, mas pelo que me lembro é no nível de educação)

LADO B

Falo: _ No encaminhamento de soluções, na tentativa de encaminhar soluções prá esse problema da alimentação, programas, recurso financeiro mesmo..., o Sr. poderia me falar um pouquinho sobre algumas facilidades que já encontraram ou de alguma experiência de dificuldade...

Ele não entende e questiona: _ *uma experiência...?*

Eu continuo: _ de facilidade no encaminhamento de solução prá esse problema e, por outro lado, na situação de dificuldade no encaminhamento de soluções...

Alberto: _ *Olha, a solução do Brasil... a solução do Brasil*

Eu interfiro: _ pensando aqui no nível local, na sua comunidade...

Ele continua: _ *A solução do Brasil, que atinge esta comunidade, que são brasileiros, a solução prá todo esse povo é... ser cristão, ou ser protestante verdadeiro ou ser católico verdadeiro, porque se você for verificar as Igrejas Católicas, como eu tenho contato com muitas delas, aqui na zona sul ou em qualquer lugar, o povo que frequenta, eles vive bem, sempre têm prá dar. Se você vai dentro do meio evangélico, de uma forma geral, como já lhe falei, a mesma coisa. Onde você vê a maior miséria é nesse povo que não tem solução porque não tem Cristo, não tem orientação, ninguém tem orientação – qual a orientação que o macumbeiro pode dar de viver, fazendo mal para os outros? - . Então, a maior pobreza é essa. No dia que o Brasil, ou a Vila Proletária da Penha, ou o Rio de Janeiro tiver uma maioria absoluta de cristão – não tô falando de ___ evangelização ? ____, tô falando de cristão – a pobreza acaba. Se você, que é uma pessoa estudada, você sabe que nos países cristãos, como o Canadá, como a Inglaterra e outros países, Holandas, Genebra, existe pobre, mas não miserável. Agora, o Brasil de tanta riqueza é pobre porque ele é pobre até espiritualmente. A solução é o Evangelho. Interrompo, perguntando se essa seria uma facilidade. Ele responde: _ *Essa é uma facilidade, porque no momento em que você se filia à uma Igreja, você amanhã, - Deus tal ___ não? ___ permite, porque é uma comparação – amanhã está numa cama, você não tem mais prá onde apelar, tá numa cama... aquela Igreja vai tratar de você. Às vezes, você recebe uma ingratidão do seu marido – é comparação também – ou vice-versa, a mulher faz uma ingratidão para o homem... existe homem e mulher que não sente, mas existe homem e existe mulher que é uma doença grave prá aquela pessoa,**

muitos perdem até o sentido porque depositou tudo aquilo que tinha de si próprio, que é o chamado amor, naquela pessoa. Uma vez, um sábio perguntou à uma moça sábia – mas ele não acreditou que ela era sábia, porque não tinha recursos – e ele perguntou a ela: ‘_ Donzela, qual é a coisa mais doce que o mel?’ Ela disse: _ ‘É amor de um pai um filho ou de uma esposa fiel. A ingratidão de um desses, amarga mais do que o fel.’ – com isso, ela ganhou gabarito e subiu, por que? Porque ela era uma mulher totalmente preparada. Então, isso significa... mas se você está amparada numa Igreja, você vai ter refúgio, têm pessoas que vai ti tirar dessa situação. Se, de repente, acontece um acidente – e nós sabemos que existe muita injustiça - e você é preso, a Igreja chega lá: _ ‘Não é isso que vocês estão pensando, aqui não, eu quero ele solto!’ – Imediatamente as autoridades vão saber que aquela pessoa é uma pessoa respeitada. (o telefone toca) Então, isso tudo traz (o telefone toca) ... que pertence à alguma coisa. Isso tudo faz com que diminua o sofrimento das pessoas humanas, mas se a pessoa não pertence à nada, não sabe de nada, vive aí... sofre até morrer mesmo, cai num lugar onde não tem _____ tolerante? _____.

Pergunto: _ mas, na tentativa de encaminhar a questão da falta de recursos – devem existir famílias que passam falta de recursos para alimentação?

Ele continua: _ *Campanha, como nós fazemos, prá arrecadar alimentação prá dar para as pessoas necessitadas. Essa é a solução, que todo mundo faz.*

Eu continuo: _ *E dificuldades, quais as maiores dificuldades encontradas nesse encaminhamento prá tentar solucionar o problema alimentar.*

Alberto: _ *Geralmente, nós, um dia desses, nós tivemos aqui 6 mil bolsas de alimentação. Então, o que nós fazemos? Nós procuramos as lideranças da comunidade, que geralmente tem, e avisamos: fazemos fazer uma senha e vamos distribuir aquilo. Em outra forma, ... Pergunto se eram bolsas mensais... distribui aquilo ali e, outra forma, chamamos essas pessoas, entrevistamos eles, e se é uma pessoa que tem pelo menos um curso primário, a gente pede, também, emprego a Sendas, a essas casas de comércio, de pintura na construção civil e a gente vai aliviando a situação dessas pessoas. Nós, aqui, trabalhamos desse jeito.*

Pergunto: _ *mas, por que foi difícil a distribuição dessas bolsas, foi difícil a distribuição dessas cestas?*

Alberto: _ *porque é mais gente do que o que tem. Quando você por acaso você recebe 6..., você distribui, 6 mil senhas, são 6 mil bolsas, esse templo aí ficou cheio... então, você vai ver uma fila como daqui lá fora. (o telefone toca). Muitos quando chegam no final... outros já propõem repartir, né? (o telefone toca).*

Pergunto: _ *Nesse caso, quando sua entidade, sua Igreja, nos trabalhos com a comunidade, se vê obrigado a interromper uma ação, uma ação social por falta de recursos. Então, por exemplo, se tivesse essa distribuição de bolsas e, de repente, o Sr. tem que interromper essa ação porque acabou o recurso. Como a comunidade se coloca, como o Sr. vê a comunidade, ela se organiza, ela não se organiza, como ela se coloca?*

Alberto: _ *Olha, conforme o contato que as pessoas vão ter, eles vão tendo conhecimento, eles vão abrindo o conhecimento (o telefone toca).*

A gravação é interrompida – ver anotações no caderno.

Continuando a transcrição:

_ É uma situação dessa natureza. A pessoa, por acaso, eu, vim do norte, XXX, e não conhecia a vida do Rio de Janeiro e fui logo trabalhar numa fábrica com 4 mil operários. Quando a pessoa é inteligente, a primeira coisa que ele pessoa faz é procurar ver o meio e o desenvolvimento da vida das pessoas, como é o pronunciamento da vida das pessoas, como é que as pessoas levam sua vida e quando é período de tempo ele está totalmente preparado.... (o telefone toca e ele atende) e, eu vou me adaptando, vou vendo a tua forma de tua educação e eu vou perceber que essa

educação que eu receber de você, sem você me ensinar, mas pela prática de tua vida vai me levar á alguma coisa, vai me desenvolver, vai me fazer eu comunicar melhor com uma pessoa de nível... de linhagem melhor e, com isso eu abro um campo de conhecimento e daqui a pouco tempo eu estou, quem sabe, até envolvido e preparado para entrar dentro daquela classe –foi o caso que aconteceu comigo foi isso.

Falo: _ Mas, no caso, assim, de interromper uma ação. Por exemplo, a sua igreja, por falta de recursos, por exemplo, ela é obrigada a interromper uma ação social. E, a comunidade, quer dizer, é beneficiada por essa ação social. E, não tem jeito, a ação tem que ser interrompida porque não há recursos. O que a comunidade faz nesses casos? De que forma ela age?

Alberto: _ *Se ela precisa daquilo e não tem? Se chegar ao conhecimento de qualquer pessoa da comunidade ou de uma pessoa individualmente... ele vai procurar resolver o problema daquela pessoa. Vamos dizer, aqui, tem pessoas que para ter um emprego precisa de um documento, de conduta. Aí, vai em alguns lugares, eles não dão. Aí ele vêm aqui, pedir. Aí se faz o levantamento, do que ele sabe, do que ele quer, diz tudo, faz-se a carta de recomendação, pega o carimbo da Igreja, carimba, assina, e dá àquela pessoa.*

Eu: _ São ações mais individuais, né? Eu digo assim, por exemplo, o cheque-cidadão ou qualquer outro programa desse tipo... de repente, ele é interrompido, não sei se já aconteceu. E, aí? A comunidade faz alguma coisa?

Alberto: _ *O que a comunidade faz, é o que ela está fazendo agora, o que está fazendo agora. Os líderes – porque em todo canto tem que ter uns líder. O povo foi criado 40 anos por um líder e o povo, seja ele de onde for, tem que ter um líder. Você vê que no meio de uma família, não sei sua família, eu sei da minha que eram 7 filhos, mas no meio de 7 filhos tem um líder, que os outros atendem mais àquela pessoa, né? A mesma coisa é as tribos, é as comunidades... (o telefone toca).*

Interrompo a gravação.

Ele continua: _ *mobiliza o povo, que bate na porta da prefeitura, vai para a porta do governo estadual, onde for necessário.*

Eu: _ E, a própria Igreja, numa situação dessa, o que ela...

Ele responde: _ *A Igreja orienta o povo. Se por um acaso o cheque-cidadão é de um membro da Igreja, ele vai procurar enquanto resolve aquilo, solucionar aquele valor prá o membro daquela Igreja, prá o membro daquela Igreja.*

Pergunto, confirmando: _ a Igreja, então, tem uma ação direta, se eu entendi, se está certo, de ajuda (ele diz: _ só para os membros) para a população, quer dizer, ela orienta...de uma forma direta só....

Alberto: _ *somente ao membro da Igreja. Quando tem mais, como eu já falei, aí dá para os de fora.*

Pergunto: _ Prá levar adiante as suas ações, a sua entidade recorre a algum programa governamental, tem algum apoio político?

Alberto: _ Olha, o Programa que nós temos é o Programa Curumi, do Estado, que através do Garotinho, e agora ninguém sabe se vai acabar porque a Benedita já acabou com 80, 80 projetos Curumi já acabou, agora ninguém sabe, cheque-cidadão também já tirou, tirou o leite das crianças, ela tá fazendo um estrago.

Eu: _ Pois é, ainda nesse caso, não se reúnem, não protestam?

Alberto: _ *O povo fica sem, fica sem nada, o povo fica sem nada, fica sofrendo. Onde acabou, acabou. Eu passei lá , lá em Acari, num lugar chamado Fazenda de Acari...o povo lá é mil e quinhentas pessoas, em crianças e adultos, estão morando dentro da lama junto com os animais. Tá lá prá quem quiser ver, eu fui lá e vi. Porque quando me falam uma coisa...eu gosto de ir prá mim ver, prá mim falar, porque a mim me cabe*

falar porque eu tenho ajudado a eleger esse povo e tenho que falar contra eles quando eles estão errados, porque foi assim que houve com os profetas. Os profetas não pode se juntar ao governo e ficar dando apoio às coisas erradas, como muitos pastores, muitos protestantes que tem lá no Congresso Nacional vem fazendo. Ele tem que protestar, ele pode perder aquelas iguarias que poderia receber do governo, mas ele perde, mas ele tá trabalhando em prol do povo, com necessidade. Então, a gente tem que falar e, então, a gente orienta o povo e o povo faz e tem outras vezes também.... pelo menos o cheque-cidadão se deu bem: fizeram aquela manifestação de quase três mil pessoas na frente do Palácio e ela vai continuar dando o cheque-cidadão. Ela falou na televisão que já deu ordem aos supermercados prá receber o cheque-cidadão que hoje vai ser entregue. Manifestação do povo, tem que ser o povo na rua. Faz-se o melhor meio prá não acontecer isso, mas se não tem meio, tem que enfrentar, tem que enfrentar. A luta que vem, vem do princípio, né? Quando os Medianitas atacavam o povo judeu, que eles eram mais populosos. Então, tinha que reagir. Levantava-se homens que tinham coragem e chamava o povo, saía prá luta. Como aconteceu com Sanção, como aconteceu com __Gedião(?)__ lutou contra aquele povo e libertou o povo. Agora, sempre tem que ter líder, sempre líder amostrando que não deve partir prá violência, deve sempre ir dentro do diálogo prá ver se consegue...

Eu: _ O Sr. acha que essa é uma característica mais nova... esses movimentos sem violência, ou sempre foi assim?

Alberto: _ *O movimento sem violência, ele é mais demorada, mas em recompensa não existe tempo de vidas... porque numa luta quanto menos se gastar vidas é melhor, é melhor. E, se não gastar nenhuma é melhor ainda. Porque conflito não leva à nada. Os conflitos não vêm da parte de Deus. Os conflitos de crime, de matança, disso... não é... isso é do anjo do mal prá destruir o povo. Então, muito melhor, vamos dizer, você ser uma líder, com duas ou três ou quatro mil pessoas, e orientar esse povo e esse povo sair para enfrentar _ 'Eu quero casa, nós queremos casa!' Tem uma resistência de 5-6 meses que consegue as casas, o governo não vai agüentar. Isso foi um ensinamento de Jesus. Jesus disse que uma mulher viúva tinha um caso prá resolver na justiça, mas ela não tinha dinheiro prá gastar. Então, todo dia, ela ia falar com o juiz. E, o juiz dizia que sim, mas deixava prá lá. E, quando foi um dia, ele disse: _ 'Quer saber de uma coisa? Vou resolver o problema dessa viúva prá ela não ficar mais me perturbando'. Aí resolveu o problema dela. Justamente as autoridades... elas não quer viver perturbada por causa do nome deles nos jornais, na televisão, e resolve aquele problema. É uma solução que o povo tem é que se organizar, o povo tem que se organizar. O povo tem que Ter consciência política e o nosso povo não tem consciência política!*

Eu: _ O Sr. acha, por exemplo, que uma entidade como a sua é importante nessa questão, quer dizer de orientar o povo prá formar essa consciência, não só no encaminhamento de uma solução direta, mas nessa formação que o Sr. fala?

Ele responde: _ *Nós trabalhamos... nós preparamos aqui e quem vive no nosso convívio, hoje, já participa do nosso convívio, hoje, estão empregados e são líderes nas repartições públicas. Todos que estiveram conosco, podemos dizer, nossos discípulos, todos estão envolvidos na vida política diretamente e outros em repartições públicas assumindo liderança prá defender a classe de onde ele mora e assim por diante. _____ muitas pessoas que nós temos preparado prá isso, sempre dentro da luta, dentro do diálogo, sem conflito, sem essas coisas todas.*

Pergunto: _ E, são pessoas que ficam na comunidade, ligadas à comunidade, elas permanecem ligadas à comunidade?

Ele responde: _ *Bom, geralmente, o povo brasileiro e o povo de outras denominações não é como os protestantes. Os protestantes gostam de construir e permanecer crescendo etc. e tal. Os outros, não. Eles gostam de hoje estar aqui, amanhã já estar em*

outro lugar e assim por diante, mas eles continuam tendo contato com as pessoas a quem deu guarita a eles.

Pergunto: _ A entidade, a Igreja mesmo, sofre algum tipo de limitação no encaminhamento de soluções para os problemas cotidianos dessa comunidade? Ele pergunta: _ *Se ela sofre?* Eu esclareço; _ *É, que tipo de limitação ela sofre, que tipo de limitação ela enfrenta para lidar com os problemas cotidianos dessa comunidade?*

Ele responde; _ *Olha, aqui o que nós sofremos é aquilo que você está sentindo agora, um carro prá ir buscar alimentação (procurar no diário de campo a descrição de tal problema), um carro prá sair colocar um alto-falante sair convidando o povo, avisando o povo de uma coisa necessária. Isso nós temos essa dificuldade. Vamos dizer, ampliar o salão lá em cima – porque essa moça que telefonou agora... ela é uma empresária e ela tá com vontade de fornecer material prá fazer o crescimento, lá em cima, de mais duas salas. Prá ter um projeto que vem trazer 60 pessoas prá aprender profissões por intermédio da Igreja e dessa empresária. E, então, nós vamos ocupar duas salas que já estão ocupadas e vamos fazer mais duas lá em cima e essa empresária vai custear toda essa construção.* Pergunto se para trabalhos manuais, ele afirma que sim. *E, então, o que acontece? Numa hora dessas, nós temos dificuldade prá uma coisa mais simples quando procura... eu mandei procurar um carro, imediatamente encontrou, por causa de que? Por causa que todo mundo vive de olho na Igreja prá Igreja ter qualquer, qualquer coisa que tem em contrário, às vezes, todo mundo estar presente prá dizer _ ‘não! A Igreja está aqui prá ajudar’. Houve um problema aí... entre policiais e essa vida de bandido e... denunciaram a Igreja, denunciaram a Igreja. E, então, veio o delegado da polícia federal, da polícia civil e da polícia militar. Vieram aqui. Chegando aqui, mandamos eles entrar, eles entraram e verificaram tudo, aí disseram: _ ‘Eu não sei porque fizeram essa denúncia’. Fizeram a denúncia porque isso aqui é uma Igreja e nós não aceitamos que as pessoas andem, entrem, armados e a pessoa não se conformou e achou que nós tínhamos, estávamos guardando alguma coisa aqui dentro. Aí, ele foi e disse: _ ‘É mais isso é uma inconsciência da pessoa, que a pessoa pode até ser disciplinado por isso’. Alberto: ‘_ Não, acho que não deve’. Eu acho que os Srs., como autoridade, não deve... Se ele está aproveitando essa oportunidade do que houve da morte do rapaz e nós não deixamos entrar porque tá armado, ele telefonou, denunciou, deixa prá lá. O que interessa é vocês saberem que isso aqui é um órgão que trabalha prá libertar e prá tirar esse povo do crime’. Aí, eles saíram, foram embora... (o telefone toca, mas não há interrupção). Então, é, assim, que nós temos, às vezes, alguma dificuldade, isso Agora, em ponto de perseguição sobre as pessoas que têm costumes maus...*

Interrompo: _ Não, mas prá encaminhar soluções, prá lidar com esses problemas mesmo. Quer, por exemplo, arrumar mais bolsas prá alimentação... né. Quais são os tipos de limitação que....

Alberto: _ *a gente procura, a gente procura os Secretários, que por acaso, trata do assunto, que agora eu falei - (eu digo: _ da Secretaria de Ação Social) – a gente vai, conversa com eles, ver quais são as possibilidades. Às vezes eles chamam a gente para participar do movimento e tira uma quantidade.*

Pergunto: _ O Sr. poderia me falar de alguma ação social, que o Sr. lembra, bem sucedida, que entra a comunidade, a Igreja, encaminhamento....

Ele responde: _ *Sempre esse Natal sem Fome criado pelo Betinho. Esse nós sempre somos chamados e ainda esse natal passado, nós fomos chamados, e ainda tivemos duzentas bolsas.*

Eu pergunto: _ E, é uma experiência bem sucedida?

Ele responde: _ *É..., muito bem sucedida, porque já é tudo bem feito, já acertado. Agora a gente tem que participar prá trabalhar, prá ajudar. Mas, aí, tira aquela quantidade, traz e faz aquela ajuda àquele pessoal.*

Eu: E a Rede de Solidariedade nesses movimentos maiores. Que tipo de contribuição – não só a questão da troca, como o Sr. já falou, a troca de conhecimento... – mas que tipo, esses encontros maiores, interestaduais, intermunicipais, até internacionais mesmo, de movimentos sociais, que tipo de contribuição que o Sr. acha que isso pode trazer?

Ele responde: *_ Olha, por enquanto, aqui prá nós... eles têm dado a contribuição... por acaso, nós vamos fazer uma reivindicação a Prefeitura e... às vezes nós não temos uma redação técnica prá satisfazer a Prefeitura. Nós fazemos o pedido, levamos ao Cepel, passa por pessoas técnicas e dali nos entrega e a gente vai então...Então, é uma cooperação muito grande. Nós mandamos carta para o exterior, solicitando ajuda do exterior, por exemplo, Finlândia e Noruega. Então, nós não temos pessoa que conheça inglês. Então, o prof. vvvvvv vai e faz aquilo ali tudo, prepara aquilo ali e nós mandamos... Pergunto se já conseguiram algum tipo de contribuição, ele responde que sim: *_ Já, esse prédio foi construído com a ajuda da Finlândia, Finlândia, Noruega... olha o retrato deles ali. Estados Unidos... isso aqui veio presbitérios completos, presbitério é 20 pessoas de uma Igreja. Chegamos aqui, na rua iiiiii em 89... aí a gente arranja o dinheiro, prepara tudo e faz. Agora mesmo, agora mesmo, tem um professor, que ele quer que a gente compre um terreno grande prá fazer uma Igreja fora daqui, fora daqui, ali pela rua dddddd, indo por essa baixada aqui perto. E, então... se a gente comprar o terreno, nós vamos se comunicar com o Estrangeiro e vamos construir um templo para quinhentas pessoas... Pergunto prá quantas pessoas é o templo onde nós estamos. **A PRIMEIRA FITA TERMINA.****

Alberto continua: *O pastor, o presidente, chama-se ZMD. Ele é um intelectual. Hoje, ele dá aula na Faculdade de TH. É um dos diretores de lá da Faculdade. E, quando foi em 1984, ele foi dar aula no Cccc e sempre me deixava como vice-presidente, sempre eu era o vice-presidente, sempre eu era aquela pessoa que quando ele saía, eu assumia. Todos os trabalhos na justiça, inclusive que ele deixava a procuração. Homem muito bom, ele foi pastor aqui 20 anos, foi ele quem trabalhou com engenheiro, junto prá gente construir isso. E, então, quando foi em 84, havia um problema na Igreja, a Igreja tinha muita gente e existia uma reclamação na Igreja: falta de santa-ceia, falta de batizado - criança que nascia e não tinha quem batizasse – , pessoas se convertiam, pediam o batismo e não eram batizado e, então me pediram como vice-presidente que fizesse uma Assembléia Geral prá ser colocado duas pessoas prá disputar a eleição para ser chamado, como Paulo chamava, co-pastor, co-pastor, pastor auxiliar e a Assembléia de Deus, a Constituição Presbiteriana, da poderes para isso. E, então eu convoquei a Assembléia e coloquei um outro presbítero para dirigir, no caso, o 1º Secretário do Conselho, para dirigir para mim não participar, para não haver qualquer tipo de influência minha. E, eu e o outro candidato, chamado presbítero AFS, se arretiramos da Assembléia e lá dirigiram... (um alto-falante em volume alto passa pela rua – Alberto se levanta para fechar as janelas) E, então, tinha esse doutor que eu falei, que era de São Paulo, e, ele ajudou a encaminhar a Assembléia Geral e a Assembléia Geral foi escolher entre os dois, dentro da Bíblia – que foi escolher entre Matias e outro, Matias foi escolhido – e, então colocaram em votação e a proposta que houve é que eu era o mais velho e deveria ser o eleito. Então, o próprio candidato da oposição, que ia concorrer, votou em mim mesmo e, o que aconteceu, foi que eu ganhei por unanimidade. Então, foi preparado uns documentos da Assembléia, quando o reverendo QQ chegou, foi entregue esse documento – a Assembléia Geral entregou a ele, o Conselho entregou a ele – e, ele, imediatamente, sancionou, assinou e mandou para o presbitério – porque ele é uma pessoa muito democrática, ele sempre foi um amigo pessoal e espiritual muito bom. Aí, ele foi, marcou com o presbitério a minha ordenação para o dia 08 de junho de 1985, que é quando eu completava anos, também. Aí, eu fui ordenado pastor até o dia de hoje. Ele teve conosco até 95, ele teve conosco*

até 95, mas aí ele foi nomeado para ser reitor lá na Faculdade de Juiz de Fora. Aí foi feito uma Assembléia, também, e perguntou a Igreja se a Igreja queria me reeleger para ficar comigo como pastor efetivo. Aí a Assembléia reelegeu como pastor efetivo e eu fiquei até hoje. Foi essa a minha história de pastor. É dentro daquela história que eu comecei falando a você, que eu procurei me adaptar com os costumes das pessoas que, vamos dizer, da sociedade. Porque você sabe que... as Igrejas Protestantes, a maioria dos seus membros são intelectuais, professores... então, eu procurei me adaptar e colocar o estudo da doutrina, da denominação, o respeito à ordem que existe e, com isso, Deus me deu o privilégio de ser pastor. Já fui moderador, presidente do presbitério, presbitério é que reúne muitas Igrejas, eu fui presidente. E... construímos outra Igreja lá em CE e foi assim que meu Ministério Pastoral começou e eu estou até hoje. Agora tenho dois pastores comigo me ajudando, Pastor T e o Pastor V, estão aqui conosco, mas trabalham fora, na Evangelização, mas sempre estão aqui conosco, trabalhando, estudo, essa coisa toda...

AGRADECIMENTO E FIM DA ENTREVISTA.

TRANSCRIÇÃO DA FITA F – EBNTREVISTA COM Tereza

LADO A

Tereza falou algum tempo com o gravador desligado. De sua fala, extraí as seguintes questões:

Identificação: retomo no final da fita

Instituição: Grupo SS e Igreja Evangélica

O Grupo SS: surgiu em 1984. Trabalhavam no hospital e, posteriormente, com o governo. No início o trabalho era tocado na procura de tuberculosos para o encaminhamento desses. Ela é tesoureira. São 4 membros. A discussão delas, hoje, é a do desemprego. Trabalho de casa em casa; conversa, apoio, distribuição de remédios caseiros, alternativos.

-O trabalho da Igreja é um trabalho voluntário. A Igreja trabalha com a distribuição de comida e cobertores durante a madrugada. “*A Igreja não quer que seus fiéis passem fome*” – um trabalho muito assistencial.

A comunidade se mobiliza, se organiza. Ex.: do problema com abastecimento de água na região e durante a ameaça de interrupção da distribuição do ‘cheque-cidadão’.

A TRANSCRIÇÃO DA GRAVAÇÃO

Eu: _ mas, então, a gente estava falando um pouco da questão espiritual, a Igreja parece que não tem condição, nem um programa de ação social mais amplo, né (Ela: _ *não tem não*). _ Agora, a questão espiritual...

Ela: _ *é, o alimento das pessoas, porque quem vai prá Igreja no Domingo, nos cultos, eles vão prá ouvir a palavra e eles se alimentam com a palavra. Todas as pessoas... enchem a igreja de pessoas, porque cada vez que eles vão tem uma palavra que eles... que é prá eles, prá cada um de nós que vamos lá prá igreja. Então, quando a gente se apega, lê a bíblia, e começa a se alimentar com a palavra, a gente tem mais força prá resistir às outras coisas que vem. Quando eu era católica, eu fui católica 58 anos e 8 meses, eu era dedicada, mas, depois que eu fui ser evangélica, eu comecei a entender a palavra, porque lá... eu escutava, mas a gente bebia, fumava, fazia coisa que não devia. E a pessoa que fuma, que bebe, ele não tá ofendendo a Deus, ele tá ofendendo a si próprio, porque o nosso corpo é templo do Espírito Santo e, se a gente faz as coisas erradas com ele, o Espírito Santo não pode habitar naquele corpo que tá todo... e aí a gente vai vendo pela palavra que a gente pode se concertar. Não é porque ofende a Deus, que a gente fuma, ofende ao nosso pulmão; não é porque ofende a Deus que a gente bebe, ofende porque dá cirrose, a gente morre mais depressa.. .então, a gente vai compreendendo aquilo ali, porque os vício são carnal, são coisa da carne e o espiritual da gente, ele tem que ser alimentado com a palavra de Deus, porque Jesus Cristo, quando ele veio, Ele via essas coisas erradas toda, mas Ele mostrou que era um Deus, que tinha poder. Então, Ele curou cego, Ele fez tudo prá mostrar que Ele era Deus. Então, quando a gente vê, quando tem a pregação que tá mostrando que a gente tá errada, a gente vai e se acerta: tô errada assim, Deus não tá... Deus, ele ama todo mundo, todo mundo, seja ele quem for, mas se a gente tiver errado, a gente sofre pelos erros da gente. Quando a gente...eu tenho um filho, que ele tava alcoólatra, e eu toda Segunda e Sexta-feira fazia a oração e orava por ele, não fazia nada, só orava e Deus se compadeceu e tirou ele da bebida. Ele, hoje em dia, tá servindo a Deus, tá na igreja, ele sabe que ele era um perdido. E, ele, já aconselha outras pessoas a viver diferente, porque a gente, aqui na terra, nós não somos nada, nós passa por todas as aflições porque nesse mundo jaz o demônio, ele faz tudo prá pisar a gente, prá botar a gente no mal caminho. Se a gente tá escutando uma palavra certa, aí, ele, vem e diz, já coloca na nossa mente tudo errado!, que é prá poder ganhar a gente, mas ele não ganha porque ele já perdeu prá Jesus, já tá debaixo do pé dele. Então, quando vem essas explicações*

prás pessoas, eles vão se entregando e convidando outras pessoa. Então, é por isso que a igreja é cheia hoje em dia, porque são alimentada pela palavra, se não tivesse proveito eles não ia lá. Mas, eu acho que eles vão porque eles gostam porque eles acham que aquilo tá bom, tá sendo. E, sobre a situação física da gente, o sofrimento, não é porque Deus quer que a gente sofra, porque todo sofrimento da gente, Jesus já levou quando Ele teve aqui, mas é que a gente continua sofrendo porque no mundo a gente passa por aflição, até Jesus Cristo, quando Ele veio, Ele passou por aflição, porque Ele morreu, foi morto – se Ele viesse agora, ainda seria pior, porque as pessoas tá mais rebelde do que naquela época, tem muita gente rebelde.

Eu: _ A participação na Rede de Solidariedade, quer dizer nessa reunião nossa – nossa não, de vocês, porque eu já... eu tô longe, né... se eu voltar, eu continuo, mas, agora, tô lá em Minas. – a participação na Rede Solidariedade veio com o grupo SS e não com a Igreja, é isso, né? O grupo SS, o quê que ele busca na Rede? O quê que a Sra. acha que o grupo SS busca nessas reuniões da Rede?

Ela: _ *A gente... a gente tamo nesse grupo, nessa Rede, querendo parcerias, querendo aprender mais com outras pessoas, porque tem outros grupos que não sabem o que nós sabemos, nós passa prá, eles passa prá nós, também, o que eles sabe, é uma parceria. É a gente viver junto, porque todos grupo que tá na Rede passa por essa falta de...por essa pobreza, por essas coisa....(eu: - convive com a pobreza, é isso, os problemas da pobreza?) Ela: _ é, os problema. Tem o grupo Cresam, o Cresam trabalha com a saúde da mulher. Então, o SS trabalha com saúde – geral, não é só de mulher. Mas, eles se precisa de nós, nós tamo prá ajudar o Cresam e o Cresam prá ajudar a gente, porque quando a gente precisa fazer um exame preventivo, uma coisa, a gente vai no Cresam e lá eles arrumam. Quando eles precisam de umas erva, nós...eles vai com a gente, nós faz parceria. É mais por isso, prá viver mais e... ser solidário um com o outro.*

Eu: _ Mas, com os problemas que vocês enfrentam enquanto grupo ou com os problemas da comunidade?

Ela: _ Com os problemas do grupo e os problemas da comunidade, quer dizer, o grupo também passa por muitas coisas e se unindo é melhor. E, as comunidades, quando a gente precisa, certo, chega numa casa que a gente visite que haja uma pessoa que precisa de ser atendido sobre conselho de mulher... é por aí.

Eu: _ A Sra. não tem um exemplo, prá me falar, o que a Rede, por exemplo, com essa troca de experiências, pode ajudar o SS de alguma forma?

Eu: _ *Ahhh... essa Rede... que tem o pessoal daqui do Cepel, que faz parte da Rede, e eles são assessores que assessoram esses grupo que tá junto com a Rede, assessora o SS, assessora o Cresam, o Verdejar, tudo são assessorado pela B, era quem assessorava nós era a D, esposa do X, eles dois, mas depois passou prá B – tem uns 3-4 anos que tá com a B – e... a gente somos bem sucedido com ela porque alguma coisa que necessita, eles faz com que a gente possa obter. Nós tivemos uma ajudinha de fora que ajudou muito, tanto ajudou o Cresam, foi 5 grupos que foi ajudado por uma verba que eles arrumaram, que eles fizeram, como é que é? um projeto e esse projeto veio prá Ensp e aí ajudou a gente – foi três parcelas de... eles pagou em três parcelas, deu três parcelas prá nós. A primeira parcela nós comprou aparelho de pressão, compramos nebulizador, compramos termômetro, compramos uma porção de coisas que ajudou muito a gente. A Segunda parcela, nós compramos panela, compramos uma geladeira, que nós não tinha, compramos uma porção de coisa, também, - ajudou muito – compramos um liqüidificador industrial, compramos uma máquina de costura prá a gente costurar os saquinhos prá bota as plantas, uma porção de coisa mesmo. Na última parcela, que foi agora, esse ano, nós compramos foi material prá fazer a cozinha, uma cozinha digna prá trabalhar e tá sendo feita agora em julho, fazer o piso, fazer a parede... (pergunto: - isso é uma verba de um projeto, né?) ela: _ foi de um projeto, isso ajudou bastante a gente... (pergunto: mais até o Cepel do que a própria Rede, né, mas*

e essa troca de experiências, mas alguma coisa que um grupo, como o Cresam, o Verdejar, qualquer que seja o grupo, a Sra. consegue me contar alguma experiência que teve essa troca, né, troca de experiência mesmo e que eles puderam ajudar o SS a resolver algum problema que tava trabalhando...) Ela: *_ assim... lá no... PP tem o Pastor, esse Pastor, ele ajuda bastante orientando a gente como é que a gente deve fazer porque ele também toma conta de criança... Pastor K, ele...ele orienta, Na própria Rede, com as conversas dele, ajuda a gente, porque a gente vai procurar, conforme ele explica ali na Rede, na conversa dele, a gente somos ajudado com aquelas conversa, procurando... experiência de trabalho que deu certo e que serve prá gente. É nisso que tem ajuda, é sobre a conversa, ele conversando – ele mesmo não... – mas ele explicando como é que aconteceu, a gente vai... somos ajudado com isso, tem ajuda. Essa Rede, ela tá devagar, quase parando porque tá mesmo, as pessoas...tem vezes, que tem 3-4 comunidades, às vezes vem duas, às vezes não vem quase ninguém, mas a gente vai prosperando... (eu: *_ mas parece que tem hora que incha de novo*) Ela: *_ aí vai voltando, eles vão se animando, a gente não pode desistir, tem que insistir, mesmo que seja três, onde tiver dois ou três ali, tá fazendo qualquer coisa. Eu nunca perdi uma reunião, porque eu sei que é de proveito, porque, às vezes, se eu perder, alguma coisa vai passar ali e eu não tiver, eu não vou aproveitar, então, eu venho.**

Eu: *_ E, como a Sra. acha que essas discussões que acontecem na Rede; a Sra. acha que elas chegam lá prá comunidade, lá prá ; chega lá na MM; de que forma que chega?*

Ela: *_ De que forma: nós temos o jornal, que sai as coisas.... que sai nesse Sinal, O Sinal vai prá comunidades, aquelas que pedem, lá na MM tem o jornal e tem eu que assisto e falo prá eles.* Eu: *_ E, lá no GG também vai?* Ela: *_ No GG também vai.* Eu: *_ Porque a MM é onde a senhora mora e o GG* Ela: *_ É onde mora a Na; é onde tem a Sede... Eu: *_ é onde fica o SS... Ela: *_ e tem, também, o PP que tem a presidente que é Ca e tem... o CC e lá o GG mesmo, que é a Ta.* (Pergunto se vai prá Igreja Protestante também. Ela responde que não, só prá católicos). Pergunto se são as 4 componentes. Ela responde: *_ São cinco. Uma comunidade tem duas e três comunidades só tem uma de cada, aí, são cinco.* Eu: *_ e, vocês dividem as tarefas, também em cada comunidade, quer dizer, a Sra. faz parte....* Ela: *_ É, elas trabalham na comunidade delas – teve uma época que nós fizemos um trabalho de... do HIV que a gente fizemos troca de experiência, foi a MM trabalhou com o PP e vice-versa, né, porque era um trabalho só sobre... nós trabalhamos 1 ano, distribuindo, explicando (pergunto: *_ distribuindo o quê, camisinha?*). Ela: *_ ahn, distribuía camisinha e dava explicação, nós fizemos 1 ano, de casa em casa.****

Eu: *_ Na questão da alimentação, vocês não têm nenhum trabalho, assim, com a comunidade, algum projeto, ou já teve algum projeto?*

Ela: *_ Já teve, já teve, já teve essa... alternativa, né, a gente já trabalhou com isso, com alimentação alternativa.* Pergunto: *_ Foi há muito tempo isso?* Ela: *_ Foi logo no começo. Depois era EE que fazia, que trabalhava mais, né, porque do grupo as que sabe passa prá outras que não sabem, então, ela saiu do grupo, não quis mais ficar, aí, nós também não... Tem o BJ também, distribui prá lá prá comunidades deles, né... também trabalha... (pergunto se distribui alimentação, ela confirma) ... todos nós trabalha com alimentação. Eu trabalho prá Igreja e eles trabalham com a Igreja do BJ, é Ca, né, trabalhava aqui em cima, com a Igreja de Santo Antônio, de São Vicente, de São Vicente trabalhava Ca e mais duas que era do grupo, mas aí saiu as outras, Ca também nunca mais... mas tem trabalho de alimentação lá, só não é da gente. Do GG também trabalha lá no BJ com alimento, distribuição de bolsa também.*

Eu: *_ Mas é mais a distribuição... porque eu tô entendendo, assim, eu tô tentando ver, parece que tem mais a questão da distribuição, da assistência, né, mas algum programa, assim, alguma luta, né, alguma luta mesmo com o governo, prá ampliar, prá gerar renda, quer dizer, prá, então, essas pessoas poderem se alimentar – isso me parece que não, não*

tem. Ela: *_ não, não, nós não tem esse trabalho, ainda.* Eu: *_ Nem no SS e nem na Igreja.*

Ela: *_ Nós tamos num projeto dessas horta, mas até a gente plantar prá ... poder alimentar as pessoas com verduras, essas coisas, isso ainda é projeto, por enquanto não tem nenhuma alimentação, assim, que a gente possa oferecer, porque não tem! Que a gente possa fazer com o quê... nem tem... nem prá brigar com o governo, prá dar, nem com esse ___? ___ porque não dá. Quando, quando o Garotinho procurou as Igrejas prá distribuir os cheques-cidadão, é porque ele também não ia pagar prá... as Igrejas faz voluntário, faz de graça, então foi lá prá Igreja DD, mas a Igreja DD não... não, porque a Igreja DD, como Igreja, como pessoa espiritual, ele via a fome não era só quem tinha criança, via o velho que já não pode mais trabalhar, então... fez o cheque prá aquelas pessoas que tinha idade também. Aí, veio o inspetor de lá e tirou 28 pessoas. Então, o pastor disse, *tira o resto, porque eu não vou ficar aqui, me desmoralizando, porque as pessoas pensam que eu que não quero dar e estão passando fome, então... pode tirar.**

Eu: *Então, no começo, a Igreja DD estava, por exemplo, nesse projeto?* Ela: *_ Tava, tava nesse projeto. E, depois, foi prá Igreja BG, esse projeto tá lá até hoje, mas, o pastor de lá disse que quem, na Igreja dele, manda é Jesus e ele, não é governo. Se ele visse...se ele fosse fazer a sindicância nas casas e visse quem tava necessitado e deu, não vai tirar prá dar outro que tá...tirar de um prá dar outro, que é isso?* Eu: *_ mas, acontece que tiram, não tiram? E como é que ele faz nessa situação?* Ela: *_ Tiram, tiram. Mas, escuta, lá eles tira se descobrir que a pessoa não tá no padrão, lá no Grotão, isso é o Grotão que faz...lá na Igreja do, nas Igrejas que... então, se viu que aquela pessoa teve o CPF, descobre que a pessoa ganha mais, que dá prá...aí eles tem que tirar, porque se dá prá... aí quem faz sindicância em outro e vê que o outro tá mais necessitado, passa pro outro, o negócio é esse. Porque quando a gente tava lá, de reunião da Rede, a Silvia sempre falava que eles tiraram..., eles tiram mesmo! Mas eles tiram quando eles descobrem que a pessoa não tá precisando, precisa mas não é tanto. Porque deu prá quem tinha o salário mínimo, que é prá ajudar, então se a pessoa ganha 4 salários, como é que ele tem?* Eu: *_ Mas não é só o salário, né, Tereza, é o salário, é filho, é número de filho...* Ela: *_Então, escuta bem, mas e aí, se ele descobriu que aquele ali tinha mais - tá errado porque ele tem o salário que dava prá comprar as coisas pros filho; tem dois filhos trabalhando; tem outra pessoa, já é mais, não é um salário só – e ele só deu prá quem tinha um salário. Aí, depois, ele mudou prá botar duas crianças estudando, que é prá poder o padrão...a coisa...a gente saber que tinha um padrão, saber que tinha um padrão, não era prá qualquer pessoa que chegasse lá. Mas, isso não é uma coisa provisória, gente? Isso vai acabar! Ninguém fica apegado nessas coisa, não! Eu falo com as pessoas *vocês tão apegado nisso aí, em cheque-cidadão, em cheque de material de escola, de R\$15,00, isso é uma coisa muito....* lá pro nordeste tá tudo muito certo, que venha um programa desse, que dê R\$15,00 lá pro nordeste, porque, aí, eles vão comprar lápis mesmo, comprar as coisa que é prá poder as crianças estudar, mas aqui no Rio de Janeiro?! Isso aí...né, uhn! Correr atrás prá dar prá crianças estra...dá na mão das crianças os R\$15,00, que R\$15,00?* Eu: *_ E, a Sra. quando conversa sobre isso, conversa nessas visitas que a Sra. faz?* Ela; *_ Converso! Explico prá eles, *isso é só provisório, é uma coisa provisória, vocês tão tudo correndo atrás de uma coisa, passam noites na fila prá arranjar uma coisa que...de repente, acaba. Vocês têm que procurar uma coisa... uma luta, prá trabalhar, prá vocês ter emprego. Que que vale a pena? Se acomoda tudo com uma cesta de 100,00, fica todo mundo acomodado. Aí, quando acabar? Dessa vez...agora, que teve essa falta que paralisou, ficaram tudo doido! Correram prá lá, prá acabar com a Benedita, coitada.** Eu: *_ Pois é, aí, eu fico pensando, assim: a questão da alimentação, a gente escuta falar ‘a alimentação é um direito’; a alimentação é um direito?; a Sra. acha que a alimentação é um direito do ser humano, enquanto direito, é um direito? Por quê que a alimentação seria um direito?*

Ela: *_ Se a pessoa não se alimentar, vai viver? E as pessoas vivem... isso aí é uma coisa lógica que... que os presidente, os governo, as pessoas que governam, devia ver! Tanto a prioridade da saúde, porque sem comida como é que a pessoa vai Ter saúde? Se a pessoa não se alimenta, ele vive, mas vive fraco e, e... morre mais depressa. Eles tão querendo que se acabe mesmo, que fique pouquinho gente, mas... (risos), mas não dá não, nós somos criaturas de Deus, Deus é que sustenta a gente! Se não fosse Deus sustentar... quando gente já tinha morrido, gente pobre, que não aparece nada... porque a vaidade tá acabando com o povo – quem era médico, queria chegar até lá, na classe alta; os pobres queria chegar pelo menos na média e, aí, no final, agora, na época de hoje, eu só vejo pobre... e rico. Eu acho que só tem pobre e rico e os caídos, as pessoas aband... jogadas, porque quem tem o salário mínimo é o pobre do salário mínimo mesmo, pobre do café, porque só toma café e pronto. Tem família que almoça e não janta, porque não tem com o quê. Por que? Porque o dinheiro que eles dão, o salário, não dá prá viver, comer. Eu: *_ A Sra. acha que então, quer dizer, passa pela questão do salário, né (Ela: *_ É.)*– quando a Sra. fala, assim ‘os governantes tinham que ver’... (Ela: *_ Tinha que ver que*), quer dizer, é a questão do salário e não a questão da doação? Ela: *_ Não, quem doa... como é que pode? Ele tá doando R\$100,00 prá 60 mil famílias. E, só tem 60 mil famílias precisando de R\$100,00? E as outras? Mas ele... com... com o governo, como pessoa, ele teve esse pensamento de dar, de ajudar (digo: esse governante, né?) ... *_ é, esse. Se os outros pensassem também, a coisa ia melhorar. Se lá no no ... na Presidência, no que é geral, Brasil, no governo, presidente, né, porque o governo é o dos Estados... mas se o Presidente pensasse que a pessoa não vive com menos do que R\$2.000,00 (dois mil reais), ele... pensava... porque ele ganha dez mil, vinte trinta mil, ainda diz que não tinha, ___? ___ e, ele é melhor do que eu? Ele é igual a mim! Se ele se alimenta bem, nós também tamos precisando se alimentar. Se entrasse um presidente lá que pensasse bem, porque nesses Estados por aí, nesse...lá prá fora, pros estrangeiros, tem lugar que paga o salário direito. Se eles pelo menos visse, tomasse um modelo prá eles fazer, no Brasil... Eu: *_ porque alimentação é um direito, realmente. E, o restante, tem outras necessidades, né, como é que faz prá cobrir as outras necessidades? Como é que a Sra. pensa as outras necessidades? Ela: *_ E, as outras? Vai andar pelado no mundo? As pessoas... vai andar... Um carro é um direito de todo mundo possuir; uma boa casa, uma boa moradia é prá todo mundo, não é só prá eles, não, é prá todo mundo, mas tá todo mundo pelas favela. Na favela, tem gente de todo tipo, não é só o pobre que tá lá caído, não. Tem gente que ganha bem, tá lá, tomando o lugar da gente, porque eles são olhudo, mesmo. Tem pessoas que ganha muito bem e tá morando na favela e na favela tem gente que mora bem à beça, tem casa boa e tem outros que vivem caindo aos pedaços. Mas ninguém vê o sofrimento dos outros, é difícil, muito difícil. Agora, se aparecesse quem lutasse, lutasse, se juntasse um grupo todo... agora, depois que mataram esse Tim, os presidentes de Associação tão muito unido, porque eles tão condenando a Penha. Eles... em vez de fazer uma passeata na Penha – que foi lá que mataram - , foram fazer lá em baixo. O quê que tem uma coisa com outra? Aí, eles...,os presidentes, se revoltaram e fizeram um Seminário e nesse Seminário o pau comeu. (Eu: Ah! Foi?) Ela: *_ Foi, aí, agora, já tão mais bem quisto. Quando foi sábado..... (Eu: *_ sobre a questão da violência...)* Ela: *_ da violência, eles tem que... porque eles tão achando que as pessoas estão sendo discriminado quando fala que mora na Penha, o quê que tem uma coisa com outra? Tem, o zelo, mas, também, em todo canto tem. Agora, eles tão fazendo reunião, os presidentes, porque isso não pode ficar assim, desmoralizar um bairro.... então, uma coisa que tem prestígio, porque nós somos... não mora não é bandido, não, gente. E no morro não só mora bandido. Então, prá acabar com essa violência, eles tem que abrir frente de trabalho pro povo trabalhar, porque a maior parte das crianças, quando eles se criam, já vai atrás desse negócio que dá dinheiro, ___? ___, aviãozinho... (digo *_ as drogas)*********

Ela: *_ então... eles tem que fazer um meio de abrir frente de trabalho prá pessoa trabalhar.*

Eu: *_ Isso, nem a Igreja... a Igreja, a Sra., quer dizer, ela não trabalha com essa questão da frente de trabalho?*

Ela: *_ Não. Eles só fazem conforme eu te falei. Eles arrumam, quando eles pede prá pessoa, um trabalho, quem tiver uma vaga prá dar uma pessoa que tá necessitado, mas não trabalha, assim, em prol de política.*

Eu: *_ O SS tem algum tipo de parceria com algum programa do governo, não? Já teve no passado e, agora, tem essa perspectiva de ter as agentes de saúde... tem algum trabalho, hoje, que tem alguma parceria, que recebe alguma ajuda de algum programa governamental, não? Ela: *_ Não.**

Eu: *_ Me conta uma coisa... tem essa Rede Solidarietàade, né, pelo que eu entendi a Sra. falar, o objetivo é mais essa troca de experiências mesmo, né..., mas, aí, tem esses encontros grandes, de movimentos sociais, esses encontros interestaduais; às vezes até Internacionais, como foi o Fórum no ano passado, né. Como é que a Sra. vê, qual a importância disso prá senhora, pro grupo de trabalho?*

Ela: *_ Bom, nós fazemos bastante reunião, mas é só sobre a saúde alternativa. Troca de experiência com as outras pessoas, tem estadual que é, agora, no dia 24 de agosto, nós vamos ter o nosso encontro – (eu: *_ encontro de, pessoas que trabalham com isso – medicina alternativa, é assim que chama?) Ela: *_ É, é. com esse trabalho alternativo, que nós trabalha com erva. As reuniões grandes são só assim. Tem, tem... tem médico, tem padre, tem pastor, é misto, misturado. Mas, a gente só vai, nosso objetivo é, é saúde.***

Eu: *_ mas, qual a importância que a Sra. vê desses encontros maiores, assim. Quando eu digo importância eu falo ‘poxa, vida!’ Se o governo tem tanto que ver, tem que se sensibilizar com a situação do pobre, principalmente, né, eu fico pensando... será que esses encontros grandes... será que o governo vê esses encontros grandes, porque são muito muito diferentes os movimentos sociais de hoje com os do passado. Hoje, a gente não tem violência no movimento social, né. No passado, a gente tinha movimentos sociais com violência, repressão, também a gente vivia sob repressão. E, aí, eu fico pensando: como é que a Sra. pensa esses movimentos grandes, esses encontros, quer dizer, a Sra. encontra daqui, encontra com gente daqui, encontra com gente lá do Paraná, que encontra com gente dos Estados Unidos, que encontra com gente seja lá de onde for, encontra e tem um movimento, quer dizer, isso aparece ou não aparece; será que é importante; será que não é; como é que a Sra. pensa essa questão?*

Ela: *_ Seria muito pior se não se encontrasse, mas que a gente tem... não tem proveito. Eu não acho proveito, não, porque aqui teve um Seminário, grande... aqui na Ensp, veio gente de muitos lugares, de tudo quanto é lado, era uma maravilha, mas só foi aquilo, dali não surgiu... não surgiu nada. Eu vim nesse Seminário, fiz amizade com as pessoas, mas só naquele tempo, acabou e assim... sozinho, porque não tem ajuda não. Eles procura, quando eles vem, quando a gente vai num encontro, de a gente achar uma coisa que a gente tenha proveito, mas não tem, não, nesses encontros, acho vantagem nenhuma, prá mim, não. Porque a gente somos voluntário, não acha uma pessoa que queira apadrinhar a gente prá ajudar a gente. A gente trabalha, trabalha... Deus é que tem ajudado muito a gente porque ele tem dado vida, tem dado saúde, eu não tenho doença, vou prá tudo quanto é lado, subo, desço e já acho uma grande ajuda, porque se eu fosse cheia de dinheiro e doente, nem valia a pena. Por quê que eu quero tá com dinheiro, doente? Então, eu agradeço a Deus porque Ele me dá saúde, porque eu vou em prol do outro, vou ajudar o outro, e Ele me dá muita prosperidade, graças a Deus. Vai fazer 4 anos que eu fiquei viúva e eu não tenho – já quando eu tava com meu marido, 47 anos, 4 meses e 4 dias que ele viveu comigo – não tenho diferença, não me acho só. Tem pessoa quando o marido morre fica se consolidando porque.. Deus*

sempre me faz companhia, de dia, de noite, toda hora e ele também era da Igreja, também tava na Igreja, era batizado...

FIM DO LADO A

Obs.: Fiz uma pergunta, não foi gravada.

Ela: _ ... foi atravessar num lugar que não devia... ele nunca tinha atravessado... naquele dia ele foi atravessar naquele lugar que... ele entrou. Aí era o dia dele morrer mesmo, até que tivesse dentro de casa, tivesse tomando banho, tivesse deitado, morria, porque a gente tem o dia contado. Ninguém vai fora do dia, é bobagem se tiver que pensar ah, não, fulano morreu... porque a morte é muito ingrata, ela não quer assumir, ela sempre dá uma desculpa porque foi que ele atravessou lá, se não ele tava vivo. (Digo: _ tem hora que a gente fica sem entender, né...) _Então, mas, aí, a vida...a vida tem um sentido: nascer, crescer e morrer. Ninguém morre sem viver, gente, nem que seja um dia! Porque tem criança que nasce e não sobrevive e chegou até...não é que Deus quer que ele morra, ele não quer, mas... ele consente. Eu tô com qua..., 74 anos, não tem diferença de quem tem 30 nem 40, porque prá mim, o meu trabalho, é trabalho mesmo. Eu subo, eu desço, eu carrego, Deus me dá força. Agora, quando a gente não tem saúde e nem tem possibilidade de adquirir, porque a saúde não se compra não, não se compra. Tem gente que tem tanto dinheiro e morre. Isso aí é Dom de Deus, é Dom de Deus. Agora, quando a gente tem uma doença, que tem que ir a um médico, que aprendeu e pode cuidar, a gente tem que procurar o médico, mas quem não tem dinheiro prá pagar o médico... vai prá aquela fila, ele fica tão saturado de ficar na fila, de madrugada, prá poder obter o número, que ele nem vai, muita gente nem vai, porque, às vezes, ele vai lá, quando chega lá, passa o remédio, ele não tem o dinheiro prá comprar... aí corre... uns vão atrás do remedinho, da horta, né, porque a gente, antes não existia o médico prá curar ninguém da roça. Nós, toda vida, nós tinha, os pais da gente, os avós, as pessoa, fazia tudo com erva – por quê que, agora, as pessoas têm essa vaidade de não colher erva? As ervas que serve, a gente planta até na latinha, não precisa de ficar... uma coisas boazinha, assim prá uma dor, que a gente precisa... uma cidreira, prá um calmante, uma coisa assim, a gente planta em casa. Um capim-limão, a gente planta em casa, que aquilo ali serve prá pressão... quando a pressão é muito baixa, a gente toma um capim-limão; quando é muito alta, a gente toma cidreira, e, aí, vai tomando as coisa, as pessoas é que não... se acomoda ‘Ah! Tem a horta, eu vou buscar lá’. Então, quando não tiver horta, eu quero ver onde é que vocês vão buscar! Eles são apegados, né, porque eles são preguiçoso.

Eu: _ Tereza, porque... não tava gravando no começo, né, então, só vou perguntar o nome das duas entidades que a Sra. participa – apesar de eu saber, é só prá ficar aqui, prá eu não me confundir. Então, tem o Grupo SS, né, que fica, no GG... (ela: de serviço comunitário) e tem a Igreja Protestante que a Sra. trabalha como voluntária. É uma Igreja Evangélica, é isso? (ela: é, é, evangélica) evangélica, que fica lá... (fica em OO) e o local onde a Sra. mora é diferente dos dois, não é isso? Ela: _ Não, eu moro em Penha, Penha – Olaria, tanto dá prá Penha como dá prá Olaria, meu endereço tanto vai Penha quanto vai Olaria. Se bota Penha, chega no meu endereço. Se chega Olaria, chega no mesmo endereço.

Eu: _ E, as outras, as outras senhoras que participam do grupo SS moram...

Ela: _ uma mora no GG, aonde é a sede; a outra mora no CC e outra mora no PP, é tudo bairro. CC é perto do GG.

Eu: Então, é isso. Obrigada...

Ela: _ Deu prá aproveitar alguma coisa...

DESLIGUEI O GRAVADOR.

TRANSCRIÇÃO DAS FITAS C E D DA ENTREVISTA COM Silvia

Nome: Silvia

Entidade: Igreja Católica

_ Porque como Congregação, nós somos religiosas e isso é uma entidade que pertence a Igreja, mas a paróquia, em si, é uma entidade separada, com CGC próprio.

Pergunto, então, se ela pertence a duas entidades: ela responde afirmativamente e continua:

_ Porque nós temos o nosso trabalho missionário, que é separado da Igreja local, mas ao mesmo tempo é imerso na Igreja local porque soma força e faz um trabalho só, é uma rede, que amplia. Isso todas as congregações são assim, tem sua organização interna, mas faz parte de uma Igreja – que é mundial, né -, ligado mais a Roma, porque tem sua organização interna, mas é ligado a Igreja local por ser Igreja. Então, somos batizadas, somos Igreja e participamos da caminhada e da comunhão como os projetos sociais, principalmente, da Igreja local.

Local de Residência: Rua nnnnnnn – Bairro XY: *_ nós vamos comemorar 20 anos que a minha Congregação mora aqui.*

Peço que ela fale um pouco sobre sua participação na Entidade, ou melhor, nos dois grupos por ela mencionados.

_ Bom... como Congregação é questão vocacional. Então, a gente tem...é uma participação... é muito... é de vida, é de vida inteira. A gente faz votos, nós temos três votos – pobreza, castidade e obediência -, a gente trabalha, e a gente dedica a vida inteira numa..., numa vivência radical do Evangelho, seria, assim: Como leigos na Igreja, a gente quer dedicar a vida toda a isso. Então, a gente não se casa, a gente não tem uma vida social, a nossa vida social é interna na Congregação. Agora, a gente dedica a nossa vida inteira no Serviço Apostólico, Missionário, Evangélico e, ao mesmo tempo, de promoção social. E, isso, faz com que a gente se integre em todos os movimentos de lutas de defesa da vida. Então, nós temos, como parceria, com todos esses movimentos, grupos, entidades que... a gente vai, entra, o nosso objetivo é somar forças, defendendo a vida, sempre. E, isso, inclui a Paróquia. A Paróquia...o fato de nós sermos missionárias, sermos pessoas da Igreja, nós nos integramos, nós ajudamos tanto na parte interna da Igreja, preparação do Sacramento, como na área social também. Então, nós fazemos parte... nós somos da Igreja.

_ Eu entrei na Congregação com 19 anos, tem 22 anos que eu já estou. Agora, como parte da Congregação, eu sou formadora, quer dizer, eu participo de um grupo que prepara novos membros para o instituto, prepara novas meninas... que estão se preparando para serem Irmãs. Eu tenho 4 aqui que estão se preparando.

Pergunto: *_ Na ocasião, bom... no seu caso, quer dizer, vou perguntar também..., na ocasião, qual era a discussão em especial, né... quando a Congregação, ou quando esse grupo aqui, se formou, quer dizer, quando vieram prá cá tinha uma – ela pergunta: *_ um objetivo?* - questão especial a ser discutida? Por que a escolha desse local? Porque vocês vão pro Brasil inteiro, vamos dizer assim, (ela diz: *pro mundo inteiro*) eu repito: *_ pro mundo inteiro...**

Silvia: *É que... aqui, em especialmente, o Bispo da Arquidiocese – na época era D. Eugênio, hoje é D. Euzébio -, mas D. Eugênio, em 82, pediu para as Irmãs assumirem a Paróquia aqui, que ele estava formando. Na época, o XY estava inaugurando essas casas aqui – por isso chama Bairro XY. XXXXXXXX. Ele aterrou aqui e fez as casinhas, então... – prédios, casinhas, tudo. Então, ele convidou... E, aí a Igreja preocupada na Evangelização dessas pessoas que viriam morar aqui – que eram todas do mangue, moravam nos mangues aqui prá baixo, na área de Ramos prá lá, então, eles foram*

transferidos prá cá, prá essas casinhas que o governo federal fez – e, a Igreja, preocupada com a Evangelização criou uma Paróquia aqui. Antes, até, uma casinha de madeira e... e pediu para minha Congregação se podia assumir. Então, nós viemos prá cá, foi um pedido da Igreja. A gente veio prá cá, começou a fazer visitas e tudo e em 93 instituímos casa aqui, inclusive começamos no Conjunto D, depois que viemos prá cá, prá XY. E... ah... e o objetivo era esse: evangelizar, formar grupo, formar Igreja, os grupos de catequese, preparação para os Sacramentos, ciclos bíblicos – o objetivo inicial, mas também a minha Congregação tinha toda uma... uma linha, um filão, assim, que pode dizer que é a questão do desejo da inserção no meio pobre, o desejo de estar cada vez mais morando e vivendo a serviço das pessoas mais pobres, e exatamente as que passam fome, as que não tem condições de vida, que tem poucas condições de trabalho, de oportunidades. Então, nós temos essa opção, também, de estarmos trabalhando e servindo esse tipo de pessoas. E, para isso, ficava muito difícil morar no colégio e vir... Então, foi que nós optamos por, nessa época, o que a gente chamou de ‘inserção – morar no meio do povo pobre e, aqui, fazer o nosso trabalho, educacional, de saúde, de geração de renda... que vai um pouco por aí a nossa linha de ação.

Pergunto se hoje o objetivo continua a ser o mesmo, ou até mais. Silvia responde afirmativamente e explica: *– É, é o mesmo. Porque quando a gente tá dentro, a gente vai vendo a realidade e vai ampliando e vai atendendo àquilo que a gente percebe... cutucando o povo prá eles não assumirem, não ficarem dependente da gente, dando oportunidade, investindo em informação, investindo em possibilidades que as pessoas possam ir prá frente.*

Eu digo: *– Pois é, falando do povo, em cutucando o povo. Essas pessoas procuram vocês, com frequência?* Silvia responde: *– Demais.* Eu continuo: *Quais são as maiores, não queixas, mas pedidos de ajuda?*

Silvia responde: *– Olha, depende muito.... Quando é o povo que muito procura a gente aqui o pessoal da Paróquia, por exemplo, estão procurando prá dar palestra, prá fazer encontro, prá fazer reunião, para ajudar num determinado problema, até relacional entre eles, coisas assim. O povo da rua, geralmente quando vem gente do nordeste, como já nos conhecem, vem aqui prá gente tentar ajudar a arrumar emprego, porque não tem isso, não tem aquilo, tá faltando... não tem lugar prá morar ou ... sabe... prá encaixar a pessoa em algum lugar. A gente vai, faz uma pesquisa, vê porque que veio, o que aconteceu, prá quê que..., aqui, esse tipo de coisa é muito pedido. Batem muito pedindo comida, muito. Aí, o que a gente tem, que muitas vezes a gente ganha alimento para o nosso projeto com as crianças, a gente distribui (pergunto se é o projeto que conheci quando da ocasião do campo exploratório). Ela diz que sim: *é o VV – o Projeto da Infância VV, que funciona no centro comunitário da Paróquia)... Então, quando a gente tem, a gente dá, mas a gente vai atrás, visita, vê qual a real necessidade, as razões, a gente faz contato com agência de emprego, porque aí, quando tem vaga, eles ligam prá gente, prá gente poder ver: ‘_Ah! Me dê 30 pessoas com esse perfil’. Aí a gente sai correndo, avisa todo mundo, vai lá para o pessoal ir lá, fazer ficha. Nós temos várias agências de emprego que a gente faz contato, prá ter essa possibilidade de promoção social, o objetivo é mais é esse. Então, as pessoas procuram muito, prá muita coisa, prá muita coisa. Procura prá chorar, prá reclamar do marido, procura... Olha outro dia chegou aqui uma mulher com cinco crianças, com mala e tudo. Falou: *– ‘Silvia, eu vim prá cá porque meu marido me bateu, eu não vou ficar mais naquela casa, arruma um lugar prá eu ficar!’* Eu falei: *– ‘Eu não tenho lugar prá você ficar’.* Aí foi toda uma conversa, que ela tinha direito à casa, que é ele que tem que sair, e etc., etc., etc. para ela perceber... para onde ela ia com os filhos, recomeçar tudo donde, do quê, ela já tem a casa dela, tem o cheque-cidadão – se ela sair, tira as crianças da escola, ela não vai... não vai ficar... ela não vai mais poder ter direito ao cheque...**

então, tudo isso foi feito e ela tomou consciência que tinha que voltar. Voltou pra casa, conversou com o marido... agora eu tô ajudando o marido a entrar no AA para parar de beber. Então... é toda uma promoção social e é muito personalizado, muito individualizado porque cada família um problema. Então, é muito assim. Agora, eu faço grupos, de ciclo bíblico, de curso de liderança, curso de higienização, curso de alimentação alternativa... isso a gente promove, pra fazer grupos. Agora, problemas, é mais individualizado.

Comento: _ nesses grupos acaba-se discutindo também os problemas...

(aqui a entrevista começa a “tomar fôlego”. Eu e Silvia estamos mais à vontade).

Silvia responde: _ *É... acabam vão surgindo, como você nos ajudou naquele grupo, com o grupo todo, todas aquelas pessoas reunidas e você colocou toda a questão nutricional... nesse sentido a gente fala de tudo. Toda a questão de, por exemplo, preservação, de cuidado com as doenças sexualmente transmissíveis, da importância do corpo, a defesa da mulher, do próprio corpo, não deixar ser simplesmente usada, manipulada... sabe, então, tem uma série de coisas que a gente vai promovendo, segundo o que a gente vê de necessidade.*

Comento: Inclusive quando diz respeito às leis, como foi o caso da mulher que queria abandonar a casa, carregando os filhos, a questão do direito dela à casa.

Silvia: _ *Isso também, isso também, mesmo porque a gente tem um convênio com o grupo do CEDIM (Centro de Estudos e Defesa da Mulher Marginalizada). Então, tem um grupo que funciona aqui no posto da favela. Então, qualquer coisa assim, mulher bateu, apanhou de marido... eu encaminho pra lá. Aí, então, elas têm advogado, elas têm tudo de graça, uma promotoria toda para ajudá-las a se defender, né? (lembrar de quando fui para o campo exploratório – o que a NJ, do posto, me disse, que, muitas vezes, as mulheres não procuraram, ou não querem levar adiante suas ações com medo do que pode lhes acontecer, por exemplo, como é o caso das mulheres de pessoas do tráfico) Aqui, teve, na Travessa, teve uma mulher que teve... que o marido acusou que ela vive bêbada e espanca as crianças e deixa as crianças tudo de qualquer jeito pela rua. Ela está se defendendo, porque, na verdade, ela não é isso. Na verdade, ela não é bêbada – é ele que quer tirar as crianças dela e fez uma acusação falsa. Então, a gente tá ajudando nesse processo, eu vou defender... vou depor a favor dela, também... então, a gente se mete em tudo na vida das pessoas, no que a gente pode.*

Pergunto: _ E as tarefas do grupo, da entidade. Como vocês dividem as tarefas, (Ela fala, _ olha, a entidade é muito grande..) corrijo – da entidade local.

Silvia:

_ *Na minha casa, eu sou coordenadora da comunidade aqui dessa casa e as meninas trabalham aqui. Então, nós temos a parte da manhã, que é parte de formação, que é próprio pra vida religiosa – o que que é vida religiosa, como é, toda a parte de missão, de preparação para missão, tudo isso, porque a é a nossa identidade. Toda uma outra questão de auto-conhecimento, mais na linha da psicologia, de auto-conhecimento, de trabalhar suas próprias dificuldades... pessoais e tudo para que elas possam se, ter maior liberdade interior – porque este tipo de trabalho exige muito de nós, então nós precisamos de ter um pouco mais integrado um pouco mais o nosso próprio “eu”. Então, faz isso na parte da manhã. À tarde, elas trabalham na missão. Então, cada uma é responsável por uma Pastoral. Então, elas estão metidas em tudo – alfabetização de adultos, que funciona todas as noites, até 10 horas da noite, tem várias turmas... então, elas estão, elas são professoras. Círculos Bíblicos, cada uma tem um círculo bíblico aqui, é exatamente para poder ir politizando... nesse Círculo Bíblico a gente prepara, tem toda uma cartilha... agora, por exemplo, preparação para as eleições... a gente faz toda uma preparação para as eleições, a partir da palavra de Deus, o que é vida digna para todos, que a gente deve escolher bem, deve se inserir bem, a partir da palavra de Deus, na realidade onde a gente vive. Então, é todo um trabalho, assim, que elas*

também estão metidas nisso. Tem a Pastoral do Menor, que tem uma é que é responsável. Tem o VV, elas dão aula, elas fazem a parte da coordenação. O Grupo Jovem, que nós estamos trabalhando... a catequese... é o grupo de mulheres, que estão aqui, que a gente ajuda. A Rede de Solidariedade que a gente ajuda. Agora nós estamos preparando... ajudando na Arquidiocese, que nós estamos preparando um Fórum Social. Ele vai acontecer no 1º e no 2º sábado de agosto. Seria interessante até se você participasse, sabe por que? Vai ser o dia todo lá no Colégio Zacarias, no Catete. Seria interessante porque vai falar sobre saúde, educação, num dia. Depois no outro dia, Geração de Renda e Política e Cidadania, acho que tem tudo a ver com o tema do seu trabalho. Eu acho que seria interessante você participar. Aí você teria que entrar em contato com a Organização, depois eu posso até te dar... prá você poder conseguir uma vaga, porque é limitado para cada Paróquia. Apresenta o sentido do seu trabalho, que consegue. E... então, nós trabalhamos nisso e é muito trabalho, muito trabalho. Cada uma tá enfiada num trabalho, pastoral carcerária... Então, uma vez por mês, a gente vai... trabalho de catequese, de evangelização, de conversa com as meninas do presídio lá... ali na Ilha do Governador. A gente vai também no abrigo do Estado, ali na Estação do Metrô I, que tem um abrigo ali para um albergue, né, um abrigo que acolhe as pessoas de rua, moradores de rua, a gente vai prá lá, prá começar, prá evangelizar, uma vez por semana, também. Então, a gente tem um trabalho bastante ampliado nesse sentido.

Eu digo: _ Tarefa prá dividir é o que não falta, né.

Ela continua: _ Então, funciona assim. Cada uma é responsável por sua parte, cada uma faz, vai prá suas reuniões... (pergunto se tem um rodízio). Ela responde que não. _ É porque não adianta, cada uma tem que estar bem entrosada com o seu grupo, por exemplo, nós.... quem é professora tem que ser professora o ano todo. Mesmo a Pastoral do Menor, que a gente arruma emprego para os menores nas entidades públicas, do governo, do Estado também. Então, a gente tem que pegar o menino, selecionar e arrumar o emprego prá ele -são menores -, nas firmas. Trabalha meio período, estuda meio período. Então, tem que fazer visita no local da firma, tem que fazer visita...isso é com convênio com a Pastoral do Menor da Arquidiocese, é através da Arquidiocese. Então, existe toda uma organização, não é assim, espontâneo, é sempre via aliança, organização, com outros grupos. Então, nosso trabalho é sempre, por exemplo, alfabetização de adultos tá ligado ao MOVA(?), que é o Movimento de Alfabetização de Adulto do Governo do Estado e, também, a PUC, que também faz um trabalho com Alfabetização de Adultos nas escolas, tem toda uma ampliação assim. Entendeu? Então, nossa linha interna é organizada e nós temos um trabalho interno, porque é uma casa de formação para vida consagrada, mas ao mesmo tempo missionária. Então, ao mesmo tempo que é de formação, a parte de atuar na missão, ela faz parte da ... da formação também. Tem a parte teórica e tem a parte prática.

Eu: _ Poderia me contar um pouco sobre como começou a participar na Rede de Solidariedade, o grupo?

Silvia: _ Eu comecei a procurar, principalmente o SS, porque eu precisava, eu sentia que esse trabalho de trabalhar em favela na inserção, assim – e eu já estou nesse trabalho desde 89, que eu comecei morando no morro do Borel, lá na Tijuca, depois que fui transferida para cá, sempre como Congregação _ Minha vida é a Congregação. – Eu sempre percebi que um trabalho desse na favela, ele é muito complexo, muito complexo. E, sendo complexo, a gente não pode tentar peitar sozinho. A gente precisa de, cada vez mais, um grupo maior, que enxergue mais amplo, que faça com que a gente possa tomar objetivamente atitudes que realmente valha a pena. Se não você fica, sabe, secando o molhado, entendeu? Você fica ali tentando resolver problemas pequenos, sendo que a sociedade tá gerando mais. Então, você precisa de ter um grupo que pensa junto para ter atitudes objetivas e curativas, juntas, entendeu? E que envolva

o povo, porque tudo tem que ser a partir deles. Então, eu pensei assim... ‘Puxa! Eu tô precisando...’ eu tava tendo, por exemplo, em 2000, eu tinha tantas mulheres aqui que eram espancadas pelos maridos, que vinham aqui chorar, reclamar, problemas psicológicos graves... Então, eu procurei o pessoal lá... o CC, principalmente, porque eu já tinha tratado com o CC em anos anteriores. Eu falei: ‘Ô Chico, eu tô precisando de uma psicóloga aqui.’ Ele já tinha até mandado – então, foi que a Dra. llllll veio trabalhar aí e aí ela veio e eles me convidaram para a Rede Solidarietà, aí eu comecei a participar. E, agora, nós vamos fazer o Seminário, falar sobre renda mínima, a partir do cheque-cidadão.

Eu: _ Então, o objetivo, se é que eu entendi, é estar pensando junto com outros grupos.

Ela continua: _ *É..., tomar atitudes mais cabíveis, atitudes mais objetiváveis, não coisas, assim, sabe, de sonho, ilusório, tudo, não! Coisas reais, concretas... concretas e de promoção da pessoa humana, não simplesmente ‘Tô com fome’ – dou uma bolsa de compra, amanhã ele vai estar com fome. Entendeu? E, aí? Eu dou a bolsa, mas eu tenho que pensar uma coisa mais ampla, mais objetiva. E sozinha não dá prá fazer isso, eu tenho que fazer eles, ligação, uma rede, uma rede mesmo de pessoas que façam com que... essa e mais muitas pessoas, a gente tenha uma força suficiente prá mudar isso, prá mudar essa história. Então, é isso que me fez acreditar nessa Rede.*

Eu: Você acha que esse é o objetivo da Rede como um todo? Qual seria o objetivo da Rede como um todo?

Silvia: *Acho que sim, acho que é esse. A gente conversa, discute os problemas, vê a possibilidade, o quê que as pessoas estão fazendo, que... os problemas que cada comunidade está enfrentando, como cada gente está enfrentando, tá dando solução para aquilo. Aí um dá idéia pro outro, um ajuda o outro, então vai fazendo ligação - ‘Ah! Eu procurei tal órgão, deu certo prá mim, por que você não procura também?’ – Aí fica uma Rede muito melhor. É exatamente a rede, né? Um vai puxando pelo outro, a troca... e você vai se fortificando muito, crescendo.*

Eu: _ A questão das discussões que acontecem na Rede. Como elas chegam na comunidade? Como elas chegam, de fato, às pessoas comuns da comunidade?

Silvia: _ *Olha... chegam, no sentido de que... assim: Você vai lá com o problema, se alguém tem alguma solução para aquele problema, alguma pista, tudo, você volta aqui e você dá prá aquele problema, prá aquela solução. Então, você tem um grupo X aqui, tá com um problema. Você leva prá lá e se alguém tem uma resposta, uma perspectiva, ou uma esperança, você volta e traz essa esperança para o grupo. Então, nesse sentido, a Rede chega. Não é que a gente vai contar pros grupos que a gente tem aqui o que a gente discute lá, mas a partir da esperança, da perspectiva, sabe, do desejos que a gente vê, das luzes que a gente recebe na partilha do grupo da Rede... a gente chega aqui e dá luzes para o povo e aí o povo vai, entendeu?... nesse sentido.*

Eu: _ Pergunto se não são utilizados veículos de comunicação, como o rádio, por exemplo. Ela diz, que não, o veículo da informação ocorre como descrito por ela na fala anterior.

Silvia: _ *Não, é mais nesse sentido. Aqui nesse local acontece assim. Por exemplo, eu tô com um problema X, nós estamos formando um grupo de Cooperativa de Mulheres, para fazer biscoito – que é totalmente diferente desse grupo de mulheres da psicologia, é outra coisa - . Então, essas mulheres estão com problema para arrumar espaço. Aí, eu vou e discuto: ‘Olha, o grupo da cooperativa tá assim, tá... a gente tá assim... Alguém tem umas idéias prá me dar?’ Eu chego aqui e falo com o grupo: ‘Gente, olha eu tive no grupo e eles deram essas idéias, vamos ver se dá certo?’ Aí o pessoal vai prá frente, entendeu? Nesse sentido.*

Eu: ... Ela acaba contribuindo, também, direto, com problemas locais, (a irmã fala junto: _ *é..., locais, porque quem vai prá rede leva seus problemas...*) não só com os grupos

internos, pelo que eu entendi, não só com os grupos, as entidades que participam da rede, mas até com os grupos (ela fala: *_ que estão fora*) que essas entidades trabalham.

Silvia: *Claro, porque quem vai participar da Rede são, geralmente, lideranças das próprias comunidades. E, se são lideranças das comunidades, elas estão à frente das situações diversificadas, mas concretas, com pessoas mil, diferentes. Aí, quando ela chega lá, ela expõe o quê que tá fazendo nessa, naquela, naquela... atividade. Aí aquilo.... e coloca: _ 'Olha, eu tô tendo essa facilidade, eu tomei essa iniciativa e deu certo nisso, mas isso assim assim com tal grupo não tá dando certo; _ Ah! Eu tenho uma idéia, isso já aconteceu comigo lá na favela não sei das quantas...' Aí o cara expõe lá, te dá uma idéia aqui e você traz para o grupo e o grupo caminha, entendeu? Isso é que a Rede prá mim.*

Eu pergunto: *_ Como foi um pouco aquele problema do Grupo SS, da terra, das plantas...* Silvia responde: *_ É. Eu continuo: Eu também penso a Rede assim, quer dizer, quando, ela começa aqui, na comunidade, mas ali é como se fosse um resumo. Ela mostra diferentes grupos e traz os problemas ali prá Rede. Agora, vamos falar um pouco sobre a questão da subsistência alimentar, mesmo. Nós temos aquele ditado: 'Saco vazio não pára em pé'. E, aí, a questão da alimentação, alimentação é uma necessidade fundamental, né, assim como outras, mas a alimentação é. Nós já falamos um pouco, em outras conversas, mas como o grupo pensa essa questão da alimentação, quando depara com famílias em situação de pobreza? Se quiser falar das demais necessidades, também, para dar uma dinâmica...*

Silvia: *_ Olha, a própria fome, ela é uma rede. Entende? Ela é uma rede, por que? Por que a pessoa... ela passa fome, geralmente, quando ela não tem emprego. Então, o emprego está diretamente ligado a fome. E, se ela não tem emprego, ela não tem perspectiva e isso afeta tudo na vida da pessoa: afeta relacionamento marido-mulher, relacionamento pai-filho, relacionamento mãe-filho, afeta a escola, afeta a criança estar ou não na escola. Então, a questão da necessidade de comida, ela afeta muitas coisas. Se você atinge isso, as outras coisas pode até ir... funcionando bem, mas se, por exemplo, essa mulher, que eu citei, que veio aqui, o marido ficou desempregado e começou a beber depois que perdeu o emprego – trabalhava há 4 anos na firma – e foi mandado embora e não conseguia mais emprego. (Pergunto se antes ele não bebia). Nunca bebeu, tem cinco filhos, tudo pequenininho, nunca bateu na mulher. Ficou desempregado, começou a beber e bater nela. Ela não agüentava mais, fugiu. Então, uma coisa, se a gente for ver, no fundo, todos esses anos que eu moro na favela... essa questão de faltar dinheiro dentro de casa para alimentar as crianças que gera violência. Gera violência interna, gera a questão do relacionamento – a criança não desenvolve bem na escola porque recebe agressividade dos pais -, os pais estão agressivos exatamente porque não têm como atender a necessidade da criança, vai e encontra mil portas fechadas, tanto pro como prá pedir, também. Por isso que quando me pedem comida, eu tiro mesmo do meu armário, mas eu dou, entende? Porque eles estão precisando da comida. Às vezes, eu falo assim: *_ me dá teu endereço que eu vou lá, levar prá você. Então, quê que eu faço? Eu pego o endereço da pessoa, não prá mim pegar e dá. Eu pego o endereço da pessoa, se eu vejo real necessidade, eu tiro mesmo do meu armário, e dou. Por que? Porque fome é um negócio que você tem que matar é agora. Aí, só que com isso, você não pode parar. Você tem que ir, criar o quê que eu posso fazer: onde essa pessoa pode trabalhar, o quê que eu vou... Aí, eu toco a ligar prá agências de emprego, eu toco a ligar prá pessoas que eu conheço, eu faço essa ligação de..., por que? Porque, essa questão nutricional é básica. Agora, é claro... o pessoal daqui, ele é muito nordestino e, a maioria é nordestino. Tem muito mineiro, também, mas é... se comparar com nordestino, acho que uns 70% dessa comunidade é nordestina. Então, se você vai observar, eles comem pouca verdura, fruta, legume. Eles comem arroz, feijão, carne, macarrão, batata e ponto final. É isso a comida deles.**

Farinha, né, mas não muito... beterraba, chuchu, abóbora – só se for com carne seca e assim mesmo... Então, é muito, muito... é... pobre no sentido nutricional, pro meu ponto de vista, não sei se é porque eu fui criada comendo...e o meu pai obrigando a gente comer tudo que é tipo de verdura, eles não comem, odeiam isso, tudo que é verdura, esses troço... então, o quê que acontece? Eu acho que é muito fraca. Eles não tomam leite, só criança toma leite, de manhã. É normal... você chega numa casa de uma pessoa só te oferece café, entendeu? Eu que tenho um pouco de gastrite, eu quero um pouco de leite, não tem, ou, às vezes é só prá criança. Você não pode nem pedir leite, entendeu? Eu acho muito pobre, nesse sentido, também. O valor nutricional não é balanceado, não... eles não comem direito.

Eu pergunto: Acha que isso tem a ver com a questão financeira ou com a questão cultural?

Silvia responde: *Eu acho... é os dois, é os dois. Porque a questão cultural não é porque o povo nordestino não quer, porque lá não dá, é seca, então, não se acostumou. Então, não posso dizer que é cultural, cultural... é porque não tinha, entendeu? Por exemplo, eu sou mineira, eu fui acostumada porque eu tinha, entendeu? Agora, quem não foi acostumada, não tem, entendeu? Agora... se... não aprendeu a comer não come, entendeu? Você não pode nem dizer que é cultural, não aprendeu a comer. Não come porque não aprendeu. Por que quê não aprendeu? Porque lá é seca, não dá. E, quando chega lá, é muito caro.*

Eu: E, aqui, mesmo tendo, quer dizer (ela: - não come!), aí é uma limitação financeira ou é uma limitação já...

Silvia: *já vem de lá, já vem de lá. E não... e, mesmo os filhos nascidos e criados aqui, eles não dão. Entendeu? E, eles têm uma coisa muito ruim, assim: feijão tem que cozinhar todo dia, entendeu? Acho que fica aquela coisa lá no nordeste não tinha geladeira e aqui também não tem. Sabe? Não come o feijão que cozinhou ontem, esquenta hoje. Arroz? Pelo amor de Deus! Joga aquela panelada de arroz fora, porque tá grudado no fundo. Gente! Isso é pecado, é desperdício de alimento. É pobre de marré de si e desperdiça alimento. Eu vejo isso, eu falo isso, faço curso sobre isso prá falar prá pessoas _'Gente, não desperdice comida, pelo amor de Deus. Bota na geladeira, amanhã você bota um pouco de água..._ Ah, Irmã! Eu fiz isso e deu certo'. Sabe? Nem sabe! Entendeu? Joga fora porque não sabe, porque lá no nordeste... **FIM DO LADO A DA FITA C***

LADO B DA FITA C

Eu: _ E... a questão das outras necessidades, né, porque, por exemplo, a alimentação... quando chega a pedir comida, é porque não tem nada, mesmo, né.

Silvia: _ *a situação tá difícil, eu nunca mando... e nunca digo assim – não tenho. Quando eu não tenho mesmo nada ou não conheço a pessoa, eu pego o endereço, porque, também tem disso, eles pegam aqui, vendem prá comprar cachaça, ou até droga, sabe lá. Então, eu vou no local.. .então, eu pego primeiro o endereço e falo assim: - eu não tenho, mas se eu tiver eu vou lá no local. Mas, aí, o quê que eu faço? Eu pego o endereço, agora, de manhã e, à tarde, vou lá visitar, vejo a realidade, converso mais, converso com as crianças, com os filhos, com que tem lá dentro, vejo a realidade. Aí, depois, eu falo assim: - olha, eu já consegui uma bolsa lá, mas aí...você veja alguém que possa ir lá buscar, mas não vai lá agora não, porque eu tô indo prá outro lugar. Tal hora tu passa lá. - . Entendeu? Aí, aí eu venho em casa, já organizo e dou. Às vezes eu pego próprio do grupo lá do VV prá poder atender a necessidade urgente. Mas aí... com aquilo... com aquela conversa com a visita local que eu faço, aí eu já vou descobrir se tem como ir pro emprego, prá onde vai, que curso que tá fazendo, se tá estudando, se não tá, se sabe ler, se sabe escrever – eu mando prá alfabetização de adulto, mando prá... aí eu vou descobrindo todas as possibilidades. Eu deixo virem aqui, chama, mas*

eu corro atrás, depois. Daí não largo mais do pé. A família que me procura, coitada... aí eu não largo mais do pé (rindo). (digo, vai ter que encaminhar). Ela continua: _encaminho prá tudo, encaminhado prá Pastoral do Menor, pro PVV, quando precisa, prá estudar, prá escola, vai pro... prá Delegacia de Ensino, lá pro conselho Tutelar, prá conseguir vaga prá escolas. Tem que estudar, mãe tem que trabalhar, tem que ir prá Alfabetização de Adulto, tem que correr, tem que fazer um curso de Informática numa Associação, às vezes eu sei, às vezes eu ganho algumas vagas, eu encaminhado, eu invento. Entendeu? Aí, a família não vai ficar só naquela sacola de compra que eu levo, que eu mando vir buscar.

Eu: _ porque eu fiquei pensando na hora que você falou... a alimentação é quando a coisa já tá feita mesmo, mas também tem outras necessidades, também. O próprio vestir é uma necessidade... (Ela diz: - bom, vestir, nós ganhamos muitas roupas) eu continuo: _ como é que faz? A alimentação seria a última a ser buscada? Como é que tá?

Silvia: _ não, quando tá frio, sempre procuram prá pedir, principalmente, cobertor (ela interrompe um instante prá anotar um lembrete, prá telefonar prá “mulher do cobertor”) e continua: _ é porque nós temos, lá no Jardim Botânico, uma mulher que sempre dá 200 cobertores todo mês de agosto prá gente. E, eu esqueço. tem que ligar em julho, prá poder ela reservar prá gente e a gente vende baratinho os cobertores – R 5,00 – 10,00, dependendo da pessoa – a gente vende os cobertores. Com esse dinheiro, aí a gente proporciona outras necessidades que o povo precisa. Bom, mas aí... a gente tem um bazar permanente, também. Quando a pessoa tá precisando de roupa e tudo, eu encaminhado pro Bazar permanente, que funciona no Centro Comunitário. Quando tá doente, coisas assim, eu encaminhado pro Posto ou, então, pro, pro... nós temos uma farmacinha de remédios naturais, também. Então, eu encaminhado prá lá... eles vão prá lá, vão ver, vão descobrir as ervas que precisam pra o que estão sentindo.

Eu: _ Como essa questão dessas outras necessidades é vista pelo seu grupo?

Silvia: _ Dessas necessidades?

Eu: _ Dessas outras necessidades...

Ela: _ A gente tem que atender, a pessoa humana é um todo. Então, a gente corre atrás do todo. Não que a gente vá dá prá pessoa. A gente faz fazer, a gente incentiva: ‘ _ Você pode, você dá conta, vai lá, faz em tal lugar...’, olha, busca tal coisa. Entendeu? É um pouco... a gente chama... de... é um objetivo interno da Congregação de ser portadora da esperança e a gente entende isso nesse sentido – você... quando dá uma luz prá uma pessoa, dá uma perspectiva: _ ‘vai em tal lugar, você vai conseguir’. Sabe? Você ajuda a pessoa a sair daquele marasmo, daquela depressão que a vida vai colocando, aquela depressão, aquela mesmice, aquela vida largada. Então, você chega ali, você vai dando um ânimo novo e a pessoa... pô quantas famílias não agradecem... dizem: _ Silvia, depois que a gente conheceu vocês, a nossa vida mudou completamente. Então, a gente tem isso como objetivo da entidade, ser portadora da esperança. E passa por aí... dessa vislumbração de um grupo novo e tudo. Não só que eles venham prá comunidade, prá Igreja, ou prá fé, mas que... eles também isso, mas que eles tenham a possibilidade de compreender que eles têm direito de ser bom cidadãos, de viver dignamente a vida e de criar seus filhos com dignidade. Isso é direito! Não é que eles estão pedindo favor prá ninguém, não!

Eu: _ Por falar em direito... você acha que alimentação é um direito humano?

Silvia: _ É, básico, o mais básico de todos. Ter onde morar, ter o que dá pros filhos, ter uma boa educação, saúde... puxa! (eu digo, e alimentação) ... é, básico.

Eu: _ É até uma pergunta assim... por que, né? Porque está na Constituição que alimentação é um direito humano, também, né. Será que as pessoas enxergam isso? As pessoas que passam fome, que passam essas necessidades?...

Silvia: _ Eles não entendem como direito, não! Eles não entendem isso como direito. Eles sabem que eles precisam, corre atrás. Eles sabem que não der comida pros filhos,

vão morrer de fome. Eles usam essa expressão: _ 'Irmã, eu tenho que correr atrás'. Mas, correr atrás do quê? 'Vou prá onde?' Irmã... Eu: _ correr atrás do que tá na Constituição, isso não existe!? Ela: _ Não. Eu: Correr atrás da comida mesmo Ela: _ ...do que precisa. Eu: _ ... e do que vai segurar para...

Eu: E, essa questão da alimentação, como um direito é assim... quer dizer que vocês trabalham nesse sentido, também? ... deles entenderem que a alimentação é um direito, ou não?

Silvia: — Não. Especificamente falar isso, não, mas a gente diz: — gente, vocês podem, vocês conseguem, vocês vão a luta. Porque quando... quando estão, assim, na favela, a depressão é muito grande, sabe... a questão da violência dá... um sentido poxa, eu não sou capaz. Eu não sou capaz, eu não presto prá nada, olha eu não tenho nenhum lugar prá criar melhor meus filhos, tem que ser aqui. Agora, quando eles têm uma casa, que são deles, eles já dizem: — Nossa! Graças a Deus que eu tenho essa casa, que eu tenho uma cama quentinha prá botar meu filho prá dormir, que eu tenho comida na panela. Entendeu? Prá muitos deles isso é motivo de louvar a Deus. Porque... foi feito agora uma pesquisa, o CIESME fez uma pesquisa recente que 2% dos moradores da favela... é... são delinquentes, os outros 98, não. E isso é um dado importante prá mim. Entendeu? Por que é importante? Porque confirma minha convicção. Não é porque tem tiroteio, tem violência, que esse povo aqui não merece. E eles, a maioria, grande maioria, 98%, das pessoas que estão aqui, não merecem essa violência. Não querem, não vivem essa violência, não fazem essa violência, não procuram essa violência. Vivem no meio dela, é escravizado por ela, porque é amedrontado, porque é diminuído, porque é violentado, porque é uma violência escutar um tiroteio... diário, é diária, é diária — acontece mais à noite, mas é diária... Eu: _ mas a tensão até chegar a noite...

Ela: _ ... o fato fazer tudo que tem que fazer prá chegar em casa antes das 10 horas...isso é normal, é a respiração do dia-a-dia. Isso é uma violência. É um direito básico da pessoa humana, como alimentar, é um direito ter paz! E, mais de 90% dessas pessoas aqui, buscam isso e promovem isso, não tão querendo fazer guerra com ninguém e são violentados por essa situação, entendeu? De uma...essa que a televisão tá mostrando... eu: 2%, é? Ela: _ ... 2 e pouco %. Essa situação da violência que tá aparecendo na televisão... é nova! Por quê que é nova? Porque eles estão olhando agora, que o tráfico tá organizado, mas em 89 — só posso falar a partir de 89, mas isso existe há muito tempo — ... em 89, quando eu fui no Boréu, eu já percebi lá...tem gerente, subgerente, tem a chefia, tem isso, tem aquilo... (eu: _ e, já estavam se organizando...) ela: _ já, o chefe foi preso, lá do Bangu I, ele que mandava na favela, entendeu? Eu via isso. Agora...agora, quantos anos depois, doze, treze anos depois é que aparece na televisão como uma coisa nova! ? Como se esse negócio de ter chefia, subchefia no tráfico organizado, com um poder paralelo é novo!?! Não é novo! Isso aqui tem no Rio de Janeiro, sabe lá Deus, prá mais de trinta anos... que essa organização tá vindo...Terceiro Comando e Comando Vermelho não é coisa nova, não! Isso é uma Organização séria. E que tá ampliando a nível internacional, por que? Porque o governo não tá fazendo nada. Agora, isso não é problema meu. O problema meu é que eu acredito nesses noventa por cento que não...que são pobres, que que ... sabe por quê? É pobre e não tem os direitos deles garantidos — que a Constituição deveria garantir, o Estado deveria garantir pros seus cidadãos — as condições mínimas de saúde, habitação, higiene, escola, lazer...nada! Aqui não tem nada! Isso daqui, 13 mil habitantes, não tem uma escola de 2º grau. Quem quer ir fazer 2º grau, tem que sair daqui. E, voltar à noite, sabe Deus que horas. (eu digo: lazer nem pensar, né...) Ela: — ... lazer, fizeram agora. Fizeram a ciclovia, fizeram, agora, a Vila Olímpica, fizeram... mas fizeram 3-4 anos prá cá. Não tem um Correio. Entendeu? Aí você para e fala : — Caramba! É primeiro mercado maior que nós temos, que veio prá cá há dois anos, não tinha mercado, só mercadinho. Então, você fala: — Cadê meus direitos

garantidos como cidadão? Eles falaram que isso daqui, agora, é Bairro M. Alguns anos atrás falaram que é bairro. Bairro! ? Era o M. Você vai fazer o que? Vai me dizer que isso daqui é um bairro? Cadê as coisas? Não tem um banco aqui. Como é que chama isso de bairro? Entendeu? Chamar de bairro só prá constar como bairro? (Eu: — diminuir o índice de favelas?)

Eu: No encaminhamento... na tentativa de encaminhamento de soluções para esse problema de subsistência alimentar – não no nível das famílias, mas uma coisa maior, mais ampliada – poderia me falar um pouquinho (ela: _ do que a gente tem pensado?) das dificuldades e facilidades... né, contar um pouquinho da... própria dinâmica mesmo do encaminhamento...

Silvia: _ Olha, a dificuldade é a grande falta de empregos. E tá aumentando. Falta de emprego, acho que é... um dos primeiro. Agora, mas também falta vaga nas escolas, porque eu acho se não der educação prá essas crianças, elas nunca vão ter condição de sair prá esse tipo de situação... (por que essa... quer dizer, pelo que me falou antes, essas são duas, a longo prazo, de qualquer forma, mas são duas investidas...)

Ela continua: —... nossa, como grupo. Então, a questão do emprego, prá famílias, é fundamental, porque se não dá prá falar nem de relacionamento, nem de evangelização, nada! Você tem que pegar a realidade da pessoa. Agora, a questão da educação é muito importante, tanto é que a gente viu que o índice de desemprego - de desemprego é muito alto – mas, o índice de repetência nas escolas, ou de criança que já tão em 5ª série e não sabe escrever nem o próprio nome é TÃO ALTO que a gente criou o projeto. E, esse projeto, funciona como um reforço escolar gratuito – que é quase 100 crianças que a gente tem lá – exatamente isso... Ele vai prá escola num período e, no outro, ele fica com a gente. O VV – Projeto da Infância VV. Então, então...esse projeto já é uma iniciativa nossa prá... prá tentar resolver essa questão. Que questão? Da repetência, porque eles precisam... prá incentivar a educação. Porque eles precisam passar. Então, a gente ensina a fazer a lição, ajuda a fazer o dever de casa, mas ajuda a reforçar isso, a reforçar o ensino da professora e tudo mais. Tanto é que as professoras, quando o aluno não tá indo muito bem, não tá aprendendo, elas recomendam: _ 'Vai buscar vaga no PVV. Todas as escolas recomendam. E a gente tem lista de espera assim..., mas temos um espaço pequeno. Nós estamos querendo conquistar um espaço maior prá gente poder construir uma coisa maior, prá a gente atender, ao menos, umas duzentas crianças. porque a gente tem espaço ali que não comporta mais de 100 – tá lotado! E a gente não sabe o que fazer. A gente tem ajuda prá aquilo, né. A gente tem ajuda do pessoal da Petrobrás – dos funcionários, que fazem uma vaquinha e compram carne todo mês. A gente tem doações de alimentos, de mercados, os alunos de dois colégios fazem vaquinha, por mês, e levam 1 Kg de alimento prá poder... prá ajudar aqui, prá levar alimentação das crianças; vem alimentação da nossa Instituição, de São Paulo, toda vez que uma irmã vem de carro, enche a mala de alimento prá trazer pro Projeto. Então, a gente tem ajudas, assim, entendeu? E a gente tem pessoas que, voluntariamente, doam uma quantia, adotando uma criança, prá a gente pagar os funcionários: as quatro meninas – duas monitoras e a faxineira e cozinheira. Então... é um projeto formado de voluntários, de pessoas que querem ajudar a fazer e nós temos a coordenação, né? Então, é uma situação, assim... que a gente tá investindo a longo prazo prá tirar essas crianças da rua. Quando essas crianças vão atingindo – porque fica conosco, lá, até treze – com quatorze anos, a gente já passa prá Pastoral do Menor, porque, de 14 a 18 anos, arrumam um emprego, eles ganham até R\$90,00, mais vale-transporte, mais ticket-refeição prá eles poderem estudar um período e trabalhar um período, entendeu? Tudo isso na tentativa de sair do tráfico. Entendeu? Nós temos mais de 30 crianças nessa...já empregados. E, é um trabalho que não é só empregar. Você tem que visitar, você tem que ir no Núcleo fazer reunião, ver como é que tá... a atuação, acompanhar... ir na família, porque, às vezes,

tá dando trabalho na Empresa, você tem que ir na família, prá poder conversar, e, aí, envolve muitas questões, tudo mais. Nós já tivemos muitos meninos que SAÍRAM da Pastoral do Menor, entraram no tráfico e foram assassinados. Esse mês, mesmo, foi assassinado um que era do nosso grupo. Quer dizer... a gente tem dificuldades - você perguntava das dificuldades - tem dificuldades, nem sempre eles aceitam, nem sempre é o melhor – eles procuram o que é mais fácil, o que vislumbra status, poder – ter uma arma na mão é poder e nem sempre eles têm essa mentalidade de poder sair disso. Às vezes não têm uma estrutura familiar sólida, que ajuda, impulsiona, ao filho a sair disso...caí. Cai e acaba sendo assassinado. As meninas se entregam.... MUITAS meninas da Pastoral, às vezes, tá grávida, às vezes aparece com AIDS. Então, nós temos muita dificuldade, muita, mas não significa que temos pessoas que..., por exemplo, nós temos uma menina aqui que o pai tá desempregado HÁ ANOS, não consegue emprego – tem problema de pulmão crônico–, não consegue emprego, a mãe só faz faxina – quando dá -, ela tem sete irmãos – tudo menor que ela -, e, ela era da Pastoral do Menor ... como ela era muito boa, né, na Pastoral do Menor, foi admitida e, agora, ganha mais de R\$600,00 por mês. Ela é que sustenta a família, 18 anos. Entendeu? Então, a gente, tem... (eu digo, um exemplo de sucesso) ela continua: _ de sucesso. Então, a gente tem o lado que é bom, sabe? Que você percebe: _Caramba! Que bom que, né, a gente ajudou a família inteira... Por outro lado, você também tem o outro lado disso, mas a gente vislumbrando a longo prazo, você investe.

Eu: _ A questão da educação, então, do desemprego, seria um ponto de dificuldade nesse encaminhamento...

Silvia: _ E, porque a gente não tinha a saúde, né? O posto tinha fechado, porque os bandidos tomavam banho na caixa d'água, antigamente. O quê que a gente fez? LUTAMOS até conseguir reabrir o posto. Agora, pelo menos, já tem Programa de Saúde Comunitária, que a prefeitura tá fazendo... Então, a gente não tá entrando muito na área da saúde, porque a gente vê que tá, que tem. Então, tem essa comunitária, essas agentes de comunidade que vão nas casas, vê quem tá doente, leva pro Posto, dá vacina em casa... então, o, o César Maia (eu: _ isso facilita de alguma forma o encaminhamento de soluções (ela: - sim, sim) pro problema da subsistência alimentar?)

Ela: _... hum... alimentar? Eu não acho muito, não. Se bem que quando os agentes, esses agentes comunitários do Posto de Saúde, que é do César Maia, eles vêem situações extremas, sempre nos procuram. Porque sabe que a gente vai....vai fazer alguma coisa. Quando extrapola a área da saúde, eles nos procuram¹. Então, a gente vai, vê o quê que a gente pode fazer e tudo mais.

Eu: _ mas, vê programas? Quer dizer, vê programas que já existem ou vocês tentam, quer dizer, abrir isso – conseguem algum sucesso nesse sentido de abrir novas frentes, novas...

Silvia: - novas coisas, exato. Uma das coisas, além da questão do emprego, nós começamos a perceber, por exemplo, o cheque-cidadão, 100 famílias, e muitas mulheres ficam em casa sem fazer nada porque não tem, não tem! Não é que ficam em casa porque querem facilidade, bota a criança na creche ou na escola e fica comendo só a custa do cheque-cidadão que o governo do Estado dá. Não! Não tem emprego. Não conseguem faxina. Dão um duro danado, a gente conhece a história, a realidade. Então, o quê que a gente fez? A gente tá fazendo um programa de geração de renda. E a gente tem o apoio da Caritas Diocesana para isso. É como eu falei, tem que ser sempre com rede, sozinho você não faz nada. Então, o quê que a gente faz? A gente tá formando esse grupo de cooperativa. Nós procuramos, também, aqui no Fundão, o Gonçalo, que é da Incubadora de Cooperativas – ele vai nos ajudar. Ainda não veio, mas ele ficou de nos ajudar a formar a Cooperativa - o quê que é Cooperativa; como é que funciona... ? Mas, como ele tá demorando e tudo mais, a gente tá andando por

¹ Quer dizer, então, que alimentação, não faz parte da área da saúde?

conta própria. A gente foi em Icarai, visitar o que Irmã Rosinha, salesiana, tá fazendo lá. Lá tem uma padaria comunitária com as mulheres lá... E, prá que isso? Não existe emprego, a gente vai criar, nós. Entendeu? É uma geração de renda. Então, a gente tá arrumando um jeito de...dessas mulheres que não têm como trabalhar, não têm emprego, defender, pelo menos, a feira, o pão, o leite das crianças. entendeu? Uma coisa extra, que precisa todo dia e que, pelo menos...o marido tá desempregado ou é biscateiro – o que tem de gente que só faz biscate! Porque não tem emprego! A situação de trabalho do país é impossível! (Digo: _ é o mercado informal, né) É porque não tem emprego, não tem situação, não tem condição! É uma situação assim: o nosso país está jogado às traças e baratas. Só não vê quem não quer, né! ? Ou quem não tá no meio pobre desse jeito prá olhar a partir dos pobres, sabe? Porque além da violência, além da situação... o povo tá aí, é um povo bom, é um povo brasileiro. É um povo bom. Esse povo daqui é um povo maravilhoso. (eu digo: _ é um povo alegre...)Ela: — mais do que alegre. É um povo real, é um povo sincero, é amigo, eles vivem como uma família. Os vizinhos são como uma família, cuidam de nós como uma família. Não de nós irmãs, mas uns dos outros. É um povo bom! Sabe, esse negócio de delinqüência... primeiro, que os bandidos não deixam, mas aqui dentro não tem. O quê que é a delinqüência aqui? São eles, são eles, eles são os delinqüentes. Você pode correr atrás disso e, até, incluir essa pesquisa na tua, na tua... Quando você diz, assim: _ ‘ah! eu tenho dificuldade’. Não! Sabe por que? Porque é importante que você venha aqui! Que você faça...Não que eu não queira ir lá fazer a entrevista com você, mas é importante que você perceba que a maioria desse povo...merece que você se invista por eles, entende? Que você faça uma pesquisa POR ELES! Não pela violência, a violência não pode dominar e te escravizar! Eles, dane-se eles! O importante é que a gente possa ajudar esse povo que TEM condição de ser. Povo Brasileiro! Poxa vida, se eles não têm um canto nesse país que é deles, eles vão ter aonde no mundo? Entende? Mais do que Constituição Brasileira, prá mim, importa isso. Eu nasci aqui, eu tenho que ter direito a respirar em paz aqui, condição mínima de criar meus filhos aqui! Entende?

Eu: _ Me parece que essa solidariedade, quer dizer...essa...como você fala é um povo bom, é um povo que entre os vizinhos, que eles se ajudam.... me parece, que isso é, de certa forma, uma facilidade, né? (ela: muito! Muito grande!) continuo: —agora, no encaminhamento de soluções, na tentativa de encaminhar soluções frente ao governo, por exemplo – porque eu penso, às vezes... quando eu pensei essa pesquisa, mas, agora, até nessa segunda fase, vamos dizer assim, eu pensei o seguinte: ‘esse povo não consegue se comunicar ou, muitas vezes, tem grande dificuldade de comunicar diretamente com o Estado, ou com o poder público de uma forma geral, né’.² Então, penso que as entidades, que esses grupos (entidades religiosas ou grupos de mulheres e tal) pode ser um facilitador, um mediador no encaminhamento de soluções carregando a voz dessa população carente de... (ela: _é. Isso que a gente faz!). Então, alguma facilidade nesse sentido, né, de mediar soluções tentando, aí, pegar o exemplo, da subsistência alimentar?

Silvia: _ Olha, a facilidade vem, muitas vezes, meio indireta, né, no sentido... Por exemplo, ou através do poder que a Mitra tem nesses órgãos, que a Igreja tem nesses órgãos. Então, por exemplo, com a gente tá tentando conseguir um terreno do governo prá a gente poder conseguir construir um espaço pro Projeto prá ampliá-lo – o Projeto da Educação que a gente tem. Então, é... agora, como é que a gente faz isso? Há..., por exemplo, a GG terminou pedagogia, ela tem uma colega que trabalha lá na prefeitura. Então, com essa colega, nós estamos agora, nós vamos nos reunir – até

² Enquanto transcrevo vou ouvindo a minha pergunta e me deparo com uma formulação de pergunta que leva em consideração, ou que traz embutido, uma idéia de que o povo tem que tentar se comunicar, que a coisa acontece na vertical, de cima para baixo, por isso talvez a dificuldade de comunicação do povo, como eu disse.

semana que vem já está marcado uma reunião – prá gente fazer um projeto prá Prefeitura assumir a alimentação do Projeto VV. Ai, a gente não precisa ficar nessa correria procurando alimentação prá lá e prá cá. E, então, o quê que a gente faz? A prefeitura assumindo a alimentação, a gente já... a partir da alimentação, a gente já vai procurar uma maneira de conseguir um espaço, prá isso. Então, é, é dessa maneira que a gente tenta obrigar, entre aspas, o governo a assumir o que é dele, entendeu? Vamos tentar começar, agora, empurrar essa responsabilidade do GA (Grupo de mulheres da XY e adjacências). Então, elas conseguiram reabrir o Posto de Saúde, com muita luta, em 96. Em 96-97, com muita luta, né? Mas conseguiram. Tá aí, o Posto de Saúde funcionando direitinho, muito bem. Então, essas lutas... é assim. Com o poder, a favor do povo, é assim que a gente faz. O governo tem que assumir a Educação... o dia aí que saiu a diretora e tava um rolo danado, aluno sem... nós fomos no Ministério, lá no AP31, brigar, por uma diretora aqui, porque os alunos estavam sem. Fomos junto com a população, com as mães, reunimos todo mundo e fomos lá. Então, nesse sentido, a gente faz obrigando o governo a assumir o que é dele. Então, a gente obrigou prá que não ... o Josué de Castro não ficasse sem aula prá crianças, entendeu? Quando tá tendo muito pouca aula, não sei o que... a gente vai lá na Secretaria de Educação prá reclamar: ‘Por que tá tendo tão pouco aula, assim?’ Entendeu, a gente corre atrás. Ou então, por exemplo, alfabetização de adulto. A gente faz um trabalho com Alfabetização de Adulto ali, alfabetiza, não sei o que, depois a gente empurra pro Brizolão. Por que? Porque ali eles vão ter aula de alfabetização de adultos até a quarta, quinta série, até terminar o primeiro grau com o governo do Estado, entendeu? Então é uma... e, nós temos uma ex-aluna da alfabetização que está fazendo pedagogia na SUAM, alfabetização de adulto, uma senhora. Então, você percebe que você tem alguns casos que fala prá você: vale a pena... tá entendendo? Te dá um impulso.

Eu: _ eu fico o pensando o seguinte: quando tem alguma..., por exemplo, eu vou pegar o cheque-cidadão, que não foi interrompido, mas já teve até ameaças de ser interrompido, né, ou até o Posto, mesmo...algum tipo de Programa que beneficia a população, que supre, de alguma forma, alguma carência da população, de repente é interrompido. Interrompe, por falta de recursos ou, enfim, é interrompido. O quê que essa população, como é que você vê que essa população reage, qual é a reação?

Silvia: *_reagem. Não, não... mas eles reagem. Eles queriam... o dia que começou...a Benedita entrou e suspendeu, até que ela entrasse e visse como é que ia fazer, eles falaram: ‘_Irmã! A gente pode ir lá pro Palácio Guanabara fazer o maior panelaço lá, prá exigir que a Benedita faça o cheque?’ Então, eu digo: ‘_Não, calma, gente! Porque eles pediram prá esperar, então, vamos esperar. Se ela ligar aqui, o Palácio da Guanabara me ligar dizendo que não vai, então...’ Ainda vieram: ‘_Irmã, vai prejudicar a senhora se a gente for lá?’ Eu falei: ‘_Prejudicar a mim, não, mas eu acho que é imaturo, ainda. Ela tá entrando, vamo vê o que vai acontecer, primeiro. Depois a gente vai prá lá’. Quer dizer, existe a iniciativa. Quando a polícia chegou aqui, uns anos atrás, correndo atrás de bandido, dando tiro em qualquer lugar e acertou uma garota e matou, dentro da escola... - por isso que eles levantaram um muro enorme ali, agora, porque o muro era menor, o bandido pulou prá dentro do pátio, era hora do recreio, a polícia entrou atirando e acertou na cabeça de uma criança e matou. Eles foram prá Avenida Brasil, fecharam, foi notícia nacional. Entendeu? Existe reação, existe reação contra. Contra a ação violenta da polícia... se era prá fechar eles estavam prontos prá brigar. Eu: _me parece até que uma reação, de certa forma, organizada, né. Ela: _organizada e positiva. Eles querem, eles querem e vão lutar. Mas, também, tem muita coisa que volta contra a gente, por exemplo: o dia que cheque tava demorando, não sei porque razão, não sei o que, eu falei _Gente, calma! Não é assim e tal... o cheque pode ser que venha... tava demorando, não tinha notícia, não deixava eles ir lá e gritar o pessoal falou assim: ‘_Eu acho que a senhora tá ficando com esse*

cheque. A senhora não tá querendo dar o cheque prá gente, a senhora tá ficando com esse cheque. Se a senhora não tá querendo que a gente vá lá no Palácio brigar, é porque a senhora tá ficando com esse cheque, tá comendo nosso cheque. A gente vai te dar um pau em qualquer esquina aí.’ _____? Entendeu? Aí, eu falei: ‘ Bom, então vocês me batam, mas eu não tenho nada não. Não tenho nada não! Aí, os outros.’ – ‘ Gente, nossa! Não pode ser assim não!’... não sei o quê. Fica assim, não é fácil, não é uma coisa assim aí que maravilha, tudo muito bom, bom, não é assim. Você tem que ter muito claro o seu objetivo, porque tem dia que você tem vontade de mandar esses... tudo catar coquinho. Entendeu? Ah!... que... Mas você tem que ter claro o quê que é, qual é a sua proposta, você tem que olhar amplamente, prá agir localmente, senão você se perde. (Eu: e uma força interior grande, também...) Ela: Mas isso vem de Deus, né, e da própria opção vocacional, na própria opção de vida.

Eu: _Essas ações, né... recorre a algum programa governamental, conta com apoio de Instituições públicas?

Silvia: _ Todas, da prefeitura, do governo do Estado, tudo, tudo. Por exemplo, se eu vejo uma pessoa doente, eu pego aqui, a prefeitura, né, o pessoal do Posto e vou lá. Eles encaminham, fazem o que tem que fazer. Tudo o que eu vou, peço, falo assim: _ ‘Olha! Tem que atender fulano, tá com a diabete alta...’ eles vão prá lá, atendem, mandam a pessoa prá enfermeira (eu: _ já me falou que tem as parecerias com as Instituições Públicas) ela: _ tem, tem, todas, todas. (eu: _...é, me parece que vocês buscam muito...) ela: _ até federal a gente tinha.

FITA D – LADO A

Silvia: _ tem que ser assim, porque é uma iniciativa que não é prá eu fazer, entendeu? Mas como não tem que tá fazendo, entendeu? Por que? Qual é a minha fundamentação, prá eu, uma religiosa, uma consagrada a Deus, tá fazendo um tipo de coisa desse? É político? É político, não é partidário, mas é político. E qual é a minha política? É bíblica, é a defesa de vida. Jesus disse, João 10:10 – ‘ Eu vim prá que todos tenham vida e vida em abundância’. Então, eu tô embasada em cima da minha teologia, em cima da minha opção de vida, entendeu? Eu não tô fazendo uma política partidária... eu não me alheio com partido nenhum, entendeu? Eu tenho o partido que eu percebo que tem um pouco mais... claro, aquele partido que tem uma ideologia mais social, um pouco mais a nível do povo, eu tô... tô junto e soma força com esse partido, porque eu acho que tem somar, mas não como membro, como militância, mas porque eu tenho que votar, então é o partido que eu escolho, eu esclareço as pessoas... a gente fez uma cartilha, inclusive o documento 67 da CNBB é sobre as eleições de 2002. Então, a gente faz toda essa parte. Por exemplo, essa questão da fome. CNBB está atacando de frente a questão da fome. Você já tá por dentro disso, você já tem o documento 69? Então, você precisa desse documento, ele é fino, tudo...e vai falar, a partir da Bíblia, da partilha do pão, né? Jesus partilhou, ensinou a partilhar, o milagre do pão e dos peixes que ele partilhou. Então, nós precisamos aprender a partilhar. Não reter prá gente, mas partilhar. E não vai faltar, porque o Brasil – a CNBB parte desse ponto, né? – que o Brasil o maior, o país mais injusto na distribuição de rendas do mundo. O quê que estava nos faltando? É pão, é comida? Não! É partilha. Então, a questão bíblica da partilha, inclusive eucarística, evangélica da partilha, da missa, do pão... Jesus deu o pão partilhado... partindo disso para partir... nós temos obrigação de partilhar o pão, de não reter, de não acumular. O Maná no deserto, que foi acumulado, embolorava. Quem guardava pro dia seguinte, embolorava. Então, nossa! Nossa vida tá embolorando exatamente por isso. Porque nós estamos retendo o pão e não estamos partilhando com o irmão. Então, a nossa base é política, porque é uma política bíblica, é uma política de vida, de solidariedade, de dignidade, de justiça, de fraternidade, de AMOR evangélico prá todos, entende? Essa é a nossa postura. E... cristã, católica,

ecumênica, no meio do povo, a gente não vê religião prá atender a pessoa humana, porque a pessoa humana é humana. Então, ela não depende se ela tá nessa ou naquela religião. Religião é só uma maneira de você viver o segmento da palavra de Deus. Agora, do jeito que a pessoa quiser viver, ela vive. O importante é que ela tenha _____? _____, que ela tenha vida, tenha dignidade, que ela seja respeitada como pessoa humana, entendeu? Que ela seja respeitada, seus direitos – constitucional ou não... prá mim, a constituição... os primeiros que fazem a constituição são os primeiros que não a vivem, não a seguem. Prá mim, é um princípio evangélico, entendeu?

Eu: _ Vocês conversam isso – é até uma curiosidade – conversam, assim, com os grupos?

Silvia: *_ Sim, o ciclo bíblico trabalha nessa linha. A gente forma o povo prá agir politicamente em defesa da vida com os outros, porque quem tem um pouquinho mais de estrutura familiar – que, geralmente, consegue participar de um ciclo bíblico – deve lutar em favor do mais pobre e não querer ser cada vez mais rico e fugir da favela.*

Digo: _ que é o princípio do capitalismo, da sociedade, de, enfim, do que rege o mundo.

Silvia: *_ Então... por isso é que a gente faz o ciclo bíblico, porque no ciclo bíblico você discute isso, coloca os princípios evangélicos e faz a pessoa caminhar em favor do mais pobre, mais pobres até do que eles mesmos, todos morando na mesma favela. Esse é o nosso objetivo. A solidariedade tem que ser deles também, não é só quem não tá aqui com eles. Deles com eles mesmos, com quem tá mais prá baixo que eles.*

Eu: _ quais seriam as limitações da sua entidade, da sua Congregação, aqui no nível local, no enfrentamento dos problemas? Limitações.

Silvia: *_ Ah... é porque é difícil, é um trabalho difícil porque você não conta com toda boa vontade do próprio povo. Isso não existe. Muitas vezes você tá ali, empurrando a pessoa, e a pessoa tá mais é querendo ficar quieta, no canto dela.*

Eu: _ Me lembro de uma expressão que você – agora, eu não tô lembrando a expressão – mas é um coisa que me impressionou, da primeira vez que eu vim conversar com você, falou justamente disso, quer dizer, você empurra e as pessoas e parece que tá ali...você falou: ‘_a fome chapa’. Aí a gente tava conversando sobre fome e você falou: ‘_a fome chapa’. Isso ficou na minha cabeça – chapa, no sentido de que a pessoa não consegue... acho que qualquer necessidade, talvez, né?

Silvia: *_é, não consegue. Não, porque se a pessoa ficar chapada lá, parada, ela não tem nem iniciativa. E, isso é claro. Então, você, no início, você tem que dar muito empurrão, até a pessoa experimentar vitória. Quando ele experimenta pequenas vitórias, pequenas conquistas, aí começa a acreditar. Mas, no início, quem tem que acreditar é você sozinha. E isso é a maior dificuldade, o teu ideal, tua vontade, seja política, seja evangélica, seja vocacional, seja missionária, tem que ser TÃO grande, prá você e prá ele, entendeu? Eu tô falando ele, o chefe da família ou a chefe da família, porque a maioria aqui é a mulher que leva a família, mesmo tendo o homem dentro de casa. Então, o quê que acontece? No início é você que tem que empurrar, você tem que fazer acreditar. Aí, depois... é por isso, que não se pode pensar um trabalho pro povo à nível globalizado, assim um nível maior, ou a longo prazo, sem pensar o indivíduo, a pessoa, esse tu a tu, essa preparação personalizada, sabe essa relação personalizada, com cada pessoa, porque não adianta. Você pode falar prá multidão... entra num ouvido e sai no outro. Agora, se você tem esse tu a tu – e político sabe disso, é por isso que eles fazem o tu a tu, entendeu? Eles falam em rede nacional, mas eles fazem o tu a tu. Se você não faz isso – e isso é política – você também não chega a nada. Eu pergunto: _ grupos pequenos sim, locais? Silvia: *_ Não! Mas você tem que... mesmo grupo pequeno – você tem 5 mulheres tentando trabalhar em alguma coisa, você, de vez em quando, tem que ir na casa daquela, conversar com ela, falar do problema dela! Você tem que ir é na casa da outra, e da outra e da outra prá falar o seu eu, entende? E isso exige prá você, é de você que exige a questão. E eu me**

identifico não é nesse, naquele, naquele ou naquele grupo – é exatamente nesse papel, como eu já te falei um dos nossos objetivos, como Congregação, mas como comunidade, que moro aqui, é isso, de ser sinal de esperança. E o sinal de esperança é esse elo, de ligação, que vai, vem, que incentiva, que forma um grupo, que prepara o outro, que marca uma reunião, que dê perspectiva pra um grupo, pro outro, pro outro, pro outro... entende? Esse é meu papel. Eu não posso me identificar com um grupo, ficar naquele grupo. Por isso eu também não posso me identificar com partido político e ficar naquele partido. Porque eu tenho que trabalhar com todos. Agora, na hora de votar, é claro que eu vou votar no partido que eu vejo que tem um pouco mais de coerência, à nível do que fala e do que faz, realmente pro povo.

Eu: _ Bom, na questão da Rede de Solidariedade, né? Quais as contribuições que a Rede e como, vamos dizer, iniciativas como a Rede, pode trazer... - mas, não pro conjunto dos movimentos locais – de uma forma mais ampliada? Tem aqui a Rede local, mas uma rede maior, como se tivesse juntando os movimentos populares de outras localidades; qual contribuição que movimentos como a Rede, ou iniciativas como a Rede, podem trazer – também tem os Fóruns Sociais Interestaduais, Municipais e, até Internacionais...

Ela: _ E, agora, vai ter o Fórum Social da Igreja Católica, é primeiro Fórum Social do Rio de Janeiro, da Igreja Católica do Rio de Janeiro, é o primeiro, quer dizer, vamos fazer outros. Mas... eu acho, eu tenho o desejo que essa Rede de Solidariedade seja, assim, como um, eu não sei, um programa piloto (O TELEFONE TOCA E INTERROMPEMOS A ENTREVISTA).

Eu: falando dos movimentos sociais maiores... o conjunto dos movimentos populares. Ela: _ Ah! Eu tava falando... que eu sonho que a Rede Solidariedade pudesse ser, assim... pudesse produzir um documento pequeno, uma página só, e clara, bem clara que pudesse tá intercambiando com outros grupos prá que a gente pudesse ter maior comunicação. E sonho, também, que a

Rede Solidariedade pudesse ter como que uma palavra de ordem, como grupo, mas isso precisa ser amadurecido, ainda. A gente ainda tem muita... ainda não se conhece muito, tudo... aliás, talvez seja eu, porque eu participo bem menos, talvez, do que as outras pessoas, mas...nem sempre eu posso na data, no horário marcado mas, de ter, assim, uma palavra de ordem que seja peso na frente de entidades públicas, entendeu? ... prá falar em nome da comunidade.

Eu: _ Quando fala em palavra de ordem – fala em um conjunto de valores, seria isso, não?

Silvia: _ Não, não não, que ela tenha um peso de palavra, por exemplo: A Igreja Católica. Quando a CNBB fala, sai na televisão, ela tem um peso, tem uma palavra que vale, entendeu? Por que? Porque ela tem uma organização, muito forte, sólida, interna, que faz frente. Então, penso... como esse Seminário que a gente vai fazer dia 27, que disso saia um documento, alguma coisa, que tenha uma...não sei se um documento, mas que vá fazendo com que a gente vá tendo uma identidade que... aí no futuro: _ 'poxa! Rede Solidariedade tá pressionando prá que abra tal escola, Rede Solidariedade tá pressionando prá que faça alguma coisa'. Então, de repente, começa a aparecer na cidade do Rio de Janeiro uma força nova em favor dos pobres, entende? Que seja uma força nova a favor dos pobres e que tenha peso, mas que tenha uma luta, um povo que luta, entende? Que seja uma representação dessa luta que ninguém conhece, que tá nas favelas, sabe, que tá, assim, como você tá vendo... a nossa luta aqui.

Eu: _ porque tem os movimentos... tem essa sua luta aqui, a luta de um grupo de mulheres ali....

Silvia: É, é, A Rede de Solidariedade reúne essas forças, entendeu? E, um dia, a gente poder falar como forças, forças ocultas, submersas na realidade da pobreza, que ninguém vê, que não sai no jornal, que não tem nada, mas que tem um força porque a gente se uniu, entendeu? Que, de repente, aparece. Sabe? Não tem o crime organizado? Vai ter que ter o grupo que não é do crime organizado, também, nas favelas. Eu: _

Você acredita, da mesma forma, nesses movimentos até maiores, vamos dizer assim, do que a Rede Solidarietà, nos encontros Interestaduais entre os Movimentos Populares, no Fórum.. que teve há pouco tempo, né, eu acho que ... Ela: *_ Fórum Social... né, Internacional, no Rio Grande do Sul... eu acho ótimo. Eu acho que é por aí o caminho, é por aí o caminho, o caminho da resistência, contra a globalização, contra a marginalização das pessoas, tudo mais. Eu acredito nisso. A gente tem que ter uma força e tem que ter uma força mesmo prá fazer frente, prá obrigar o governo a trabalhar prá nós, eles têm que trabalhar, entendeu?*

FIM DA ENTREVISTA

TRANSCRIÇÃO DA FITA E – ENTREVISTA COM Jorge

LADO A

Identificação: Jorge

Instituição: IGREJA CATÓLICA

Jorge: _ *Pertenço à Igreja Católica, e atualmente, cccc eu sou o Coordenador Estadual e... durante muito tempo eu fiz parte da Grupo da Pastoral da Paróquia dessa região da Leopoldina. Saí de lá, agora já faço parte da coordenação no nível Estadual.*

Eu: _ *É ligado a outras entidades?*

Jorge: _ *Não, não, somente ao Grupo da Pastoral.*

Eu: _ *Mora no mesmo local onde fica o Grupo da Pastoral?*

Jorge: _ *Relativamente próximo. O Grupo da Pastoral fica na Penha e eu moro na Penha circular, o bairro vizinho, mas, né, relativamente próximo.*

Eu: _ *Então, a Paróquia fica na...*

Jorge: _ *na Penha, no cccc da Penha. Eu moro na Penha Circular, que é um bairro pequenininho, do lado da Penha.*

Eu: _ *Agora, vamos tentar falar um pouquinho da caracterização da própria entidade. Gostaria que você falasse um pouquinho da sua participação na entidade – você já falou que é coordenador e, agora, passou para o nível estadual e... gostaria que você falasse um pouquinho sobre sua participação na entidade.*

Jorge: *É... a gente, nessa função de coordenação, tenta propor atividades, confeccionar materiais, promover eventos para os grupos de Igreja Católica que caminha nas paróquias, nas comunidades. Também, ser um espaço de referência pro pessoal tá buscando informações e, também, um espaço onde a gente possa estar acompanhando esses grupos de Igreja Católica que existem. Em linhas gerais, né, esse é o nosso trabalho de Coordenação. Antes, a gente fazia isso nos grupos da Paróquia e, agora, eu faço isso em Coordenação Estadual – é o acompanhamento em todas coordenações diocesanas do Estado do Rio de Janeiro.*

Eu: _ *No seu caso, como surgiu esse grupo? Quer dizer, no seu caso, a gente fica um pouco... – por ser um grupo mais antigo, tem muitos anos, eu não sei – tem quantos anos?*

Jorge: _ *já vem da década de 80, só que passava por alguns ciclos, né. Isso também varia muito com relação à própria comunidade e com relação ao próprio padre, né, párocos que não gostavam do trabalho com as pessoas do Grupo da Pastoral... simplesmente acabavam e no que vinha um outro o trabalho era retomado. Então, hoje, o trabalho que se tem deriva dos grupos formados a partir de 1997, foi quando houve o reinício do Grupo da Pastoral... então, nós, chegamos a ter, no período, algo em torno de 7 grupos na Paróquia – não tínhamos somente 1 grupo – muito conhecido como Grupo da Pastoral -, são pequenos grupos que a gente chama de Grupos de Base, grupos de 5 a 15 pessoas que não necessariamente se encontram na Paróquia, passam por toda uma etapa de formação, desde o momento em que ele é chamado a montar esse grupo, a formar parte de um grupo da nucleação, partindo para toda fase de iniciação, onde ele se descobre como pessoa, se descobre como Igreja, se descobre como sujeito social, também se descobre na sua relação afetiva, na sua relação espiritual e na sua relação como sua própria capacitação. Prá... num momento, mais à frente, esse grupo tá assumindo um papel mais enfático dentro da comunidade (pergunto se ele está falando mais sobre os líderes – ele responde que não, todos passam por isso: _ todos, nisso, nós envolvemos todos). Eu: ... no momento que seja a militância, né, aí, alguns vão ficando pelo caminho e os que já têm uma maior liderança... em geral, vão assumir outras pastorais ou, então, vão militar em partidos,*

em movimentos sociais. No momento de militância, essas pessoas vão, também, elaborando seu projeto de vida e vão seguindo a caminhada, até porque a gente, lá, nunca tivemos a preocupação de manter um grupo, né, Grupo da Pastoral por 20-30 anos, né, cccccc, lá, prá gente, é faixa etária, não é essa estória de estado de espírito. Então, o grupo cccccc tem início, meio e fim e o fim necessário para que as pessoas que passaram por um processo de formação possam estar se inserindo, cada vez mais, na sociedade, seja na própria Igreja, ou na própria comunidade paroquial em outro serviço como, também, fora dos muros eclesiais, né, nos movimentos, nos partidos, nas associações, né.

Eu: _ Na verdade, tem o trabalho religioso, mas também esse trabalho todo de construção de um cidadão...

Jorge: _ Sim, sim. O Grupo da Pastoral (DAQUI EM DIANTE, GP) nunca acreditou numa separação de fé e vida. Então, a gente, ao mesmo tempo, que trabalha a questão religiosa, também trabalha a questão da construção o sujeito, essa construção do sujeito social, não só sujeito religioso. Então, tudo que envolve a vida dessa pessoa, ela tem que tá aqui nesse nosso processo de formação. Então, não é só como ação religiosa. Também, é formação social, formação pessoal, formação ___?ativa___, passa por tudo isso.

Eu: _ Você fala que tem uma definição aí de... limite de faixa etária, seria...

Jorge: _ É, a gente...Em geral, os grupos, eles, em média, são jovens aí na faixa de cc a ... menos, menos, cc, vamos colocar de cc a cc anos. Pessoal que acaba assumindo a coordenação, né, são pessoas que passaram por isso. Então, são pessoas aí... que ficam na faixa, aí, dos cc aos cc anos. (pergunto: - que é o seu caso?) ele continua: _ que é o meu caso. Eu: _ Você fez parte de um grupo? Ele: _ Eu fiz parte de um grupo, fiz parte de um grupo, de base, e fizemos toda a caminhada e chegou num momento onde houve... cada um assumiu seus trabalhos – então, teve gente que assumiu catequese, trabalhos internos, uma pessoa rapaz foi militar no movimento ccccc, é... gente, também que se envolveu com ONG's... então, quer dizer... teve gente, também, que, depois desse período, não continuou a militância... cada um, realmente, tomou seu caminho, mas a gente ainda continua se encontrando, não como grupo, mas, porque o grupo, ele não só serve prá trabalhar a questão de formação, mas acaba criando um vínculo de amizade muito forte. Então, são pessoas que a gente se fala até hoje, são amigos, confessores... então, há um vínculo, também, muito forte diante desse trabalho.

Eu: _ Você disse que em 90, 93, se não me engano, (ele: 96, 97...) havia uma questão em especial a ser discutida nessa época, nesse reinício você lembra – qual a questão mais...?

Jorge: _ durante... o que nós queríamos era retomar um projeto de evangelização das pessoas que inserisse, também, as questões sociais, porque é uma época - ainda continua, infelizmente – no Rio de Janeiro, é uma diocese muito conservadora, então, ela não dá muitos espaços para a discussões sociais e o GP, ele ao longo dos anos, ele sofreu uma perseguição implacável por parte da diocese do Rio de Janeiro ao ponto de, por três vezes, a coordenação da diocese e a coordenação de vicariatos, que são conjuntos de bairros, né, elas foram sumariamente expulsas, por três vezes – a última vez ocorreu em 1992, março de 1993, retificando. E... e dava espaço para um projeto de evangelização das pessoas muito moldado nos termos da renovação carismática e de outros movimentos de pessoas que basicamente, não totalmente, mas basicamente, voltados única e exclusivamente para a questão espiritual. São movimentos espiritualizantes, pouco ou nada observando o que acontece à sua volta (eu: o contexto social, né?) ele: _ o contexto social. Então, a nossa preocupação da remontagem era essa: era de voltar à tona com a discussão social, de fazer isso de novo comum nas pessoas.

Eu: _ Hoje, qual seria a questão que você coloca como a questão chave, a questão, de fato, que está sendo discutida?

Jorge: _ *Hoje a questão principal que está sendo discutida dentro do GP – e, aí eu coloco no Brasil, né – é a questão das políticas públicas, né, para as pessoas que participam dessa Pastoral, principalmente na questão de políticas públicas para a educação e de políticas públicas para geração de emprego. Então, esse é o principal tema que o GP vem discutindo no Brasil inteiro, e em outros... só que, é lógico, em cada localidade há as discussões próprias. No Rio de Janeiro, não dá prá dizer qual discussão que rola porque o GP da Arquidiocese do Rio de Janeiro, ela, na verdade, apesar de ter o nome, ela muito pouco, ou nada, ela assume o projeto do GP do Brasil, somente algumas paróquias resistentes à esse modelo de Arquidiocese é que ainda continuam se encontrando e fazendo praticamente uma rede paralela de grupos de GP que assumem a GP na sua essência, grupo este que a gente faz parte.*

Eu: _ Os membros da comunidade – como eles procuram vocês, o que eles esperam de vocês? O que você acha que eles esperam?

Jorge: _ *Basicamente, a comunidade, ela busca a questão de evangelização juvenil, basicamente, né... de fazer a pessoa se voltar mais para a Igreja, para as coisas de Deus – isso é a grande preocupação da comunidade. Segunda preocupação é fazer com que a pessoa não saia da Igreja, garantindo, né, burros de carga suficiente para obra na paróquia – festa junina, festa do padroeiro, porque nessas horas o burro de carga é o fiel, ele que monta barraca, ele que cuida da animação, do som, né então, a paróquia não quer perder isso por essa conveniência, né, é muito conveniente prá eles ter pessoas em grande número para isso. Então, basicamente, a comunidade...*

Eu: _ Mas, a própria comunidade, o que ela espera, ela vem em busca de quê? É uma busca espiritual...

Jorge: _ *Ela quer mais... exato. Ela espera que a gente faça mais uma busca espiritual, inclusive, uma grande crítica que muitas comunidades fazem ao GP é que o GP é pouca espiritualista, pelo fato de se preocupar com questões sociais. Então, de vez em quando, quando não sempre, nós somos acusados de sermos petistas, até agentes esquerdistas infiltrados no seio da Igreja Católica... Eu: _ como já foi, talvez, no passado. Ele: como continuando sendo, né. Até, há pouco tempo atrás, um dos Bispos auxiliares do Rio de Janeiro, Dom Filipo, ele visita o Grupo, a Paróquia São Jorge, em Quintino, declarou, né, que o GP do Brasil, ela tem como objetivo formar quadros para o PT. Então, essa declaração resume muito bem o que a Arquidiocese do Rio de Janeiro pensa sobre o GP e como ela faz prá destruir esse modelo e implantar um dela próprio, né. (eu: - mais tradicional) ele: _ mais tradicional, mais carismático, porque o que chama a pessoa não é tradicionalismo, é festa, festa e busca espiritual desenfreada – é isso que consegue cativar grande parte da juventude das grandes massas urbanas. E, o Rio de Janeiro não fica fora desse exemplo, vide Deus é 10, padre Marcelo Rossi, padre Zeca, padre Jonas Abib e outros do gênero. Então, no Rio de Janeiro o GP, ele dista muito do projeto da GP do Brasil, com exceção desses grupos que ainda resistem – aí, esses estão espalhados por toda cidade do Rio.*

Eu: _ então, quer dizer, os modelos parecem um pouco diferentes, bastante diferentes.

Ele: _ são conflitantes. Há, inclusive, conflitos. Há conflitos entre os dois grupos, né.

Eu: _ suponho que a organização, ela obedece – a organização interna, a divisão de tarefas – ela obedece ao mesmo modelo da Arquidiocese ou ela tem um modelo próprio?

Jorge: _ *Em relação a gente? Eu: _ Isso. Ele: _ Não. a gente... nem, nem se importa com os modelos que a Arquidiocese implanta, a gente vai direto em tudo aquilo que pensa, reflete a CNBB – a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – a gente já vai direto lá, porque a gente já sabe que há um conflito nosso, né... é um conflito ideológico com as posições da... oficiais da Arquidiocese do Rio.*

Eu: _ Mas, aí, a organização – como é que vocês dividem as suas tarefas, como é que essa organização (Ele: _ *basicamente*) por exemplo, você, agora, passou pra coordenação estadual – como é que... mas, antes, você fazia parte da... municipal...

Jorge: _ *sim, sim, é. Nós temos um grupo, né, paralelo, né, a gente – alguns brincam que a coordenação oficial, né, ela... a sigla é CGP (Coordenação Arquidiocesana do Grupo da Pastoral) – então, nós brincamos que nós temos a CAOGP, a Coordenação Arquidiocesana Oficiosa da GP, né, e não tem um modelo de... ‘ah! quantos vão por reunião’. Nossas reuniões, as reuniões são abertas, vão quantos puder de cada comunidade que estão integrados conosco, né. Temos um grupo que, hoje, faz um acompanhamento mais sistemático dessas comunidades, desses grupos que caminham conosco, de padres que nos apoiam, de leigos que já têm alguns anos de serviço a esta autêntica GP e... os nossos encontros são feitos, assim, de forma aberta, não tem essa coisa de 1 por paróquia, dois por paróquia; nossos eventos também são abertos, vai quem quer e... eles, também, quando eles precisam de algum material, de alguma coisa, eles não têm, necessariamente, uma pessoa a quem falar, não tem o coordenador, nós não temos o coordenador, né, nós temos essa equipe de assessores que encaminha a pauta da reunião, que convoca o pessoal... mas, quando as pessoas têm que procurar, procura um desses assessores, não há... não existe algo hierarquizado, assim, sistematizado, hierarquizado, não, isso aí... não é o nosso modelo – nosso modelo é bem... é bem solto, bem livre, respeitando a realidade de cada comunidade sem querer impor... impor nada. A única coisa que, realmente, nos une é o fato de todos esses grupos estarem assumindo o projeto da GP do Brasil, né. Agora, com relação à questão da organização é uma coisa, assim, mais rede, né. Até há algum tempo atrás, a brincadeira nossa é que nós formamos o arquipélago do Rio, porque éramos várias ilhas de GP espalhadas pelo Rio e tínhamos esses momentos de encontro, né, que eram o momento do arquipélago, onde todos se encontravam. Então, ainda hoje, a gente já não usa muito mais esse termo, mas, na essência, ainda continua isso – uma rede, é um arquipélago, ilhas de GP que temos aí, espalhadas pelo Rio, e que existe esse momento de encontro, que a gente troca experiência, que a gente passa todas informações da GP do Brasil, do Estado do Rio, repassa material, eles, também trazem suas dúvidas, falam como estão a caminhada dos grupos e planejamos alguns eventos em conjunto, tanto que agora, 17 de agosto, é um sábado, está convidada, nós vamos realizar um Seminário de Formação Política, onde vamos discutir o tema das eleições, baseado no Documento 67 da CNBB e, também, vamos discutir o dia cccccc, que é comemorado todo ano, no tema – que é o tema do ano passado e que vai continuar nesse ano e no próximo também, né, vai girar em torno da políticas públicas. Então, vamos estar nesse sábado, 17 de agosto, na Paróquia CCC, em CCC, vamos juntar todo mundo do Rio, vai ser o Seminário da CAOGP, né, sobre eleições e políticas públicas e em novembro nós vamos dar início à nossa escola de assessores de Grupos de Pastoral. Então, vamos estar em seis etapas, vamos estar formando pessoas para estar assumindo esse trabalho de acompanhamento e assessoria de grupos de pastoral, que é uma coisa que... que falta muito, ainda, a questão de assessoria, de acompanhamento.*

Eu: _ Quando você chegou à Coordenação, foi através de uma eleição, ou manteve essa dinâmica mais aberta, que você falou?

Jorge: _ *A questão da... da... houve o seguinte: aqui,... dentro desse grupo, a coisa... eu fui escolhido para ser o representante desse grupo na Coordenação Estadual da GP. Já que o Rio de Janeiro, ele se exclui de participar tanto da Coordenação Estadual quanto da Nacional, então, nós ocupamos esse vazio que a Arquidiocese oficial se recusava a estar presente. Então, entre nós, em nossas reuniões, a gente sempre escolhe pessoas pra representarem esse conjunto. Então... né, eu estava à disposição... e a coordenação também, o pessoal, né, todo mundo concordou e a gente não tem essa coisa muito esquematizada de eleições, representação de candidatura, não, né. A gente vê as*

peessoas que estão dispostas a ir, que têm condições e o grupo, né, escolhe a que achar melhor... de acordo com o perfil da pessoa, com o que deseja que leve prá essa coordenação estadual, né, que tipo de pessoa – porque, às vezes, dependendo da situação pela qual passa, a coordenação estadual e nacional, um perfil é mais indicado que o outro – então, a gente faz essa análise, em grupo, sem eleição secreta, nada disso, na maior irmandade. E escolhe a pessoa prá representar e foi o que aconteceu comigo. E, agora, em abril, houve a Assembléia Estadual da GP e o meu nome foi indicado, eu aceitei a indicação e fui eleito. Aí, numa Assembléia, né, com a presença das 10 dioceses do Rio, aí tem que ter uma coisa mais formalizada.

Eu: _ E, a participação na Rede Solidariedade? Vamos tentar entender um pouquinho a participação de vocês na Rede, nessa Rede de Solidariedade da Leopoldina.

Jorge: _ *A nossa participação aqui, ela já vinha de um contato que tinha tido no Cepel, já de algum tempo, né, do Cepel... de visitar a comunidade, já de conhecermos o trabalho do Cepel e, em 99, nós fizemos...pela primeira vez, na Paróquia, a Semana da Cidadania, que é um projeto da GP com intuito de ser uma semana de eventos prá despertar a questão da cidadania no meio da juventude e, aí, abordando todo tipo de coisa. E, no último dia, fizemos uma exposição com ONG's e outros movimentos sociais da região e... o Cepel foi convidado, o Cepel esteve presente, o SS também teve presente... eu: _ uma organização de vocês... Jorge: _ ... um evento nosso que chamamos os grupos para estarem expondo o trabalho deles, foi uma exposição. Para eles mostrarem para a comunidade o que, afinal, estão fazendo. Então, o SS teve presente; o Centro de Atendimento à Mulher - o Cresam – o Cresam esteve presente, também; e vários outros – Movimento Tortura Nunca Mais; o ENONIA; MORAN (Hanseníase); o movimento Fé e Luz, que trabalha com deficientes mentais, enfim, foram vários grupos chamados – Instituto de Pesquisa de Cultura Negra, enfim, chamamos um monte prá tá lá, expondo e, aí, o Cepel junto com o Elos, também, se não me engano já estavam com alguma idéias, né, sobre isso e... não querendo reivindicar a paternidade, mas eu acho, eu acredito que aquela exposição foi um pontapé legal, foi um bom empurrão, porque a gente acabou ali fazendo, meio que sem querer, uma rede – de ONG's e Associações da região. (Eu: talvez até a primeira reunião de vocês..) Ele: _ *é... eu realmente estou meio esquecido das datas como a coisa começou aqui..., mas deu... ficou algo visível. Fizemos isso em 99 e em 2000 repetimos a dose e, de nove, Cepel presente na exposição e aí veio o convite prá gente tá participando... e, basicamente, aqui, o nosso grande intuito é de tá mostrando que, apesar... né, são dois objetivos: primeiro, a gente tá mostrando que a GP, ela tá aí, muito combatida, muito perseguida, mas continua presente, né, e, uma outra, também, é a de tá conhecendo os grupos que atuam na região, né, porque o grande barato, prá gente, na rede é... a questão de que se precisar de um grupo, de um grupo, de coisas que o outro grupo desenvolve de uma forma muito boa, por quê que eu vou, né, montar algo que o outro já está fazendo? Por quê que eu não dou um apoio prá eles continuarem fazendo o que estão fazendo? Já estão fazendo bem! Podiam, às vezes, estar fazendo mais, mas não podem estar fazendo mais porque não há condições, seja material humano, financeiro, apesar de que financeiro nunca foi o forte do grupo mesmo, mas tudo bem. E... então, basicamente, são esses os nossos dois objetivos: é mostrar a nossa cara, dizer que estamos aí, que estamos vivos e, de outro, de conhecer os grupos que fazem parte aqui, que estão atuando na região, né, prá buscar, cada vez mais, uma integração entre eles, né.**

Eu: _ E a rede como um todo, né. Quais são os objetivos da Rede como um todo?

Jorge: _ *Prá mim, eu tenho bem presente que a... Rede, ela tem esse objetivo de integrar. Prá mim, o grande objetivo é esse: é de Integrar grupos e movimentos atuantes na área, um ver a cara do outro, saber que o outro existe, saber no que o outro está atuando, né, porque a gente... nós vamos somar forças. (Eu: essa também seria a*

grande contribuição, vamos dizer assim?) Ele: *_ a grande contribuição da Rede, a razão de ser da Rede, acredito que seja essa. E, além disso, né, uma coisa que, agora, a Rede vai promover, né, é de, nesse momento, é de troca de idéias, de informação que não seja somente as reuniões. Quer dizer, a realização desse Seminário é algo muito importante, né, de tá congregando todo mundo prá tá discutindo de uma forma mais sistematizada temas que são... que são preocupações, né, temas que estão aí em voga nas discussões desses grupos e que, às vezes, não têm um espaço onde se possa tá partilhando isso com os outros, com os outros grupos, porque, às vezes... porque, às vezes, nessa troca, aparecem coisas que prá grupos não eram muito claras. Então, acaba sendo um espaço de formação super interessante.*

Eu: *_ Como essas discussões que acontecem na Rede – se é que elas chegam – como elas chegam na comunidade, né, no cidadão que tá ali, que não faz parte das reuniões, que, de repente, não faz parte do Grupo da Igreja Católica, nem da GP, de forma sistemática... como chega, se é que chega, né?*

Jorge: *_ Aí, a coisa pesa, a coisa é bem mais difícil chegar... aqui, na verdade, a reunião também da Rede aqui é um laboratório de sacações, né. Então, aqui, às vezes, eu já tive altas sacações do que eu possa tá fazendo lá: ‘pô! Isso aqui me deu uma idéia legal’. Então, quer dizer, não que as discussões chegam aqui, mas as reuniões, às vezes, inspiram essas sacações que a gente vai tá fazendo lá e, aí, sim, atinge a pessoa que não participa da discussão. Não que o que sai daqui a gente pega prá fazer resumo, reunião em cima disso, não. Ela ajuda a ter essas sacações de coisas que a gente pode tá fazendo e realizando lá no nosso meio. Eu: *_ Talvez, até, através da troca de experiências? Ele: *_ Sim, é nessa troca de experiências e nos debates. Às vezes vem uma sugestão de um texto para publicar no jornal da Paróquia, de um tema que, às vezes, você não tava nem imaginando, né, como por exemplo rolou sobre a questão da Dengue. Era muito massificado pela propaganda institucional e, aqui, o debate tomou um outro rumo e de coisas que eu ainda não tinha sacado, eu falei: ‘pô, é isso. Como é que eu ainda não tinha sacado isso antes? Pô, como é que agora eu posso fazer isso prá levar lá prá galera? Pô vamos pedir um espaço lá na Paróquia, vamô botar isso’. E, aí, bota isso. É um jornal com 1500 exemplares, quer dizer, corre a Paróquia mesmo, todo mundo lê, né. Então... as reuniões ajudam nisso: nessas sacações que a gente tem pro nosso trabalho. Eu: *_ prá poder chegar na comunidade de uma forma que eles entendam... Ele: *_ de uma outra forma. E, às vezes, sacações de temas que, às vezes, a gente nem tá antenado, mas a gente descobre que, na verdade, as pessoas são antenadas e eu falei, ‘bom, então a gente tem que falar sobre isso’. Eu: *_ então, por exemplo, vocês, na sua Paróquia, parece que usam o jornal, usam as festas, as próprias festas da... Ele: *_ a festa da comunidade, não. A festa da comunidade, aí, é festa festa. Aí, também, é prá desafogar um pouco. A turma já trabalha direto, se for tentar na festa fazer alguma coisa, a gente sabe que não dá certo. A gente, lá, também deixa claro....*******

ACABOU O LADO A DA FITA.

LADO B

—... paroquial, que surgiu dum grupo, de um desses grupos de base, é... foi ele quem fundou o jornal, montou e sempre com 1500 exemplares, que atende à paróquia inteira e o jornal tomou uma proporção tão grande que a Paróquia pediu para que em vez de ser um jornal da GP, transformasse em jornal da paróquia. Além disso, até... 3 anos atrás tínhamos um programa de rádio, dessas rádios de corneta, em favelas, era a Rádio CC, que fica no morro CC, nós tínhamos um programa de 5:30 às 6 da tarde, de segunda a sexta. Só que aí, ele vendeu a rádio e não renovamos contrato até porque faltava gente prá isso. E, também, nessa época, nos foi oferecido Rádio Bicuda e que,

infelizmente não pudemos assumir por falta de pessoas devido ao horário que era durante a semana às 7:30 da manhã, então aí era muito complicado prá alguém tá assumindo – então por isso é que nós não assumimos. Então, quer dizer, rádio é uma coisa que fizemos, mas que tivemos parar. E, também, um outro método... aviso paroquial, clássicos, avisos paroquiais e panfletagem, panfletagem é uma coisa que a gente utiliza bastante, né, Por exemplo, agora, nós já estamos nos preparando para o Plebiscito da Alca e, certamente, em agosto vamos ter, no mínimo, duas panfletagens sobre ‘o que é a Alca, Consequências da Alca’, e para no terceiro... vamos fazer dois finais de semana de panfletagem (digo: _ informativo) ele continua: _ exato, informativo. E, no terceiro seria o Plebiscito em si. Então, todos nossos eventos desse tipo... _ ? _ da dívida externa que rolou, Semana da Cidadania, sempre a gente faz com panfletagem.

Eu: _ Agora, para entender um pouquinho sobre a questão da subsistência alimentar, mesmo. A gente sabe que a alimentação é uma questão fundamental, né, assim como outras necessidades. Como é que o grupo pensa essa questão da alimentação, quando você se depara com famílias em situação de pobreza, que é o universo desse trabalho.

Jorge: _ *A questão da alimentação, ela, durante algum tempo, na Paróquia, ela foi trabalhada com a metodologia da Pastoral da Criança, a questão da multimistura... e, também... só que isso parou, parou. E, você tem, também, o tradicional trabalho assistencial, né, distribuição de cesta básica e, na juventude, um dos nossos grupos, o Grupo CC, o Grupo de Base CC, ele chegou no final, na sua caminhada e preferiu também fazer um trabalho de assistência ao povo de rua (pergunto: na região?) ele continua: _ não, na comunidade, da região ali, da Penha. Então, eles saem fazendo o trabalho de distribuição de café com pão. A intenção deles era de montar um centro de assistência social, dentro da Paróquia, coisa que não foi à frente devido ao Pároco, o antigo Pároco, só que, agora, com o novo Pároco, a gente espera que esse projeto volte a avançar, mas devido ao embarreamento do pároco anterior, então, alguns saíram, outras pessoas entraram nesse grupo. Então, é uma outra atividade, além do normal, devido a falta de apoio do antigo pároco com relação à montagem de um centro de assistência social, mas é um grupo que continua ainda na questão assistencial do café com pão, mas pensa em avançar. (pergunto: _ avançar em que sentido?) Ele: _ é de estar avançando de não só estar levando café com pão para o morador de rua, mas de estar presente nesse morador de rua, de tá fazendo um trabalho de acompanhamento social e, também, de encaminhamento prá entidades sociais - enfim, tentar reverter um pouco esse quadro da população abandonada. Essa é a intenção desse grupo, o que sempre contou com todo o apoio nosso, né, de coordenação, apoio dos outros grupos. De vez em quando, esse grupo deu uma fraquejada, membros dos outros grupos foram lá prá ajudar na continuação da distribuição do café com pão... então, a questão da alimentação, ela, ainda, é... ela é pensada dessa forma. (pergunto: _ uma forma, se é que eu entendi, mais no nível assistencial) Ele: _ ainda no nível assistencial, querendo dar o passo, né, prá uma intervenção mais sistemática, mas, ainda, essa intervenção não foi possível. (Eu: _o que você chamaria de intervenção mais sistemática?) Jorge: _ essa questão de tá fazendo uma assistência à população de rua, à população favelada ali da região – né, a questão da violência, ela breca bastante a ida dos jovens para as favelas, porque lá existe, também, capelas, a ida dos jovens prá lá é muito complicada... às vezes não por ameaça de... ali do tráfico local, mas pelo medo que já ficou nas pessoas, e é uma coisa que você não consegue tirar, outros conseguem, conseguem com uma dificuldade muito grande.*

Eu: _ existem outras necessidades, né, a questão da alimentação. Existe a alimentação, mas existe o vestir, existe, enfim, a questão do saneamento, a própria moradia... como é que vocês trabalham essas outras, vamos dizer assim, necessidades – pensam as outras necessidades?

Jorge: *_ Essa questão a gente... focou mais na questão da educação, né, que é uma coisa muito característica da CCC, a questão da educação. Então, nós... (pergunto: característico, como? Você acha que é uma necessidade...eles vêm como necessidade?)*

Ele: *_ um h um (sim) uma coisa que vem logo à tona é a questão da educação, né, então, alguns projetos nossos foram à frente, outros não, né... um deles é a CC Biblioteca Comunitária, esse projeto não conseguiu ir à frente; o Projeto de Alfabetização de Adultos foi à frente, né, não foi um projeto tocado por nós, mas membros da Pastoral colaboram, mas quem puxa mais é o pessoal da catequese; um Grupo da GP, um desses grupos de base montou um pré-vestibular comunitário, pré-vestibular esse que tá, agora, na sua quarta turma, iniciou em 98 e continua até hoje... (eu: indo até, um pouco, naquilo que você disse, né, uma preocupação de vocês é a questão da renda, quer dizer, você disse que um dos objetivos da Pastoral, hoje, ou um dos problemas que se trabalha, hoje, é a questão das políticas públicas, encaminhamento, geração de renda...). Ele: *_ então, a gente conseguiu focar muito na questão da educação, né, então; é outro projeto nosso foi a questão de 1º e 2º grau, mas esse ainda não foi à frente, mas há pretensão por parte de pessoas da catequese que a gente... já se colocou à disposição, já que a gente... na verdade, é o início e o fim, alfabetização e o pré-vestibular, o miolo aí, né... então, a gente tem... o nosso trabalho, hoje, consiste disso e logicamente de tá alertando a comunidade sobre a atuação governamental na questão da educação e em outras questões sociais e de mostrar... de fazer com que a comunidade, né, comece a ficar realmente indignada é... com o tratamento dado por nossos dirigentes, né. Então, a gente, também, foca muito isso – a questão da denúncia, de tá abrindo a boca, de tá alertando o pessoal, não só fazendo um trabalho, né, aí de... se é que podemos chamar isso de trabalho assistencial, né, mas, também, mostrando ‘olha a gente tá fazendo isso, mas a gente tá fazendo isso porque isso, na verdade, é função do governo que não tá fazendo isso, porque tá desviando dinheiro prá aquilo...’**

Eu: *_ Então, quer dizer, passa pela questão da construção de um cidadão, né, como vem sendo o trabalho de vocês, mas... gostaria de saber da alimentação, quer dizer, vamos focar, de novo, na alimentação. A alimentação prá você é um direito humano? Ele: *_ Sim.* Eu: *_ Por que seria? Parece uma pergunta meio... subjetiva demais, mas por que seria um direito humano? De que forma vocês trabalham a alimentação como um direito humano?**

Jorge: *_ porque é o seguinte: é... a gente podia ficar falando aqui de... saúde, educação, trabalho, geração de renda, agora, se não temos é... uma dieta alimentar digna, a gente não tem como conseguir educação de qualidade, conseguir é... batalhar por emprego, enfim, isso tudo vai girar em torno da alimentação – é condição básica da existência do ser humano, sem alimentação o ser humano não consegue... não consegue realizar suas atividades, é necessidade... básica, fisiológica, então, a gente entende por essa ótica.*

Eu: *_ Prá enfrentar esse problema da alimentação, né...porque a renda, a gente sabe, que a renda é insuficiente, muitas vezes, prá sustentar, prá dar conta dessa necessidade tão fundamental, né... como é que vocês, enquanto uma entidade importante, representativa, como vocês enfrentam esse problema, quer dizer, tentam encaminhar soluções prá esse problema, não só no nível assistencial, mas frente ao governo, né, tentando, aí, fazer uma mediação, vamos dizer assim, entre as necessidades da população e os nossos governantes...*

Jorge: *_ Na verdade, a gente, no caso... localmente, né. A gente ainda não... não conseguiu partir prá esse... caminho, né, a gente aproveita muito o que outros grupos estão fazendo, estão manifestando e, aí, quando entra também a questão da alimentação, a gente, assim como outros temas, nós também embarcamos, também... apoiamos. A gente não... não chega a fazer a mediação, né, de população como governo, poder dirigente, mas, na verdade, a gente vai apoiando todas aquelas pessoas, todas aquelas entidades que tão trabalhando, que têm o foco principal nesse tema. A*

gente, né, reconhece que não consegue dar conta... (eu: _ como se dá esse apoio, você consegue me dar um exemplo, assim?) Ele: _ o apoio (é basicamente a questão da divulgação do trabalho desse pessoal) – ele gagueja na fala da frase entre parênteses ... vamô tê um encontro dia tal, vamo ter a manifestação no dia tal, poxa fala lá pro teu grupo, pede pro pessoal ir. Aí, a gente vai lá, organiza o pessoal, vai lá, também e apoia ah! Vamos ter uma exposição teatral ou, então, ah a gente tá querendo mostrar um trabalho que a gente fez nisso, tal, tem como a gente, lá na paróquia mostrar pro pessoal, tal... também, portas abertas...

Eu: _ Por exemplo, o SS procurando vocês, ou qualquer outro grupo procurando vocês....

Jorge: _ SS procurando a gente, querendo divulgar coisa lá, portas abertas, como a gente chamou (eu: _ isso acontece?) ele: _ acontece, como a gente chamou o SS na época da exposição, o SS foi lá... no Seminário, Sábado, quem quiser expor, nós temos lá painéis de exposição pro pessoal colocar...falar, querendo levar material prá vender, prá mostrar, a casa tá... tá aberta.

Eu: _ Há... existem facilidades...por exemplo, essa questão do cheque-cidadão, houve uma ameaça de interrupção na distribuição desse cheque. Vocês são uma entidade, né, importante, representativa, né. Como você vê a população diante disso, quer dizer, ela... se mobiliza, ela não se mobiliza, vocês intervêm, (Jorge: _ não, sobre o cheque-cidadão...) eu: _ ou qualquer outro programa que já tenha sido incorporado na vida dessa população e que seja ameaçado, por exemplo, de ser interrompido, né...

Jorge: _ Não dá prá dizer que a comunidade é totalmente passiva, né, quando há algum perigo, a comunidade se manifesta. Não de forma integral, mas se manifesta, ela não fica 100% calada e a gente vai motivando essas pessoas a estarem buscando isso, né, é de instigar essas pessoas a estarem procurando, estarem lutando... a gente, é isso que a gente... (eu: _ você lembra de algum exemplo, assim, que possa estar ilustrando isso?)

Ele: _ por exemplo, quando a gente é... eu me lembro, me lembro quando houve, quando a Cedae tava com problema de abastecimento nas comunidades da Penha, então houve todo um movimento na questão da água, ali na região, a GP esteve presente, apoiando, não só presença física, mas também é... animando, com faixas, pintamos faixas, participamos ativamente da construção daquele dia de manifestação. Então, me lembro bem dessa questão, questão da água.

Eu: _ tentando, então, aí, organizar essa população...

Jorge: _ não diríamos, a gente não tava lá, a gente não tava à frente da coisa, nós colaborávamos à medida que éramos solicitados: 'anima lá o encontro', vamos animar; poxa! 'Pinta uma faixa; chama lá o pessoal, motiva, poxa, vocês são cccc, conseguem cativar melhor', a gente ia e fazia. Então, essa é a nossa colaboração, não é bem linha de frente, a gente fica um pouco mais de retaguarda, até porque a gente, na nossa avaliação, a gente viu que se dependesse, as pessoas, depender das pessoas que fazem parte da Pastoral, né, a gente precisaria de um dia de 24 horas, porque... se pudesse a gente abraçaria o mundo, mas a gente só tem dois braços, então, a gente só pode abraçar o que é possível. E, nas outras, a gente oferece a nossa presença como apoio, como colaboração.

Eu: _ qual o tipo de é... conta com o apoio de alguma instituição política? Ele: _ Não, nenhuma instituição política. Eu: _ os recursos – como é essa questão de recursos prá vocês trabalharem?

Jorge: _ basicamente os recursos vêm de duas fontes: da própria paróquia e dos próprios membros, vaquinha...vaquinha, rifa, vaquinha, rifa, doação, livro de ouro (aquele livro que assina e diz um valor de contribuição – fundo paroquial ou, então fundo pessoa), enfim...

Eu: Vocês recorrem à algum programa governamental?

Jorge: _ não

Eu: *_ nenhum tipo, nem, por exemplo, na questão da alimentação, por exemplo, na distribuição do pão e do leite...*

Jorge: *_ não, não não, porque isso teria... caberia à paróquia, porque todo trâmite legal quem pode fazer é a paróquia, nós... a Pastoral não é Instituição, não tem registro, não tem CGC, nada, quem tem isso é a paróquia, instituição (ou inscrição?) estadual... então, tudo aquilo que a gente possa fazer é... captando recursos junto à governos, junto à ONG's, tem que ser via paróquia.*

Eu: *_ E há algum, nem assim....*

Jorge: *_ A paróquia, sim, a paróquia... o programa café com pão conta mais com recursos próprios, mas a paróquia tem... os programas de assistência da paróquia, alguns deles, como por exemplo, a creche, há o convênio com a Prefeitura de fornecimento de alimentação, de apoio alimentar.*

Eu: *_ poderia me falar um pouquinho sobre isso.*

Jorge: *_ Apoio alimentar basicamente... ele é... a Paróquia entra com o espaço físico, com os funcionários, salário dos funcionários, tudo... espaço físico, funcionários e infra-estrutura e a prefeitura entra com a alimentação.*

Eu: *_ Tem outros tipos de programas assim, não?*

Jorge: *_ em outros locais, sim. Na Paróquia, é a única ligação que nós temos com o governo é essa: apoio nutricional à creche.*

Eu: *_ E aqueles programas tipo o de alfabetização, vocês usam algum tipo de...*

Jorge: *_ Não, a alfabetização, ela foi feita, ela é feita pelos próprios catequistas, pelos jovens da paróquia. Há um treinamento próprio, agora, foi feito um curso de capacitação, né, e formou multiplicadores. Então, essas pessoas quando retornaram, trataram de multiplicar esse curso e, aí, formam pessoas prá estarem trabalhando.*

Eu: *_ aí, seria externo?*

Jorge: *_ Isso. Em geral, quando um trabalho novo, novo, novo, a gente busca, manda sempre alguns representantes e, aí, eles voltam na qualidade de multiplicadores.*

Eu: *_ Desses trabalhos que vocês fazem, qual seria, assim, a ação mais bem sucedida ou que você poderia me dizer? Ele: _ a questão mais bem sucedida na Pastoral?*

Jorge: *_ Na Pastoral é... o que fez mais sucesso foi o pré-vestibular. O pré-vestibular foi uma coisa inteiramente nova, não só na Paróquia, mas como na região da Leopoldina né, de pré-vestibular comunitário, outros depois surgiram e, logo no primeiro semestre, não foi nem no primeiro ano, antes mesmo no primeiro semestre, nós tínhamos conseguido aprovar um aluno, isso deu mais notoriedade pro pré, né, a comunidade valorizou demais da conta a Pastoral por isso, né, até hoje o pré-vestibular é muito procurado, super elogiado. A Paróquia, pelo resultado, deu infra-estrutura, prá a gente não poder mais utilizar salas de colégio – hoje a gente utiliza um salão, um dos salões da paróquia – (pergunto quantos alunos) *_ em geral, sempre começa com 120, mas sempre diminui, né, então, agora, aí, meio do ano, né, fica uma média de 60-70 alunos. Essa é a grande... grande feito nosso.**

Eu: *_ digo: interessante, né, cccc cccc cccc.*

Jorge: *_ Hum, hum. É um princípio básico da GP: cccc cccc cccc. Nada dessa estória de cccc cccc cccc, não. Quem pode e deve evangelizar a cccc, em todos os sentidos, é uma outra cccc, porque é uma linguagem melhor, a correspondência é mais fácil.*

Eu: *_ Como você avalia, quer dizer, tem encontros como a Rede Solidariedade, né, que a gente acaba encontrando, trocando informações, trocando experiências entre membros de redes locais, mas tem esses encontros maiores, Encontros Interestaduais de Movimento Social, Encontros até Internacionais, como foi o Fórum, agora, quer dizer, como você avalia esse tipo de encontro – maior, né, vamos dizer assim, qual a importância disso?*

Jorge: *_ Basicamente, como eu falei no... na questão da Rede aqui, local, é a questão de um ver a cara do outro, né, A gente, às vezes, nesse mundo, a gente não sabe o que o*

cara do lado tá fazendo. Então, quando você tem uma oportunidade de ver a cara de todo mundo por mais tempo e ver o que ele faz, isso já é um grande feito que esses encontros têm, um grande feito, mesmo. E, um outro feito, né, é a questão de ser um espaço privilegiado, não que seja o único, mas é um espaço privilegiado de formação comunitária e de troca de experiências. Troca de experiências, então... Pelo menos a GP bate muito a tecla nisso, né, porque... é, às vezes, a gente tá ali, do lado de um outro grupo, mas não sabe o que o outro grupo tá fazendo e, às vezes o problema que você tem, ele já conseguiu a solução. Então, troca de experiências, prá mim... é... então, o ponto chave.

Eu: _ E, frente ao poder público? Como você acha que é a repercussão desses encontros maiores frente ao poder público, como você acha isso?

Jorge: _ *Aí é a pressão da opinião pública, a pressão da opinião pública nisso é fundamental, né. A partir do momento em que você consegue juntar 50-60 mil pessoas, né, isso não passa despercebido pela opinião pública. Então, e... se não passa despercebido, vai gerar uma reação, né. Gera uma reação e, aí, tem que haver uma partida por parte do governo e, basicamente, é isso, a questão de... junto ao poder público, a questão de pressão da opinião pública e que, por vezes, é muito... é bem forte e tem que acabar cedendo.*

Eu: _ São diferentes os movimentos hoje, dos movimentos do passado, né, mais pacíficos, a coisa é a da não violência e são movimentos locais, pequenos e eu acho que quando se juntam nesses Fóruns, até Internacionais, quer dizer, a repercussão acontece de forma diferente do passado...

Jorge: — *e, também, o seguinte: é... todo mundo... você acaba vendo que não tá sozinho, porque, às vezes, você no meio da caminhada, no dia-a-dia desanima, quer sair, mas quando você encontra um monte de gente que tá por esse mundão todo, fazendo um monte de coisa, um monte de coisa boa, você, também, acaba se motivando. Então, não deixa de ser, também, um elixir para o moral – de vez em quando dá uma massagem na alma, né, prá ela revitalizar, prá continuar, prá continuar a luta. Então, é um elixir super poderoso, de reanimar, reanimar as esperanças, né, acender aquela brasa que parecia estar adormecida.*

Eu: A gente escuta muito hoje em dia: ‘o povo não reivindica, o povo não se movimenta...’

Jorge: _ *o povo tá aí, tá aí, só não dão muito espaço, só não divulgam muito, mas ele tá aí.*

Eu: A entrevista tá aí, Jorge. Muito obrigada, você quer perguntar alguma coisa? Posso desligar?

Jorge diz que não quer perguntar nada e que eu posso desligar. _ *Tá beleza!*

ANEXO 4

INSTRUMENTO DE ANÁLISE 1 – IA1

**IA1 - ANÁLISE DA ENTREVISTA COM _____ (NOME FICTÍCIO
DO ENTREVISTADO)**

LEGENDA:

COLUNA ESQUERDA: unidades de contexto extraídas da transcrição da entrevista, respeitando a legenda aqui estabelecida.

COLUNA DIREITA: categorias temáticas identificadas através das falas selecionadas e destacadas na coluna da esquerda.

LETRA AZUL: minhas perguntas, intervenções durante a entrevista

LETRA PRETA: fala do entrevistado durante a entrevista

LETRA NEGRITO: unidades de registro (destacada em verde) extraída das unidades de contexto.

O ENTREVISTADO - ____ (utilizar um nome fictício)

LETRA VERMELHA: palavras com dúvidas quanto à transcrição, apesar de terem sido feitas duas revisões. Caso necessário, será feita uma posterior consulta às fitas.

____xxxxx?____ ou ____?____ : gravação não compreendida para transcrição

LETRA MARROM: meus comentários; títulos, categorização durante a análise, etc., a fim de facilitar a leitura.

A ANÁLISE

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO, REPRESENTANTE DA ENTIDADE OU GRUPO SOCIAL

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO BLOCO UM:

--	--

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DOS DEMAIS BLOCOS, MAS CUJAS FALAS PARECEM DIZER RESPEITO A ESTE PRIMEIRO BLOCO:

BLOCO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE OU GRUPO SOCIAL

(a instituição, a organização, o movimento e os interesses da comunidade em relação à instituição)

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO BLOCO DOIS:

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DOS DEMAIS BLOCOS, MAS CUJAS RESPOSTAS, OU PASSAGENS DE RESPOSTAS, DIZEM RESPEITO A ESTE SEGUNDO BLOCO:

BLOCO 3 – A PARTICIPAÇÃO NA REDE DE SOLIDARIEDADE (RS)

(a inserção na Rede, os objetivos, a troca da informação)

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO BLOCO TRÊS:

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DOS DEMAIS BLOCOS, MAS CUJAS RESPOSTAS, OU PASSAGENS DE RESPOSTAS, DIZEM RESPEITO A ESTE TERCEIRO BLOCO:

BLOCO 4 – A PERCEPÇÃO SOBRE A QUESTÃO DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA

(quando o problema é tido como tal, a importância da mediação; a questão dos direitos humanos e os movimentos sociais; acrescento, aqui, a avaliação sobre a questão da alimentação em situação de pobreza e a percepção sobre os diferentes tipos de pobreza (essa categoria emergiu da fala dos entrevistados). A avaliação do papel da entidade neste bloco é voltado para o local).

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO BLOCO QUATRO:

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DOS DEMAIS BLOCOS, MAS CUJAS RESPOSTAS, OU PASSAGENS DE RESPOSTAS, DIZEM RESPEITO A ESTE QUARTO BLOCO:

BLOCO 5 – A DINÂMICA PARA ENCAMINHAMENTO DE AÇÕES A PARTIR DA QUESTÃO DA NECESSIDADE DE SUBSISTÊNCIA ALIMENTAR.

(O percurso de encaminhamentos, exemplos onde houve sucesso e, ou, dificuldades, a Rede de Solidariedade diante da questão - incluo neste bloco, para a análise, as ações de uma forma geral. Aqui o papel da entidade é focalizado de forma mais ampla, não se restringindo às ações locais).

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO BLOCO CINCO:

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DOS DEMAIS BLOCOS, MAS CUJAS RESPOSTAS, OU PASSAGENS DE RESPOSTAS, DIZEM RESPEITO A ESTE QUINTO BLOCO:

BLOCO 6 – O CONJUNTO DOS MOVIMENTOS POPULARES E A REDE DE SOLIDARIEDADE (este bloco foi criado no intuito de facilitar a organização da análise. As perguntas referentes ao mesmo estavam incluídas no bloco 5 e passam automaticamente a fazer parte do bloco 6).

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO BLOCO SEIS:

DESTACADO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DOS DEMAIS BLOCOS, MAS CUJAS RESPOSTAS, OU PASSAGENS DE RESPOSTAS, DIZEM RESPEITO A ESTE SEXTO BLOCO:

BLOCO 7 – CATEGORIAS EMERSAS DURANTE A ANÁLISE E QUE PARECEM RELEVANTES, MAS QUE NÃO FORAM PLANEJADAS INICIALMENTE.

ANEXO 5

QUADRO GUIA DE CATEGORIAS

QUADRO-GUIA DE CATEGORIAS

BLOCO 1 (o entrevistado)

- Caracterização do Entrevistado
- Sexo
- Grau de proximidade física com a realidade do local para onde se volta o trabalho da instituição a que o entrevistado pertence
- Tipo de instituição a qual pertence – se religiosa, comunitária ou outra

BLOCO 2 (entidade ou grupo social)

- o entrevistado:
 1. cargo/posição do entrevistado na instituição
 2. avaliação sobre seu papel/seu valor (p.ex. valor relativo ao ego)
- histórico social da entidade
- objetos de trabalho priorizados
 1. motivações originais do início da entidade
 2. atuais
- relacionamento com a comunidade
 1. proximidade social entre a entidade ou grupo social e a comunidade de uma forma geral
 2. expectativas da comunidade em relação à entidade ou grupo social
 - a. afetiva
 - b. racional/material
 - c. espaço de exercício político; de cidadania (via valorização da dignidade)
 - d. outras (liderança, p.ex.)
- estrutura administrativa da entidade/movimento
 1. modelo de divisão dos “cargos” e tarefas
 - a. do tipo sindicato - democrático
 - b. não burocrático
 - c. comunitárias – informais
 - d. outro _____
 2. proximidade social entre liderança e demais participantes

BLOCO 3 (as entidades ou grupos sociais na Rede de Solidariedade da Leopoldina - RSL)

- histórico de inserção da entidade ou grupo social na RSL
- expectativas do grupo em relação à participação na RSL
- Objetivos da RSL
- Contribuições efetivas da RSL
 1. Para comunidade
 - a. afetiva
 - b. material
 - c. outras _____
 2. Para os grupos
 - a. afetiva
 - b. material
 - c. outras _____
- Meios de circulação das discussões provenientes da RSL na comunidade (como a discussão da rede vira informação na comunidade?)
 - a. Diretos: veículo(s) _____
 - b. Indiretos (s): veículo(s) _____

BLOCO 4 (a percepção sobre a questão da subsistência/insuficiência alimentar em situação de pobreza)

- avaliação frente à questão da subsistência/insuficiência alimentar em situação de pobreza
 - a. social e econômica
 - b. política
- grau de prioridade para a entidade ou grupo social em relação ao problema de subsistência alimentar, “papel” das entidades frente ao nível local (nas comunidades em que trabalham)
 - a. apoio assistencial (direto e / ou indireto)
 - b. apoio político
 - c. provedor fixo/via projetos internos
 - d. outro (p.ex., promoção social; educação; informação)
- os diferentes tipos de pobreza (essa categoria emergiu da própria fala dos entrevistados, a partir da reflexão sobre as questões deste bloco)

BLOCO 5 (a dinâmica de encaminhamento de ações na tentativa de solucionar os problemas priorizados pelas entidades e relacionados à sobrevivência em situação de pobreza)

Observação: apesar do roteiro de entrevistas focalizar a questão do encaminhamento de soluções para os problemas de subsistência/insuficiência alimentar, todos os entrevistados direcionaram suas falas a partir de ações de uma forma geral, ou seja, de ações que contemplem o universo de problemas de sobrevivência na pobreza, trabalhados pelos diferentes grupos. Há um motivo para isso, revelado na própria fala dos entrevistados, a partir do bloco 4. É unânime a opinião dos grupos: antes de qualquer problema em especial, há a questão da má distribuição de renda, da insuficiência de renda, da desigualdade social.

- Desenvolvimento e encaminhamento de ações
 - a. Natureza dos obstáculos (ex: manifestação social de violência; condição material, etc.).
 - b. Natureza das facilidades (manifestação social de solidariedade; prática religiosa, etc.).
- Avaliação da entidade em relação à presença de formas de mobilização da população frente aos problemas cotidianos relativos ao contexto da pobreza
 - a. presente
 - b. ausente
- natureza das parcerias estabelecidas
 - a. entidade ou grupo social e instituições políticas e, ou governamentais
 - b. entidade ou grupo social e instituições não governamentais, civis, privadas ou religiosas
- avaliação em relação ao papel da entidade ou grupo social no encaminhamento dos problemas relacionados à sobrevivência em situação de pobreza. (aqui, as reflexões sobre a ideologia do movimento, ocupação do espaço social, etc.)

BLOCO 6 (os movimentos sociais)

- avaliação sobre a expressão de movimentos sociais de grande monta
 - a. em relação à legitimação frente ao poder público
 - b. em relação à construção de uma igualdade de valores entre os pequenos movimentos populares

BLOCO 7 (outras categorias – emergidas durante a entrevista e análise)

ANEXO 6

INSTRUMENTO DE ANÁLISE FINAL 2, MODELO A
IA2-AFA

ANÁLISE FINAL – **IA2 – AFA** - INSTRUMENTO DE APRESENTAÇÃO DA “SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRIA”

IA2 (FASE FINAL DA ANÁLISE) - Resultado final da análise iniciada no instrumento IA1.

A partir do instrumento IA1 estruturou-se o instrumento IA2. Foi acrescentado ao IA1 uma terceira coluna, a fim de que o novo instrumento permitisse visualizar, em conjunto, os núcleos de sentido, as unidades de contexto de onde os núcleos de sentido foram destacados e as categorias temáticas referentes aos núcleos de sentido. Na coluna “categorias temáticas” foram dispostas as categorias identificadas e revisadas na fase inicial da análise (letra marrom), acrescidas de uma síntese das mesmas (letra preta), quando necessário.

O instrumento IA2 é dividido em cinco eixos de investigação, a saber: 1) Grupos religiosos da região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro, e seus objetos de trabalho no contexto da pobreza; 2) Os grupos religiosos frente à questão da insuficiência alimentar em situação de pobreza; 3) A atuação dos grupos religiosos frente aos problemas relacionados à sobrevivência em situação de pobreza; 4) Os grupos religiosos na Rede de Solidariedade da Leopoldina; 5) A pobreza no Brasil: suas causas, conseqüências e possíveis soluções.

A apresentação da análise final obedece a seguinte ordem: Anteriormente aos eixos de investigação, é descrita uma breve caracterização dos sujeitos da pesquisa. A seguir, são dispostos, por eixo de investigação, tabelas com subdivisão por entrevistado, contendo os núcleos de sentido, as unidades de contexto e as categorias temáticas. E, finalmente, após cada eixo de investigação, é apresentada uma síntese da análise, segundo as categorias identificadas a partir da fala de cada entrevistado.

LEGENDA:

LETRA AZUL: minhas perguntas, intervenções durante a entrevista

LETRA PRETA: fala do entrevistado durante a entrevista ou, quando na terceira coluna, síntese das categorias temáticas identificadas na primeira fase da análise.

COLUNA DA ESQUERDA: núcleos de sentido destacados das unidades de contexto

COLUNAS DA DIREITA: unidades de contexto (o trecho da fala do entrevistado de acordo com o eixo de investigação do bloco de referência) e as categorias temáticas identificadas.

O ENTREVISTADO: Alberto, Tereza, Silvia ou Jorge (para evitar a identificação, o nome adotado é fictício).

LETRA VERMELHA: palavras com dúvidas quanto à transcrição.

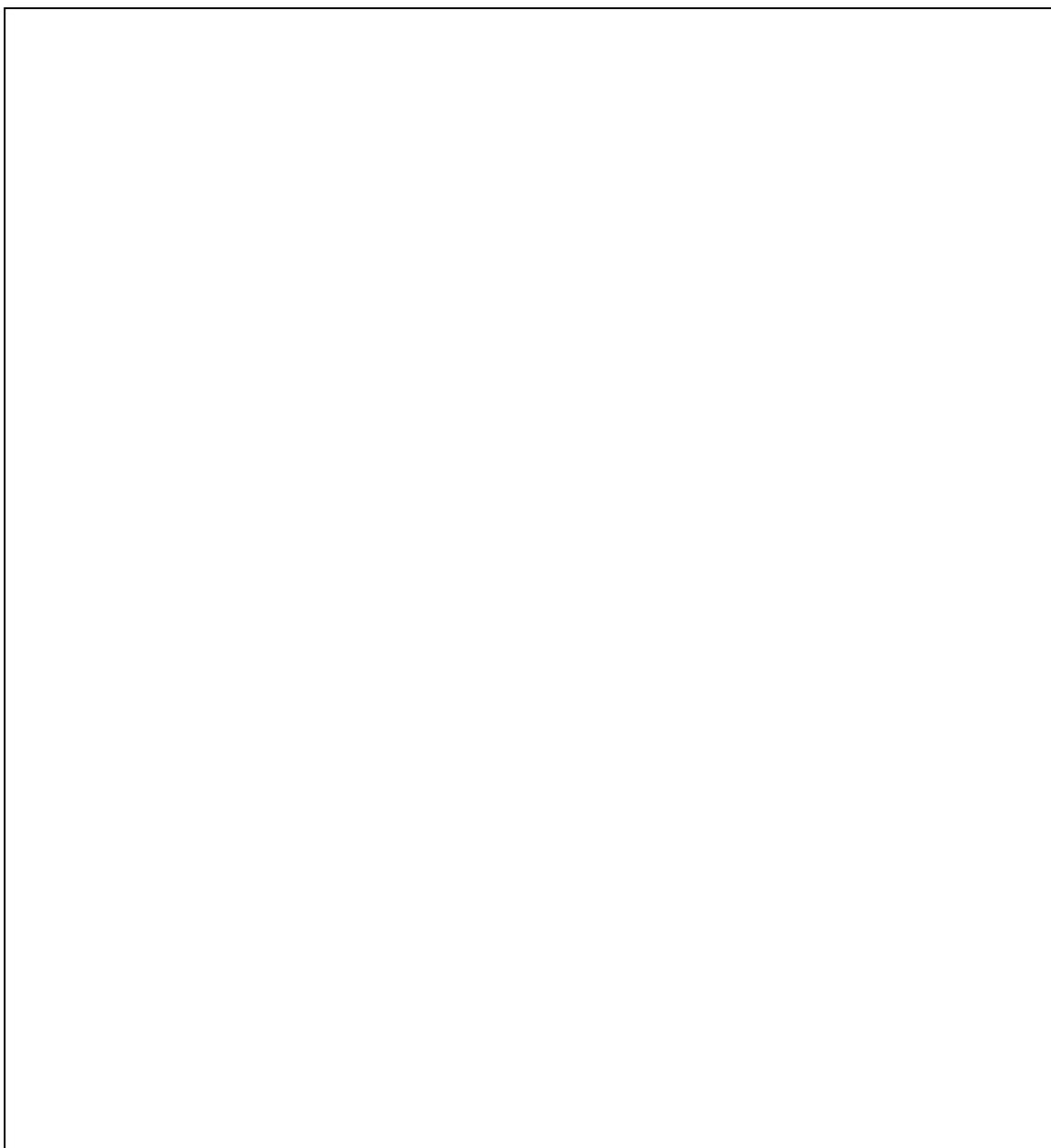
_____xxxxx?_____ ou _____?_____ : gravação não compreendida para transcrição

LETRA MARROM: categorias identificadas a partir da análise no instrumento IA1, meus comentários e falas não gravadas.

SUJEITOS DA PESQUISA: UMA APRESENTAÇÃO



SUJEITOS DA PESQUISA - OS ENTREVISTADOS



EIXO DE INVESTIGAÇÃO 1 - GRUPOS RELIGIOSOS DA REGIÃO DA LEOPOLDINA, CIDADE DO RIO DE JANEIRO, E SEUS OBJETOS DE TRABALHO NO CONTEXTO DA POBREZA

NÚCLEOS DE SENTIDO¹ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO² (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS³
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA – EIXO DE INVESTIGAÇÃO 1

¹ Todas as passagens de fala desta coluna que contiverem nomes que possibilite a identificação do entrevistado ou seu local de trabalho, residência, etc., e que forem destacadas para ilustrar qualquer discussão da dissertação, terão esses mesmos nomes e referências substituídos por outros, fictícios.

² Idem anterior.

³ Esta coluna tem seu referencial de localização na primeira coluna, ou seja, se refere aos núcleos de sentido destacados e dispostos na primeira coluna.

**EIXO DE INVESTIGAÇÃO 2 - OS GRUPOS RELIGIOSOS FRENTE À
QUESTÃO DA INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA**

NÚCLEOS DE SENTIDO⁴ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO⁵ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS⁶
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA - EIXO DE INVESTIGAÇÃO 2

⁴ Idem 1.

⁵ Idem anterior.

⁶ Idem 3.

**EIXO DE INVESTIGAÇÃO 3 - A ATUAÇÃO DOS GRUPOS RELIGIOSOS
FRENTE AOS PROBLEMAS RELACIONADOS À SOBREVIVÊNCIA EM
SITUAÇÃO DE POBREZA**

NÚCLEOS DE SENTIDO⁷ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO⁸ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS⁹
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	
SILVIA	SIIVIA	
JORGE	JORGE	

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 3 – SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA

⁷ Idem 1.

⁸ Idem anterior.

⁹ Idem 3.

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 4 - OS GRUPOS RELIGIOSOS NA REDE DE SOLIDARIEDADE DA LEOPOLDINA

NÚCLEOS DE SENTIDO¹⁰ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO¹¹ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS¹²
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 4 – SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA

¹⁰ Idem 1.

¹¹ Idem anterior.

¹² Idem 3.

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 5 - A POBREZA NO BRASIL: SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

NÚCLEOS DE SENTIDO¹³ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO¹⁴ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS¹⁵
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 5 – SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA

CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

¹³ Idem 1.

¹⁴ Idem anterior.

¹⁵ Idem 3.

ANEXO 7

INSTRUMENTO DE ANÁLISE FINAL 2, MODELO B
IA2-AFB

ANÁLISE FINAL – IA2 - AFB
INSTRUMENTO DE APRESENTAÇÃO DA “SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRIA”

IA2 (FASE FINAL DA ANÁLISE) - Resultado final da análise iniciada no instrumento IA1.

A partir do instrumento IA1 estruturou-se o instrumento IA2. Foi acrescentado ao IA1 uma terceira coluna, a fim de que o novo instrumento permitisse visualizar, em conjunto, os núcleos de sentido, as unidades de contexto de onde os núcleos de sentido foram destacados e as categorias temáticas referentes aos núcleos de sentido. Na coluna “categorias temáticas” foram dispostas as categorias identificadas e revisadas na fase inicial da análise (letra marrom), acrescidas de uma síntese das mesmas (letra preta), quando necessário.

O instrumento IA2 é dividido por cinco eixos de investigação, a saber: 1) Grupos religiosos da região da Leopoldina, cidade do Rio de Janeiro, e seus objetos de trabalho no contexto da pobreza; 2) Os grupos religiosos frente à questão da insuficiência alimentar em situação de pobreza; 3) A atuação dos grupos religiosos frente aos problemas relacionados à sobrevivência em situação de pobreza; 4) Os grupos religiosos na Rede de Solidariedade da Leopoldina; 5) A pobreza no Brasil: suas causas, conseqüências e possíveis soluções.

A apresentação da análise final obedece a seguinte ordem: Anteriormente aos eixos de investigação, é descrita uma breve caracterização dos sujeitos da pesquisa. A seguir, são dispostos, por eixo de investigação, tabelas com subdivisão por entrevistados segundo campo religioso, contendo os núcleos de sentido, as unidades de contexto e as categorias temáticas. E, finalmente, após cada eixo de investigação, é apresentada uma síntese da análise segundo grupo religioso, a partir das categorias identificadas através das falas dos entrevistados.

LEGENDA:

LETRA AZUL: minhas perguntas, intervenções durante a entrevista

LETRA PRETA: fala do entrevistado durante a entrevista ou, quando na terceira coluna, síntese das categorias temáticas identificadas na primeira fase da análise.

COLUNA DA ESQUERDA: núcleos de sentido destacados das unidades de contexto

COLUNAS DA DIREITA: unidades de contexto (o trecho da fala do entrevistado de acordo com o eixo de investigação do bloco de referência) e as categorias temáticas identificadas.

O ENTREVISTADO: Alberto, Tereza, Silvia ou Jorge (para evitar a identificação, o nome adotado é fictício)

LETRA VERMELHA: palavras com dúvidas quanto à transcrição.

_____xxxxx? _____ ou _____? _____ : gravação não compreendida para transcrição

LETRA MARROM: categorias identificadas a partir da análise no instrumento IA1, meus comentários e falas não gravadas.

SUJEITOS DA PESQUISA: UMA APRESENTAÇÃO

SUJEITOS DA PESQUISA

OS ENTREVISTADOS

--

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 1

GRUPOS RELIGIOSOS DA REGIÃO DA LEOPOLDINA, CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

E SEUS OBJETOS DE TRABALHO NO CONTEXTO DA POBREZA

EVANGÉLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO¹ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO² (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS³
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	

CATÓLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO⁴ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO⁵ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS⁶
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

¹ Todas as passagens de fala desta coluna que contiverem nomes que possibilite a identificação do entrevistado ou seu local de trabalho, residência, etc., e que forem destacadas para ilustrar qualquer discussão da dissertação, terão esses mesmos nomes e referências substituídos por outros fictícios.

² Idem anterior.

³ Esta coluna tem seu referencial de localização na primeira coluna, ou seja, se refere aos núcleos de sentido destacados e dispostos na primeira coluna.

⁴ Idem 1.

⁵ Idem anterior.

⁶ Idem 3.

SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA - EIXO DE INVESTIGAÇÃO 1
GRUPOS RELIGIOSOS DA REGIÃO DA LEOPOLDINA, CIDADE DO RIO DE JANEIRO,
E SEUS OBJETOS DE TRABALHO NO CONTEXTO DA POBREZA

EVANGÉLICOS

--

CATÓLICOS

--

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 2
OS GRUPOS RELIGIOSOS FRENTE À QUESTÃO DA
INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA

EVANGÉLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS ⁷
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	

CATÓLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO ⁸ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO ⁹ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS ¹⁰
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

⁷ Idem 3.

⁸ Idem 1.

⁹ Idem anterior.

¹⁰ Idem 3.

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 2 – SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA
OS GRUPOS RELIGIOSOS FRENTE À QUESTÃO DA
INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR EM SITUAÇÃO DE POBREZA

EVANGÉLICOS

--

CATÓLICOS

--

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 3
A ATUAÇÃO DOS GRUPOS RELIGIOSOS FRENTE AOS PROBLEMAS RELACIONADOS À
SOBREVIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE POBREZA

EVANGÉLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS¹¹
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	

CATÓLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO¹² (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO¹³ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS¹⁴
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

¹¹ Idem 3.

¹² Idem 1.

¹³ Idem anterior.

¹⁴ Idem 3.

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 3 – SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA
A ATUAÇÃO DOS GRUPOS RELIGIOSOS FRENTE AOS PROBLEMAS RELACIONADOS À
SOBREVIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE POBREZA

EVANGÉLICOS

--

CATÓLICOS

--

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 4

OS GRUPOS RELIGIOSOS NA REDE DE SOLIDARIEDADE DA LEOPOLDINA

EVANGÉLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS ¹⁵
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	

CATÓLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO ¹⁶ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO ¹⁷ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS ¹⁸
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

¹⁵ Idem 3.

¹⁶ Idem 1.

¹⁷ Idem anterior.

¹⁸ Idem 3.

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 4 – SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA
OS GRUPOS RELIGIOSOS NA REDE DE SOLIDARIEDADE DA LEOPOLDINA

EVANGÉLICOS

--

CATÓLICOS

--

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 5

***A POBREZA NO BRASIL:
SUAS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES***

EVANGÉLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS¹⁹
ALBERTO	ALBERTO	
TEREZA	TEREZA	

CATÓLICOS

NÚCLEOS DE SENTIDO²⁰ (IDÉIA CENTRAL)	UNIDADES DE CONTEXTO²¹ (EXPRESSÕES-CHAVE)	CATEGORIAS TEMÁTICAS²²
SILVIA	SILVIA	
JORGE	JORGE	

¹⁹ Idem 3.

²⁰ Idem 1.

²¹ Idem anterior.

²² Idem 3.

EIXO DE INVESTIGAÇÃO 5 – SÍNTESE DA ANÁLISE CATEGÓRICA
A POBREZA NO BRASIL: SUAS CAUSAS, CONSEQÜÊNCIAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

EVANGÉLICOS

--

CATÓLICOS

--